

# ASSOCIATIVISMO, CAPITAL SOCIAL E MOBILIDADE

*Contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal*

ROSANA ALBUQUERQUE



acidi

Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, I. P.



PRESIDENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

# **ASSOCIATIVISMO, CAPITAL SOCIAL E MOBILIDADE**

***Contributos para o estudo da participação  
associativa de descendentes de imigrantes  
africanos lusófonos em Portugal***

Rosana Albuquerque

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

ALBUQUERQUE, Rosana

Associativismo, capital social e mobilidade: contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal. – [Teses ; 41]

ISBN 978-989-685-052-4

CDU 316

PROMOTOR  
OBSERVATÓRIO DA IMIGRAÇÃO  
[www.oi.acidi.gov.pt](http://www.oi.acidi.gov.pt)

AUTORA  
ROSANA ALBUQUERQUE  
[rosana@uab.pt](mailto:rosana@uab.pt)

EDIÇÃO  
ALTO-COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO  
E DIÁLOGO INTERCULTURAL (ACIDI, I.P.)  
RUA ÁLVARO COUTINHO, 14, 1150-025 LISBOA  
TELEFONE: {00351} 21 810 61 00 FAX: {00351} 21 810 61 17  
E-MAIL: [acidi@acidi.gov.pt](mailto:acidi@acidi.gov.pt)

EXECUÇÃO GRÁFICA  
VMCdesign

PRIMEIRA EDIÇÃO

ISBN  
978-989-685-052-4

LISBOA, DEZEMBRO 2013

Tese de Doutoramento em Sociologia  
Especialidade Sociologia das Migrações

Autora: Rosana Albuquerque

Orientadores científicos:

Professora Doutora Maria Beatriz Rocha-Trindade

Professor Doutor Hermano Carmo

Universidade Aberta

2008



## ÍNDICE

<b>PREFÁCIO</b>	<b>9</b>
<b>NOTA PRÉVIA</b>	<b>14</b>
<b>RESUMO</b>	<b>15</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>1. APRESENTAÇÃO DO TEMA</b>	<b>17</b>
<b>2. PROBLEMÁTICA</b>	<b>19</b>
<b>3. MODELO DE ANÁLISE</b>	<b>21</b>
3.1. Em volta do conceito de descendentes de imigrantes	28
3.2. Intersecção analítica entre etnicidade, género e classe social	32
<b>4. SÍNTESE</b>	<b>38</b>
<b>CAPÍTULO II – METODOLOGIA</b>	<b>39</b>
<b>1. ORIGENS DE UM PROJETO DE INVESTIGAÇÃO</b>	<b>39</b>
<b>2. A OPÇÃO PELA INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA</b>	<b>43</b>
2.1. Histórias de vida como método de recolha de dados	47
2.2. Etapas do percurso empírico	50
2.2.1. A construção da amostra	51
2.2.2. A recolha de dados	55
2.3. Questões de ética no processo de investigação	58
<b>3. PESQUISA EMPÍRICA E REFLEXIVIDADE</b>	<b>59</b>
<b>4. SÍNTESE</b>	<b>64</b>
<b>CAPÍTULO III – ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b>	<b>65</b>
<b>1. MIGRAÇÕES, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA</b>	<b>65</b>
1.1. Desafios da cidadania num mundo global	65
1.2. Olhares sobre a participação política de imigrantes e descendentes: dinâmicas da relação entre ação e estrutura	74
1.3. Modelos de análise da participação cívica e política	84
<b>2. ASSOCIATIVISMO, CAPITAL SOCIAL E MOBILIDADE</b>	<b>90</b>
2.1. Associativismo e capital social: uma abordagem a partir das redes sociais em contexto de imigração	90

2.2. Associativismo e capital social: relacionando normas, confiança e reciprocidade no contexto de sociedades multiculturais	98
2.3. Associativismo, capital social e mobilidade	106
2.3.1. Cruzando contributos teóricos sobre classes, estratificação e mobilidade social	106
2.3.2. Convergências e divergências na investigação: relacionando o papel de diferentes tipos de recursos na mobilidade social	112
<b>3. SÍNTESE</b>	<b>123</b>
<b>CAPÍTULO IV – RESULTADOS DA PESQUISA</b>	<b>125</b>
<b>1. TRAJETÓRIAS ASSOCIATIVAS</b>	<b>125</b>
1.1. Dos primeiros passos no associativismo...	125
1.2. ...ao desenhar de uma trajetória	133
1.3. Razões e motivações	154
<b>2. CATALISADORES E DINÂMICAS DA INTERAÇÃO: CONEXÕES ENTRE FATORES ESTRUTURAIS E FATORES INDIVIDUAIS</b>	<b>176</b>
2.1. Recursos	176
2.2. Características pessoais	196
2.3. Motivação	206
2.4. Síntese do processo de catalisação do ativismo	213
<b>3. EXPERIÊNCIAS NO ASSOCIATIVISMO</b>	<b>214</b>
3.1. Aprendizagens e pessoas significativas	216
3.2. Como se aprende o que se aprende?	231
3.3. O que se transmite, como e para quê?	244
3.4. Papel das experiências significativas nas trajetórias	258
<b>4. ASSOCIATIVISMO, CAPITAL SOCIAL E MOBILIDADE</b>	<b>262</b>
4.1. Papel do associativismo como fonte de capital social	262
4.1.1. Processos subjacentes à construção de capital social	265
4.1.2. Efeitos inesperados da posse de capital social	274
4.2. Papel do associativismo como motor de mobilidade social	281
4.2.1. Trajetórias de mobilidade social ascendente	284
4.2.2. Conexões entre diferentes tipos de capital nas trajetórias de mobilidade	287
4.3. Fazendo um balanço entre investimentos e capital acumulado	291
<b>5. SÍNTESE</b>	<b>298</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>299</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>305</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de análise da participação associativa de descendentes de imigrantes	28
Figura 2 - Redes de contactos	53
Figura 3 - Síntese da trajetória 'A'	138
Figura 4 - Síntese da trajetória 'A.a'	139
Figura 5 - Síntese da trajetória 'A.b'	142
Figura 6 - Síntese da trajetória 'B'	149
Figura 7 - Síntese da trajetória 'B.a'	152
Figura 8 - Racionalidade e afetividade inerentes às motivações para o ativismo cívico	175
Figura 9 - Sistema de catalisação da participação associativa	215
Figura 10 - Influência das experiências significativas na participação associativa	261

## SIGLAS

ACIDI	Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
ACIME	Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas
ATL	Atelier de Tempos Livres
CICDR	Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial
COCAI	Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração
CPR	Constituição da República Portuguesa
GATAI	Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes
IPJ	Instituto Português da Juventude
IPSS	Instituto Particular de Solidariedade Social
ONG	Organização Não Governamental
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PER	Plano Especial de Realojamento
PERCIP	Plataforma de Estruturas Representativas das Comunidades Imigrantes em Portugal
RAR	Rede Antirracista
RNAJ	Registo Nacional do Associativismo Jovem
SCAL	Secretariado Coordenador das Associações para a Legalização
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
UE	União Europeia
UNIVA	Unidade de Inserção na Vida Ativa





## PREFÁCIO

A investigação realizada por Rosana Albuquerque e apresentada como Tese de Doutoramento com o título: Associativismo, Capital Social e Mobilidade. Contributos para o Estudo da Participação Associativa de Descendentes de Imigrantes Africanos Lusófonos em Portugal, cujos resultados foram avaliados em provas públicas, merece um especial destaque no quadro da produção científica portuguesa. Por passar a integrar a coleção de Teses do Observatório da Imigração do ACIDI, disponível em formato digital, a sua localização e acesso ao conteúdo encontram-se facilitados. A publicação confere oportunidade para conhecer o tema a um alargado grupo de leitores situados em espaço académico ou fora dele.

A História de Portugal mostra como a mobilidade sempre caracterizou a sociedade portuguesa, no entanto, a atenção que tem sido prestada ao fenómeno - avaliável quantitativamente através de uma análise demográfica e cuja existência teve desde sempre repercussões muito visíveis - tem dado enfoque prioritário à vertente emigratória, quase minimizando a que contrariamente fez entrar população de outras origens. Esta realidade tem constituído objeto de estudo para os que se interessam pela emigração, tendo a imigração quase sido esquecida até muito recentemente. Após o 25 de abril, renova-se o interesse por tal situação e o Observatório da Imigração tem contribuído de forma decisiva para que o conhecimento se instale e a sua atualização tenha lugar.

A instalação da democracia possibilitada pela “Revolução de 1974” posiciona o país de forma diferente no quadro internacional, alterando o relacionamento estabelecido tanto com os países que tinham sido suas colónias e que, subsequentemente, adquirem a independência, como com os que até aí tinham ocupado o lugar de recetores da emigração portuguesa. De entre as alterações que foram decorrendo, sobressai a que respeita aos movimentos de entrada da população: o regresso de destinos assumidos tradicionalmente pelos fluxos migratórios, qualquer que tenha sido a direção anteriormente tomada, que se prolongou até aos finais do século passado e a chegada de novos fluxos resultantes do processo de descolonização.

Embora as entradas se tenham verificado a partir da segunda metade do decénio poderia dizer-se que só a partir dos anos 90 foi abertamente reconhecido pelo mundo académico o fenómeno imigratório em Portugal. Não será demais lembrar o livro: “Portugal - País de Imigração”, organizado por Maria do Céu Esteves e publicado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, com prefácio de António de Almei-

da Santos. A partir daí, sucederam-se projetos que melhor procuravam conhecer este novo fenómeno e foram muitos os encontros académicos e os promovidos por iniciativa de outras instituições que se debruçaram sobre os diversos aspetos que integravam essa mesma realidade.

As migrações passaram a equacionar o relacionamento individual e o coletivo no quadro dos que então residiam no país, sendo desejável que em Portugal se viesse a estabelecer um bom entendimento no espaço da sociedade multicultural, situação que desde sempre existira, mas só então passava a ser publicamente reconhecida.

Prestar atenção aos que de forma gradual foram chegando, tanto aos que vieram de África, presença marcante que não podia ser ignorada, como aos que chegavam de outras proveniências, levou a lançar políticas que pretendiam promover uma maior justiça social, procurando estabelecer o acesso à igualdade de oportunidades, capaz de viabilizar direitos equivalentes. As principais dificuldades emergiam em paralelo num mundo onde a problemática ligada à instalação de residência, ao trabalho e ao ensino concitaram esforços que tinham em vista eliminar barreiras e ultrapassar os obstáculos interpostos ao longo do percurso de inserção.

A todo este conjunto de pretensões encontra-se subjacente uma condição maior centrada no indispensável processo de obtenção da legalidade. Dela estava dependente a estabilidade da situação familiar – da parentela que fora deixada ou da que os acompanhara – e o relativo bem-estar pessoal e social que se desejava pudesse vir a ser atingido.

Os vários organismos que foram sendo criados visavam proporcionar o enquadramento institucional de ocorrências relevantes. No plano do controlo fronteiriço (Serviço Estrangeiros e Fronteiras, criado em 1974, inicialmente designado por Direção de Serviço de Estrangeiros e, seguidamente, por Serviço de Estrangeiros); o que servia de moldura oficial ao ensino prestado aos estudantes estrangeiros, numa perspectiva de abrangimento global (Secretariado Coordenador da Educação Multicultural/ Entreculturas, inserido no próprio Gabinete do Ministro da Educação, Engenheiro Roberto Carneiro, criado por D.N. n.º 73/91 de 12 de março); ainda, no plano do enquadramento de assuntos relacionados com a vivência diária, o Gabinete do Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas (D.L. n.º 3-A/96, de 26 de janeiro), que veio a dar lugar ao Alto Comissariado para a Imigração (D.L. n.º 167/2007, de 03 de maio). Todo o caminho percorrido foi dando lugar à extinção de alguns serviços, à sua modificação ou articulação, à elaboração de novos estatutos e mesmo à dependência de diferentes tutelas. A criação do atual Alto-Comissariado para o Diálogo In-

tercultural/ACIDI, constitui um bom exemplo – de gabinete estatal passa anos depois a instituto público.

No âmbito de uma sociedade complexa e diversificada, os descendentes dos imigrantes não têm ocupado posição prioritária no interesse dos investigadores, o que é revelado pelo reduzido número de estudos realizados sobre o tema. Por isso, o projeto desenvolvido por Rosana Albuquerque é inovador e os resultados a que chegou permitem uma dupla perspetiva: a que recai sobre jovens lusófonos de origem africana e a que respeita ao espaço associativo a que se encontram ligados. Pode portanto dizer-se que aborda uma temática nova, que preenche o hiato existente.

A metodologia de investigação seguida, essencialmente de natureza qualitativa, utilizou as “histórias de vida” como principal técnica de recolha de dados. Por seu intermédio, foi obtida parte relevante da informação respeitante às trajetórias associativas dos elementos do público inquirido, que vieram a solidificar-se num compromisso cívico, assumido de forma consciente. Este instrumento de recolha gira em torno do informante – o “narrador”. No entanto, a Sociologia não o considera isoladamente e coloca-o no grupo onde se insere. De forma mais extensa, passa a encará-lo como ponte de ligação à sociedade a que pertence. Trata-se de uma técnica que permite compreender o que sucede na encruzilhada da vida individual com a social.

Muitos dos autores que a têm utilizado atestam todo o potencial que encerra e credibilizam esta abordagem metodológica. Seguem-se exemplos que, de forma pontual, assinalam a sua utilização: nos E.U.A., a Escola de Chicago projetou desde sempre as Ciências Sociais no mundo científico. No seu quadro a equipa liderada por William Thomas e Florian Znaniecki (1918-1920) debruça-se sobre a realidade migratória local aliando a observação e análise de correspondência à informação recolhida através da audição de relatos orais. Não será demais recordar o antropólogo Oscar Lewis que as notabilizou através de “Os Filhos de Sanchez” (1961); Daniel Bertaux (1980), Roger Bastide (1983), Pierre Bourdieu (1986) de naturalidade francesa; o italiano Franco Ferraroti, também no decénio de 80; e ainda hoje, todo o grupo de investigadores do CERU/ Universidade de São Paulo (1964) que a ilustre socióloga brasileira Maria Isaura Pereira de Queiroz conseguiu reunir, continuam a tomar esta prática metodológica como orientadora do trabalho que desenvolvem.

Os resultados desta pesquisa inovadora aliam o estudo das estruturas associativas dos próprios descendentes de migrantes ao das trajetórias por eles percorridas, sendo analisada a dinâmica da mobilidade. O conceito de capital social ocupa neste

espaço um lugar central, permitindo compreender o relacionamento existente entre a participação cívica e as oportunidades de mobilidade social.

Num primeiro eixo de investigação, a autora procurou encontrar uma linha condutora que levasse à compreensão da ligação associativa existente, tendo focado a atenção nas interações entre fatores de natureza individual (com maior incidência) e de natureza estrutural.

A análise elaborada com base num sistema multidimensional de catalisação da participação revelou como o associativismo emerge de uma conciliação indissociável entre capacidade e vontade dos jovens descendentes: a capacidade resulta da posse de determinados recursos que os capacitam a lançar, de forma ativa e empenhada, múltiplas atividades; a vontade de o fazer em espaço associativo emana de características e motivações pessoais para desenvolver atividades cívicas que os conduzem à mobilização dos recursos disponíveis.

Num segundo eixo de investigação, Rosana Albuquerque procurou analisar o impacto do capital social na vida dos indivíduos, entendido enquanto conjunto de redes sociais intrínsecas ao associativismo. A atenção a esta dimensão leva a compreender o significado e o impacto da experiência do associativismo nas vidas dos jovens, nomeadamente, a importância que as aprendizagens assumem em contexto não formal.

As associações revelam-se como espaços de construção de saberes complementares aos transmitidos pela escola formal, sendo realçado o papel de pessoas significativas enquanto transmissoras de modelos de vida dedicados à promoção do bem comum. As aprendizagens feitas e os indivíduos que se destacam nos percursos de ativismo militante podem ser considerados como fatores de vinculação social que interferem de forma positiva. As respostas dos jovens face às condições estruturais do meio social de origem, revelam os compromissos cívicos que assumem como forma de combater a exclusão e a discriminação intervindo, dessa forma, na defesa do bem público.

Com efeito, nos espaços associativos são percorridos caminhos que cruzam as dimensões de intervenção cultural, recreativa e de solidariedade com a defesa de direitos de cidadania e de direitos sociais. Daí resulta a aquisição de saberes técnicos e de capacidades simbólicas e sociais que favorecem e estimulam a participação política. O papel da escola, grande potenciador de mobilidade social ascendente, constitui um recurso decisivo enquanto catalisador da participação cívica. Em síntese, é posto em evidência o papel importante que as associações desempenham enquanto escolas de socialização para a cidadania, cujos benefícios se repartem por toda a sociedade.

As associações funcionam como plataforma interativa entre os seus membros e o meio social onde se inserem. Os propósitos que subjazem à sua constituição, os mecanismos que levam à promoção de iniciativas, que também será útil conhecer, permitem seguir cronologicamente a situação e evolução da presença imigratória.

Conhecendo Rosana Albuquerque desde longa data, uma vez que integrou projetos desenvolvidos sob minha orientação científica, enquanto aluna estagiária do ISCSP; pela pesquisa que posteriormente por ela foi sendo realizada e que a conduziu a obter o grau de Mestre (Relações Interculturais) e de Doutor (Sociologia das Migrações) na Universidade Aberta; ainda, pelas qualidades de curiosidade científica que sempre revelou apraz-me, tanto a título profissional como pessoal, apresentar este estudo que o ACIDI, I.P. considerou oportuno publicar.

Maria Beatriz Rocha-Trindade

Professor Catedrático - UAb

Investigador Sénior - CEMRI

## NOTA PRÉVIA

O trabalho que aqui se apresenta corresponde, no essencial, à tese que defendemos em provas públicas em novembro de 2008 na Universidade Aberta para obtenção do grau de doutoramento em Sociologia, especialidade Sociologia das Migrações. Foram introduzidas algumas alterações ao texto original, designadamente a eliminação dos anexos metodológicos, por se entender que esta informação sobrecarregaria o trabalho e considerando que a obra extravasa a academia e se destina também a um público alargado. A tese original pode ser consultada no Centro de Documentação da Universidade Aberta.

Este trabalho resulta de um caminho partilhado entre várias pessoas a quem expresseo o meu agradecimento por ter chegado ao fim tendo aprendido tanto: às/aos descendentes de imigrantes que participaram na pesquisa, tendo amavelmente acedido a relatar as suas trajetórias e pela disponibilidade da partilha das “coisas da vida”; à Doutora Maria Beatriz Rocha-Trindade e ao Doutor Hermano Carmo, orientadores científicos, pela aprendizagem, confiança e motivação; às/aos colegas da Universidade Aberta, docentes e não docentes, pelo interesse e incentivo, em particular à Doutora Teresa Joaquim e à Dr.<sup>a</sup> Lisete Tavares; à Doutora Celeste Quintino, à Doutora Ana Paula Beja-Horta e ao Doutor Fernando Luís Machado, que integraram o júri e que teceram comentários valiosos que me permitiram ir mais além na reflexão após a pesquisa concluída. Por fim, um agradecimento especial para minha mãe, meu pai, meu irmão, João, Ana e à rede das amizades, por partilharem o indivisível e proporcionarem insubstituíveis almofadas afetivas, confirmando a força dos laços fortes mesmo para além das fronteiras geográficas e dos oceanos.

Pese embora todo os inestimáveis contributos, as fragilidades que esta tese possa apresentar são, naturalmente, da minha inteira responsabilidade.

## RESUMO

Os resultados que se apresentam decorrem de um projeto de investigação sobre a participação associativa de descendentes de imigrantes de origem africana lusófona em Portugal. A problemática sobre a qual se delineou a pesquisa centra-se na compreensão do processo de participação cívica ativa na sociedade portuguesa, mediante a análise dos fatores que condicionaram o seu envolvimento em associações e das interações entre a ação individual e o contexto sociopolítico.

A questão central orientou-se em dois eixos, relacionados entre si: um primeiro, que procura identificar catalisadores da participação cívica; um segundo, tenta compreender o papel que a participação associativa desempenha na vida dos sujeitos participantes na pesquisa, especificamente no que respeita a trajetórias de mobilidade social. O associativismo é estudado enquanto instrumento de aquisição de capital social, pois permite o acesso a redes sociais que lhe são intrínsecas, e pelos efeitos que exerce em trajetórias de mobilidade individuais.

A estratégia metodológica adoptada nesta investigação caracterizou-se pela abordagem qualitativa e a primazia do paradigma interpretativo. A matéria-prima empírica foi recolhida com base em histórias de vida, a partir de múltiplas entrevistas focalizadas nas trajetórias de dirigentes associativos, descendentes de imigrantes africanos lusófonos.

A análise das trajetórias conduziu à elaboração de um sistema de catalisação da participação, que sublinha a influência recíproca entre fatores estruturais e individuais. Confirma-se o papel do associativismo como fonte de capital social e de capital cultural e que a articulação de ambos favorece trajetórias de mobilidade social ascendente. Evidencia-se que o associativismo promove a socialização para a cidadania.

### **Palavras-chave**

Associativismo; capital social; cidadania; descendentes de imigrantes; histórias de vida; mobilidade social; participação cívica; Portugal.



## ABSTRACT

The results presented here are the outcome of a research project on the participation in associations of the descendants of immigrants from Portuguese speaking African countries in Portugal. The issue around which the research was designed is understanding the process of active civic participation in the Portuguese society, through the analysis of the factors that condition their involvement in associations and the interactions between individual action and the socio-political context.

The central question is oriented in two axes, related to each other: one trying to identify catalysers of civic participation; another one trying to understand the role that participation in association plays in the life of the individuals studied in the research, specifically in what concerns their trajectories of social mobility. The participation in associations is studied as a means for acquiring social capital, since it allows the access to social networks inherent to that participation, and for the effects it has on the individual trajectories of mobility.

The methodological strategy adopted in this research is characterised by a qualitative approach and the priority given to the interpretational paradigm. The empiric raw material was gathered on the basis of life stories, from a number of interviews focusing on the trajectories of leaders of associations descending from Portuguese speaking African immigrants.

The analysis stress that civic participation is a result of reciprocal influences between structural and individual factors. The research confirms that associative participation is a source of social and cultural capital and that both capitals support trajectories of upward social mobility. It is highlighted that associative participation promotes socialization for citizenship.

### Keywords

Associations; citizenship; civic participation; immigrant descendants; life stories; Portugal; social capital; social mobility.

## CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

### 1. APRESENTAÇÃO DO TEMA

Os resultados que se apresentam decorrem de um projeto de investigação sobre a participação associativa de descendentes de imigrantes de origem africana lusófona em Portugal, conducente à realização de uma tese de doutoramento em Sociologia, especialidade Sociologia das Migrações.

A problemática sobre a qual se delineou a pesquisa centra-se na compreensão do processo de participação cívica ativa na sociedade portuguesa, mediante a análise dos fatores que condicionaram o seu envolvimento em associações e das interações entre a ação individual e o contexto sociopolítico envolvente. Tem como ponto de chegada o desenho das trajetórias de dirigentes associativos, nas suas singularidades e nos seus traços comuns, com base na recolha de histórias de vida.

A questão central orientou-se em dois eixos, relacionados entre si: um primeiro, que procura identificar catalisadores da participação cívica; um segundo, tenta compreender o papel que a participação associativa desempenha na vida dos sujeitos participantes na pesquisa, especificamente no que respeita a trajetórias de mobilidade social. O associativismo é estudado enquanto instrumento de aquisição de capital social, pois permite o acesso a redes sociais que lhe são intrínsecas, e pelos efeitos que exerce em trajetórias de mobilidade individuais. Com esta dupla perspetiva pretende-se clarificar a relação entre os fatores que permitem a aquisição de capital social e os resultados que decorrem da sua posse.

Ao procurar responder à questão central da pesquisa, pretendemos dar um contributo para preencher lacunas na investigação empírica sobre associativismo e sobre descendentes de imigrantes em Portugal, assim como enriquecer a análise teórica em torno da temática da participação cívica e do conceito de capital social.

A opção pelo estudo da participação associativa tem em consideração a ênfase dada a esta questão pelos organismos internacionais responsáveis na área das migrações, que referem quanto é desejável o alargamento e o reforço dos direitos de participação dos imigrantes nos países de acolhimento, entendidos como instrumento de luta contra a exclusão e a discriminação, como fator de promoção da coesão social e como garantia de igualdade e plena cidadania (CMMI 2005: 47; PNUD 2000: 38).

Numa outra perspetiva, a participação das populações nos processos de tomada de decisão relacionados com o desenvolvimento das suas localidades ou regiões é apontada como uma condição vital para o reforço da cidadania. A *Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho* realça os benefícios do envolvimento e da participação de grupos desfavorecidos nas ações de combate à exclusão, incentivando os Estados a investir nos atores locais e nas suas competências para utilizarem os recursos disponíveis, no sentido de criarem estratégias de resolução de problemas e, assim, se alcançar um desenvolvimento efetivo de comunidades desfavorecidas (Rodrigues, Stoer 1998: xi-xii).

Consideramos que o enquadramento da participação associativa na discussão contemporânea sobre cidadania e com referência ao contexto concreto dos imigrantes e seus descendentes, constitui um objeto de estudo pertinente para compreender os processos de inclusão social e política em curso, confrontando-nos com práticas de cidadania emergentes na sociedade portuguesa.

A atenção aos descendentes de imigrantes justifica-se pela convergência de resultados de estudos em países com uma história de imigração mais antiga, mais longa e sedimentada do que Portugal, caso dos Estados Unidos da América, de que a integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento deve ser avaliada sobretudo pela situação vivida por estes e não tanto pela situação dos imigrantes de primeira geração. Colhe consenso científico a afirmação que

“A longo prazo, o carácter da adaptação de minorias estrangeiras não se afere pelo destino da primeira geração mas da segunda. (...) Os seus filhos [dos imigrantes de primeira geração] orientam-se para o país receptor do qual são cidadãos legais ou, pelo menos, membros sociais” (Portes 1999: 3-4).

Associado a esta argumentação lógica subjaz um pressuposto de ordem moral: a convicção de que a participação associativa dos imigrantes e descendentes é a expressão do exercício de direitos sociais e políticos essenciais para o reforço da cidadania, da igualdade e da coesão na sociedade portuguesa.

## 2. PROBLEMÁTICA

As temáticas da cidadania e da participação cívica dos migrantes e descendentes, enquanto objeto de estudo da investigação científica, têm-se desenvolvido a partir de diferentes abordagens teóricas, cuja diversidade de resultados e interrogações nos despertam para a sua riqueza heurística. Sob o ponto de vista disciplinar poder-se-ia destacar o interesse da Sociologia e da Ciência Política, bem como as intersecções e complementaridades dos olhares de qualquer delas. Tendo em conta os objetivos e o enquadramento disciplinar da tese, a análise que se desenvolve ao longo do trabalho realizado tem como foco central os contributos da Sociologia.

Tendo como propósito estudar o processo de participação associativa por parte de descendentes de imigrantes, procurámos apoio na investigação que se tem produzido ao longo da última década sobre associativismo juvenil e participação política em Portugal e constatámos que, em regra, a variável imigração não está incluída nestes estudos (cf., por exemplo, Almeida *et al.* 2002; Delicado 2003; Freire 2001; Vala *et al.* 2003; Viegas, Dias 2000). Por outro lado, a produção teórica sobre participação política dos imigrantes tem vindo a desenvolver-se mais intensamente na última década, sobretudo na vertente do associativismo, mas sem o enfoque neste grupo específico (Albuquerque 2002; Albuquerque *et al.* 2000; Carita, Rosendo 1993; Horta 2002; Marques *et al.* 1998, 1999, 2000, 2003; Paulino 2003; Pereira 2007; Pires 2004; Sardinha 2001; Viegas 1998).<sup>1</sup>

A produção científica em Portugal sobre estas temáticas tem sido produzida em “mundos paralelos”: existe literatura centrada na população de origem portuguesa e, por outro lado, literatura específica sobre imigração e descendentes, sem se estabelecerem análises comparativas entre estas realidades. Parece-nos que tal situação se explica, em grande parte, pelo facto de esta ser uma temática ainda muito recente, tanto na importância que reveste para a própria sociedade, quer enquanto objeto de estudo no âmbito dos centros de investigação portugueses.

Podemos observar que os temas mais frequentes nos estudos sobre participação política dos imigrantes em Portugal são (1) o movimento associativo com origem na imigração, onde se abrangem diferentes nacionalidades (com maior destaque para o associativismo cabo-verdiano), (2) as relações entre autarquias e associações no quadro mais alargado do poder local e das políticas de integração e (3) a análise

1. Cf. também as resenhas bibliográficas da produção científica sobre imigração em Portugal: Baganha, Góis, Marques 2006; Machado, Matias 2006a.

da mobilização da etnicidade (Teixeira, Albuquerque 2005: 21-22). A participação em partidos políticos, sindicatos, organizações religiosas ou outras organizações da sociedade portuguesa, o papel destas estruturas na integração dos imigrantes, bem como o processo de ativação da participação, constituem questões a explorar em investigação futura.

Atente-se que a pesquisa se desenvolveu sob a consciência da incapacidade de compreender o processo de participação associativa na sua complexidade. Ao esforço de investigação subjaz, pois, a constatação da incapacidade de apreender o fenómeno estudado enquanto “facto social total”<sup>2</sup>. Tal deve-se à natureza do próprio projeto de investigação – realizado individualmente e com condicionantes temporais, cuja moldura teórica privilegiada é a Sociologia das Migrações, donde não beneficiando da pluralidade de olhares que uma equipa interdisciplinar traria a esta análise – mas também, e sobretudo, ao carácter multidimensional do processo de participação associativa.

Conforme salientado por investigação recente realizada em outros países, esta multidimensionalidade exige a tomada em consideração dos vários fatores condicionantes das dinâmicas de participação, bem como as suas interações, embora seja difícil, senão mesmo tarefa impossível, isolá-los de modo a compreender como cada um atua sobre os restantes e como é por eles influenciado, dada uma dependência mútua entre alguns fatores (Newton 2004: 79; Roßteutscher 2000: 245). Assim, o modelo de análise que alicerçou a investigação não tem a preocupação de identificar relações diretas de causa-efeito entre variáveis, centrando-se sim nas interações entre fatores e nos significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos no processo.

Nesta perspetiva, a pesquisa aqui apresentada apoia-se em análises realizadas por vários autores, que constituem esforços para conciliar fatores de natureza estrutural

2. Mas, conforme nos alerta Sedas Nunes, recorrendo à reflexão de Lucien Goldmann, “o investigador deve sempre esforçar-se por reencontrar a realidade total e concreta, mesmo quando sabe que só lá pode chegar duma maneira parcial e limitada” (Nunes 2001: 39). Na mesma ordem de ideias assenta o programa sociológico de Weber: “Todo o conhecimento reflexivo da realidade infinita por parte de um espírito humano finito assenta, (...), no pressuposto implícito de que, em cada caso, apenas um fragmento finito da mesma realidade constituirá objecto da apreensão científica (...)”, porque ainda “que tivéssemos o conhecimento mais abrangente possível de todas as «leis» do devir, permaneceríamos perplexos ante esta questão: como é possível explicar causalmente um facto individual, se nem a descrição do mais pequeno fragmento da realidade podemos conceber que seja exaustiva? O número e a natureza das causas que determinaram um qualquer acontecimento individual são sempre infinitos, e não há nas coisas em si nenhum traço distintivo que permita seleccionar uma parte delas como sendo a única que deve ser tomada em consideração” (Weber 2004: 624, 629).

com fatores de natureza individual e que deram origem a modelos explicativos da participação cívica e política (Putnam 2000; Triandafyllidou, Vogel 2005; Verba et al. 1995; Vogel 2006). De modo complementar, foi também tida em atenção a investigação sobre Estado e sociedade em Portugal, a qual vem reforçar que o processo de participação constitui uma relação dinâmica entre o Estado e os cidadãos, mediada pelos vários instrumentos e mecanismos que aquele coloca à disposição dos indivíduos e que está inserida no contexto mais vasto da evolução dos direitos de cidadania (Hespanha et al. 2000; Mozzicafreddo 2000; Santos 1990). A relação dialética entre ação do Estado e dos cidadãos remete-nos, assim, para uma prática de cidadania que é o resultado do esforço das várias partes envolvidas na construção de um espaço de direitos. A este processo subjaz uma “lógica da cidadania” que acompanha a evolução das práticas sociais e políticas e a reorganização das estruturas sociais (Mozzicafreddo 2000: 186).

É a linhagem teórica exposta neste capítulo que serviu de base ao modelo de análise da participação associativa de descendentes de imigrantes em Portugal.

### **3. MODELO DE ANÁLISE**

A pesquisa orientou-se pela questão central de compreender os processos de participação associativa ativa de descendentes de imigrantes de origem africana lusófona em Portugal.

A atenção aos descendentes de imigrantes da África lusófona justifica-se pelo facto destes grupos, no quadro da história da imigração em Portugal, serem aqueles que detêm um tempo de fixação e de residência suficientemente longo para terem dado lugar ao “único exemplo de uma geração de descendentes plenamente constituída” (Machado, Matias 2006b: 3), o que implica uma experiência de vida passível de se constituir como análise de percursos de mobilidade social. Muito embora se tenham em conta a diversidade de condições sociais entre os imigrantes da África lusófona e no interior de cada uma dessas origens (Machado 1999: 72), a socialização dos descendentes no seio da sociedade portuguesa permite intuir um esbatimento de diferenças derivadas da nacionalidade de referência dos ascendentes e, em simultâneo, a dar maior relevância às diversidades decorrentes das dinâmicas dessa mesma socialização.

Para responder à questão central da pesquisa definiram-se os seguintes objetivos:

1. compreender como se processa o envolvimento ativo em associações, concretamente:
  - a. identificar os fatores facilitadores e motivadores do envolvimento associativo, bem como as dificuldades e os obstáculos encontrados ao longo da experiência associativa;
  - b. analisar as conexões entre os fatores intervenientes neste processo de modo a identificar os catalisadores da participação cívica;
  - c. analisar de que modo as ações dos indivíduos intervêm nesta relação;
2. compreender o papel que a participação associativa desempenha na vida dos indivíduos participantes na pesquisa, designadamente:
  - a. verificar se e como as redes associativas permitem a aquisição e/ou o reforço de capital social (analisando a eventual interação entre diferentes fontes de capital social);
  - b. verificar se e como as redes associativas resultam em mobilidade social ascendente (face à posição social atual dos progenitores).

A utilização do termo verificar no modelo de análise não assume o significado da verificação científica do paradigma positivista e das abordagens quantitativas, mas é antes tomada numa aceção da verificação possível na pesquisa qualitativa em Ciências Sociais, correspondendo ao objetivo de corroborar ou complementar teorias existentes, tendo em conta a impossibilidade da prova absoluta.<sup>3</sup>

Os objetivos da pesquisa sustentam-se em dois eixos analíticos inter-relacionados, apoiados em contributos teóricos vários e cuja articulação permitiu ultrapassar as incompletudes de cada um, que foram sendo percebidas à medida que progredia nas tarefas de definição da problemática e de revisão da bibliografia. Utilizar uma pluralidade de contributos teóricos – que podem ser designados por recursos conceptuais e analíticos – permitiria corrigir algum desfasamento entre a abstração teórica e a exigência de operacionalizar a pesquisa empírica para obter as respostas às perguntas formuladas (cf. Almeida, Pinto 1986: 63, 73).

3. “Obrigado a viver no provisório e no falível, razão adicional encontra o trabalho científico para buscar corroborações parciais mas rigorosas das teorias que aplica, para ter em conta os apoios empiricamente informados que recolhe. Também não pode deixar de aprender com as anomalias e as contradições, os erros e as insuficiências. Corroborações e anomalias funcionam como indicadores de fecundidade heurística das proposições científicas, suscitam e ajustam novas questões e novas soluções. A lógica da verificação, sem se perder, desautonomiza-se como objectivo explícito” (Almeida, Pinto 1986: 68).

Assim, num primeiro eixo procura-se compreender os processos que conduziram à participação associativa, focando a atenção nas interações entre os diversos fatores aí intervenientes, a partir de uma conceção do associativismo enquanto fonte de capital social. Esta análise tem por base a articulação entre fatores de natureza estrutural e fatores de natureza individual que têm sido evidenciados pela investigação nesta temática e que deram origem a vários modelos explicativos da participação cívica, em particular, as já referidas abordagens de Triandafyllidou e Vogel (2005), Putnam (2000) e Verba, Schlozman e Brady (Verba *et al.* 1995).

Num segundo eixo, procura-se analisar os efeitos do capital social na vida dos indivíduos, uma vez que o acesso às redes sociais intrínsecas ao associativismo pode possibilitar a utilização dessas redes em favor de oportunidades de mobilidade social ascendente. Aqui, apoiámo-nos em conceitos das teorias da mobilidade e da estratificação social, que explicitamos mais adiante.

O associativismo é analisado como forma de adquirir capital social que, por sua vez, pode constituir-se em oportunidades de mobilidade social. Tendo em conta o exposto por vários autores sobre a participação associativa enquanto sistema complexo de interações causais difíceis de identificar e isolar, há que referir que ocorrem problemas idênticos na utilização do conceito de capital social. Numa síntese analítica sobre a pluralidade de aplicações deste conceito, Portes salienta criticamente que a investigação recente tende a elaborar raciocínios circulares porque confunde fontes de aquisição com as consequências da posse de capital social; porque existe uma falta de controlo de fatores que podem concorrer em simultâneo para a aquisição de capital social e para produzir efeitos também resultantes da sua posse; e porque falha em controlar se a presença de capital social é anterior aos efeitos que se espera que este produza (Portes 2000: 151-152).

Partindo destes alertas críticos, foi considerada adequada a opção de estudar a participação associativa delimitando o envolvimento cívico (i.e., fonte de capital social) das consequências que daí resultam (i.e., efeitos do capital social em trajetórias de mobilidade). De forma complementar a esta opção, focaliza-se a pesquisa ao nível da participação enquanto experiência individual, sem dispersar a análise e o debate pelas inter-relações entre associativismo, sociedade civil, Estado e democracia.

O conceito de capital social utilizado neste estudo enquanto instrumento de análise de processos de mobilidade social é da autoria de Bourdieu. Considera-se a conceção mais adequada e útil aos objetivos traçados, uma vez que se centra no plano do indivíduo e coloca em destaque as vantagens do acesso a redes sociais nas oportunidades de mobilidade social. Partindo do seu conceito de capital social



enquanto conjunto de recursos que o indivíduo obtém através do acesso a redes que extravasam a estrutura familiar (Bourdieu 1979), podemos interrogar-nos se e como o acesso a redes mediante a participação associativa oferece oportunidades de mobilidade social.

Em complemento, recorreu-se à teoria clássica da mobilidade social elaborada por Sorokin na qual o autor argumenta que a mobilidade pode resultar do acesso a “canais de mobilidade”, definidos como instituições sociais que permitem aos indivíduos melhorar as condições de vida e o estatuto social. Alguns dos canais apontados pelo autor referem-se à atividade económica, à escola e à adesão a partidos políticos ou organizações profissionais (*cit. in Ferreira et al. 1995: 369*). Em nosso entender, as associações de imigrantes e descendentes constituem-se como um canal de mobilidade possível nas sociedades atuais, apesar da análise de Sorokin, contextualizada na conjuntura social e política do princípio do Século XX, não as contemplar.

Reconhecem-se ainda os contributos deste autor no que respeita a ênfase colocada nos processos que conduzem à mobilidade, sem a pretensão de identificar correlações positivas entre fatores claramente identificados, abordagem também partilhada por Boudon e que o leva a tecer críticas positivas à análise de Sorokin (Boudon 2001b: 38-39).

Na atenção prestada aos indivíduos e às ações que desenvolvem conducentes à participação associativa, fomos colher inspiração no interacionismo simbólico, partindo de dois dos seus temas centrais: a primazia dada às interações sociais e a ideia que a vida social decorre de processos dinâmicos e permeáveis à mudança (Plummer 1995: 226). Daqui resulta a impossibilidade de analisar a ação do “eu” desligada da ação do “outro”, reconhecer a capacidade autorreflexiva dos indivíduos na atribuição e elaboração de significados que lhes permitem viver em sociedade e no carácter contingente desses mesmos significados, bem como das ações individuais e coletivas.

Esta conceção do sujeito como ser racional ocupa papel de destaque na análise de Weber sobre a relação ação/estrutura, ao valorizar o sentido da ação dos indivíduos e ao defender que a estrutura é o resultado da ação imbuída de sentido (Holton 2002: 40-41). A centralidade do sujeito racional marca, de igual modo, as teses da teoria da escolha racional e do individualismo metodológico de Boudon (autor que se inspirou na análise de Weber), nas quais se sublinha, entre outros aspetos, que os atores sociais são intencionais e orientados para objetivos e que as suas ações se baseiam no cálculo entre benefícios e custos dessa ação. Não obstante a primazia dada à decisão

racional, esta não ocorre “fora” da estrutura social, sendo o comportamento individual influenciado por aspetos estruturais e institucionais (Ferreira *et al.* 1995: 245-255).

Relembrando que o processo de participação associativa se desenrola num quadro complexo de interações sociais que envolve oportunidades estruturais e decisões do ator, a análise desenvolve-se, portanto, em torno da dialética ação/estrutura, opção que reflete a conceção dos indivíduos como atores e não como elementos passivos do sistema, mas cujas ações sofrem os constrangimentos da inserção nesse sistema.

É com base no postulado da racionalidade do ator que Boudon (2001a) analisa o fenómeno de mobilidade social como um processo que resulta de múltiplas decisões individuais, da sua agregação e das interferências das instituições ou estruturas sociais, incluindo na sua análise os efeitos inesperados das decisões (designados como efeitos perversos). Um pressuposto fundamental da sua reflexão teórica é, pois, a exigência de uma atitude de respeito para com os indivíduos ao considerá-los como atores racionais:

“La seconde [regra da sociologia] consiste à exiger une attitude de respect à l’égard des acteurs individuels. (...) L’éthique et la méthodologie se rejoignent donc pour conseiller au sociologue de considérer l’acteur social, ainsi que le recommandait Max Weber, comme *rationnel*. (...) La troisième règle consiste à voir que les phénomènes sociaux sont des effets d’agrégation et que ces effets peuvent ne pas être recherchés par les acteurs” (Boudon 2001a: 13-14).

Todavia, apesar de se partir da racionalidade do ator, não podemos desprezar o facto de essa racionalidade ser limitada pela incapacidade do sujeito apreender, de forma consciente, a complexidade de interações em que está envolvido e que subjazem às suas escolhas, na medida em que é “*multissocializado* e demasiado *multideterminado* para que possa estar consciente dos seus determinismos” (Lahire 2005: 37).

É, aliás, o próprio Weber que afirma:

“A acção *real* desenrola-se, na maioria dos casos, na obscura semiconsciência ou na inconsciência do ‘sentido visado’. O agente «sente-o» mais indefinidamente do que o saberá, ou mais que dele ‘estaria claramente ciente’, actua na maioria dos casos instintivamente ou por hábito. Só ocasionalmente (...), se eleva à consciência um sentido (seja racional, seja irracional) do agir. (...). Toda a apreciação histórica ou sociológica, ao analisar a *realidade*, terá sempre de tomar em consideração este facto. Tal não deverá, no entanto, impedir que a sociologia construa os seus conceitos por classificação do «sentido visa-

do» possível, ou seja, portanto, como se o agir se desenrolasse efectivamente com orientação consciente de sentido” (Weber 2004: 602).

Da argumentação anterior decorre que a participação associativa de descendentes de imigrantes não pode ser analisada no pressuposto de que é uma consequência direta de comportamentos estratégicos e intencionais dos sujeitos, ou, pelo contrário, que é um efeito não intencional decorrente das interações sociais. Será mais equilibrado considerar a relevância da influência de fatores estruturais, não só por condicionarem a ação individual, mas porque podem bloquear ou contrariar o sentido da ação visada pelos indivíduos. Por outro lado, deve considerar-se que a forma como cada indivíduo reage perante condições que lhe são exteriores depende dos significados que atribui a essa situação, o que pode determinar que um determinado aspeto seja avaliado como benefício por alguns sujeitos e fator desmotivador da participação por outros.

De modo complementar a esta linha de análise, procede-se à articulação de níveis micro e macro, uma vez que o nosso olhar se debruça sobre a estrutura de oportunidades da participação associativa (nível macro) e as dinâmicas da ação individual (nível micro). É neste sentido que a estratégia adotada tem em conta a reflexão desenvolvida por Lin (2003). Para a autora, estudar o capital social implica examinar os mecanismos e processos que levam à aquisição de recursos inerentes às redes sociais e ao seu investimento, defendendo que esta abordagem permite estabelecer ligações entre a estrutura e os indivíduos e, assim, colmatar a lacuna conceptual dos estudos que incidem no nível de análise micro ou macro (Lin 2003: 3).

Em suma, as perceções e avaliações do ator são enquadradas pelas interações entre este e o sistema, sendo que as suas respostas às condições do meio cultural, social, económico e político envolvente concorrem para o resultado final. À esfera da interação micro/macro, alguns autores designam como meso-estrutura, que consiste na análise de como as forças institucionais e sociais interferem com a ação humana (Olesen 1994: 162).

Foi ainda considerado que na análise micro/macro da mobilidade social ou das desigualdades é importante considerar a “singularidade das combinações sociais” e a possibilidade de existirem “*biografias* particulares” (Ferreira *et al.* 1995: 339), na medida em que as trajetórias de mobilidade são condicionadas pelo contexto onde se inserem os indivíduos, ou seja, pelas suas redes de sociabilidade (*idem*: 340-341). As redes sociais constituem, assim, um elemento a considerar no modelo de análise da participação associativa de descendentes de imigrantes.

A análise das desigualdades vem confirmar a necessidade de cruzar uma pluralidade de fatores, pluralidade também inerente à análise da participação política:

“O estudo das condicionantes e probabilidades de acção individual deve [considerar] o mapa complexo de relacionamentos sociais em que nos colocamos: a origem ou pertença social de classe, o cruzamento de múltiplos atributos, as estratégias individuais e colectivas da acção, as características sociais (incluindo de classe) dos meios sociais onde nos inserimos ou com os quais entramos (mesmo que episodicamente) em relação” (Ferreira *et al.* 1995: 341).

A compreensão dos efeitos da estrutura sobre as decisões individuais de descendentes de imigrantes exige, deste modo, uma intersecção analítica entre as variáveis género, etnicidade e classe pois são as suas influências recíprocas que delimitam as posições sociais dos sujeitos (vd. ponto 3.1. deste capítulo).

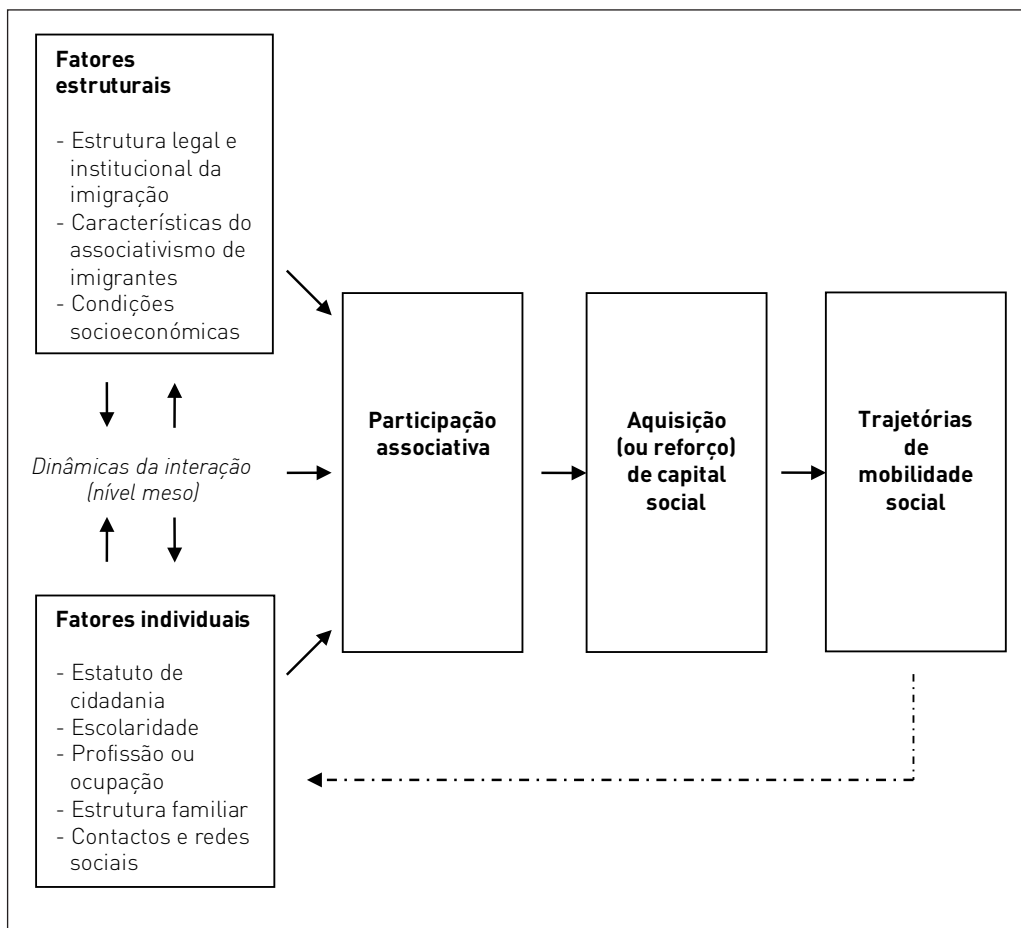
A reflexão e a investigação empírica sobre disposições sociais que Bernard Lahire (2003, 2004, 2005) tem vindo a desenvolver permite complementar este olhar sobre as intersecções entre a estrutura e o ator:

“O que determina a activação de determinada disposição num certo contexto pode ser concebido como *o produto da interacção entre (relações de) forças internas e externas*: relação de forças interna entre disposições mais ou menos constituídas durante a socialização passada, (...), e relação de forças externa entre elementos (...) do contexto que pesam mais ou menos fortemente sobre o actor individual, no sentido em que o constroem e o solicitam mais ou menos fortemente (...)” (Lahire 2005: 37).

A pertinência da relação ação/estrutura foi reconhecida por outros investigadores em estudos recentes aplicados à realidade portuguesa, nomeadamente sobre as estratégias empresariais de imigrantes (Oliveira 2005) e a integração dos retornados (Pires, 2003); a abordagem micro/macro sustentou o estudo da relação entre o Estado e a participação política dos imigrantes, dando relevo também à relação entre a estrutura institucional que regula a imigração e os seus efeitos sobre a ação individual e coletiva (Horta 2004).

Tendo explicitado as linhagens teóricas e conceptuais que sustentam a pesquisa, apresentamos na Figura 1 o modelo de análise da participação associativa de descendentes de imigrantes.

Figura 1 - Modelo de análise da participação associativa de descendentes de imigrantes



### 3.1. Intersecção analítica entre etnicidade, classe e género

Ravenstein foi pioneiro na elaboração de um modelo explicativo das migrações, ainda no Século XIX, ao desenvolver um conjunto de leis que sustentavam a explicação das migrações como uma combinação de fatores de atração e de repulsão (Rocha-Trindade *et al.* 1995: 73). De entre o conjunto de leis por ele elaboradas, uma delas refere-se diretamente à migração feminina e postula que as migrações de curta distância são maioritariamente constituídas por mulheres (Morokvasic 1993: 459; Rocha-Trindade *et al.* 1995: 73).

Apesar desta primeira análise das migrações não descurar o papel das mulheres no fenómeno migratório, a literatura científica até meados dos anos de 1970 analisava a imigração feminina no quadro das migrações familiares (nomeadamente submetida à categoria do reagrupamento familiar) e não enquanto migração autónoma. Por um lado, tal facto justifica-se porque até esta data a migração masculina era claramente dominante, muito embora alguns dos fluxos migratórios na Europa contarem já com uma população feminina significativa, como era o caso da emigração de Portugal, Espanha e Jugoslávia para França nos anos de 1960 e 1970 (Kofman 1999: 274) e da emigração de Cabo-verdianas e Filipinas para a Europa, designadamente Itália, especialmente recrutadas para trabalharem como empregadas domésticas (De Filippo, Pugliese 2000: 58). Por outro lado, a visibilidade das mulheres enquanto migrantes é consequência do desencadear do processo de reagrupamento familiar inerente à fixação dos imigrantes, que coincidiu com o controlo e fecho de fronteiras entre 1973 e 1974, apesar de essa sedentarização contrariar, desde há muito, as expectativas dos países recrutadores de mão-de-obra (Morokvasic 1993: 459-461).

É com o desenvolvimento das perspetivas feministas nas Ciências Sociais ao longo da década de 1970 e início da de 1980 que os estudos das migrações passaram a integrar análises sobre a posição das mulheres na estrutura social e sobre as relações de género. Uma revisão da literatura científica a partir dessa época permite-nos hoje encontrar abordagens da dimensão feminina no quadro dos movimentos migratórios internacionais na Europa, novos olhares sobre a história das migrações que contrariam a “cegueira” das análises históricas sobre o papel das mulheres nestes processos e também estudos de caso sobre a imigração feminina no sul da Europa (King, Zontini 2000: 37).

Morokvasic defende que a posição das mulheres imigrantes e ou de minorias nas sociedades industriais desenvolvidas é determinada pela articulação de diferentes relações de poder, sendo as mais importantes as relações de género e de classe e a relação entre estas mulheres e o Estado-nação, seja enquanto imigrantes, estrangeiras ou minorias étnicas (1993: 465).

As recentes abordagens feministas das migrações têm procurado salientar que a situação das mulheres passa por uma análise multidimensional, que proceda articule as questões de género, de classe e de pertença étnica e analise o modo como cada uma destas variáveis influencia as outras e, em simultâneo, é por elas influenciada. Assim, as vivências das mulheres imigrantes ou de minorias – a sua posição no mercado de trabalho, as relações com a família, o seu grau de autonomia, de par-

ticipação ou de inserção social – dependem da forma como se conjugam estas dimensões. Outras variáveis como a orientação sexual e a idade são também consideradas importantes para compreender a complexidade e pluralidade das trajetórias de cada mulher. Daqui resulta que, apesar da pluralidade e alguma conflitualidade presente nas abordagens feministas, é consensual que a investigação deve focar-se na diversidade de situações vividas pelas mulheres e na contextualização dessas vivências na estrutura social e política das sociedades em análise (Olesen 1994: 158).

As sociedades estão organizadas em torno de relações hierárquicas de poder. O facto de uma sociedade apresentar uma divisão sexual do trabalho mais ou menos vincada, de existir uma distribuição mais ou menos desigual entre migrantes e não migrantes por determinados tipos de trabalho, ou se o trabalho doméstico e o cuidar dos filhos for predominantemente assegurado pelas mulheres por assim ser culturalmente esperado, mulheres e homens, migrantes ou não migrantes, de grupos étnicos minoritários ou do grupo étnico dominante, serão influenciados de modo diferente e irão ocupar uma posição específica no conjunto dessa estratificação social.

A posição dos grupos numa escala hierárquica de relações de poder é determinada pela conjugação de traços como a classe social, a etnicidade, a idade e o sexo; estes elementos não são apenas traços descritivos das identidades dos indivíduos nem os indivíduos são livres de escolher a posição que pretendem ocupar na estrutura social (Andersen 2001: 196). Por outras palavras, a posição que cada pessoa ocupa na hierarquia social é o resultado da conjugação das suas várias pertenças e dos diferentes círculos sociais em que se move (no sentido atribuído por Simmel). Mouffe olha para o ator social:

“ não como um sujeito unitário, mas como a articulação de um conjunto de posições de sujeito, construídas a partir de discursos específicos e sempre precária e temporariamente suturadas na intersecção dessas posições de sujeito” (Mouffe 1996: 97).

Os resultados de estudos sobre a situação das imigrantes em Portugal confirmam que a situação das mulheres reflete o conjunto de relações assimétricas onde discriminação étnica e diferenciação classista se encontram associadas e se influenciam reciprocamente (AA.VV. 2006; Catarina, Oso 2000; OIM 2003; Peixoto 2006; Sertório, Pereira 2004; SOS Racismo 2005; Wall *et al.* 2006).

Se as primeiras abordagens sobre o género puseram em relevo o papel desempenhado pelas relações patriarcais<sup>4</sup> na subordinação das mulheres face aos homens, as perspectivas feministas atuais reforçam a convicção de que as relações patriarcais são condicionadas por outras formas de relação social, sendo necessário compreender como é que elas se articulam entre si. Novamente, a tónica é colocada no facto de que nenhuma destas variáveis é independente em relação às outras e de que a opressão de cada uma está presente e é influenciada pelas outras (Brah 2004: 112).

A investigação que tem vindo a ser desenvolvida por feministas negras (Collins 1991; Knowles, Mercer 1992; Sudbury 1998; Yuval-Davis 1997a) tem participado neste esforço de procurar compreender a intersecção entre as questões raciais, de género e de classe e tem demonstrado que as experiências de racismo por parte de mulheres negras são diferentes das dos homens negros. Algumas investigadoras avançaram os conceitos de “racismo sexualizado” e de “sexismo racializado” para compreender a complexidade das discriminações de que as mulheres são alvo (Sudbury 1998: 39). O que estas abordagens feministas têm procurado acentuar é que a posição que cada mulher ocupa numa dada sociedade não é o resultado de uma simples soma ou multiplicação de tipos de discriminação, mas sim de um processo de interdependência permanente entre múltiplos fatores. Defende-se que não podemos isolar a experiência do racismo da experiência do sexismo para compreender os fenómenos de opressão que afetam as mulheres de minorias étnicas. Assim, há que ter presente que:

“A questão do conceito de género só pode surgir a partir da noção de variabilidade de culturas, demonstrando-se assim que não existe uma biologia, um corpo estruturado fora da cultura (mesmo antes do nascimento) mas que os significados atribuídos às características corporais são sociais e políticas” (Joaquim 2006a: 62).

A investigação recente tem também insistido na pluralidade de experiências que cada uma das categorias encerra, ou seja, a experiência de racismo ou de sexismo são vividas de modo diferente por mulheres diferentes. Quer a etnicidade, quer o género não são características estáticas herdadas biologicamente, antes pelo contrário,

4. Aceita-se a aceção de patriarcal apresentada por Brah, que reconhece, à semelhança de outras investigadoras, as limitações do termo patriarcado para explicar as formas de dominação masculina em relação à classe e ao racismo. O termo patriarcal refere-se então ao modo em que “relaciones sociales particulares combinan una dimensión pública de poder, explotación o estatus con una dimensión de servilismo personal” (2004: 111).



são características culturais em construção que variam de acordo com os contextos sociais, económicos, demográficos, ideológicos e históricos. A abordagem feminista defende também que mesmo a categoria “mulher” não é uniforme e o “ser-se mulher” varia consoante as pertenças étnica e de classe (Davis *cit. in* Sudbury 1998: 39), ao qual se deve acrescentar a orientação sexual e a idade.

Em suma, as intersecções entre racismo, classe social e género são relações historicamente contingentes:

“porque género não é sempre constituído de modo coerente ou consistente em contextos históricos diferentes e porque género intersecta com modalidades de identidades constituídas de maneira discursiva: racial, de classe, de etnicização, sexual e regional. Em consequência, torna-se impossível separar ‘género’ das intersecções políticas e culturais nas quais é invariavelmente produzido e mantido” (Buttler *cit. in* Joaquim 2006a: 123).

A diferença não parte necessariamente de uma hierarquia de opressão, mas o ponto de chegada pode ser uma situação de igualdade ou de desigualdade e esse resultado depende dos processos de articulação das várias categorias num determinado contexto social e histórico.

### **3.2. Em volta do conceito de descendentes de imigrantes**

“O conhecimento do mundo faz-se por palavras. Elas dão-lhe sentido” (Pais 2005: 53), enquanto a produção científica se sustenta em categorizações da realidade, isto é, em elaboração de conceitos que nos permitem analisá-la, mas aceitando a distância entre ela e o conhecimento derivado dessa abstração teórica e conceptual<sup>5</sup>. A perceção de que os conceitos traduzem um esforço de simplificação da realidade complexa e daí resultar alguma inadequação, fez-me sentir, por vezes, como estando “envolta pelo” conceito de descendentes de imigrantes, pelo que se apresenta neste ponto o raciocínio processado “em volta” deste conceito, justificando a opção tomada.

5. “Pelo conhecimento, os sujeitos assimilam a realidade aos seus conceitos e operações, construindo representações que lhes permitem acomodar-se aos objectos (...). Portanto, ao procurarmos conhecer a realidade social, vamos construindo, a respeito dela, e mediante quadros categoriais, operadores lógicos de classificação, ordenação, etc. (...) – vamos construindo instrumentos que nos proporcionam informações sobre essa realidade e modos de a tornar inteligível, mas nunca se confundem com ela” (Silva, Pinto 1986: 10). Cf. também Capítulo I, ponto 2 e Capítulo II, ponto 3.

A necessidade de nomear, através de uma categorização sociológica, os filhos de imigrantes nas sociedades de acolhimento que – desde os anos 1970, na Europa, ou anteriormente nos Estados Unidos da América – os viram chegar ou aí nascer, fez surgir várias designações, num esforço dos investigadores em criar sentidos para tornar inteligível uma realidade em mutação e passível de ser analisada comparativamente pela comunidade científica internacional. Estes conceitos devem ser entendidos como conceitos-tipo ou ideal-tipo (Weber 2004: 643), ou seja, uma aproximação analítica à realidade concreta dos fenómenos sociais em estudo<sup>6</sup>.

Mas se esta aceção é partilhada consensualmente entre investigadores, a transferência de conceitos científicos para a linguagem do senso comum e a sua vulgarização, mediada pela comunicação social, pode ter efeitos perversos (na aceção de Boudon), porque o discurso público pode objetivar como realidade algo que é fruto da problematização científica (Stanfield II 1993: 7, 11)

A categorização sociológica pode também interferir ou indiciar práticas sociais e políticas diferenciadoras, na medida em que:

“pour pouvoir traiter des ‘nationaux’ comme des ‘immigrés’ il faut mettre en avant l’appartenance ethnique ou nationale ‘autre’. Quoi qu’ils fassent et quels qu’ils soient, leur extranéité leur est donc renvoyée en permanence” (Minces 1986: 147).

Tal é visível no caso dos descendentes de imigrantes africanos lusófonos, que mesmo tendo nascido em Portugal não acederam à cidadania devido à definição política da nacionalidade, ou que sendo cidadãos portugueses à luz da lei encontram-se relegados para uma condição de estrangeiro (de “estranhos”) pelas práticas do quotidiano e por processos de desafiliação, nomeadamente por via de dificuldades no sucesso escolar e, conseqüentemente, na inserção no mercado de trabalho, fatores cuja conjugação determina maior vulnerabilidade à exclusão.

Estas situações levam alguns autores a definirem os filhos de imigrantes como estando “integrados mas excluídos” (Bastienier *cit. in* Tomasi 1992: 294) ou “assimilados

6. “O tipo ideal é uma imagem mental que não é a realidade histórica ou sequer a «verdadeira» realidade e cuja função ainda menos é servir de esquema no qual se pudesse ordenar a realidade como modelo. Tem, antes, o significado de um conceito-limite puramente ideal, pelo qual se mede a realidade para clarificar certos componentes importantes do seu conteúdo empírico, e com o qual ela é comparada. Estes conceitos são estruturas em que construímos conexões, utilizando a categoria da possibilidade objectiva, que a nossa imaginação, formada e orientada segundo a realidade, julga adequadas” (Weber 2004: 643).

culturalmente, mas não integrados socialmente nem sobretudo profissionalmente” (Wieviorka 1995: 39). Podem, assim, ser representados como excluídos, ainda que o:

“excluído [seja] um “incluído”, ou seja um membro desse movimento incessante da vida e da interação social a que chamamos sociedade. (...) uma forma de estar fora, repetimo-lo, que é uma forma particular de estar dentro” (Garcia et al. 2000: 211).

As expressões “segunda geração” e “descendentes de imigrantes” têm sido as que os investigadores mais têm colocado em confronto, no contexto nacional e internacional. A opção por usar uma expressão em detrimento de outra(s) não é, portanto, uma mera questão terminológica, antes exigindo a reflexão sobre os conceitos utilizados, muito embora qualquer das opções conceptuais tomadas possa extravasar a mera função de categorização analítica e induzir efeitos não desejados pelos investigadores.

Foi nos EUA, no período entre as duas guerras mundiais, que se começou a utilizar a noção “segunda geração de imigrantes” para distinguir entre os imigrantes e os seus filhos (Rea 1992: 165). Na Europa, o termo que surgiu primeiro foi o de “filhos de migrantes”, enquadrado sobretudo pelos projetos do Conselho da Europa lançados a partir dos anos 1970 destinados à integração escolar destes grupos, como resultado dos processos de reagrupamento familiar e da consolidação do fenómeno imigratório nos países tradicionalmente recetores de trabalhadores estrangeiros<sup>7</sup>.

Mas se tomarmos como exemplo alguma da literatura científica sobre os imigrantes portugueses em França, apercebemo-nos da ambivalência com que os investigadores se defrontavam para nomear este fenómeno emergente das novas gerações, oscilando entre noções como “luso-franceses”, “lusodescendentes”, “descendentes de emigrantes”, “segunda geração” (Carreira, Tomé 1994; Oriol 1982; Rocha-Trindade 1984b, 1985, 1986). Na verdade, quando a noção “segunda geração” é utilizada nesses trabalhos vem acompanhada da constatação da sua ineficácia para expressar a pluralidade de pertenças e a complexidade da definição identitária destes jovens e para dar conta da diferenciação vivencial – nos trajetos, nos estilos de vida, nas expectativas – entre as primeiras gerações de imigrantes e os seus descendentes.

7. Entre 1977 e 1983 esteve em ação o Grupo de trabalho sobre “Formação dos professores responsáveis pelo ensino dispensado aos filhos de migrantes”, embrião da política educativa europeia no domínio da interculturalidade (Monteiro 2001: 229).

Aliás, investigação recente sobre os lusodescendentes no Canadá aponta para resultados semelhantes: ambivalência identitária, que traduz uma filiação dupla, e diversidade de trajetórias (Oliveira, Teixeira 2004).

Sinteticamente, a noção de “segunda geração” não tem sido poupada a críticas por não traduzir corretamente, ou reduzir a uma falsa homogeneidade, a diversidade de perfis sociais e culturais e de trajetórias migratórias dos filhos de imigrantes (Carreira, Tomé 1994: 156; Machado, Matias 2006b: 5-10; Rocha-Trindade *et al.* 1995: 50); por pressupor “uma espécie de reprodução social mecânica” entre o estatuto social desfavorecido da primeira geração e o dos filhos e omitir ou desvalorizar os contrastes entre eles (Machado 1994: 120); ou ainda por conduzir à estigmatização (Rea 1992: 164).<sup>8</sup>

É neste contexto que surge a proposta de designação de “novos luso-africanos”, por oposição à de “segunda geração de imigrantes”, ao se destacar nestes grupos a inexistência de traços básicos das populações imigrantes como “a transitoriedade da presença e o projeto de regresso” e se salientar a presença de identidades culturais híbridas (Machado 1994: 112-113).

Outros autores têm preferido especificar o traço “negritude” para proceder à investigação comparativa dos processos de transição social entre jovens Portugueses com ascendência étnica diferenciada, mas estando conscientes da diversidade intrínseca ao grupo designado por “jovens negros em Portugal” (Vala 2003: 1). Ou por salientarem as referências cruzadas entre a negritude, a africanidade e a portugalidade na construção identitária destes jovens, onde a etnicidade é esteticizada por via das expressões culturais negras mais do que como resultado de uma pertença étnica dupla e hifenizada, que faz rejeitar a noção de “luso-africano” (Contador 2001: 19)<sup>9</sup>.

8. “Foi usual, num passado recente, designar os jovens nascidos de pais migrantes por emigrantes de 2ª geração. A designação pode não ser apropriada, contrastando os casos em que os filhos nascidos no país de origem acompanham os pais no seu percurso migratório, com o daqueles que já nasceram no país de destino e que não devem, por isso, ser tecnicamente classificados como emigrantes” (Rocha-Trindade *et al.* 1995: 50).

9. “A negritude é um “em construção” de significados, num agenciamento de formas culturais que celebra os valores estéticos da negritude. Estes valores estéticos não se resumem, no entanto, ao seu único território de reapresentação: um corpo negro. Neste sentido, no caso dos jovens negros portugueses, a negritude é também uma questão de narrativa – micronarrativa – onde está presente a gestão da tensão entre “o que se é” e “o que se quer ser”, a gestão da tensão entre “ser negro” e “ser português”, e entre “ser negro português” e “ser negro em geral”” (Contador 2001: 32).

Contudo, entendemos ser útil para a análise dissociar o conceito sociológico de descendentes de imigrantes da problemática da definição identitária. Existe já numerosa e diversificada investigação sobre este assunto, que consensualmente aponta para que as identidades – sociais, culturais, étnicas ou nacionais – são fruto de processos de adaptação ao contexto social e às interações entre os grupos nesse contexto, como apontado por Contador.

A investigação tem, inclusive, confirmado a maleabilidade e o carácter estratégico da identidade social no quadro da identidade nacional dos Portugueses (Miranda 2002: 164). Pode apontar-se, também como exemplo, a crítica à larga difusão do discurso de que os jovens filhos de imigrantes vivem uma crise de identidade, porque a ele subjaz uma definição identitária rígida e assente em categorias únicas quando este é um processo flexível e intrinsecamente complexo (Albuquerque 1996; Carvalho 2005).

Deste modo, parece-nos que a reflexão sobre as identidades “lusó-africana”, “portuguesa” ou “africana” e as consequentes dinâmicas de pertença e definição à sociedade portuguesa não invalidam a pertinência do conceito de descendentes de imigrantes como instrumento de análise de dinâmicas sociais que extravasam a esfera identitária.

Na investigação recente encontramos o uso preferencial do conceito de descendentes de imigrantes, porque evita

“a particularização da geração *filhos*, uma vez que, no caso de um fluxo migratório que se estenda ao longo dos decénios, por via de sucessivas chegadas ao país receptor, nele coexistirão filhos, netos ou bisnetos dos imigrantes de primeira geração: nesse contexto haverá lugar a considerar-se a existência de um *continuum* de gerações, englobando imigrantes propriamente ditos e todos os seus descendentes” (Rocha-Trindade *et al.* 1995: 50; em negrito no original).

Esta é, também, a nossa opção, salientando que a noção de descendentes aponta para múltiplos percursos e socializações, onde o fio condutor da ligação ao passado migratório dos pais não remete para a imutabilidade e a homogeneidade de vivências. Em complemento, entende-se que a reflexão sobre este conceito é adequada e enquadra-se na análise apresentada no ponto anterior sobre a multiplicidade de traços definidores da posição que cada indivíduo ocupa na estrutura social (vd. 3.1. deste capítulo). Por outro lado, vai também ao encontro da síntese de Machado e

Matias (2006b), que apontam como necessário o cruzar de diferentes eixos analíticos para dar conta da diversidade de situações dos e das descendentes de imigrantes, tendo em atenção as dinâmicas recíprocas entre posições de classe, etnicidade, idade e sexo.

Os mesmos autores recorrem, também, à problematização no domínio da Sociologia da Juventude, que aponta para uma diversidade de “juventudes”, salientada pelas duas correntes predominantes: a geracional e a classista. Conforme salientado por Pais:

“Em vez de teimosamente me agarrar a uma, e uma só, destas correntes teóricas, o exercício a que me proponho é o de olhar as culturas juvenis a partir de diferentes ângulos de observação (...). As teorias são objectos de crença, mas em relação a elas também convém alimentar algumas descrenças – o que nos ajuda a multiplicar diferentes planos de perspectiva em relação a um mesmo objecto de análise. Por esta razão é que em relação às *culturas juvenis* construirei um discurso ambivalente: por um lado... por outro lado...” (Pais, 1996a: 89).

Aproximamo-nos ainda da visão de Pais quando refere que podemos “fazer um rótulo com a palavra “cidadania”, mas não sabemos em que realidade o pendurar” (Pais 2005: 53), e da reflexão de Bourdieu para quem a “juventude” (neste caso, os “descendentes”) não é mais do que uma palavra, na medida em que é uma categoria socialmente construída e que se reporta a uma diversidade de condições juvenis, por contraste à homogeneização que o termo juventude, ou descendentes, pode indiciar (Bourdieu 2003: 152-153).

Em suma, o nosso ponto de chegada em relação ao conceito de descendentes de imigrantes é, assim, o ponto de partida de uma análise da participação associativa que exige o olhar da pluralidade de perfis e trajetórias, sabendo que neste espaço conceptual se aconchegam realidades intrinsecamente diversas e complexas.<sup>10</sup>

10. Enfim, temos em mente que “Na definição de conceitos e na consequente fixação das designações que lhes devem corresponder, a abordagem lexicológica deve ser um instrumento auxiliar do cientista social e nunca um vector determinante. Isto é, o rigor semântico deve subordinar-se sempre a uma necessidade de clareza da designação e esta às consequências jurídicas, culturais, sociais e políticas advindas de uma dada opção lexical” (Rocha-Trindade 1993: 424-425).

## 4. SÍNTESE

A pesquisa aqui apresentada centra-se nas trajetórias associativas de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal, numa perspetiva diacrónica desde o seu envolvimento até ao momento atual, para detetar os vários fatores que interferiram significativamente nestes percursos (tanto como fatores bloqueadores quanto facilitadores) e compreender de que modo é que as ações dos indivíduos interferem nesta relação. Procedeu-se à articulação entre níveis de análise macro, meso e micro, conciliando o papel de fatores estruturais (inerentes à moldura política que define e regula as oportunidades de participação política dos imigrantes e descendentes), com o papel das redes sociais e dos fatores individuais, que decorrem de competências e características dos indivíduos que assumiram uma participação política ativa.

Procura-se, assim, responder à questão central de como se envolvem os indivíduos na participação política ativa, que é o mesmo que perguntar como se adquirem hábitos e disposições a ela conducentes, ou ainda, como se aprende a participar e se exerce essa participação.

## CAPÍTULO II - METODOLOGIA

### 1. ORIGENS DE UM PROJETO DE INVESTIGAÇÃO

Wright Mills entendia que a investigação sociológica era enriquecida pelo cruzamento entre as experiências de vida e o trabalho do investigador, o que lhe exigia analisar e interpretar essa experiência para a incorporar no seu trabalho científico (1970: 215-216)<sup>11</sup>. Identificamos a mesma visão em Bourdieu, quando argumenta da pertinência de questionar e interpretar a experiência vivida para a transformar em conhecimento científico, mas tão só na medida em que essa experiência seja submetida à crítica sociológica e adquira, assim, valor científico (2005: 71-72; 2004: 153). De um ponto de vista complementar, Boaventura Sousa Santos afirma que o conhecimento é também fruto das trajetórias das comunidades científicas e que os sistemas de crenças e os juízos de valor dos quais decorre a investigação são parte integrante da explicação científica, pelo que argumenta que “todo o conhecimento científico é autoconhecimento” (2003b: 52-53)<sup>12</sup>.

A pertinência destes “avisos” levou-me a apresentar as razões que deram origem à escolha do tema da pesquisa, ou seja, as interações entre a trajetória pessoal e o trabalho científico.

O estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes em Portugal pode ser considerado como uma opção natural, por ser o resultado de um percurso de vida de alguém que desde o início da idade adulta se envolveu ativamente em associações, de natureza diversa mas tendo em comum a preocupação com os direitos

11. “It is best to begin, I think, by reminding you, the beginning student, that the most admirable thinkers within the scholarly community you have chosen to join do not split their work from their lives. They seem to take both too seriously to allow such dissociation, and they want to use each for the enrichment of the other. (...) What this means is that you must learn to use your life experience in your intellectual work: continually to examine and interpret it. In this sense craftsmanship is the centre of yourself and you are personally involved in every intellectual product upon which you may work. (...) As a social scientist, you have to control this rather elaborate interplay, to capture what you experience and sort it out; only in this way can you hope to use it to guide and test your reflection, and in the process shape yourself as an intellectual craftsman.” (Mills 1970: 215-216)

12. Cf. também Patton: “Being reflexive involves self-questioning and self-understanding, for «all undertsanding is self-understanding»” (2002: 64).



humanos e a intervenção social e política. A esta motivação biográfica vem associar-se uma estratégia intencional da investigadora em ir para além da experiência vivida e, munida de ferramentas analíticas, procurar compreender processos nos quais esteve implicada diretamente, ou de forma indireta pela observação da situação social e política que acompanhou a evolução da intervenção associativa com origem na imigração desde meados dos anos 1990.

Quando, em 1995, Alcindo Monteiro foi assassinado por indivíduos de extrema-direita no Bairro Alto, em pleno coração da animação noturna da cidade de Lisboa<sup>13</sup>, já muitos episódios de violência tinham ocorrido em bairros periféricos da Grande Lisboa, entre grupos de jovens negros e brancos e tendo como um dos motivos a intolerância pela diferença étnica. Esses acontecimentos faziam parte do quotidiano de muitos bairros e ajudavam a construir uma representação dos e das jovens de origem africana como “um problema”, reforçada pelo facto de nas notícias difundidas pelos meios de comunicação social serem também os protagonistas de outras vivências negativas: insucesso escolar, desocupação, marginalidade, crime<sup>14</sup>. O papel dos *media* na construção de representações sobre a juventude não se revela apenas sobre os jovens negros. Segundo Pais, a:

“juventude é um mito ou quase mito que os próprios *media* ajudam a difundir e as notícias que estes veiculam a propósito da cultura juvenil ou de aspectos fragmentados dessa cultura (manifestações, modas, delinquência, etc.) encontram-se afectadas pela forma como tal cultura é socialmente definida.”  
(Pais, 1990: 144)

No entanto, em oposição a estas situações mais noticiadas e conhecidas publicamente, qualquer pessoa que residisse, frequentasse ou trabalhasse nesses bairros periféricos se apercebia que paralelamente à violência de um quotidiano marcado por exclusão, emergia uma intervenção cultural da iniciativa de jovens, também negros, também de origem africana, que não encaixava nesta imagem negativa de uma juventude marcada pelas reações violentas. As iniciativas positivas dos e das jovens de origem africana desenvolviam-se na invisibilidade do quotidiano da sociedade portu-

13. A 10 de junho, dia de Portugal e das comunidades, o que acentuou a carga simbólica negativa deste crime.

14. Como exemplo ilustrativo, até pela polémica que na altura suscitou, é de relembrar a divulgação de um relatório secreto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras que associava o crime violento organizado a subculturas juvenis às quais os jovens negros estavam mais ligados, como o movimento rap, divulgado pelo jornal “O Independente” em 03-09-1993 (Albuquerque 2000: 172-173).

guesa, mas foi nessa época que surgiram as primeiras associações de descendentes de imigrantes, o que me levou a desenvolver uma tímida tentativa de análise das suas dinâmicas da ação cultural. Coloquei como hipótese que esta intervenção de cariz mais cultural poderia constituir um esboço de ação coletiva tendo em vista o desafio maior da participação política (Albuquerque 2000; Albuquerque et. al 2000: 53-56).

A opção por olhar para o que poderíamos designar pelo lado positivo da integração reside numa curiosidade de “olhar por trás dos bastidores” (Berger 1980: 40), isto é, ir para além dos factos mais conhecidos e procurar olhar a sociedade a partir de ângulos menos visíveis mas essenciais para a compreender<sup>15</sup>.

Com efeito, as questões ligadas aos descendentes de imigrantes têm sido frequentemente analisadas sob o ângulo da exclusão e centradas em problemas, numa tendência para a focalização em facetas negativas da literatura científica sobre imigrantes em Portugal, embora ultimamente se verifique uma inflexão de sentido (Marques 2006: 13). Verifica-se, aliás, uma tendência semelhante de associação da juventude a problemas sociais na literatura sobre sociologia da juventude, que anda a par da constituição do objeto “juventude” num problema sociológico (Pais 1990: 141-144). O predomínio da focalização em aspetos negativos da condição dos imigrantes e descendentes ocorreu, também, na literatura internacional que dava conta dos impactos dos novos fluxos migratórios nas sociedades da Europa Ocidental do início dos anos 1990 (Tomasi 1992: 291).

Quando fui confrontada com a tarefa de traçar a evolução do movimento associativo de imigrantes em Portugal, decorrente da participação num projeto do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais<sup>16</sup>, deparei-me com a responsabilidade de relatar uma história inédita e dispersa, tendo em conta a existência de múltiplos fatores cuja interação determinou os sentidos da sua evolução (Albuquerque et al. 2000: 35-68). A partir de informação dispersa por relatórios e raros estudos de caso de produção académica, tive o interesse e a preocupação de analisar em que medida o contexto sociopolítico influenciou a emergência e o desenvolvimento do associativismo. Estava, pois, focalizada numa abordagem de aspetos estruturais, mas esta análise não me permitia perceber que conjugação de fatores conduzia à

15. Opção já tomada na pesquisa conducente ao Mestrado em Relações Interculturais e na qual fui ao encontro de jovens residentes em bairros degradados, com condições de vida muito deficitárias, mas que prosseguiram os estudos após a escolaridade obrigatória (Albuquerque 1996).

16. O projeto “Saber Viver numa Europa Multicultural”, promovido e coordenado pela Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas.

tomada de decisão pessoal de se envolver ativamente na vida associativa, às lógicas subjacentes à ação e as suas conexões com o contexto sociopolítico. Estas questões constituíram pistas de reflexão e foram reforçando o meu interesse em concentrar-me nos aspetos micro da ação individual. No momento em que apresentei um projeto de tese de doutoramento à Universidade Aberta não hesitei em partir das questões e dos interesses que persistiam.

Por outro lado, existia a curiosidade pessoal de saber o que teria acontecido aos/às jovens que tinha encontrado em meados dos anos 1990 embrenhados no ativismo associativo ou responsáveis pela organização de eventos culturais fora de espaços associativos formais. Passados quase 10 anos, seriam agora jovens adultos/as e aguçava-se a curiosidade de saber como se teriam desenrolado os fios condutores das suas vidas: seriam ainda ativistas? Que significados teriam hoje as suas experiências juvenis? Ter-se-iam desvanecido ou levado à continuidade e amadurecimento da intervenção cívica?

A investigação cujos resultados aqui se apresentam nasceu do interesse pessoal em responder a estas questões, enquadrando-as na análise e reflexão sobre as formas de participação cívica e as práticas de cidadania da sociedade portuguesa, e foi também o pretexto para ir à (re)descoberta de uma experiência passada, agora munida de um enquadramento conceptual de natureza teórica que permitisse ir para além e reinterpretar o empirismo da experiência.

Se o investimento afetivo ao tema em estudo e ao desenvolvimento da pesquisa pode constituir-se como uma variável positiva para o desenvolvimento da investigação, por funcionar como fator de motivação (Carmo, Ferreira 1998: 45-46), exigiu, por outro lado, um redobrado esforço de distanciamento emocional e uma reflexão consciente e atenta aos vieses que a experiência pessoal, com as suas interpretações, atribuição de significados e afetividades, poderia induzir na investigação. Também por este motivo, enfrentei muitos momentos de desalento por se me afigurar inconciliável a exigência da validade científica com uma equivalente pertinência social. Enfrentava a insegurança de não conseguir compatibilizar os requisitos científicos e os próprios interesses enquanto investigadora com as expectativas das pessoas que comigo partilharam as suas histórias, as suas memórias, as suas experiências significativas (a ambivalência sociológica, assim designada por Merton *cit. in* Carmo, Ferreira 1998: 114).

A estratégia seguida foi a aprendizagem e a reflexão a partir desses impasses, apoiando-me no cruzamento de contributos teóricos vários para analisar os dados empíricos (vd. modelo de análise) e tendo em mente os “avisos” de Mills, Bourdieu e Santos já expostos anteriormente.

## 2. A OPÇÃO PELA INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA

Tendo em mente as questões que orientaram a presente investigação – compreender os processos que conduziram à participação associativa e analisar o papel desta experiência nas vidas dos indivíduos, especificamente o seu eventual contributo em trajetórias de mobilidade social – foi desenvolvida uma pesquisa de natureza qualitativa, assente na articulação entre a tarefa de descrever e o esforço de interpretar. Entendeu-se que a opção por este tipo de abordagem seria coerente com as questões formuladas e adequada à concretização dos seus objetivos uma vez que a intenção era a de obter um conhecimento da participação associativa que fosse “intersubjetivo, descritivo e compreensivo” (Santos 2003b: 22).

No que respeita a primeira questão, procurou-se identificar os fatores facilitadores e motivadores do envolvimento associativo, bem como as dificuldades e os obstáculos encontrados ao longo da experiência de cada indivíduo. Para responder à segunda questão, a atenção centrou-se nos significados atribuídos à experiência associativa e os efeitos dessas mesmas experiências nas suas vidas. No cruzamento entre os vários fatores que interferiram significativamente neste processo encontra-se o indivíduo, por assumirmos a conceção de que o sujeito é dotado de racionalidade, de capacidade de escolha e de ação face ao meio circundante. Assim sendo, reafirmamos que a abordagem qualitativa é aquela que permite aceder ao conjunto destes elementos.

Nesta perspetiva, e em consonância com o modelo de análise elaborado, o trabalho empírico orientou-se pelas premissas do interacionismo simbólico:

“A primeira premissa [do interaccionismo simbólico] é a de que os seres humanos agem em relação às coisas, com base nos significados que estas têm para eles (...). A segunda premissa é a de que o significado de tais coisas deriva ou emerge da interação social entre o indivíduo e os seus pares. A terceira premissa é a de que estes significados são manipulados e transformados por intermédio de um processo interpretativo utilizado pelo indivíduo para lidar com as coisas com que se depara.” (Blumer *cit. in* Plummer 2002: 233)

Dada a centralidade do postulado da ação e dos significados a ela atribuídos pelo ator, a pesquisa foi orientada em torno do paradigma interpretativo. Face ao “objecto *ação-significado*” (Lessard-Hébert *et al.* 1994: 39), interessa-nos a pluralidade das relações entre as formas de comportamento e os significados que os atores lhes atribuem através das interações sociais que entre si estabelecem, estando atenta ao

facto de que a comportamentos idênticos do ponto de vista físico podem corresponder significados diferentes e mutáveis de uma perspetiva social:

“O postulado da interpretação desempenha o papel de um duplo princípio de causalidade: ao nível geral, os seres humanos constroem um *conhecimento* da natureza e dos outros seres humanos graças a este processo de interpretação e, a um nível especificamente social, essas interpretações de nível geral conduzem os seres humanos a empreender determinadas *acções*” (*idem*: 40).

Interpretar a realidade social através dos atores exige ter atenção aos significados que estes produzem, sendo necessário considerar a “relação entre as perspectivas dos actores e as condições ecológicas da acção na qual se encontram implicados” (Erikson *cit. in* Lessard-Hébert *et al.* 1994: 41). Nesta medida, o paradigma interpretativo revela-se também adequado à análise do binómio acção/estrutura (vd. modelo de análise).

Ainda na esteira do interacionismo simbólico, podemos inspirar-nos em Margaret Mead, que atribuiu um papel central às “interações indivíduos-mundo” na produção de significados delas resultantes (*idem*: 60), reconhecendo e valorizando que o indivíduo não é um elemento passivo deste sistema nem as suas ações constituem uma resposta mecânica e previamente determinada aos estímulos do meio ambiente e da interação com os outros, mas que, pelo contrário, o indivíduo tem liberdade de agir e de interpretar os seus comportamentos tendo em conta os significados que lhes atribui (Plummer 2002: 226).

A estratégia metodológica desenvolvida ancora-se nos princípios que vários autores unanimemente atribuem às abordagens qualitativas: uso da aproximação indutiva para analisar os dados recolhidos; adoção de uma perspetiva holística do fenómeno em estudo, ou seja, os sujeitos e as situações são vistos como um todo e não redutíveis a variáveis mensuráveis; atenção ao contexto onde as ações e interações decorrem; importância de compreender os quadros de referência dos sujeitos em análise; enfoque sobre o processo de investigação e não apenas nos seus resultados (Carmo, Ferreira 1998: 179-180; Flick 2006: 14-16).

Relembra-se que o modelo de análise da participação associativa por nós construído não é um modelo hipotético-dedutivo pois não teve como preocupação central descrever cadeias de acontecimentos onde as relações de causa-efeito entre fatores sejam claramente identificáveis e suscetíveis de confirmar ou infirmar hipóteses

prévias. Esta opção foi tomada tendo em conta as dificuldades observadas por vários investigadores em isolar as interações causais que concorrem para a participação associativa.

Em contrapartida, procurou-se descrever os fatores que interferem num sistema complexo e interpretar como os indivíduos agem *sob* e *sobre* esses fatores, num quadro dinâmico de interações. Colhendo inspiração na Sociologia compreensiva proposta por Max Weber, procurámos conciliar a identificação de conexões causais com a interpretação de significados (Cruz 2004: xii; Turner 2002: 7)<sup>17</sup>, assumindo uma perspetiva sistémica mais centrada nas interações entre os elementos intervenientes no sistema e não tanto na verificação de relações diretas de causa-efeito de uma variável face a outra(s) (Durand 1992: 14-15)<sup>18</sup>.

Apoiando-nos na conceptualização proposta por Lessard-Hébert e colegas, poderá afirmar-se que o estudo se situou numa conjugação entre o “contexto da prova” e o “contexto da descoberta”, numa conjugação entre dedução e indução (1994: 95). Ao equacionar as questões específicas da investigação, e antes de iniciar o trabalho de campo, apoiámo-nos na teorização existente sobre as temáticas da participação, capital social e mobilidade social para nos guiar na recolha de dados pertinentes. Não pretendíamos, porém, que esta procura estratégica e intencional anulasse a intuição, mas antes que a alimentasse (Erikson *cit. in* Lessard-Hébert *et al.* 1994: 101), ou seja, tentou-se evitar que a teorização impedisse de descobrir aspetos não previstos do problema e que uma teorização insuficientemente fundamentada levasse a recolher elementos cujo alcance não nos seria possível compreender aquando da análise do material empírico (Ruquoy 1997: 99).

Nesta perspetiva, a partir da matéria-prima recolhida empiricamente e mediante um raciocínio indutivo procurou-se detetar que fatores e suas interações interferiram significativamente neste processo, estratégia consentânea com o método geralmen-

17. “Entendemos por sociologia (...) uma ciência que se propõe compreender interpretativamente a ação social, para desse modo a explicar causalmente no seu desenrolar e nos seus efeitos”, ou ainda, “‘Compreender’ significa (...): apreensão interpretativa do sentido ou contexto de sentido” (Weber 2004: 584, 589).

18. Mas dada a complexidade do sistema, a análise resultante da investigação é sempre incompleta e parcial: “la pensée complexe est animée par une tension permanente entre l’aspiration à un savoir non parcellaire, non cloisonné, non réducteur, et la reconnaissance de l’inachèvement et de l’incomplétude de toute connaissance” (Morin 2005: 11-12).

te seguido para análise das histórias de vida (Digneffe 1997: 225). Pelos motivos referidos anteriormente, não foram elaboradas hipóteses prévias ao trabalho de campo. Contudo, neste primeiro momento de análise não se deixou de ter em atenção várias teorias e modelos sobre participação cívica, que constituíram contributos inestimáveis para a elaboração do modelo de análise (concretamente os elaborados por Triandafyllidou e Vogel 2005, Putnam 2000 e Verba *et al.* 1995).

Num segundo momento, a pesquisa teve como objetivo perceber *se e como* o acesso a redes por via da participação associativa oferece oportunidades de mobilidade social aos/às descendentes de imigrantes. Nesta etapa, partimos das reflexões teóricas sobre capital social e sobre mobilidade para tentar perceber se as explicações formuladas por autores como Bourdieu, Coleman e Granovetter, entre outros, podem ser confirmadas pelos dados recolhidos. No entanto, também aqui não se seguiu um modelo hipotético-dedutivo. Na ausência de teorias concretas explicativas da participação associativa e dos seus efeitos sobre a mobilidade social de descendentes de imigrantes, recorreremos aos conceitos e teorias sobre capital social como instrumentos auxiliares da pesquisa, quer ao nível da coleta empírica dos dados quer da sua análise e interpretação, de modo a beneficiar da diversidade de análises teóricas para interpretar um mesmo conjunto de informação:

“Sabemos que estamos a lidar com um objecto complexo e sensível a uma série de factores e que é, portanto, necessário que tenhamos presentes todos esses diferentes factores. Deveremos, por isso, estar abertos a conjuntos teóricos e não a uma única teoria” (Van der Maren *cit. in* Lessard-Hébert *et al.* 1994: 104).

A triangulação de dados para reforçar a validade da pesquisa colhe consenso entre vários autores (nomeadamente Denzin e Patton *cit. in* Carmo, Ferreira 1998: 183). Numa proposta equivalente, Burgess sugere o uso de “estratégias múltiplas de pesquisa de terreno (...), de molde a superar os problemas que advêm [de alguns] estudos assentarem numa única teoria, num único método, numa única série de dados e num único investigador” (Burgess 2001: 158). Coloca a ênfase na importância do uso de múltiplas teorias sobre um mesmo problema aquando do desenhar da pesquisa, como forma de reforçar quer a validade interna quer externa (*idem*: 174; cf. também Almeida, Pinto 1986). Para Lessard-Hébert e colegas, a validade teórica da abordagem interpretativa reside na tomada em consideração das perspetivas dos sujeitos, ou seja, são os próprios atores que inferem os significados das suas ações ou comportamentos e os partilham com o investigador (1994: 71).

O papel do investigador na investigação qualitativa ocupa uma centralidade incontestável pelo facto de ser entendido como o instrumento da recolha de dados (Almeida, Pinto 1986: 133; Carmo, Ferreira 1998: 181; Deshaies 1997: 25; Flick 2006: 16; Patton 2002: 64; Stanfield II 1993: 8). É também sobre o/a investigador/a que recai a responsabilidade de relacionar as ações e o discurso dos indivíduos com o contexto em que foram assumidos e enquadrá-los teoricamente, de modo a problematizar as particularidades de casos individuais e a enquadrá-las em análises gerais com interesse heurístico (Lessard-Hébert *et al.* 1994: 71), o que exige a consciência do grau de incerteza das inferências e interpretações produzidas, sejam elas inferências descritivas ou causais (King *et al.* 1994: 31-32).<sup>19</sup>

## 2.1. Histórias de vida como método de recolha de dados

Para compreender as lógicas, os mecanismos e os processos que conduziram às dinâmicas da participação associativa de descendentes de imigrantes, terá que se centrar a análise nas suas trajetórias, numa perspetiva diacrónica desde o momento do seu envolvimento até ao momento atual. Daqui resultou a opção pela recolha histórias de vida, na medida em que se baseiam no reconhecimento do valor sociológico do saber individual (Digneffe 1997: 210) e constituem, assim, um método privilegiado para aceder às experiências dos sujeitos e à forma como as interpretam, explicam e enquadram na vivência do quotidiano. A obra *"The polish peasant in Europe and America"* (Thomas, Znaniecki 1989), tornou-se, aliás, um marco na investigação social porque a reconstrução da história de vida de um imigrante no início do século XX permitiu dar a "ver" e a "compreender" movimentos históricos que ultrapassam a singularidade da trajetória de um indivíduo (*idem*: 10).

Considerou-se que a recolha de histórias de vida seria o método mais adequado para a pesquisa, pois permite "observar" a ação e situá-la no contexto social onde se manifesta (Bertaux 2005: 8, 13), ou seja, permite fazer a ponte entre as dinâmicas da ação individual e as dinâmicas estruturais que as condicionam, "sair da oposição entre indivíduo e sociedade" (Digneffe 1997: 206) e, assim, articular os nível micro, meso e macro das interações sociais pertinentes para a análise em curso. Estes aspetos suscitam uma exploração de dados interessante pois conduzem à observação

19. No Capítulo II, ponto 3 será analisado com mais detalhe o papel do(a) investigador(a) na pesquisa qualitativa.



das interações sociais que deram origem a “*habitus*” ou “disposições”, tendo em vista a questão central de compreender como acontece, ou como se constrói, ou ainda como se aprende, a participação. A história de vida permite:

“captar o que escapa às estatísticas, às regularidades objectivas dominantes (...). Torna acessível o particular, o marginal, as rupturas, os interstícios e os equívocos, que são elementos fundamentais da «realidade social» e, sobretudo, explicam por que razão não existe apenas reprodução.” (Digneffe 1997: 209-210)

As características das histórias de vida exigem prestar atenção às narrativas dos protagonistas enquanto vozes (re)construídas:

“their experiences, and their voices must be heard in their own words (...). It's never adequate to say their voices must be heard as voices, because none of their voices are just innocent voices, their voices are mediated through the dialogue they have with the questioner, through their own sense of what it means to represent themselves, through their own ideologies, so they are also framed voices, (...), and produced voices” (Homi Bhabha *cit. in* Benmayor, Skotnes 1994: 199).

A reflexão de Homi Bhabha leva-nos a destacar dois aspetos que mereceram especial atenção no decurso do trabalho de campo e aquando da análise do material recolhido: o relato das trajetórias associativas está contextualizado e é mediado pela relação entre entrevistados/as e investigador/a (aspeto que merece reflexão aprofundada mais adiante); um segundo aspeto é que a informação transmitida pelos indivíduos é feita sob a forma de narrativas construídas pelos próprios, estando sujeita às imperfeições implícitas nas operações da memória e aos processos de construção e/ou representação de uma imagem pessoal e de um percurso de vida:

“As pessoas sabem muito mais acerca dele [do mundo de experiências] do que aquilo que são capazes de exprimir” (Erikson *cit. in* Lessard-Hébert *et al.* 1994: 54);

“o passado é maleável e flexível, modificando-se constantemente à medida que nossa memória reinterpreta e re-explica o que aconteceu” (Berger 1980: 68);

“o narrador, ao fim e ao cabo, nem sempre sabe qual é a “sua” verdade; ignora, ele próprio, em que medida pode ser verdadeiramente sincero” (Poirier *et al.* 1999: 36);

“a representação que um sujeito faz de si próprio pode ser completamente falsa e perfeitamente sincera” (Zazzo 1966: 30).

Qualquer descrição da realidade é, na verdade, mais uma representação do que uma descrição pura dessa mesma realidade, porque está enquadrada pela perspetiva do sujeito (Silverman 2004: 283). É pelo conjunto destas razões que Bertaux prefere a expressão “relato de vida” ao de “história de vida”, pois permite fazer a distinção entre a “história real” vivida pelo indivíduo e o “relato” que esse indivíduo pode fazer da sua história (Bertaux 2005: 11) e porque estes relatos são “narrativas” elaboradas pelos seus protagonistas (*idem*: 36)<sup>20</sup>.

Em síntese poderá dizer-se que as histórias de vida consistem, portanto, num trabalho de anamnese, de recuperação da memória das vivências, em que os protagonistas se esforçam por dar uma ordem às ínfimas e múltiplas vivências do quotidiano e desocultar as opções (mais ou menos intencionais), os dilemas e constrangimentos, os significados (mais ou menos conscientes) que deram forma às suas trajetórias associativas:

“o narrador tem em si todas as respostas (mesmo se não o sabe) e o narratário as perguntas. O problema consiste, pois, em extrair o conteúdo do seu continente, como se extrai um mineral da sua jazida – a diferença residindo, aqui, em que a ‘mina’ é uma memória” (Poirier *et al.* 1999: 26).

Um dos maiores desafios do trabalho de campo realizado foi, com efeito, o de procurar aceder a essa “mina” de vivências imateriais e invisíveis que fazem parte do quotidiano de experiências pessoais e significados não totalmente conscientes para os seus protagonistas, podendo entender-se esta pesquisa empírica como um trabalho de *escuta atenta* e de *desocultação*<sup>21</sup>. A estratégia seguida foi a de colocar e recolocar questões de modo a tornar explícito o que pode apenas estar implícito nos relatos de vida e nas interpretações que os sujeitos fazem das suas experiências. Tivemos em atenção que:

20. “Le verbe «raconter» (faire le récit de vie) est ici essentiel: il signifie que la production discursive du sujet a pris la forme narrative.” (Bertaux 2005: 36)

21. Escuta atenta por oposição à distração sobre cidadãos ativos da sociedade civil, caso dos dirigentes associativos envolvidos nesta pesquisa, para desocultar uma realidade social que passa ainda despercebida ao conjunto da sociedade e onde há muito para (ou por) compreender ao nível científico.

“a história de vida constitui um ‘acto’ de pesquisa, implicando não somente a pessoa do locutor, não somente a sua envolvência social, mas também a pessoa do investigador, que realiza a entrevista, e o seu próprio meio sociocultural. A ‘recepção’ da narrativa não é meramente passiva; o entrevistador encontra-se inteiramente comprometido nesta empresa de criação *comum*. (...)”

Narrador e narratário são *parceiros* numa relação dialéctica que é a da inter-rogação socrática” (Poirier *et al.* 1999: 26).

Seguindo esta abordagem, Rubin e Rubin definem as entrevistas como “*conversational partnerships*” (2005: 79) enquadradas por uma conceção dos indivíduos entrevistados enquanto “parceiros” e não “objetos” da investigação (*idem*: vii). Uma vez que qualquer tipo de entrevista consiste numa atividade interativa e interpretativa, podemos entendê-la como “entrevista ativa” (Silverman 2004: 140).

Este aspeto relaciona-se, também, com o facto da transmissão de informação ser mediada, e daí condicionada, pelo contexto em que se opera o relato da trajetória individual: o contexto do tempo e do espaço físico em que a narrativa é elaborada, porque o trabalho de memória não é linear nem é passível de repetição regular e automática; e o contexto da relação estabelecida entre narrador/a e investigador/a. Como resultado desta linha de argumentação, a pesquisa empírica implicou uma mudança desta relação, na medida em que:

“o objecto não é alguém a observar, a medir, mas antes um informador e, por definição, «um informador mais bem informado do que o sociólogo que o interroga»” (Bertaux *cit. in* Digneffe 1997: 210).

Esta questão será aprofundada no ponto sobre pesquisa empírica e reflexividade.

## 2.2. Etapas do percurso empírico

A pesquisa empírica desenvolveu-se em diferentes etapas, sendo orientada por um princípio de flexibilidade ao nível da operacionalização dos pressupostos metodológicos atrás enunciados. Tal significa que a recolha dos dados não constituiu um percurso linear que secundasse a identificação da problemática e o desenhar da estratégia metodológica. Em contrapartida, a componente empírica da investigação suscitou a reformulação das questões enunciadas previamente, obrigando a investigadora a uma definição mais específica dos factos a “observar”, o que levou ao redesenhar do modelo de análise.

### 2.2.1. A construção da amostra

Como etapa prévia à recolha dos dados procedeu-se à identificação de indivíduos cujas características e experiências permitissem fornecer a resposta às questões formuladas na pesquisa, bem como comparar semelhanças e especificidades entre eles (Bertaux 2005: 27). Esta estratégia deu origem à constituição de uma amostra intencional, elaborada com recurso a várias fontes e por sistema bola de neve. A construção da amostra orientou-se pelo facto de nas histórias de vida se valorizar

“pessoas intencionalmente escolhidas pela relevância, pertinência e representatividade do seu percurso vivencial relativamente a determinado objecto de estudo” (Rocha-Trindade *et al.* 1995: 121).

A questão central da pesquisa – compreender como se desenrolou a trajetória associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos e seus efeitos em eventuais percursos de mobilidade – pressupunha o envolvimento de indivíduos que não tivessem uma experiência pontual, episódica ou irregular, mas antes que tivessem um percurso suficientemente longo no qual fossem adquirindo e sedimentando experiências sobre as quais pudessem reflectir e avaliar do seu impacto para a vida pessoal. Por outro lado, tivémos em conta:

“variáveis estratégicas [que] em função de reflexões teóricas e de estudos anteriores, se espera desempenhem um papel importante no campo do problema estudado” (Digneffe 1997: 213).

Estes princípios orientaram a elaboração de categorias de indivíduos a serem selecionados na constituição da amostra. Definidos *a priori*, consideraram-se os aspetos a seguir enunciados:

- indivíduos do sexo feminino e do sexo masculino, de modo a identificar especificidades derivadas das relações de género, quer ao nível das razões para o envolvimento, quer dos significados e efeitos da participação, conforme sugerido pela literatura sobre o tema;
- filhos/filhas de imigrantes Africanos lusófonos nascidos em Portugal ou que residissem no país desde o início da escolaridade obrigatória, para abranger casos com trajetórias de socialização em Portugal e não confundir estas situações com a de descendentes que viveram uma experiência de imigração em jovens ou já em idade adulta (vd. ponto 3.2., Capítulo I);

- ligados a associações cuja intervenção seja dirigida a imigrantes e descendentes, o que se poderia traduzir em associações especificamente registadas como associações de imigrantes e descendentes, mas também associações juvenis ou associações culturais;
- dirigentes associativos, assumindo que ser-se dirigente resulta de uma participação regular e continuada no tempo e, em paralelo, expressa um empenhamento do indivíduo no associativismo, muito embora não excluíssemos eventuais casos de ativistas com experiência prolongada numa associação (ou várias), mas sem terem assumido funções de gestão ou diretivas.

Esta listagem funcionou como um guia, utilizado aquando dos contactos efetuados com pessoas ligadas ao associativismo, no sentido de obter informação que permitisse selecionar indivíduos com o perfil adequado para integrarem a amostra. Permitted, também, confirmar junto de pessoas que já conhecia se seriam, conforme intuía, casos a abranger pela pesquisa. Com alguma surpresa, apercebi-me que a grande parte dos contactos disponibilizados por associações não se enquadravam nos casos pretendidos, sobretudo porque correspondiam a jovens adultos imigrantes e não a descendentes, ou, em menor número, porque eram jovens que participavam nas atividades de uma associação mas não com uma durabilidade de experiência que pudesse assegurar a reflexão sobre o percurso vivido.

A preocupação subjacente à elaboração desta lista foi a de procurar um equilíbrio entre uma certa homogeneidade da amostra e uma diferenciação dos casos. Uma amostra homogénea possibilitaria comparar situações e identificar padrões de trajetórias; a diferenciação permitiria que a análise usufruísse do “capital de experiência biográfica”, que, segundo Bertaux, resulta de diferentes modos de interpretação de experiências semelhantes por parte de indivíduos que possam ter as mesmas funções e posições sociais (2005: 29).

A construção da amostra foi sendo feita de forma progressiva, com a aproximação sucessiva a diferentes indivíduos e a partir de várias fontes (vd. Figura 2, adiante). Nalguns casos, foi após a realização de algumas entrevistas que consegui obter outros contactos, dados pelo/a entrevistado/a. Daqui resultou que em algumas situações optei por entrevistar dois casos de dirigentes da mesma associação, mas que suscitavam a curiosidade de saber se daí poderia sobressair um “capital de experiência biográfica”, ou seja, se eram trajetórias que se confirmavam ou que se distinguíam. Após realização da entrevista ao segundo caso apercebia-me que, na verda-

de, cada trajeto tem singularidades próprias pela forma como a pessoa se envolveu no associativismo ou ainda pelos efeitos das dinâmicas associativas na sua vida. A participação em eventos organizados por associações de imigrantes e descendentes também me permitiu abordar indivíduos de modo a averiguar se eventualmente se enquadravam nos perfis que procurava.

**Figura 2 - Redes de contactos**

1	2	3	4
♀ + ♀ → ♀	♀ + ♂	♀ + ♂ → ♀	♂ + ♀

A rede 1 corresponde a contactos pessoais, por via de experiência de trabalho com associações anterior a esta pesquisa (cf. WFM 2003); a rede 2 corresponde a contactos obtidos junto da associação SOS Racismo e como resultado de colaboração para o “mapear” das associações de imigrantes em Portugal (cf. Albuquerque 2002); a rede 3 refere-se a contactos resultantes da colaboração com uma organização não-governamental de desenvolvimento num projeto sobre imigração (cf. Cavaco 2001); por último, a rede 4 indica contactos estabelecidos em conferências. A seta (→) corresponde a contactos que foram dados aquando das entrevistas e reportam-se aos casos em que o/a entrevistado/a sugeriu o envolvimento de outro dirigente da mesma associação. Refira-se que vários vezes os/as entrevistados sugeriram nomes de pessoas que já eram do meu conhecimento, constituindo um indicador de que a pesquisa estava a abranger os dirigentes associativos mais ativos e, digamos, os nomes “incontornáveis”.

Do grupo que constituiu a amostra final, seis pessoas nasceram em Portugal, tendo as outras quatro vindo para o país antes da idade dos seis anos, acompanhando a mãe e como forma de reunir a família pois o pai já aqui se encontrava a residir.

Por razões deontológicas e com o objetivo de se tentar garantir o anonimato dos/das participantes (vd. ponto 2.3. deste Capítulo), optou-se por não identificar as associações a que estes pertencem. Mas importa dizer que, no que respeita o tipo de associações abrangidas, oito dos sujeitos entrevistados participam em associações de imigrantes e descendentes, dois deles em associações juvenis legalmente constituídas e a situação restante corresponde à participação numa organização não-governamental.

mental internacional. A inclusão deste caso no estudo justifica-se pelo facto da entrevistada já ter pertencido a uma associação de jovens descendentes de imigrantes, a qual ajudou a fundar e onde desempenhou funções dirigentes, muito embora esteja paralisada há vários anos. A passagem do seu ativismo dessa associação para uma organização não-governamental internacional, direcionada especificamente para os jovens descendentes de imigrantes na Europa, torna a sua experiência de grande valor heurístico para o estudo da participação associativa. É ainda de mencionar que, à data da realização do trabalho de campo, um dos entrevistados se encontrava de saída da direção da associação, onde concluiu dois mandatos durante os 10 anos em que foi sócio e participante ativo, prosseguindo o seu ativismo numa organização não-governamental. Todos desempenham funções de direção nas associações a que pertencem.

Lembrando que em duas situações foram entrevistados dois dirigentes da mesma associação, a amostra abrange, assim, oito associações diferentes, formalmente constituídas e desempenhando uma intervenção regular junto dos jovens descendentes:

- cinco associações de imigrantes e descendentes, com estatuto reconhecido pelo Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural e algumas tendo, em simultâneo, o estatuto de associação juvenil;
- duas associações juvenis;
- e uma organização não-governamental internacional.

À medida que se foi avançando na realização das entrevistas, e tendo partido da intenção de identificar indivíduos cujas vivências são representativas e pertinentes para a exploração desta temática, não foi do mesmo modo descurada a procura de um “princípio de saturação”. Este acontece quando a informação recolhida é redundante, o que implica a procura de “casos negativos” que contrariem os dados recolhidos e as interpretações elaboradas (Bertaux 2005: 31; Digneffe 1997: 213).

No entanto, ao longo deste percurso, fomos nos apercebendo das dificuldades em encontrar “casos negativos”. Isso não se devia ao facto das histórias de vida recolhidas serem espelho umas das outras e não proporcionarem o confronto de situações, mas antes porque cada relato acrescentava informação aos anteriores e continha um olhar específico face à experiência do associativismo. Assim, não obstante a existência de pontos de união que permitiram identificar alguns percursos-tipo, o que sobressai são as singularidades das trajetórias analisadas (conforme explorado ao longo do Capítulo IV).

### 2.2.2. A recolha de dados

A recolha de cada história de vida foi efetuada a partir de múltiplas entrevistas. Em regra, foi necessário um mínimo de duas entrevistas para esta etapa, dependendo também da disponibilidade de tempo para cada sessão por parte dos sujeitos inquiridos e as características comunicacionais de cada um/uma. O número de entrevistas realizadas resultou também do sucesso da tarefa de desocultação de matéria implícita e nem sempre presente na memória dos indivíduos, sendo necessário a escuta e a interrogação atentas da investigadora para essas experiências serem verbalizadas e explicitadas.

Para ir ao encontro das trajetórias associativas, a pesquisa constituiu-se como um trabalho de extração de memórias, estando aí subjacente a pluralidade de significados e interpretações, fruto da complexidade e da não linearidade das histórias de vida relatadas e (re)elaboradas pelos seus protagonistas:

“A genealogia é cinza; é minuciosa e pacientemente documentária. Trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados várias vezes e reescritos. (...) Seguir o filão complexo da proveniência é (...) manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou pelo contrário as inversões completas –, os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós” (Foucault *cit. in* Joaquim 2006: 141).

Embora as histórias de vida impliquem muito pouca diretividade na condução da entrevista, procedeu-se a uma articulação de estilos, estratégia usual no método de histórias de vida e variável consoante o avanço da investigação (Digneffe 1997: 222). Assim, de uma não-diretividade inicial, como forma de dar espaço e oportunidade à pessoa para falar sobre a sua experiência a partir de uma questão muito geral (como se deu o envolvimento no associativismo), passou-se para uma maior diretividade em momentos onde se procurava clarificar aspetos que o indivíduo referia vagamente ou sobre os quais a investigadora pretendia obter mais informação, de modo a tornar explícitas semelhanças ou especificidades nos diferentes casos.

A entrevista para a recolha das histórias de vida baseou-se num roteiro<sup>22</sup> que contemplava os seguintes elementos:

22. Expressão inspirada em Viegas (1990), tendo em conta a grande diversidade terminológica existente neste campo.



- perfil do/da entrevistado/entrevistada;
- história associativa (início e desenrolar da trajetória associativa; pessoas e fatores facilitadores, em relação com as dificuldades encontradas);
- experiências significativas (o que se aprende, com quem, como se aprende);
- papel da participação associativa na vida do sujeito (contactos, conhecimentos, formação, emprego ou profissão, planos de futuro);
- balanço (oportunidades de participação face a obstáculos, no que respeita ao papel do Estado e ao papel da sociedade; condições de vida; aspetos pessoais; fatores externos, em relação com fatores internos).

Por último, deverá ser referido que sempre se colocou ao sujeito a oportunidade para focar questões que entendesse serem importantes e que não tivessem sido consideradas. Em regra, não foram introduzidos novos temas, mas sublinharam-se alguns aspetos já referidos na entrevista.

A recolha deste conjunto de informação permitiu organizar as histórias de vida em elementos estruturais passíveis de ser identificados e analisados, em cada uma delas, e a proceder à comparação destes elementos nos vários relatos, explorando os factos, as relações entre vários aspetos e as interpretações enunciadas por cada sujeito. Considerando que a análise de conteúdo assume uma “função heurística”, que enriquece a tentativa exploratória, bem como uma “função de prova”, que permite a confirmação ou infirmação das questões colocadas na pesquisa (Bardin 2007: 25), procedeu-se à organização da matéria-prima empírica em torno das questões apresentadas adiante, de modo a responder aos objetivos de investigação (vd. Capítulo I, ponto 3):

- que história é contada?
- o que aconteceu, a quem, como, porquê?
- quais as consequências?
- que significados tiveram os acontecimentos descritos?
- qual ou quais os resultados finais (previstos ou não)?

Na aceção de alguns autores, poderíamos designar as entrevistas realizadas com vista à recolha das histórias de vida como “entrevistas focalizadas”, tendo como objetivo compreender uma situação específica e sendo para tal orientadas para questões do tipo “o quê”, “quando”, “como”, “porquê”, “com que consequências”, de modo a juntar

os pedaços da história fornecida por cada pessoa e chegar à elaboração de uma explicação coerente da situação ou comportamento em estudo (Rubin, Rubin 2005: 11).

Uma segunda etapa desenvolveu-se depois de terem sido recolhidas todas as histórias de vida e no seguimento de uma leitura flutuante, que apoiou a primeira tentativa de análise transversal dos relatos. Após a interpretação dos dados, os indivíduos foram de novo interpelados com o intuito de beneficiar dos seus comentários para complementar e enriquecer a análise e, também, verificar a plausibilidade das questões enunciadas. Para tal recorri ao que poderá ser designado por questões de contraste, que “permitem aos informantes discutir os significados de situações e dar-lhes uma oportunidade para comparar situações e acontecimentos” (Burgess 2001: 122).

As entrevistas realizadas após a recolha das histórias de vida permitiram-nos colocar novas questões para confirmar se as hipóteses plausíveis em determinados casos eram generalizáveis a outros, ou seja, para identificar singularidades e traços comuns e, também, para reforçar a validade interna e externa da pesquisa na medida em que a “repetição das entrevistas é condição necessária para o aprofundamento da informação e seu controlo” (Poirier *et al.* 1999: 50). O controlo da validade dos dados pelos atores constituiu uma estratégia intencional tomada antes de iniciar o trabalho de campo e que foi apresentada a cada participante. Os atores identificados com vista a prosseguir este objetivo podem englobar não só os sujeitos diretamente envolvidos na pesquisa como também os que detêm uma posição periférica relativamente aos acontecimentos analisados (Lessard-Hébert 1994: 77).

Nesta perspetiva, tomou-se a opção de realizar uma entrevista com o Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes, integrado no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, com o duplo objetivo de obter uma visão do ativismo associativo complementar ao olhar traçado pelos protagonistas no relato das suas trajetórias pessoais e uma análise, de um ponto de vista mais institucional, da evolução do associativismo de imigrantes e descendentes em Portugal.

Importa referir que ao estabelecer contacto com os indivíduos que pretendia envolver na pesquisa, em regra por via telefónica ou por correio eletrónico, fez-se uma apresentação geral da investigação que iria ser realizada, tendo sido preparado um resumo com a apresentação dos objetivos, da metodologia e das etapas a percorrer. Este documento foi oferecido aquando do contacto inicial para realizar a primeira entrevista ou ainda em encontros prévios à sua marcação (quando a comunicação decorreu por meio de correio eletrónico).

### 2.3. Questões de ética no processo de investigação

Bertaux designa por “contrato de entrevista” a etapa em que o investigador informa os indivíduos que pretende inquirir sobre as questões que deseja abordar na entrevista e que constituem o cerne do estudo, de modo a obter uma informação focalizada nesses aspetos e a evitar mal-entendidos e falsas expectativas (Bertaux 2005: 39).

Parece-nos que esta opção não é apenas de natureza metodológica, mas antes a operacionalização de princípios éticos subjacentes a toda a investigação e que colhem consenso entre vários autores, pois asseguram o respeito pelos direitos dos indivíduos que nela participam voluntariamente (Flick 2006: 44-52; Carmo, Ferreira 1998: 265-266; Rubin, Rubin 2005: 97-107), tendo subjacente que a “responsabilidade ética deve andar a par com a preocupação científica” (Erikson *cit. in* Lessard-Hébert 1994: 84).<sup>23</sup>

Nesta perspetiva, na elaboração da “Apresentação da pesquisa” foi considerada a sugestão de Flick, que indica como pré-condição à participação dos indivíduos o “consentimento informado”, o qual implica dar-lhes informação sobre os objetivos da pesquisa, as expectativas do investigador e o uso dos dados recolhidos (2006: 49). Esta estratégia é equivalente ao estabelecimento de um acordo com os participantes de forma a explicitar as responsabilidades de cada uma das partes (Carmo, Ferreira 1998: 265).

Ao longo da pesquisa confrontámo-nos com o dilema de assegurar a confidencialidade e o anonimato dos participantes (Flick 2006: 50; Rubin, Rubin 2005: 98). Tendo em conta que os elementos da população entrevistada são dirigentes associativos, interventivos no espaço público, a informação dada sobre o contexto associativo e social onde se movimentam pode fazer com que sejam facilmente reconhecidos. A opção tomada foi então a de garantir a ausência de dados que permitissem a identificação das pessoas envolvidas, tendo-se omitido e alterado todas as referências a nomes próprios, a bairros ou a associações. Por outro lado, pelo facto de, no âmbito de investigação qualitativa, os dados recolhidos oferecerem muita informação sobre cada um dos indivíduos, nomeadamente pela matéria-prima consistir nas próprias histórias de vida dos participantes, optou-se também por não se realizar a transcrição integral de todos os relatos, excluindo informação mais pessoal que não fosse pertinente para a análise das trajetórias associativas.

23. Princípios éticos que constam, aliás, dos códigos de conduta dos profissionais das Ciências Sociais em vários países, nomeadamente do Código Deontológico da Associação Portuguesa de Sociologia.

Estes constituíram os meios utilizados para respeitar o anonimato dos/as participantes, não obstante se dever considerar a hipótese de nem sempre se ter conseguido atingir o anonimato total, pelo facto da informação apresentada poder associá-los a um determinado acontecimento ou prática e, assim, induzir o seu reconhecimento. Esta questão também se coloca porque a pesquisa se centrou no meio associativo, onde as redes de relacionamento se cruzam e sobrepõem facilmente.

Relacionado com a fragilidade da salvaguarda total do anonimato neste tipo de pesquisa, encontra-se o princípio do respeito pelos participantes aquando da análise da informação e da divulgação dessa análise no trabalho final (Flick 2006: 50; Rubin, Rubin 2005: 98). A opção de solicitar aos indivíduos a sua própria reflexão, implicando-os na confirmação ou confronto da informação recolhida empiricamente e posteriormente analisada, funcionou também como forma de assegurar globalmente a não-deturpação ou enviesamento dos dados e a preocupação de fazer justiça às histórias, significados e vivências que partilharam.

### **3. PESQUISA EMPÍRICA E REFLEXIVIDADE**

Ao paradigma interpretativista subjaz uma conceção dos sujeitos como atores que atribuem significados às suas experiências, bases da interação entre indivíduo e meio envolvente. Esta abordagem é coerente com a escolha de histórias de vida para recolha dos dados porquanto podem constituir um método que reforça esse entendimento dos sujeitos como “atores sociais” (Digneffe 1997: 205). O envolvimento dos indivíduos inquiridos como participantes da pesquisa e a elaboração de um resumo de apresentação dos objetivos e metodologia do nosso estudo foram resultados práticos desta forma de conceber a investigação.

Estas opções derivam da necessária reflexão sobre os “como e porquê” da pesquisa<sup>24</sup> e em tornar a prática da investigação coerente com a análise dos papéis da investigadora e dos sujeitos nela implicados, tendo em conta que:

“tanto na investigação como na metodologia da investigação, é na verdade um *sujeito*, isto é uma pessoa, que está em causa na sua relação com o real. Desta interacção decorre um conhecimento” (Deshaies 1997: 26).

24. “To be reflexive, then, is to undertake an ongoing examination of what I know and how I know it” (Patton 2002: 64).

Com efeito, qualquer etapa da investigação consiste num ato de categorização que implica seleção e exclusão de alternativas protagonizado pelo/pela investigador/investigadora, donde:

“a interferência entre o estudioso e o objecto de estudo é inevitável, manifestando-se até na própria escolha do tema, na selecção do método de investigação e das técnicas face aos resultados que irá produzir” (Rocha-Trindade *et al.* 1995: 124)<sup>25</sup>.

Não há, pois, como escapar à reflexão sobre o modo de fazer investigação, quer pela necessidade e pela exigência que resulta dos “avisos” feitos por vários autores, quer pela atenção ao esforço de reflexividade enquanto operação incontornável da investigação social e inerente ao pensamento da modernidade (Campenhoudt 2003: 286), ou ainda pela evidência e consenso da argumentação sobre a relatividade e a construção social do conhecimento (Berger, Luckman, 1999; Berthelot 2000: 115; Nunes 2001: 38).

Da constatação de que o conhecimento é “situado”<sup>26</sup> não se deve, porém, retirar a ilação de que foi assumida uma postura relativista nem de recusa da validade do conhecimento, construído nesta mediação entre sujeitos socialmente determinados (Berthelot 2000: 127; Boudon 1998: 367). Também não significa que se adote um ponto de vista subjetivista, porque o foco de interesse não é aceder aos esquemas de representação ou sistemas de valores dos indivíduos (Bertaux 2005: 12).

O que motivou o desenhar e o percorrer do caminho da investigação aqui apresentada foi o estudo de uma situação social concreta – a participação associativa – tendo utilizado vários recursos conceptuais e metodológicos, de modo a identificar conexões significativas (no sentido atribuído por Weber) e a tecer interpretações plausíveis, para chegar à compreensão das lógicas, dos mecanismos e dos processos que conduziram às trajetórias identificadas.

25. Argumentação evidenciada pela reflexão de Weber sobre a objetividade do conhecimento nas ciências sociais: “Não há nenhuma análise científica absolutamente ‘objectiva’ da vida cultural, ou (...) ‘dos fenómenos sociais’, que seja independente de pontos de vista especiais e ‘unilaterais’ segundo os quais – explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente – esses fenómenos são seleccionados como objecto de investigação, analisados, organizados e apresentados.” (Weber 2004: 623)

26. Adotando a terminologia resultante da reflexão epistemológica das abordagens feministas: cf. Lovell 2002: 342-344; Haraway 1991: 183-201.

À medida que as várias etapas foram sendo percorridas, surgiam interrogações sobre a forma de abordar e estabelecer relação com os sujeitos, como desenvolver o trabalho de campo, enfim, como articular trabalho empírico e teoria para que a produção analítica fosse válida ao nível científico e pertinente ao nível social. Sendo a matéria-prima empírica condicionada pela experiência e pelas características dos indivíduos entrevistados e pela sua capacidade de produzir relatos dessas mesmas vivências, não há como omitir que também a experiência e as características pessoais do/da investigador/investigadora influenciam a pesquisa:

“é necessário considerar em que medida é que a experiência, a idade, o sexo, a etnia influenciam [o seu] papel, as relações estabelecidas e o próprio processo de pesquisa. Em que medida é que a biografia e a experiência pessoal influenciam o papel desempenhado? Qual é o significado de se ser homem ou mulher para os papéis desempenhados e para as relações de campo?” (Burgess 2001: 96).

Outros autores alertam para o facto de:

“os procedimentos de recolha de informação nas ciências sociais [serem] quase sempre medidos pelo depoimento dos agentes sociais acerca das suas condições de existência, [pelo que] uma atenção muito particular deve ser concedida às dimensões simbólico-ideológicas daquele mesmo complexo de relações” (Almeida, Pinto 1986: 75; cf. também Pinto 2004: 20).

Considerando a argumentação científica de que os vários elementos implicados na investigação ocupam diferentes posições de sujeito associadas a papéis, poder e estatutos assimétricos<sup>27</sup>, assumiu-se que é da responsabilidade da investigadora confrontar os dilemas colocados por esta situação e desenvolver uma prática de pesquisa coerente com os pressupostos teóricos adotados e os princípios éticos enunciados. Daqui resultou a orientação da pesquisa para um (re)conhecimento do “outro” como sujeito da investigação<sup>28</sup>.

27. Vd. ponto 3.1. do Capítulo I.

28. Neste sentido, a reflexão de Boaventura Sousa Santos sobre a transição de paradigmas no conhecimento vem trazer uma proposta de conhecimento-emancipação: “Nesta forma de conhecimento, a ignorância é o colonialismo e o colonialismo é a concepção do outro como objecto e, consequentemente, do outro como sujeito. Nesta forma de conhecimento, conhecer é reconhecer [...]. Esse conhecimento-reconhecimento é o que designo por solidariedade.” (Santos 2000: 29; cf. também Santos, Meneses, Nunes 2004)

Enraizada numa perspetiva dos sujeitos inquiridos como elementos ativos da investigação, contrapôs-se a designação de *parceiros* à de *objetos de estudo*. Os indivíduos são *participantes da pesquisa* pois detêm a informação que constitui a matéria-prima de qualquer construção analítica por parte da investigadora e procedem à organização, (re)elaboração, interpretação e partilha voluntária dessa informação, o que exige uma relação assente no respeito pelo “outro”, apoiada pela recusa da hierarquização de papéis entre a investigadora e sujeitos participantes da investigação (Stanfield II 1993: 9). Considerá-los como participantes e não como alvo ou objeto da pesquisa pode justificar-se como estratégia metodológica que procura construir uma relação de confiança fundamental ao desenvolvimento do trabalho empírico (Burgess 2001: 114), o que tem origem, sobretudo, em questões éticas e na reflexão sobre as condições e os modos de fazer investigação.

No entanto, mesmo estando recetiva à reflexão dos próprios sujeitos, assumindo a centralidade do seu papel no processo de investigação e consciente das assimetrias de condição entre o “eu” e “o outro”, subsiste a interrogação de saber se a informação fornecida aos nossos parceiros e o esforço de com eles construir uma relação com base na confiança e respeito mútuos são suficientes para transpor as posições de cada uma das partes<sup>29</sup>. Certamente que as questões da diferenciação étnica e de classe não podem ser omitidas no caso concreto desta pesquisa, onde uma investigadora portuguesa branca com uma profissão científica, se relaciona com sujeitos negros, na sua maior parte Portugueses *mas* negros, o que condiciona assimetrias de poder simbólico, social e político entre investigadora e parceiros de investigação. Esta interrogação coloca-se de forma mais determinante quanto maior é a distância das experiências relacionais, sociais e culturais entre os indivíduos implicados na pesquisa, ou seja, o que poderíamos designar por “contraste social” recorrendo à teorização elaborada por Machado (2002).<sup>30</sup>

29. Reflexão idêntica foi feita por Horta, que salientou no seu trabalho de campo de cariz etnográfico a recusa por parte dos indivíduos com quem trabalhou de serem considerados como um “objecto de estudo” por não aceitarem as assimetrias de poder associadas a essa posição, apesar de existir abertura e colaboração (Horta 2004: 316). Também Andersen reflete sobre as relações sociais da investigação a partir de pesquisa por ela realizada junto de mulheres negras pobres, salientando que apesar do seu baixo estatuto social essas mulheres tinham clara consciência de que eram um alvo potencial de exploração pela investigação académica; algumas delas recusavam a gravação das entrevistas, embora tivessem confiança na investigadora pois partilhavam experiências significativas quando as conversas não eram gravadas (1993: 47-48).

30. Burgess, a partir da sua reflexão sobre a metodologia da pesquisa de terreno, coloca interrogação semelhante: “em situações em que brancos fazem investigação sobre negros, as pessoas podem tornar-se amigas, mas amigas que sempre permanecem de alguma forma estranhas umas às outras” (2001: 99).

Esta reflexão não pressupõe o estabelecimento de relações de amizade da investigadora com os indivíduos participantes na pesquisa, mas sim a tentativa de equilíbrio entre a proximidade e o distanciamento na pesquisa empírica (Costa 1986: 146-148), questão relacionada com a da objetividade, que constitui a crítica mais frequentemente apontada aos métodos qualitativos (Carmo, Ferreira 1998: 181).

Assim, admitimos que a familiaridade com o tema de estudo pode ser um fator facilitador:

“nomeadamente no estudo de domínios empíricos com um défice de investigação, [da] reconstrução ideacional, na aceção compreensiva do termo, do sentido atribuído pelos actores à acção” (Pires 2003: 3<sup>31</sup>).

Em contrapartida, pode também dificultar a distinção entre o que se consegue “ver” e o que a realidade nos mostra e potenciar uma incapacidade de nos desligarmos dos significados que anteriormente atribuímos a experiências pessoais consideradas equivalentes. Neste sentido, poderá ser invocada a reflexão de Harding (1998), para quem a neutralidade, entendida como condição prévia da objetividade no trabalho científico, é consequência de uma identificação sistemática dos interesses, discursos culturais e modos de organizar a produção de conhecimento por parte do sujeito investigador. Para tal propõe o conceito de “objetividade forte”, em substituição de uma objetividade não problematizada (Santos 2000: 31)<sup>32</sup>.

Conceito complementar ao de objetividade forte constitui o de “reflexividade estratégica”, avançado pela mesma autora, que consiste na análise da localização histórica e cultural da produção de conhecimento, isto é, das relações de poder inerentes à construção do conhecimento científico (Harding 1998: 193). Objetividade forte e reflexividade estratégica complementam-se para tornar a produção de conhecimento mais modesta, porque têm em conta a multiplicidade dos recursos locais e a sua potencialidade de criar conhecimento, o que permite desenvolver relações mais democráticas tanto na esfera social como na esfera mais restrita da ciência (*idem*: 194).

31. Esta análise é justificada pelo autor a partir da sua própria experiência pessoal no estudo realizado sobre os retornados (Pires 2003).

32. “What we do enables and limits what we can know. (...) cultures’ distinctive locations in heterogeneous nature, interests, discursive traditions, and ways of organizing the production of knowledge enable them to accumulate valuably different repositories of continuously revised empirical knowledge about nature and social relations. (...) different locations in the political order – in gender or imperial relations, for example – generate different resources for the production of knowledge” (Harding 1998: 141).



Estes aspetos foram devidamente ponderados e aplicados na conceção adotada de parceiros ativos da pesquisa, bem como nos procedimentos operatórios do trabalho de campo, já explicitados em momentos anteriores. De forma complementar, reconhecer e atribuir relevância às experiências e aos significados elaborados pelos indivíduos, apela à confrontação e ao controlo do trabalho analítico efetuado.<sup>33</sup>

#### **4. SÍNTESE**

A estratégia metodológica adotada nesta investigação caracterizou-se pela abordagem qualitativa e a primazia do paradigma interpretativo. Assumiu-se um equilíbrio entre o objetivo de descrever e o desafio de interpretar para concretizar os objetivos da pesquisa e a resposta às suas questões centrais. A matéria-prima empírica foi recolhida com base em histórias de vida, a partir de múltiplas entrevistas focalizadas nas trajetórias de dirigentes associativos, descendentes de imigrantes africanos lusófonos.

A operacionalização de princípios éticos da investigação resultou numa conceção dos sujeitos entrevistados como participantes da pesquisa. Assumiu-se como estratégia metodológica o confronto dos dados pelos atores, por forma a reforçar a sua validade e a plausibilidade das interpretações.

Evidencia-se que às trajetórias associativas subjaz a pluralidade de significados e interpretações, fruto da complexidade e da não linearidade das histórias de vida relatadas e (re)elaboradas pelos seus protagonistas.

33. Partilhando da reflexão de Stanfield II, embora este autor se reporte especificamente aos resultados da investigação em questões raciais ou étnicas: "researchers need to rethink their mundane acceptance of the autocratic power relations of the research process. Sharing knowledge and professional rewards with subjects (...), beyond symbolic gestures, should be viewed as enhancing rather than tarnishing the relevance of studying the institutions and communities of people of color. The more researchers (...) view cross-cultural and cross-class research as a shared human experience rooted in mutual respect and empowerment, the more knowledge for the good of all will advance well beyond the usual rhetoric regarding the enlightened virtues of science" (Stanfield II 1993: 15).

## CAPÍTULO III - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### 1. MIGRAÇÕES, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

#### 1.1. Desafios da cidadania num mundo global

Estudar a participação associativa dos descendentes de imigrantes implica enquadrar esta dimensão no percurso evolutivo do conceito de cidadania. A participação é uma dimensão chave da cidadania e são peças indissociáveis da democracia, pelo que as questões ligadas a estes conceitos ocupam lugar de destaque no debate sobre as democracias contemporâneas, conforme sintetiza a declaração seguinte:

“Citizen participation is at the heart of democracy. Indeed, democracy is unthinkable without the ability of citizens to participate freely in the governing process” (Verba *et al.* 1995: 1).

Marshall na sua obra *“Citizenship and social class”*<sup>34</sup> apresenta uma teorização pioneira sobre esta temática. A sua proposta assenta numa evolução sequencial da cidadania, desde a instituição dos direitos civis aos direitos políticos e, por fim, à conquista dos direitos sociais, realçando que esta evolução depende da luta pela expansão de direitos, cuja base reside nos conflitos inerentes às desigualdades de classe das sociedades capitalistas (*cit. in* Barbalet 1989: 21). Esta perspetiva veio a ser alvo de várias críticas por se centralizar na variável classe e negligenciar mecanismos determinantes de desigualdades de género, assim como por não contemplar as questões do pluralismo cultural e da diferença. Por outro lado, tem o mérito de defender a interdependência dos direitos como garantia do acesso à cidadania plena e de sublinhar o papel dos indivíduos neste processo.

O conceito de cidadania abrange três dimensões: os direitos e deveres atribuídos aos cidadãos de uma dada comunidade; a definição da adesão ou pertença à comunidade; a natureza e a forma da própria comunidade (Bauböck 1994: vii). Nesta perspetiva, a cidadania ultrapassa a mera posse do estatuto legal de cidadão e, em contrapartida, salienta-se que no seu cerne se encontra uma relação entre os indi-

34. Para a apresentação da evolução histórica do conceito de cidadania cf. Castles, Davidson (2000: 26-53), Magalhães (2001: 152-163) e Pocock (1995).

víduos e uma comunidade, assente numa transação de direitos e deveres, que possibilitam aos indivíduos incluídos na categoria de cidadãos participar em igualdade de condições na vida dessa comunidade (Barbalet 1989; Bauböck 1994; Bloemraad 2000; Castles, Davidson 2000).

A história do conceito mostra que a cidadania se encontra fortemente associada ao espaço político do Estado-Nação (Castles, Davidson 2000: 2), dependendo dos processos de constituição e evolução dos Estados e da forma como estes definem quem é cidadão (ou seja, as regras de acesso à cidadania) e como regem a consequente atribuição de direitos e deveres aos indivíduos incluídos nessa categoria (ou seja, as regras de funcionamento inerentes à cidadania). À cidadania subjazem, portanto, mecanismos de inclusão e de exclusão que operam em simultâneo.

Os debates contemporâneos têm realçado, porém, que a ideia de cidadania vinculada à posse da nacionalidade de um Estado específico está em crise e é questionada pela globalização, pelas migrações internacionais e pelo multiculturalismo das sociedades atuais, que induziram a emergência de múltiplas e diversificadas formas de pertença à comunidade, no quadro de um mundo global e interdependente. A defesa dos direitos das mulheres, dos imigrantes e dos grupos minoritários tem vindo a tornar mais complexa a reflexão contemporânea sobre os fundamentos e a prática da cidadania, nomeadamente por fazer notar os limites de que enfermam as várias definições da condição de membro, e consequentemente de estrangeiro, face à comunidade (Anthias, Yuval-Davis 1992; Bloemraad 2000; Castles 2000; Ferreira *et al.* 1998; Kymlicka 1995; Soysal 1994).

A dicotomia de inclusão/exclusão inerente à definição do estatuto de cidadania é exemplificada pela situação dos imigrantes nos vários países onde fixaram a sua residência, porquanto o acesso à plenitude deste estatuto é conferido, em regra, somente aos nacionais. Os Estados europeus têm facilitado o acesso aos direitos civis e sociais aos estrangeiros, mas restringindo o acesso aos direitos políticos, entendidos como símbolo *de facto* de uma completa pertença à comunidade política (Entzinger 1997: 4). É em consequência desta diferenciação que Hammar (1990) apresenta o conceito de “*denizens*” para definir o estatuto dos imigrantes residentes de longa duração que não têm acesso à totalidade dos direitos atribuídos aos cidadãos (*citizens*)<sup>35</sup>.

35. Na língua inglesa, o verbo “to deny” significa negar ou recusar. Ao propor o termo “denizen”, o autor pretende realçar o facto de os imigrantes estarem excluídos da cidadania plena, não detendo um estatuto de cidadãos, mas antes se confrontando com a negação da cidadania.

A desigualdade de direitos assim construída torna os imigrantes mais desprotegidos e mais suscetíveis de serem explorados no mercado de trabalho e no acesso aos serviços sociais (Breuer *et al* 1995: 380). Estes aspetos levam alguns autores a defender que o não-acesso dos imigrantes à totalidade dos direitos de cidadania os coloca numa condição de “subclasse” marcada pela exclusão, situação que questiona os valores-base das sociedades democráticas (Castles 2000; Dahrendorf 1994).

Em sequência desta argumentação têm sido apresentados novos conceitos para dar conta da necessidade de repensar a definição da cidadania, no sentido de salvaguardar a igualdade entre membros de comunidades marcadas pelo pluralismo cultural: Bauböck (1994) propõe o conceito de “cidadania transnacional”; Kymlicka (1995) o de “cidadania multicultural” assente numa “cidadania diferenciada” que garanta o respeito de direitos específicos de grupos étnicos minoritários; Soysal (1994) prefere salientar a “pertença pós-nacional”; e Turner (1994) avança com a ideia de uma “cidadania cultural”.

Pertencer ou não à comunidade depende, portanto, das regras que designam quem a ela pode aceder e, por essa via, assumir o estatuto de cidadão ou cidadã, instituídas legalmente por parte do Estado. Mas a “pertença à comunidade” é sensível ao modo como se interligam os aspetos jurídico-legais subjacentes na definição do estatuto de cidadania com as questões de classe, de género e de pertença étnica, contemplando por isso diferentes modos de viver essa situação. A cidadania é, pois, a expressão de uma relação dinâmica entre indivíduos e a comunidade à qual estão ligados por condições de natureza política e social mas também simbólica, sendo uma construção mutável e contingente.

Esta discussão tem a sua origem na divergência de posições das grandes linhas teóricas do liberalismo e do republicanismo quanto ao papel que cabe ao indivíduo enquanto cidadão, podendo distinguir-se duas conceções opostas: a cidadania como estatuto e a cidadania como prática, respetivamente (Habermas 1994: 24-25). Na sua base, a perspetiva liberal enfatiza que a ligação do indivíduo à comunidade decorre de um estatuto legal que define essa pertença; por contraste, a visão republicana realça que a pertença decorre do exercício dos direitos políticos de participação mediante os quais os indivíduos se tornam agentes ativos da comunidade (*idem*: 25).

Desviando-nos do aceso debate que autores posicionados nas várias correntes teóricas têm vindo a manter, parece fundamental na presente análise destriçar entre o caráter formal que decorre da definição do conjunto de direitos atribuídos pelos Estados aos seus cidadãos, de uma cidadania substantiva refletida nas condições que possibilitam o exercício efetivo desses direitos.

Nesta linha de pensamento, Barbalet afirma que:

“o problema de quem pode exercer a cidadania e em que termos não é apenas uma questão do âmbito legal da cidadania e da natureza formal dos direitos que ela implica. É também uma questão de capacidades não-políticas dos cidadãos derivadas dos recursos sociais que eles dominam e têm acesso” (1989: 11).

As desigualdades entre os indivíduos em termos de condições de vida, de estatuto socioeconómico, de domínio da informação e do nível de literacia influenciam a capacidade de tomar parte na vida pública e assumir uma cidadania ativa. A pertença étnica, ser-se homem ou mulher, ter um determinado grau de deficiência ou ainda a idade e a orientação sexual são outros fatores que podem reforçar desigualdades e discriminar os indivíduos, quer no acesso ao estatuto de cidadania como também nas possibilidades de exercer os direitos que esse estatuto lhes concede. Enfim, deve ainda realçar-se que a cidadania também exige a aprendizagem de competências e a sua articulação com um conjunto de valores que induzam à sua prática (Carmo 1998, 2004).<sup>36</sup>

De modo a compreender como se articulam a cidadania formal e a sua prática, Yuval-Davis propõe desligar a cidadania de uma relação de pertença exclusiva a um Estado, introduzindo as dimensões da família e da sociedade civil. A autora defende que a autonomia do indivíduo depende da sua posição face à família e face às estruturas da sociedade civil tanto como às do Estado, sendo desta relação que emergem as condições de exercício da cidadania (1997b: 13-15).

Como exemplo, refira-se que a expressão da cidadania social das mulheres tem sido limitada, entre outros fatores, pela persistência de desigualdades no mercado de trabalho e na vida familiar (Bradley 1998; Ferreira 1999; Inglez 2007; Perista 1999, 2002, 2007), pelo facto da função de maternidade ser desvalorizada em comparação com funções de produção na esfera económica (Joaquim 1998, 2006b) ou ainda porque o ativismo informal das mulheres, nomeadamente em organizações de ação social, é desvalorizado em detrimento da participação política convencional (Lister 1997; Pintasilgo 1998; Sudbury 1998; Vicente 2002).<sup>37</sup> Lutz, por sua vez, relembra que os direi-

36. Voltaremos a abordar este assunto no ponto seguinte do presente capítulo.

37. Maria de Lourdes Pintasilgo foi acérrima defensora de uma abordagem do “cuidado” como intervenção política essencial para a sustentabilidade das sociedades do Século XXI, salientando a centralidade do papel que as mulheres têm assumido neste campo (cf. 1998; Comissão Independente População e Qualidade de Vida 1998; Koning 2005).

tos das mulheres imigrantes na União Europeia, cuja migração decorre ao abrigo do reagrupamento familiar, estão fortemente dependentes desse vínculo e das regras que regulam a legislação em cada país, situações que fragilizam a sua condição de cidadãs (1997: 102-107).

A cidadania é, portanto, um campo privilegiado para se analisar as relações entre a ação e a estrutura, uma vez que assenta nas condições estruturais que determinam e enformam o seu caráter formal ou substantivo e, por outro lado, no papel que indivíduos e grupos desempenham no exercício dos seus direitos e nas ações que visam a expansão ou o reforço dos mesmos.

Em síntese, pode então dizer-se que:

“os direitos de cidadania dependem não só de direitos sociais *garantidos pelo Estado*, como também de direitos cívicos *ganhos contra o Estado*. A afirmação da cidadania ocupa, pois, um espaço de permanente confronto entre as concessões estatais estabelecidas e o processo de mais extensas conquistas. Tal faz salientar quer a importância dos processos de participação social, mas também o papel do estado que se liga indissociavelmente com a proteção dos direitos da cidadania” (Rodrigues, Stoer 1994: 185).

Neste contexto, Bloemraad (2000) propõe uma abordagem muito interessante, ao centrar a sua análise na participação enquanto elemento essencial para compreender a relação entre o indivíduo e a comunidade e as consequentes dinâmicas entre ação e estrutura:

“participation provides a means to investigate the dynamic between individual immigrants’ agency and the structural or institutional constraints they face in exercising that agency. Thus we can link both the individual and the state, two sides of the citizenship equation, and also bring in other participants such as societal groups and ethnic associations (...)” (Bloemraad 2000: 25).

A autora distingue quatro dimensões constitutivas da cidadania – estatuto legal, direitos, identidade e participação – salientando que as três primeiras dimensões são muito influenciadas pelo Estado pois é este que define quem pode pertencer à comunidade (estatuto legal) e quais os benefícios que daí decorrem (direitos) e que detém ainda os recursos simbólicos que condicionam a formação das identidades coletivas, embora a sua influência nesta dimensão identitária seja menor comparativamente às antecedentes. A sua proposta é centrar a atenção no papel do indivíduo nesta dialética, ao invés de focalizar a análise na estrutura do Estado, e defende que a par-

ticipação é o elemento que permite estabelecer uma ligação conceptual e empírica entre o indivíduo e a comunidade sociopolítica:

“It is through participation that the other side of the citizenship equation – the individual – can be considered. If the state gives citizenship, there must be someone to take it, or if the state changes its approach to citizenship, an individual (our group of people) initiated that change” (Bloemraad 2000: 10).

A dimensão “participação” tem assumido grande relevância no debate sobre o reforço de direitos dos imigrantes e deve ser entendida no contexto da evolução da filosofia subjacente às políticas de integração destes grupos, que os Estados têm desenvolvido ao longo da história das migrações internacionais (Favell 1997). A partir do momento em que os Estados foram acolhendo uma maior presença de população estrangeira que não perspetivava o regresso aos países de origem, viram-se forçados a aceitar a integração dos imigrantes como um “problema estrutural” (Rex 1990: 97) e a implementar políticas que respondessem ao modelo de sociedade que cada um ansiava construir (Calvanese, Pugliese 1990; Entzinger 1990). Estas políticas podem tender, nos seus extremos, a uma assimilação ou a um pluralismo cultural, mas dependem fortemente da:

“concepção da nação, das formas nacionais da laicidade, da história e, sobretudo, da história colonial, das formas de protecção social e das especificidades culturais” (De Rugy 2000: 30).

A evolução das questões relativas à cidadania entretetece-se, por outro lado, com a progressiva intensificação da interdependência global nas esferas económica, social, cultural e política das sociedades. Hoje, os Estados detêm um poder enfraquecido para fazer face às necessidades sentidas pelas populações, em parte como resultado da incapacidade de um único Estado enfrentar problemas globais e de cadeias causais interdependentes.<sup>38</sup> Tal tem exigido uma transferência de poderes para or-

38. Tal situação está particularmente presente no espaço da União Europeia: “Os modelos de integração na Europa encontram-se actualmente muito fragilizados devido à crise económica. (...) Os problemas de integração vividos actualmente não dizem tanto respeito a problemas levantados pelo modelo de integração ou pelas características dos migrantes, mas a problemas económicos e sociais que afectam principalmente as populações económica e socialmente mais desfavorecidas. (...) A exclusão social e económica está longe de envolver apenas os imigrantes e os seus descendentes. Mas para a nação, a dificuldade consiste em não deixar que a integração cultural efectiva seja posta em causa pela não-integração económica e social (...)” (De Rugy 2000: 31).

ganismos supranacionais e uma conseqüente perda de soberania estatal, ao mesmo tempo que emergiram novas autoridades, parte delas com origem nas organizações da sociedade civil (Moreira 2006: 2).

Com efeito, a regulação política transnacional tem evoluído para uma maior exigência de participação dos cidadãos e para a redefinição das relações entre atores estatais e não estatais, contribuindo para revalorizar o papel da sociedade civil. Conceitos como parceria, redes, negociação, mediação entre Estado e sociedade civil, entraram já na rotina terminológica dos documentos oficiais produzidos por organismos internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas ou a União Europeia, tendo reflexos diretos na intervenção das instituições do poder central e local dos Estados nacionais. Por exemplo, o Conselho da Europa e a Conferência das Autoridades Locais e Regionais da Europa têm recomendado aos Estados-membros o desenvolvimento e a concertação de estratégias que visem envolver os indivíduos, nomeadamente os imigrantes, nos processos de consulta e tomada de decisões ao nível da vida local e abrangendo as dimensões jurídico-legais, socioeconómica e cultural (Vertovec 1999: 23-24).

Para Tom Burns (2004), a estrutura organizacional e funcional do sistema democrático está a mudar no sentido de uma crescente diversificação de formas de governação, que vêm questionar e redimensionar o papel dos governos nacionais, dos parlamentos, dos partidos políticos e dos indivíduos. Este cenário de mudança e crescente complexidade social e política é caracterizado, segundo o autor, pelo envolvimento de múltiplos agentes no processo de governação nas sociedades modernas:

“A diversidade dessas formas é baseada sobretudo na (e envolve agentes da) sociedade civil. Em muitos casos, estas interagem com as instituições estatais e penetram no seu interior. Os agentes da sociedade civil não são apenas agentes de mercado e grupos de interesses económicos, mas também grupos de interesses públicos, movimentos sociais, organizações de auto-ajuda, agentes religiosos e associações de diversos tipos” (Burns 2004: 125-126).

A intervenção de diferentes agentes na governação pública é um fenómeno que pode ser entendido como uma “reconquista da autoridade política pelos actores societais” e que proporciona espaço à participação ativa dos cidadãos organizados em torno de objetivos específicos (*idem*: 126). Estas novas formas de participação obrigam a repensar a democracia representativa e desafiam a pensar e a construir formas de governação que articulem os vários atores e esferas de poder, tendo em vista enfrentar os problemas das sociedades de forma integrada e coerente (*ibidem*: 157-158).



O (re)nascimento de movimentos sociais é, também, o resultado deste cenário (Bessa 2002; Santos 2002, 2003a; Stock 2005). Estes movimentos podem ser perspetivados como expressões de ação coletiva alternativas à mobilização ancorada em pertenças de classe, tal como o movimento operário, que perdeu a sua centralidade enquanto aglutinador de forças no cenário de conflito social resultante da perda de influência da identificação dos indivíduos em torno de classes sociais (Almeida 1995: 150). Constituem expressões da vontade dos cidadãos em defender direitos que são percecionados como estando ameaçados ou que exigem um maior reforço, que ultrapassam em muito a ligação ao mundo laboral e a esfera dos direitos dos trabalhadores (por exemplo, igualdade entre homens e mulheres, direitos dos imigrantes, direitos culturais, direitos humanos, direitos dos consumidores, etc.):

“Hoje, é a defesa dos direitos culturais e sociais dos indivíduos e das minorias que é o objectivo positivo dos movimentos sociais (...). Já não é em nome da sociedade perfeita que esses movimentos falam e não é para o futuro que olham: combatem pela defesa do direito de todos a uma existência livre e «humana». É essa a forma que assume hoje o princípio geral em que assentam todos os movimentos sociais: o direito à igualdade cultural” (Touraine 1999: 77).

Os novos movimentos sociais detêm um papel importante na evolução do sistema de cidadania, na medida em que capacitam os indivíduos para formas de participação que lhes permitem conquistar direitos que antes não estavam ao seu alcance, sendo “os próprios direitos de cidadania progressivamente conquistados a contribuir directamente para [o] alargamento de horizontes e objectivos” (Almeida 1995: 152).

Portugal não está alheado da evolução social e política internacional descrita anteriormente. Tem-se assistido ao desenvolvimento de uma pluralidade de movimentos sociais, sobretudo em torno da defesa de direitos culturais e políticos, influenciados pelas dinâmicas que a globalização imprimiu à ação coletiva (Martins 2003); ao impulso do terceiro setor com origem numa proliferação de organizações de solidariedade social (Hespanha 1999); e a uma importante evolução no reforço do estatuto de cidadania dos imigrantes (Albuquerque *et al.* 2000).

Constata-se que, desde 1990, o país evoluiu de um espaço de direitos muito restrito, dada a quase total ausência de legislação e a pontual e irregular participação dos imigrantes na esfera pública, para uma prática de cidadania de maior intensidade decorrente da conjugação entre a produção legislativa e a mobilização das organizações representativas dos imigrantes no espaço público. A pertença de Portugal à

União Europeia tem influenciado a produção legislativa relativa à gestão dos fluxos e à integração dos imigrantes, determinada pela exigência de uniformização de políticas de imigração.

Paralelamente, a capacidade de intervenção do movimento associativo de imigrantes tem também usufruído da pertença a este espaço político alargado, nomeadamente pelas possibilidades oferecidas pelos quadros comunitários de apoio e, também, pelo desenvolvimento de metodologias de trabalho que exigem o estabelecimento de parcerias entre o Estado e as organizações não-governamentais, ou seja, a “institucionalização de partenariados” nas políticas que visam a coesão social (Rodrigues, Stoer 1998: 96). As novas metodologias de trabalho assentes no diálogo têm-se mostrado fundamentais para que os diferentes intervenientes institucionais na esfera social aprendam a atuar de forma integrada e concertada e têm possibilitado um aprofundamento do exercício da cidadania, na medida em que a participação dos grupos alvo pode ser entendida como um fator de inclusão e de *empowerment* de grupos desfavorecidos socialmente (Carmo 1999: 159-162; Pinto 1998: 269-274).

Por outro lado, face a problemas comuns entre migrantes nos diferentes países da União Europeia, a intervenção associativa torna-se, também, transnacional, beneficiando para tal das oportunidades de intercâmbio e mobilidade oferecidas pelos programas já referidos e, também, das redes constituídas por grupos de imigrantes cuja história migratória levou à dispersão geográfica, mas que preservaram ou construíram redes de contactos, também facilitadas pelas possibilidades de comunicação no ciberespaço.

Enfim, poderá dizer-se que a intervenção social e política, hoje, se *glocalizou*, isto é decorre num espaço local bem definido mas reflete as mudanças sociais, económicas e políticas que decorrem à escala global, assim como as iniciativas desenvolvidas localmente influenciam a ação coletiva global<sup>39</sup>. A máxima dos novos movimentos sociais “Pensar globalmente, agir localmente” espelha e sintetiza a interdependência existente entre os problemas vividos pelas comunidades num plano micro e local e os problemas comuns e partilhados por toda a Humanidade.

39. O Fórum Social Mundial ilustra esta dupla dinâmica pois nasceu de movimentos locais e da mobilização da câmara de Porto Alegre, no Brasil, tendo evoluído para uma escala mundial, que funcionou como mola propulsora para novos movimentos. Cf., ainda, Santos (1997: 16), autor que propõe uma análise dos modos de produção da globalização, distinguindo entre o localismo globalizado e o globalismo localizado.

## 1.2. Olhares sobre a participação política de imigrantes e descendentes: dinâmicas da relação entre ação e estrutura

A investigação e o debate científico sobre participação dos imigrantes salientam que esta é um processo multidimensional e dinâmico, cuja análise exige considerar a pluralidade de fatores que nele intervêm, bem como as suas interações. Alguns autores destacam o papel de fatores de natureza individual, mas a literatura tem evidenciado o maior predomínio de fatores estruturais na explicação da participação. Reúne consenso a argumentação que o tipo e o grau de participação são condicionados pela estrutura do Estado, nomeadamente pela moldura política e normativa dirigida à regulação da imigração e dos direitos dos imigrantes.

Autores como Martiniello (1994, 1998) e Miller (*cit. in* Vertovec 1999) apresentam propostas de caracterização das formas de participação política à disposição dos imigrantes, no cenário dos países da Europa ocidental.

A reflexão de Martiniello (1994: 334-337; 1998: 12) assenta nas seguintes dimensões da participação política:

- nível geopolítico, variável consoante a organização do Estado: nacional, regional ou local; e admitindo a existência de um nível transnacional relativo ao país de origem;
- participação política ao nível estatal, abrangendo a participação eleitoral e a representação nas assembleias eleitas; e ao nível não estatal, que pode ser concretizada nos partidos políticos, nos sindicatos, em órgãos de consulta, mediante a mobilização étnica ou ainda no quadro de grupos de pressão ou outro tipo de associações.

Miller (*cit. in* Vertovec 1999: 24) centra a sua proposta no tipo de atividade e de instituições mediante as quais os imigrantes podem expressar os seus interesses face aos agentes estatais, identificando as seguintes: organizações do país de origem; órgãos consultivos (ao nível local ou nacional) que visam a representação de interesses coletivos; sindicatos e organizações ligadas ao trabalho; partidos políticos e organizações religiosas ou cívicas; expressões de confrontação como, por exemplo, manifestações ou greves.

Ambas as propostas sustentam a ideia de que as oportunidades de participação e de mobilização política dos grupos de origem imigrante são em grande parte influenciadas pelas conceções dominantes do Estado e das ações por este desenca-

deadas com vista à institucionalização, ou não, de canais onde estes grupos podem expressar interesses e, deste modo, participar nos processos conducentes à tomada de decisões em políticas que lhes dizem diretamente respeito. Mas esta argumentação não é válida apenas na sua aplicação ao contexto da imigração, pois a literatura científica sobre cidadania e Estado social confirma que as “bases institucionais e organizacionais dos sistemas políticos” influenciam de forma significativa as “oportunidades de participação e de integração dos indivíduos” (Mozzicafreddo 2000: 186).

Na sequência desta linha argumentativa que realça a influência de fatores estruturais, Soysal (1994) defende que o regime de incorporação em vigor num dado Estado – o qual pode ser mais ou menos centralizado e ter o seu núcleo de ação e de autoridade mais assente no próprio Estado ou na sociedade – é uma variável determinante na forma como os imigrantes se organizam, nos seus discursos, estratégias e identidades (*idem*: 85). O Estado pode proporcionar (ou não) determinados recursos às organizações de migrantes; a sua ação pode incidir na criação de canais específicos que favorecem a participação, tendo por base uma categorização de base étnica que, por sua vez, condiciona a expressão de identidades coletivas por parte dos imigrantes, ou, numa visão oposta, a incorporação é estruturada em função do indivíduo e as ligações entre o Estado e as organizações de imigrantes são menos institucionalizadas (*ibidem*: 86-87).

Também a abordagem desenvolvida por Ireland (1994) se baseia numa “perspetiva institucional” da organização política dos imigrantes. Na perspetiva deste autor, há que realçar o papel da “estrutura de oportunidades políticas” do país de acolhimento, caracterizada pelo estatuto jurídico dos imigrantes, pelos direitos que este estatuto lhes confere e pela existência, ou não, de políticas sociais em áreas como a educação, o trabalho e a assistência social (1994: 8-10).

Confirmando e reforçando a análise dos autores citados, encontra-se o trabalho de Koopman e Statham (2000) que vêm evidenciar a influência da estrutura de oportunidades no cenário da negociação política e da gestão das relações interétnicas. Mais recentemente e em idêntica linha de raciocínio, investigação sobre participação cívica ativa dos imigrantes na União Europeia revelou que a estrutura de oportunidades dos países recetores – entendida como a articulação entre fatores de bloqueamento e de facilitação da participação – assume uma influência significativa nos vários contextos nacionais dos 25 Estados analisados (Cyrus *et al.* 2006).

A importância da estrutura social, em particular dos modos de incorporação dos imigrantes, é também defendida por Portes e Rumbaut, que defendem que, em úl-

tima análise, são os modos de incorporação que determinam que a posse de determinados recursos (por exemplo, nível de escolaridade ou de qualificações, domínio da língua do país de acolhimento) exerçam um efeito positivo no cômputo geral do processo de integração (Portes, Rumbaut 1996, 2001).

Em jeito de síntese, recolocando o debate na conciliação de argumentos que evidenciam o papel do contexto ou da estrutura social face a variáveis mais individuais, Portes (1999), numa síntese analítica de resultados da investigação sobre incorporação dos imigrantes nos Estados Unidos da América, afirma que o êxito deste processo depende mais das iniciativas que o Estado recetor desenvolve face à imigração do que dos recursos dos próprios imigrantes ou das características das respectivas comunidades étnicas. As suas conclusões são ilustrativas da diversidade de fatores que operam no complexo processo de integração:

“Concluindo, singrar na América é um processo complexo, que só parcialmente depende da motivação e das capacidades que os imigrantes trazem consigo. A forma de usar os recursos pessoais depende muitas vezes de fatores políticos internacionais, sobre os quais os indivíduos não têm qualquer controlo e da história daqueles que chegaram anteriormente e dos tipos de comunidades que criaram, sobre as quais os recém-chegados também têm pouca influência. Estas forças complexas e involuntárias confrontam os imigrantes com uma realidade objectiva que os encaminha para diferentes direcções. (...) Um maior conhecimento dos contextos com que os imigrantes hoje se deparam (...) demonstra a importância dos modos através dos quais eles são incorporados e dos respectivos recursos materiais e morais postos à disposição pelo governo, pelos empregadores e pelas suas próprias comunidades” (Portes 1999: 95-96).

No entanto, a predominância do peso do contexto social e político na estruturação das oportunidades de participação dos imigrantes não deve desvalorizar o papel da ação dos indivíduos ou dos grupos como confronto a essas condições. Como foi referido no ponto anterior, a dimensão “participação” é um elemento fundamental das dinâmicas da cidadania e desempenha um papel relevante na mudança das condições estruturais que limitam a sua prática (Bloemraad 2000). A análise de Soy-sal não omite a ação das organizações de migrantes, mas argumenta que a forma como elas intervêm e como definem os seus objetivos, as suas estratégias e as suas funções, é adaptada aos recursos disponibilizados pelo Estado e às políticas existentes (1994: 86). Idêntica conclusão é-nos apresentada por várias pesquisas sobre

os processos de mobilização étnica e participação política na Europa (Martiniello, Statham 1999)<sup>40</sup>.

De entre as formas de participação política ao nível local proporcionadas aos imigrantes assumem com algum destaque na literatura os órgãos consultivos ou conselhos municipais. Porém, importa considerar que a sua institucionalização nem sempre corresponde ao exercício de plenos direitos de cidadania nem ao reforço da capacidade negocial dos grupos aí representados.

Anderson (1990) considera que estas estruturas desempenham um papel importante na atribuição de direitos políticos, na medida em que os imigrantes elegem representantes para um órgão onde podem emitir opiniões face às políticas em curso e assim defender os seus interesses. Mas, em simultâneo, são órgãos meramente consultivos e sem força legal e política, podendo inclusive constituir uma estratégia dos Estados para evitar a expansão dos direitos de voto aos imigrantes residentes (*idem*: 113).

A análise de Anderson é confirmada por outros autores, que realçam que a esfera de ação deste tipo de órgão se restringe à consulta dos interesses dos grupos neles representados, sem existir um poder de decisão ou capacidade de interferir efetivamente nas políticas implementadas pelas autoridades locais, constatando-se em certos casos uma conceção paternalista do papel dos representantes dos imigrantes que aí têm assento (Rex e Samad *cit. in* Vertovec 1999: 27).

Ainda há que acrescentar a esta análise os problemas inerentes à função de representação: Webner aponta os dilemas que os elementos dos grupos étnicos eleitos ou recrutados para serem representantes dos interesses dos designados grupos de pertença enfrentam (*cit. in* Vertovec *op. cit.*: 26); Grillo questiona a legitimidade da representação ao verificar que em França os conselhos consultivos atuantes na área da imigração dependem e são controlados por uma “elite de poder” externa que abrange membros de igrejas, empresários e políticos (*idem*: 27).

Os estudos sobre participação política e cívica dos imigrantes centrados concretamente na realidade portuguesa enquadram-se na análise da literatura internacional anteriormente apresentada, salientando que a participação resulta da relação dialética entre iniciativa do Estado e iniciativa dos cidadãos, onde se destaca a influência de fatores estruturais.

40. “In general, the essays here emphasise the importance of the ‘top-down’ political context in explaining the patterns of ‘bottom-up’ minority mobilisation” (Martiniello, Statham 1999: 568).

A análise do processo de mobilização da etnicidade em Portugal realça que a intervenção do Estado é um fator predominante e mais significativo do que a ação coletiva dos imigrantes, tanto na fase inicial como na sua evolução ao longo de uma década (Machado 1992, 2002). O caráter recente dos fluxos migratórios, as fragilidades do Estado-Providência e a falta de interesse das elites imigrantes em participar no contexto político local do país recetor são condições que explicam a ausência de uma agenda política em torno da etnicidade no início dos anos 1990 (Machado 1992: 132-133). A passagem rápida de um “grau zero” de mobilização da etnicidade para uma situação de “regulação institucional” foi substancialmente condicionada pela instituição de um conjunto de leis e políticas estatais de gestão dos fluxos migratórios e tendentes à integração dos imigrantes residentes:

“A forma como os acontecimentos se desenrolaram mostra que a politização da etnicidade é mais resultado de uma estratégia de antecipação reguladora do Estado do que propriamente de respostas reactivas a formas de acção colectiva com grande potencial de disrupção social. (...) A iniciativa esteve mais do lado do Estado, que assim procurou prevenir eventuais problemas de disrupção social. Se é permitida a imagem, antes de a etnicidade cair na “rua”, o Estado tratou de a pôr sobre a “mesa”, através da rápida construção de canais de interlocução com o movimento associativo, que entretanto já crescera e se organizara o suficiente para se fazer ouvir” (Machado 2002: 416).

Por fim, refira-se que vários estudos empíricos têm vindo a ilustrar o argumento de que a estrutura de oportunidades influencia as formas de ação coletiva dos imigrantes e de representação dos seus interesses também ao nível local (Horta 2002a, 2002b, 2004; Marques *et al.* 1998, 1999).

Partindo da reflexão de Ruivo (1993) sobre a existência de um “poder relacional” subjacente a uma “intervenção informal dos governos locais”, sustenta-se a ideia de que estes “micro-poderes” podem induzir a relações de clientelismo e tentativas de captação de representantes das organizações de imigrantes como forma de controlar e regular a sua ação (Horta 2002a: 155-156; 2002b: 20-24).

Por sua vez, Marques e outros (1998, 1999) constataram que a participação dos imigrantes resulta de um processo do topo para a base e não de uma mobilização das organizações locais face às instituições políticas. Tal decorre da análise focalizada no município de Oeiras, que desenvolveu uma abordagem centrada no indivíduo assumindo que cada munícipe é um cidadão, em detrimento de um enfoque na pertença étnica e do diálogo com organizações coletivas de imigrantes; daqui resultou que as

associações locais não se organizaram preferencialmente com base na identificação étnica, embora a sua ação se dirija à população imigrante (Marques *et al.* 1998: 44; 1999: 10).

Em complemento, Marques e Santos (2000) verificaram que as políticas de habitação implementadas pela autarquia alargaram, ainda assim, as oportunidades das associações locais participarem na tomada de decisões e assumirem um papel de intermediários na implementação do programa de realojamento, tendo como efeito direto um aumento do nível de confiança da população face às autoridades públicas (*idem*: 15-16).

A influência de fatores estruturais no processo de participação política e cívica dos imigrantes abrange dimensões que vão para além da moldura legal que define os direitos de cidadania, das políticas implementadas pelo Estado e da institucionalização de canais de consulta e representação. Hargreaves e De Wenden (1993) lembram que existem outros aspetos do “ambiente político” do país de acolhimento que afetam a capacidade dos grupos minoritários defenderem os seus interesses, independentemente de se identificarem numa base étnica, como, por exemplo, a recetividade do sistema eleitoral e dos partidos políticos à inclusão da população imigrante nas suas estratégias e orientações programáticas (Hargreaves, De Wenden 1993: 5-6).

Investigação centrada sobre expressões de ativismo político de imigrantes permitiu constatar que os hábitos e comportamentos políticos que os imigrantes trazem do país de origem são fatores atuantes neste percurso. A participação no país de acolhimento pode refletir uma continuidade ou uma rutura face a padrões de socialização e participação política anteriores à experiência migratória (Jones-Correa 1998: 326; Kosic 2007: 11-13), sendo útil ponderar sobre as condições que interferem nesse processo e em que momentos se operam eventuais alterações do padrão.

No caso dos descendentes de imigrantes é de considerar as experiências de participação cívica dos pais no país de origem ou no de acolhimento (ou a sua ausência) e a possível transferência destes hábitos para os filhos, uma vez que a tradição familiar pode ser um elemento determinante no incentivo à ação comunitária, conforme observado num estudo sobre lideranças associativas de base étnica na região do Québec (Labelle *et al.* 1994; Labelle, Lévy 1995).

Importa ainda ter em atenção que as condições de vida dos imigrantes podem funcionar como impulso ou reforço de uma participação ativa ou fazer esmorecer o interesse pelo ativismo político, conforme se verifica na relação entre a evolução do mo-



vimento associativo, a história dos fluxos imigratórios e as condições socioeconómicas dos imigrantes em Portugal. Um fator que alguns imigrantes identificam como sendo um obstáculo importante é o sentimento de medo, que resulta da situação de insegurança face ao trabalho e da dificuldade de ter um estatuto jurídico regularizado e estável, situações que conjugadas funcionam como inibidores da participação (Albuquerque 2005c: 113).

A análise de Sennet (2001) sobre o trabalho nas sociedades industrializadas do sistema capitalista atual sustenta a ideia de que o declínio da participação cívica é uma consequência do tipo de organização do trabalho em vigor nessas sociedades. O autor argumenta que a flexibilidade laboral, que tem subjacente uma ideia de que nada é de longo prazo, torna o tempo do trabalho em algo descontínuo e “corrói a confiança, a lealdade e a entrega mútua” (*idem*: 37). A superficialidade e a desorganização do tempo interferem na capacidade dos indivíduos construírem vínculos sociais e “relações humanas sustentadas e de objectivos duradouros”, porque não encontram condições para tal nas experiências informais do quotidiano (*ibidem*: 153).

Ainda numa perspetiva de considerar a influência de aspetos estruturais sobre a participação, é pertinente considerar que o comportamento político dos imigrantes pode ser influenciado pelos padrões dos próprios cidadãos nacionais. No caso português, constata-se um fraco exercício da cidadania política por parte da população, no geral (Cabral 1997, 2000). Num inquérito aos valores dos Portugueses no início dos anos 1990, Luís de França tecia as seguintes conclusões:

“Contrariamente a algumas ilações retiradas de inquéritos anteriores à juventude portuguesa onde se afirmava que os jovens eram social e politicamente pouco associativos e participativos, não se verifica que a idade seja uma variável pertinente para a taxa global de pertença a associações, incluindo a grupos e partidos políticos. Parece, assim, que não nos encontramos perante um problema juvenil mas sim da população em geral. Por outro lado, este *problema* da população portuguesa não consistirá tanto numa falta de participação política (a única semelhante à europeia) e sim numa falta de participação *tout court*: seríamos, assim, um povo pouco associativo e pouco participativo” (França 1993: 71).

Esta característica tem-se refletido numa fraca adesão a organizações não-governamentais ou outro tipo de associações (Cruz 1995; Delicado 2003; Vala *et al.* 2003), mas também nos canais de participação política mais formais, tais como o envolvimento em partidos políticos e o exercício do voto (Freire 2001, 2003; Martins 2004; Viegas 2000).

Num inquérito mais recente sobre as atitudes e o comportamento social e político dos Portugueses, veio a concluir-se que:

“as associações com impacto na esfera pública e deliberação política têm menor número de aderentes do que na generalidade dos países desenvolvidos (...). Os efeitos democráticos mais fortes do associativismo em Portugal, e comparativamente aos outros países, manifestam-se na integração social, cooperação e solidariedade social, que derivam do envolvimento mais significativo nas ‘associações de solidariedade social e religiosas’ e nas ‘desportivas, culturais e recreativas’ [em contraste com um] fraco envolvimento em associações com intervenção na esfera pública, nomeadamente as ‘associações de defesa dos direitos de cidadania e de valores sociais’” (Viegas 2004: 46).

Os índices de participação cívica da população portuguesa podem ser entendidos como sendo o resultado de uma ainda jovem democracia e no quadro da histórica fragilidade protetora e assistencial do Estado (Hespanha *et al.* 2000; Santos 1990, 1993). O nascimento do Estado-Providência português remonta aos anos de 1970, tendo sempre enfrentado o atraso da economia face aos seus vizinhos europeus, razão que explica o caráter semiperiférico do modelo de desenvolvimento do país (Santos 1990: 109-110). A insuficiente intervenção do Estado-Providência português resulta de mecanismos de proteção social frágeis em conjugação com debilidades estruturais do sistema económico, o qual não tem permitido um maior investimento no setor social e tem, aliás, justificado progressivas restrições.

É com a integração na Comunidade Económica Europeia, em 1986, que se passou a beneficiar de recursos financeiros que tornaram possível o reforço das instituições de proteção social e a implementação de políticas de combate à exclusão e de promoção do desenvolvimento local e regional, pilares da política de coesão social europeia. Ferrera, Hemerijck e Rhodes (2000) sustentam, aliás, que Portugal não tem propriamente um Estado-Providência, mas antes um regime misto na medida em que concilia instrumentos e práticas de diferentes regimes sociais, caracterizado pela fraca rede de suporte subjacente à segurança social (*idem*: 54-60). Medina Carreira (1996: 477) argumenta que o Estado-Providência português enfrenta uma tripla crise: “financeira, de legitimidade e de eficácia do funcionamento”. Esta situação tem provocado, tanto a Portugal como a outros países do Sul da Europa, uma situação de “austeridade permanente” no regime de proteção social, num contexto de “subdesenvolvimento institucional e financeiro” e de desequilíbrios internos (Ferrera *et al.* 2000: 56), razão pela qual as redes de suporte familiar desempenham ainda um papel valiosíssimo como “fornecedores de proteção social” (*idem*: 54).

O cenário descrito tem condicionado as relações do Estado com a sociedade civil, ao criar limites à expansão e reforço da intervenção das organizações não-governamentais. Ainda que se reconheça a importância da existência de uma “sociedade providência” baseada em redes de micro-solidariedades, onde se articulam relações de entreajuda familiares, de parentesco ou vizinhança (Rodrigues, Stoer 1998: 96; Santos 1993: 43), o contexto que enforma a intervenção da sociedade civil pauta-se pela dependência desta face ao Estado, bem como por debilidades organizativas e pela ausência de uma cultura de cidadania nas estruturas do terceiro setor (Hespanha *et al.* 2000: 330). Muitas destas organizações constituem, aliás, uma “sociedade civil secundária” (Santos 1990: 222) porque nascem da iniciativa e da intervenção estatal (caso das organizações ligadas à Igreja Católica e as Misericórdias). É esta dependência do setor civil face ao Estado que justifica a crítica de Madureira Pinto relativamente ao papel que supostamente a sociedade providência pode desempenhar num efetivo combate às desigualdades e promoção das condições de vida das populações desfavorecidas, pois, argumenta, essa intervenção é bem mais eficaz quando assumida por um Estado-Providência forte (Pinto 2006: 78).

Em suma, não se pode descurar a influência da estrutura estatal nas respostas organizativas dos imigrantes, relação que deve ser contextualizada num cenário de fragilidades cumulativas e recíprocas entre Estado-Providência e sociedade civil e consequente evolução dos direitos de cidadania, em Portugal. A atribuição de direitos de cidadania não se processa de modo regular e linear, antes depende de condições normativas e institucionais que concorrem para a sua limitação ou expansão e está por isso dependente de políticas sociais e mecanismos institucionais de desenvolvimento do próprio Estado-Providência (Mozzicafreddo 2000: 187). O efeito condicionador da moldura legal e política do Estado sob as condições práticas do exercício da cidadania é ainda transferível para o contexto mais micro dos municípios, existindo evidência empírica que as políticas locais dirigidas às populações de origem migrante devem ser entendidas no contexto das políticas nacionais (Cordeiro 2004).

A análise da influência de fatores estruturais no processo de participação exige, por fim, abordar as relações de género e o modo como interferem neste processo. A atenção às experiências concretas das mulheres e jovens na sua intervenção no espaço público é defendida por várias autoras.

Sudbury (1998) utiliza a expressão “activismo invisível” quando analisa as organizações de mulheres negras no Reino Unido e se refere ao esforço que as mulheres têm de desenvolver perante os maridos ou companheiros, as famílias e a comunidade

de pessoas com quem interagem no quotidiano, de forma a combater preconceitos e discriminações com base no sexo, para além da discriminação étnica (*idem*: 59). Sendo a discriminação sentida de forma individual, não pode ser isolada do contexto mais alargado de interações sociais, o qual diz respeito tanto às relações entre homens e mulheres como às relações entre grupos étnicos minoritários e grupo étnico maioritário.

Collins (1991) alerta para o facto das mulheres negras desenvolverem desde sempre formas de resistência à opressão, social e racial, ativismo que ocupa um lugar de invisibilidade na investigação pois a atenção tem sido mais focalizada na participação política em estruturas formais (*idem*: 141-142).

Por outro lado, Jones-Correa (1998) pôde observar que existem comportamentos de participação política diferenciados quanto ao género: padrão de continuidade no caso dos homens e de rutura ou mudança no caso das mulheres (*idem*: 326). As mulheres têm tendência para se tornar mais ativas no país de imigração e em estruturas *mainstream* pelo facto de serem elas a lidar com os serviços de assistência social mais regularmente, o que conduz a que sejam também elas as preferidas pelas instituições públicas quando têm necessidade de mediadores; a participação dos homens insere-se numa continuidade da experiência já trazida do país de origem, mas no país recetor o envolvimento em associações faz-se em torno de associações étnicas e com o objetivo de readquirir um estatuto social enfraquecido pela condição de imigrante (*ibidem*: 327).

A abordagem das relações de género assume pertinência também no contexto do associativismo de imigrantes em Portugal, pois observa-se uma presença significativa de mulheres nas associações, quer quanto aos cargos e funções de direção como, e sobretudo, na implementação das atividades no terreno, apesar de essa presença não ser necessariamente visível no espaço público (Albuquerque 2005c; Albuquerque 2000).

Sendo a participação da mulher nas associações definida como tendo um papel positivo de mudança social, as dirigentes associativas expressam dificuldades no desenvolvimento do seu trabalho, destacando-se as seguintes (Albuquerque 2005c: 110-111):

- o facto de serem mulheres coloca obstáculos adicionais nas funções de chefia e liderança devido aos estereótipos que atribuem ao sexo feminino um papel passivo, submisso ou não interveniente;

- a falta de tempo das mulheres imigrantes para participar em atividades associativas devido à sobrecarga laboral e às deficientes condições de trabalho a que, em geral, estão sujeitas, e também devido à desigual divisão dos papéis no seio da família, pois ainda é a mulher quem assume a responsabilidade das tarefas domésticas, o cuidar dos filhos e, em muitas famílias, dos idosos.

A sobrecarga de tarefas, identificada também nas mulheres portuguesas não imigrantes (Perista 1999, 2002, 2007), implica para algumas ativistas uma gestão acrobática do tempo (Sertório, Pereira 2000: 88).

Sintetizando, pode observar-se que, para além da moldura legal e institucional de gestão da imigração por parte do Estado recetor, outros fatores interferem nas oportunidades, na capacidade e na motivação para a participação cívica dos indivíduos, entretidos nas diferentes dimensões da estrutura social e extravasando a experiência concreta da imigração.

### 1.3. Modelos de análise da participação cívica e política

Deve-se a Verba, Schlozman e Brady uma atenção sistemática e integrada às manifestações de participação cívica e política da sociedade norte-americana, que resultou na elaboração de um “modelo de voluntarismo cívico” (Verba *et al.* 1995). A este modelo está subjacente um esforço para compreender e explicar as razões e motivações dos indivíduos que aderem, de forma voluntária, a organizações da sociedade civil e que se envolvem em atividades políticas, entendidas num sentido lato.

Os autores abordam a participação política com base numa conceção abrangente, definindo-a como qualquer atividade que vise ou tenha como consequência, por via direta ou indireta, influenciar a ação governativa (*idem*: 9)<sup>41</sup>. Trata-se de um modelo que contempla diferentes formas de ativismo, seja o exercício de votar, o simples contributo em campanhas públicas, até à intervenção regular e continuada em organizações da sociedade civil. Não sendo um modelo delineado exclusivamente para analisar a situação específica dos grupos de imigrantes, a pesquisa que lhe serviu de base envolveu cidadãos americanos de origens étnicas diferenciadas.

41. “Voluntary activity comes in many guises. Part of our intellectual project is to understand the many forms of voluntary activity (...). At this point is sufficient to say that political participation is activity that is intended to or has the consequence of affecting, either directly or indirectly, government action” (Verba *et al.* 1995: 8-9).

A motivação para o ativismo e a capacidade dos indivíduos se envolverem na vida política são as balizas mediante as quais estes autores entendem o processo de participação. Alertam para o facto de não ser suficiente existir uma vontade nesse sentido, é necessário ter-se acesso às condições que propiciem e tornem assim possível o envolvimento. Como os próprios referem:

*“A citizen must want to be active. (...) However, the choice to take part in a particular way is a constrained one. Various forms of participation impose their own requirements – the time to volunteer in a campaign, the money to cover a check to a political cause, the verbal skills to compose a convincing letter. Thus, those who wish to take part also need the resources that provide the wherewithal to participate. We consider a third factor as well. Those who have both the motivation and the capacity to become active are more likely to do so if they are asked. Therefore, we consider the networks of recruitment through which requests for political activity are mediated”* (Verba *et al.* 1995: 3; sublinhado nosso).

De forma breve, o modelo de voluntarismo cívico integra três tipos de fatores explicativos, a partir de uma articulação entre aspetos de natureza individual e aspetos estruturais intervenientes neste processo (*idem*: 269-273):

- recursos, que abrangem competências cívicas – tais como o nível educacional e as habilidades de comunicação – o tempo e o dinheiro que os indivíduos têm disponível;
- envolvimento psicológico na esfera política, traduzido nomeadamente em valores que enfatizam o papel do indivíduo no esforço coletivo de realização de bem-estar, em sentimentos subjetivos de gratificação por participar e na manifestação de interesse pela política;
- redes de recrutamento, ou seja, existência de pessoas nas instituições que convidam outros indivíduos, a quem reconhecem determinadas competências, para desenvolver tarefas de cariz comunitário ou para assumir posições de liderança, o que funciona como mecanismo de autosseleção por parte das instituições.

A investigação demonstrou existir uma interdependência entre os diferentes aspetos, ou seja, a participação resulta da posse de recursos (isto é, da capacidade do indivíduo participar) e da existência de algum tipo de envolvimento político (isto é, da motivação), mas as redes de recrutamento surgem como uma variável fundamen-

tal no conjunto do processo, na medida em que funcionam como “catalisadores da participação” para aqueles indivíduos que têm a propensão e o desejo de assumirem algum ativismo (*op. cit.*: 16).

Os resultados salientam ainda que é a posse de recursos – tempo, dinheiro e competências cívicas – que se encontra na primeira linha da cadeia causal deste processo, enquanto que o envolvimento psicológico pode constituir um fator potenciador da participação mas ser também o resultado da existência de recursos.

Confirmando resultados de outros estudos, o modelo de voluntarismo cívico permite verificar que os indivíduos com elevado estatuto socioeconómico (traduzido no nível de escolaridade, no rendimento e na ocupação) são aqueles com maior pendor para a participação política. No entanto, Verba, Schlozman e Brady desenvolveram uma análise mais “fina” deste fator e puderam observar que o estatuto socioeconómico exerce uma influência variável consoante o tipo de atividade cívica analisada (*ibidem*: 19).

Assim, no caso do voto, conclui-se que este é influenciado pelo nível de escolaridade, mas para participar em campanhas que exigem donativos é necessário acrescentar a existência de rendimentos que possibilitem aos indivíduos contribuir e, deste modo, exercer uma atividade cívica. Um outro exemplo da influência do estatuto socioeconómico é-nos dado pela análise do contexto familiar. Os investigadores observaram que o estímulo à participação pode ser fruto de um eventual contacto com o ativismo político dos pais ou da discussão de assuntos desta natureza em casa, em idades jovens. O nível de escolaridade dos indivíduos está também relacionado com o dos pais e este elemento está, por sua vez, associado a outros fatores explicativos da predisposição de participar, tais como o interesse na política e o rendimento familiar.<sup>42</sup>

Daí que os autores chamem a atenção para o facto de que embora alguns fatores possam ser considerados como individuais, devem ser analisados no contexto da estrutura de oportunidades, pois a sua distribuição é condicionada pela estratificação social, na qual se inclui a intersecção entre género, classe e etnicidade (*idem*: 332-333).

42. A importância da transmissão intergeracional nas atitudes relacionadas com a participação foi anteriormente demonstrada na análise de Almond e Verba (1963). No modelo de cultura cívica elaborado por estes autores salienta-se que é por via da socialização e aprendizagens partilhadas entre gerações que os indivíduos adquirem atitudes recetivas ao sistema político democrático (vd. ponto 2.2. deste capítulo)

O modelo que Verba e coautores nos propõem é, portanto, um instrumento analítico valioso para abordar a relação entre a ação individual ou coletiva e a influência exercida pelo contexto estrutural.

A tentativa de compreender os mecanismos conducentes à participação cívica ou política beneficia, por outro lado, dos trabalhos que Putnam (1993, 2000) tem desenvolvido para analisar o capital social e explicar as razões do declínio do envolvimento cívico nos Estados Unidos da América. A sua reflexão incide sobre as relações sociais e enfatiza o papel das associações no reforço das interações entre membros de uma dada comunidade e, em consequência, na construção de capital social.

Putnam (1993: 86-89) defende que a construção de uma comunidade cívica exige um compromisso dos indivíduos através da participação ativa nos assuntos públicos; a igualdade política, traduzida em direitos e deveres iguais para todos os cidadãos; a solidariedade, a confiança e a tolerância entre eles, mesmo que tenham divergências e conflitos; e a existência de associações, que entende serem “estruturas sociais de cooperação”. Nas suas palavras:

“Such a community is bound together by horizontal relations of reciprocity and cooperation, not by vertical relations of authority and dependency. Citizens interact as equals, not as patrons and clients nor as governors and petitioners” (*idem*: 88).

Na sua obra “*Bowling alone*” (2000), após fazer o percurso diacrónico do envolvimento cívico nos Estados Unidos, apresenta vários fatores que, conjugados, resultam numa tentativa de explicação para o decréscimo do voluntarismo e, conseqüentemente, do enfraquecimento da comunidade cívica. Identifica os seguintes aspetos:

- as pressões de tempo e de dinheiro, resultantes da mudança da estrutura familiar, na medida em que as pressões da dupla carreira do homem e da mulher nas famílias com filhos diminuí o tempo para atividades exteriores à organização da vida doméstica; por outro lado, o trabalho ocupa mais espaço, conduzindo à redução das atividades cívicas, e não obstante permitir um eventual aumento de rendimento, que, segundo Putnam, oferece mais oportunidades de participação, sobretudo para as mulheres (*idem*: 189-202);
- a organização das cidades, na medida em que a expansão da malha urbana e a mudança das famílias para residências em subúrbios implica a multiplicação de movimentos pendulares casa-trabalho e um maior dis-



pêndio de tempo nessa atividade e “no automóvel”, à custa de tempo que poderia ser utilizado para contactos entre vizinhos e, assim, se entretecerem e consolidarem redes intracomunitárias (*op. cit.*: 204-215);

- a tecnologia e os meios de comunicação social, sobretudo a televisão, que proporciona formas de entretenimento que os indivíduos usufruem de modo isolado, sem necessidade de contactos ou interações sociais (*op. cit.*: 216-246);
- as mudanças de geração: Putnam argumenta que as gerações de meados do Século XX foram muito ativas e enfrentaram convulsões sociais e políticas que marcaram pela positiva o seu voluntarismo e compromisso cívico (por exemplo, as guerras mundiais, a guerra do Vietname, as lutas pelos direitos civis), enquanto que os filhos e netos dessas gerações, nascidos no último quartel do século estão menos envolvidos na vida comunitária (*op. cit.*: 247-276).

Putnam, contudo, tem o cuidado de referir que todos os fatores que avança na sua exposição detêm a sua quota-parte na tentativa de explicar o decréscimo do envolvimento cívico, mas que não esgotam os possíveis fatores intervenientes na evolução verificada na sociedade americana (*op. cit.*: 284)<sup>43</sup>.

Mais recentemente, um estudo sobre participação cívica ativa dos imigrantes na União Europeia (Vogel 2006; Triandafyllidou, Vogel 2005) munuiu-se dos contributos analíticos de Verba, Schlozman e Brady, bem como da reflexão de Putnam, articulando-os com os resultados de pesquisas focalizadas na participação dos imigrantes. Daí resultou a elaboração de um modelo de análise do “processo de ativação” dos imigrantes não comunitários de primeira geração. O foco de interesse desta equipa de investigação recai sobre a compreensão do processo de mudança que conduz um “potencial cidadão ativo” a tornar-se um “imigrante ativista” (Triandafyllidou, Vogel 2005: 26).

O “processo de ativação” é concebido como o resultado da conjugação entre fatores individuais e fatores estruturais, tendo sido selecionados para análise os seguintes aspetos (Vogel 2006: 15; Triandafyllidou, Vogel 2005: 19-23):

43. “Work, sprawl, TV, and generational change are all important parts of the story, but important elements in our mystery remain unresolved” (Putnam 1993: 284)

- os recursos individuais, que abrangem o tempo, o rendimento, o nível de escolaridade, as experiências no país de origem, o estatuto jurídico, o capital social (entendido como as redes sociais em que o imigrante está inserido);
- a estrutura de oportunidades da sociedade, como as características da sociedade recetora e os padrões migratórios;
- a motivação, expressa por uma predisposição para participar ou pela avaliação feita individualmente de que a participação é vantajosa e dela se retiram benefícios.

O modo como os diferentes elementos inerentes aos recursos individuais e aos fatores estruturais se conjugam e se influenciam reciprocamente vai condicionar a motivação individual para a participação. O processo de ativação consiste na passagem de uma situação em que já existe motivação individual para o ativismo cívico, sendo apresentado como um processo “altamente individualizado” e “social e politicamente contingente” (Triandafyllidou, Vogel 2005: 23).

As análises apresentadas proporcionam uma visão complementar sobre os mecanismos intervenientes na participação cívica ou política. A reflexão de Putnam desenvolve-se num sentido inverso ao do modelo de voluntarismo cívico e ao do processo de ativação, na medida em que, ao invés de indagar sobre as razões propiciadoras do envolvimento cívico, centra-se nos fatores que dificultam a participação, buscando compreender as razões do não-ativismo. No entanto, parece-nos pertinente constatar que as diferentes explicações fazem notar o peso de fatores societais, que tanto podem derivar da organização do tempo e das condições de vida das sociedades modernas como dos padrões migratórios e das condições de acolhimento dos imigrantes, interferindo nos modos de tecer relações interindividuais, intra e intercomunitárias.

Importa, por fim, ter em conta que os vários autores salientam a multidimensionalidade e a complexidade inerentes a qualquer tentativa de explicação das razões e dos mecanismos mediante os quais os indivíduos assumem e exercem uma cidadania ativa. Os vários autores descrevem o processo de participação cívica ou política como um sistema dinâmico fortemente influenciado por aspetos individuais e condições estruturais, que se influenciam reciprocamente e que apenas se podem analisar no contexto social e político concreto onde se desenrola a ação.

## 2. ASSOCIATIVISMO, CAPITAL SOCIAL E MOBILIDADE

### 2.1. Associativismo e capital social: uma abordagem a partir das redes sociais em contexto de imigração

A criação de associações como forma de os migrantes assegurarem a satisfação de necessidades sentidas nos novos espaços de residência é um fenómeno subjacente aos processos migratórios, tanto no quadro das migrações internacionais como internas.

As associações de imigrantes exercem um papel de (re)criação cultural e identitária e de integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento, funções que não se encontram separadas entre si, mas antes interagindo reciprocamente. O associativismo assume-se, portanto, como um instrumento significativo de promoção da participação dos imigrantes e seus descendentes, tal como tem sido evidenciado por estudos no contexto internacional (cf., por exemplo, De Wenden, Leveau 2001; Labelle *et al.* 1994; Rex *et al.* 1987), também sobre a emigração portuguesa (Hily, Poinard 1985; Leandro 1993; Rocha-Trindade 1981, 1995) e ainda pela pesquisa aplicada ao contexto da imigração em Portugal (Albuquerque *et al.* 2000; Carita, Rosendo 1993; Marques *et al.* 1998; Paulino 2003; Pires 2004; Sardinha 2001; Viegas 1998).

A emergência e o desenvolvimento do associativismo evoluem a par das mudanças da sociedade, das etapas dos fluxos migratórios e de acordo com as características do percurso de cada grupo. Após a fase de instalação, a permanência dos imigrantes na sociedade de acolhimento, a médio e a longo prazo, cria condições para a emergência do associativismo como forma organizada de responder às necessidades sentidas pelos indivíduos, sejam elas de ordem material ou de ordem simbólica.

Estabelecendo uma ponte de comparação com a própria evolução do sistema e das instituições de proteção social em Portugal, pode dizer-se que as associações de imigrantes, numa fase inicial, constituem uma “forma emotiva” de exercer a solidariedade entre conterrâneos, traduzida em ações de carácter acentuadamente informal, evoluindo de modo progressivo para uma “forma pensada” da intervenção em torno de organizações legalmente constituídas (Mouro 2001: 12).

As associações de imigrantes nascem a partir dos contactos informais e das relações que aqueles vão estabelecendo entre si nos locais onde fixam a sua residência. Os laços familiares e a identificação com o país de origem criam afinidades e proximidades que incentivam a constituição de um espaço onde se partilhem vivências

comuns à condição de imigrante e onde se torna possível estabelecer uma “ponte entre duas culturas” (Rocha-Trindade 1981).

O associativismo tem, portanto, os seus alicerces nas sociabilidades quotidianas, que, por sua vez, estão muito centradas em redes intra-étnicas, em sentimentos de pertença a uma comunidade concreta (ligada ao micro espaço de residência) e na identificação à origem geográfica, o que determina uma forte expressão identitária, também de base étnica ou cultural (Layton-Henri 1990; Rex 1991; Rex *et al.* 1987; Rocha-Trindade 1981; Rocha-Trindade *et al.* 1995).

É nesta perspetiva que nos parece pertinente estabelecer uma relação entre o associativismo e o conceito de capital social, a partir de uma abordagem das redes sociais, tal como é desenvolvida no âmbito da Sociologia das Migrações<sup>44</sup>.

A introdução do conceito de redes sociais na análise dos fenómenos migratórios constituiu “um momento de viragem” nesta área disciplinar, ao permitir “estabelecer uma ponte entre as abordagens micro e macroscópica dos fenómenos migratórios” (Rocha-Trindade *et al.* 1995: 90). Permitiu, ainda, desenvolver uma perspetiva de âmbito mais macro, conforme se justifica a seguir:

“O que torna realmente inovadora a análise de redes é que ela permite deslocar a análise dos movimentos populacionais, com base nos atributos dos indivíduos considerados isoladamente para o estudo dos vínculos que relacionam os actores uns com os outros, permitindo compreender as condutas, individuais ou colectivas, dos actores que nela se encontram implicados. (...) As redes sociais fundadas em laços familiares, de amizade e com base na identidade de uma determinada comunidade, são categorias analíticas fundamentais para a análise dos sistemas migratórios” (*idem*: 90-91).

Por sua vez, o conceito de capital social de Putnam (1993), autor que se destaca na investigação e na reflexão sobre este tema, integra como componente essencial as redes de relações sociais<sup>45</sup>. É a seguinte a definição por ele avançada:

44. A análise das redes sociais tem também constituído um campo preferencial da investigação antropológica, sendo as relações interpessoais, por tradição, consideradas mais pertinentes do que as relações entre grupos ou instituições (Piepoli 2004: 408).

45. Neste ponto apresentam-se os contributos de Putnam considerados pertinentes para a análise das redes sociais; no ponto seguinte voltaremos a recorrer à sua abordagem do capital social, integrando-a no debate sobre os efeitos de capital social na coesão social e na democracia.

“Social capital here refers to features of social organization, such as trust, norms, and networks, that can improve the efficiency of society by facilitating coordinated actions” (Putnam 1993: 167).

O autor caracteriza o capital social como tendo uma componente privada, na qual os efeitos da sua posse são sentidos apenas pelo indivíduo, e uma componente pública, em que os efeitos da sua posse repercutem-se em outros indivíduos, na comunidade ou na sociedade num sentido lato (Putnam 2000: 20). Em complemento, apresenta duas dimensões essenciais deste conceito, distinguindo entre “*bonding capital*” e “*bridging capital*”: o primeiro visa, por necessidade ou por opção, o reforço de identidades e a homogeneidade do grupo; o segundo consiste em relações que extravasam as fronteiras de um determinado grupo, abrangendo indivíduos ou grupos de diferentes perfis sociais (*idem*: 22)<sup>46</sup>.

A caracterização entre dimensão privada e pública e entre “*bonding capital*” e “*bridging capital*” é ilustrativa da atenção dada pelo autor aos efeitos do capital social, tanto os efeitos positivos como os negativos. Embora alguns críticos à sua teoria menosprezem esta parte da análise, tem o cuidado de sublinhar que o capital social, na medida em que se refere a redes de relações sociais, tem por base o “fazer com” (“*doing with*”), mas que tal não implica, necessariamente, que seja um “fazer o bem para os outros” (“*doing good for other people*”) (*ibidem*: 117)<sup>47</sup>. Não obstante, demonstra, por via empírica, que as redes sociais proporcionam os canais de interação necessários para os indivíduos obterem benefícios e é mediante esses laços que se adquirem normas de reciprocidade, que estimulam a atenção dos indivíduos para com o bem-estar dos outros:

“social networks provide the channels through which we recruit one another for good deeds, and social networks foster norms of reciprocity that encourage attention to others’ welfare. Thus, (...), volunteering and philanthropy and even spontaneous “helping” are all strongly predictable by civic engagement.

46. Putnam tem a atenção de referir que recorreu à distinção entre “*bonding capital*” e “*bridging capital*” apresentada em: GITTEL, Ross; VIDAL, Avis (1998) *Community organizing: building social capital as a development strategy*, Thousand Oaks: SAGE (2000: 446).

47. Analisando a história do ativismo cívico nos Estados Unidos da América, apresenta vários exemplos de efeitos negativos do capital social, de entre os quais se destaca o movimento do Ku Klux Klan, em que a densidade de relações sociais e a identificação e coesão em torno de um objetivo comum ao grupo se destinava a destruir o bem-estar de outros e punha em causa os valores de uma sociedade democrática (Putnam 2000: 350-363).

As a matter of fact in contemporary America, those of us who belong to formal and informal social networks are more likely to give our time and money to good causes than those of us who are isolated socially" (Putnam 2000: 117).

Na sua análise, as associações e as organizações voluntárias desempenham um papel de destaque. Defende que as associações de moradores ou de vizinhos, os coros, os clubes desportivos, as cooperativas, as associações culturais, em suma, as organizações voluntárias dos mais variados fins, assentam na adesão livre por parte dos indivíduos e no desenvolvimento de interações baseadas em relações horizontais. Deste modo, são redes que possibilitam a emergência do compromisso cívico ("*civic engagement*"), um elemento essencial à construção de capital social (Putnam 1993: 173-175).

Com base nesta linha argumentativa, propôs um modelo do círculo virtuoso da cidadania, o qual traduz a associação entre redes sociais, confiança e normas. Putnam (*idem*: 177) defende que é possível construí-lo mediante o desenvolvimento de redes sociais (assentes em relações de horizontalidade), de sentimentos de confiança dos cidadãos uns face aos outros, da aceitação de normas e da observância de valores, com base em relações de reciprocidade:

"Stocks of social capital, such as trust, norms, and networks, tend to be self-reinforcing and cumulative. Virtuous circles result in social equilibria with high levels of cooperation, trust, reciprocity, civic engagement, and collective well-being. These traits define the civic community. Conversely, the absence of these traits in the *uncivic* community is also self-reinforcing" (Putnam 1993: 177).

A abordagem de Putnam está enraizada no conceito de capital social avançado por Coleman, autor que abordou o capital social como um recurso alicerçado na estrutura de relações entre atores e constituindo um bem produtivo porquanto torna possível realizar objetivos que, na sua ausência, são impossíveis de concretizar (1990: 302). Ainda de acordo com Coleman, a partilha de normas sociais no seio de um grupo transfere o direito de controlar uma determinada ação para os outros, para um coletivo, em vez desse direito estar centralizado no indivíduo que comete a ação, uma vez que ela tem consequências (positivas ou negativas) para os outros e não somente para o indivíduo que a produz (*idem*: 251).

Neste ponto, importa chamar a atenção para o facto das análises sobre as redes sociais e o papel que desempenham na construção de capital social, e, ainda, os efeitos deste na vida em sociedade, se entrecruzar com a discussão de conceitos como o de "comunidade".

As abordagens anteriormente apresentadas sobre redes sociais e capital social têm subjacente a ideia de que é a na interação quotidiana que os indivíduos criam laços entre si e a eles recorrem tendo em vista a realização de determinados objetivos. Como referido, as redes sociais propiciam a emergência de associações, algumas delas fortemente enraizadas na pertença a um grupo étnico ou a uma localidade bem delimitada geograficamente, elementos que tornam pertinente questionar se essas redes conduzem à emergência de uma “comunidade”, na medida em que existe partilha de objetivos e sentimentos de pertença a um todo.

Por outro lado, a discussão sobre capital social sugere a possibilidade dos seus efeitos promoverem o reforço do grupo, ou da comunidade (noção usada por Putnam), através de “*bonding capital*”, mas não existindo uma relação automática com o estabelecimento de laços exteriores a esse dado grupo que promovam a interdependência intergrupala, mediante “*bridging capital*”. Daqui resulta que a existência de capital social pode conduzir à formação de grupos ou comunidades muito coesas, mas isoladas do meio social.

Ao aplicar esta análise ao contexto das sociedades multiculturais de hoje, caracterizadas pela multiplicação de reivindicações identitárias e de defesa de interesses de grupos muito diferenciados, torna-se claro que a discussão sobre redes sociais, capital social, comunidades, coesão versus desintegração social merece um forte interesse, tanto no plano científico como no plano político. Dito de outro modo, indagar se o associativismo permite construir capital social e se este produz efeitos positivos para a vida em comunidade articula-se com a questão de saber como é possível a uma dada sociedade manter-se coesa, quando se assiste à progressiva diversificação dos interesses dos grupos que a constituem e à forma como expressam as “políticas de identidade”, que questionam uma suposta homogeneidade integradora e propiciadora de ordem social.

Esta temática tem suscitado um amplo debate, onde se avançam diferentes propostas de organização social das sociedades multiculturais, de modo a enfrentar os cenários de intolerância entre grupos culturais diferenciados.

Um exemplo ilustrativo desta reflexão encontra-se nas propostas contemporâneas do comunitarismo, avançadas por diversos autores na obra coordenada por Taylor (Taylor 1998). Nesta abordagem, a comunidade é entendida como um bem em si, na medida em que constitui um espaço onde os indivíduos partilham valores comuns e, por essa via, criam laços de interdependência e de cooperação social. Esse sentimento de pertença a uma comunidade é o palco que torna possível a emergência

de reivindicações pelo reconhecimento das diferenças num quadro de igualdade de direitos (*idem*: 45-94).

Sennet (2001), por seu lado, questiona a conceção do comunitarismo porque entende que enfatiza uma falsa unidade em torno de valores comuns. Apoiando-se na teoria do conflito social de Lewis Coser, defende que as pessoas se unem mais através do conflito verbal e do esforço investido nessa comunicação e que é o cenário do conflito que propicia a emergência de uma comunidade “no sentido de que as pessoas aprendem a ouvir-se e a responder umas às outras mesmo quando sentem com mais força as suas diferenças” (*idem*: 218).

Todavia, à noção de comunidade enquanto entidade homogénea, importa contrapor a ideia de que:

“‘places have multiple meanings’ and that is important to think of localities (and arguably communities) in terms of fluidity, contradiction and conflict” (Massey *cit. in* Vasta 2000: 110).

Esta perspetiva subjaz às questões colocadas pelo “novo pluralismo” e pela conceção do “sujeito múltiplo” avançadas por vários autores, que procuram salientar que a diversidade é intrínseca a cada indivíduo, fruto da teia de relações sociais em que está envolvido e que, por conseguinte, conduzem a modos de pertença e de identificação múltipla (Vertovec 1999: 30). Autores como Chantal Mouffe (1996), Arjun Appadurai (1996) ou Stuart Hall (2003) apresentam diferentes propostas analíticas, tendo como ponto em comum a ênfase dada à pluralidade de afiliações identitárias – onde se cruzam relações sociais que ultrapassam as categorias ligadas à etnicidade, à classe social ou ao género – e a politização dessas identidades como forma dos grupos defenderem os seus interesses e negociarem um espaço de poder e de intervenção nas sociedades multiculturais de hoje. Também os defensores da política do reconhecimento não omitem as dificuldades inerentes à conciliação de interesses, fruto de uma complexidade identitária onde se intersejam identidades pessoais e identidades coletivas (Appiah 1998: 165-179).<sup>48</sup>

48. Pode, a este propósito, ser relembada a reflexão de Simmel, no Século XIX, por assinalar que os indivíduos se inserem e se movem em diferentes círculos sociais, que se sobrepõem e se interligam de modo não linear, fazendo com que cada pessoa se torne tanto mais singular quanto mais beneficiar do cruzamento de espaços de sociabilidade diferenciados: “A possibilidade da individualização cresce desmedidamente pelo facto de a mesma pessoa poder ocupar posições relativas, em tudo diferentes, nos diversos círculos a que pertence em simultâneo” (Simmel 2004: 577).



Todavia, esta discussão ancora-se mais em proposições de natureza ideológica do que em resultados científicos passíveis de serem empiricamente validados. Para esta situação concorre também o facto do conceito de comunidade ser apresentado com múltiplos sentidos e nem sempre se verificar uma concordância entre os autores. Ellie Vasta (2000) refere que uma análise do conceito realizada nos anos 1950 identificou 94 definições, as quais podem ser agrupadas em três significados (*idem*: 109)<sup>49</sup>:

- comunidade como “expressão geográfica”, associada a uma localidade onde se deu a instalação de grupos humanos num dado território;
- comunidade como um “sistema social local”, que se refere ao conjunto de relações sociais que se desenrolam entre as pessoas que residem numa dada localidade;
- comunidade como um “tipo de relações” ou um “sentimento de identidade”, que não emerge a partir de contactos sociais mas antes decorre de uma identificação entre pessoas com base na partilha de uma língua comum, de experiências migratórias, ligadas à etnicidade ou à classe.

Outra proposta de definição pode ser sintetizada da seguinte forma:

“Em termos puramente sociológicos, apenas se pode considerar a existência de uma **comunidade** quando o grupo correspondente, que permanece em dado território de contornos razoavelmente definidos, tem a dimensão suficiente para revelar uma *estrutura social*, determinada por um espectro completo de grupos etários, de representatividade de sexos, de relações familiares e de interações sociais, que lhe conferem alguma *unidade de propósitos* e um sentimento comum de *pertença*” (Rocha-Trindade *et al.* 1995: 184; em negrito no original).

Enfim, as diferentes abordagens em torno de redes sociais, capital social ou comunidade, são questões que se interseitam com os temas da ordem e da integração, que constituem temas centrais da Sociologia e estão presentes na teoria social desde os autores clássicos, exigindo-se destacar os contributos de Ferdinand Tönnies e Emile Durkheim.

49. Ellie Vasta apoia-se na análise dos seguintes autores: LEE, D.; NEWBY, H. (1983) *The problem of Sociology*, London: Hutchinson.

Tönnies distingue as formas de organização social entre “*Gemeinschaft*” e “*Gesellschaft*”, isto é, “comunidade” e “sociedade”<sup>50</sup>. A “comunidade” diz respeito à interação social que emerge de laços de relativa intimidade e proximidade, com base no que Cooley designa por relações “face a face” (*cit. in* Barata 1998: 246); por contraponto à “sociedade”, na qual a organização dos indivíduos visa interesses comuns, não obstante a heterogeneidade de valores, numa relação de base contratual e formal<sup>51</sup>.

Vários autores traçam um paralelismo relativamente à abordagem de Tönnies e à distinção de Durkheim entre “solidariedade mecânica” e “solidariedade orgânica” (Rocha-Trindade *et al.* 1995: 226). A primeira reporta-se às formas tradicionais de integração social, resultantes da partilha de valores, crenças e experiências comuns entre os indivíduos de uma dada comunidade; enquanto que a segunda corresponde às formas de integração social presentes nas sociedades industrializadas, assentes na divisão do trabalho e na diferenciação social e cultural, mas pressupondo sempre a interdependência entre os sistemas<sup>52</sup>.

Na sua análise do associativismo de imigrantes, Rex (1991) confronta a distinção rígida entre “comunidade” e “sociedade” de Tönnies pela razão de que as associações de imigrantes desempenham um misto de funções de natureza comunitária e de natureza associativa, não sendo possível estabelecer uma delimitação rígida entre a adesão e a organização social em torno de grupos com base em sentimentos subjetivos de pertença versus interesses. Considerando o papel dos laços familiares e étni-

50. Por norma, o conceito de “*Gemeinschaft*” é traduzido por “sociedade”, mas, conforme observado por Óscar Soares Barata, tradução igualmente correta seria a de “associação”, surgindo ambos os termos em versões de língua inglesa (Barata 1998: 246).

51. “A teoria da comunidade, (...) parte da unidade perfeita das vontades humanas como seu estado original ou natural, mantendo-se estas, apesar da separação empírica e através dela, em múltiplas configurações, segundo a natureza necessária ou dada das relações entre indivíduos diferentemente condicionados. (...) A teoria da sociedade constrói um círculo de pessoas que, tal como na comunidade, vivem pacificamente lado a lado, estando, no entanto, separadas na essência. Enquanto que em comunidade permanecem unidas apesar de todas as separações, em sociedade estão separadas apesar de tudo o que as une. Consequentemente não se realiza aqui qualquer actividade nascida duma unidade existente a priori (...)” (Tönnies 2004: 513-515).

52. “A solidariedade, que deriva das semelhanças, encontra-se no seu maximum quando a consciência colectiva recobre exactamente a nossa consciência total e coincide em todos os pontos com ela: mas, nesse momento, a nossa individualidade é nula. (...) Tudo se passa de modo diferente com a solidariedade produzida pela divisão do trabalho. Enquanto que a precedente implica que os indivíduos se assemelhem, esta supõe que difiram uns dos outros. A primeira não é possível senão na medida em que a personalidade individual está absorvida na personalidade colectiva; a segunda não é possível senão quando cada um tem uma esfera de acção que lhe é própria, consequentemente uma personalidade” (Durkheim 2004: 332-333).

cos na emergência do associativismo, Rex (1991: 69) defende que as organizações de imigrantes estão profundamente enraizadas em “etnias entendidas como comunidades”, onde se articulam objetivos tendentes à preservação da comunidade (ultrapassar o isolamento social, afirmar valores e crenças), em simultâneo com a realização de atividades sociais e religiosas e a defesa de interesses dos seus membros, sendo esta última, segundo o autor, a única função de natureza estritamente associativa.

Com efeito, as várias pesquisas sobre associativismo de imigrantes já mencionadas neste capítulo, tanto no plano internacional como nacional, convergem na conclusão de que a diversidade de associações existentes partilha como denominador comum a tentativa de conciliação entre as ações dirigidas para “dentro” do grupo e as que permitem a adaptação ao meio. Nesta perspetiva, se entendermos as associações como tipos particulares de grupos, temos de considerar que estes assumem funções de coesão, ligadas ao sentimento de pertença e à elaboração de identidades, e de locomoção, respeitantes à realização de objetivos e à adaptação social (Carmo 2000: 142). Neste caso, pode verificar-se que a função de coesão funciona como uma autoexclusão do grupo se a associação não permitir conciliar as relações intragrupo com sociabilidades que ultrapassam a sua esfera, se os objetivos prosseguidos isolarem o grupo da sociedade, ou ainda se exercer um forte controlo social sobre os indivíduos<sup>53</sup>.

Retomando a ideia de partida com que iniciámos este capítulo, importa realçar, enfim, que o associativismo está enraizado em relações sociais que podem contribuir para fazer emergir novas redes ou ainda reforçar redes intra ou intergrupais (i.e., “bonding” ou “bridging capital”). As formas mediante as quais a construção de capital social é atingida pela participação associativa e os efeitos que daí emanam para o indivíduo, para os grupos e para a sociedade, no seu todo, para além da pertinência da análise teórica, exigem uma cautelosa e sistemática investigação empírica.

## **2.2. Associativismo e capital social: relacionando normas, confiança e reciprocidade no contexto de sociedades multiculturais**

A análise da relação entre o associativismo e o capital social não se centra apenas em torno da temática das redes sociais. Grande parte dos debates atuais sobre a democracia e sobre os desafios da coesão social no contexto de sociedades caracterizadas pelo pluralismo cultural e étnico, usam como recursos analíticos os outros

53. Como apontado pelos autores que sublinham os efeitos negativos da pertença associativa, vd. ponto seguinte.

elementos do capital social: as normas, a confiança e a reciprocidade. A abordagem do associativismo como fonte ou instrumento de capital social pode, então, beneficiar da discussão que incide no plano mais macro da confiança, da coesão social, da cidadania e do reforço da democracia.

Enquadra-se neste debate tanto a investigação assente nas teorias do capital social, como nas perspetivas liberais e comunitaristas da cidadania e da negociação de poder nas sociedades democráticas, as quais se podem traduzir na defesa da mediação pluralista dos interesses, da sociedade comunitária ou da democracia participativa (Roßteutscher 2000: 233-234). Estas abordagens teóricas contrastam entre si, não só por se orientarem numa visão mais liberal ou mais comunitária, mas também por atribuírem diferentes funções às associações, que podem ser agrupadas em mediação de interesses, legitimação do Estado democrático, tomada de decisões, escola de democracia e promoção de confiança e integração social (*idem*: 234).

À pluralidade de abordagens da democracia associativa contrapõe-se o consenso em torno do pressuposto de partida das suas análises. Este pressuposto sublinha que perante a constatação do desinteresse crescente dos cidadãos face às formas de participação política convencional, o envolvimento em associações pode assumir uma importância significativa porque reforça os próprios fundamentos das sociedades democráticas. No entanto, a investigação empírica nesta matéria, não tem produzido resultados convergentes e conclusivos<sup>54</sup>.

Como alerta de forma cautelosa Mark Warren, é “possível desenvolver uma teoria acerca destas questões”, mas “realizar uma pesquisa constitui um desafio muito maior” (2004: 88). Este autor procurou responder à questão de qual o tipo de sociedade civil que seria melhor para a democracia, apoiando-se em três argumentos de partida (*idem*: 88-89):

- “[as] associações podem *desenvolver as capacidades democráticas dos indivíduos*”;
- “as democracias dependem de esferas públicas robustas [sendo que as] associações na sociedade civil funcionam como infra-estrutura social das esferas públicas”;

54. Para uma síntese das diferentes abordagens e conclusões nesta temática cf. Van Deth et al. 1999; Viegas, Dias 2000; Viegas, Pinto, Faria 2004.

- “as associações podem cumprir funções institucionais, oferecendo uma representação e uma voz, não apenas no interior do Estado, mas também no seio de outro tipo de regimes como as Nações Unidas ou a UE”.

Segundo Viegas (2004), os efeitos democráticos das associações expressam-se de forma plural:

“As associações canalizam para a esfera pública informações, reivindicações e orientações normativas e valorativas que permitem enriquecer o processo deliberativo. Os efeitos a nível individual, nomeadamente a transformação da consciência social e política, são também o resultado desta discussão pública” (*idem*: 37).

Estes argumentos enquadram-se e convergem com a análise pioneira de Alexis de Tocqueville, que considerava que a saúde da vida política da comunidade, e por conseguinte da democracia, dependia da participação ativa dos cidadãos que, deste modo, controlavam o poder exercido pelo Estado e se protegiam contra autoritarismos ou movimentos despóticos (Tocqueville 2001).

No entanto, outros autores destacam os efeitos negativos das associações, sublinhando o poder destas em limitar a liberdade individual dos seus membros e em reforçar o conformismo e a aceitação de regras. À conceção das associações enquanto “escola de democracia”, opõem a de “pacificadoras sociais” (Roßteutscher 2000: 235). De acordo com a pesquisa de Popielarz (1999) sobre a adesão a organizações voluntárias nos Estados Unidos, existe uma significativa segregação com base no género e na classe social, pelo que, argumenta, a existência de associações e de elevadas taxas de participação associativa não são, só por si, indicadores de integração social (*idem*: 245).

Em contraste, autores que se têm dedicado à investigação sobre participação cívica e capital social defendem que as associações e outras redes sociais desempenham um papel fundamental na promoção de confiança dos cidadãos face ao Estado e à sociedade, evitando a desintegração social e a deterioração da democracia (cf. Almond, Verba 1963, 1989; Putnam 1993, 2000; Verba *et al.* 1995). Mas mesmo neste grupo de “defensores” do associativismo, os resultados obtidos nas diferentes pesquisas não são conclusivos na resposta à questão de como o ativismo cívico produz coesão social.

A dificuldade em chegar a análises conclusivas a este respeito está presente no trabalho pioneiro de Almond e Verba (1963), que procuraram identificar que atitudes

políticas expressas pelos cidadãos estariam ligadas à sustentação de um sistema político democrático. Para o efeito elaboraram um “modelo da cultura cívica” no qual interagem diferentes variáveis: estruturas e processos sociais; cultura política ou cultura cívica; estabilidade democrática. Verificaram que as atitudes de uma cultura cívica são aprendidas pela socialização e transferidas pelas gerações, pelo que estão diretamente relacionadas com a estrutura mais geral das relações interpessoais e sociais (*idem*: 48-49).

Assumiram que os seguintes atributos permitiriam o desenvolvimento de uma atitude política democrática: a educação; a democratização das relações na família, na escola e no local de trabalho; e uma confiança geral dos indivíduos face aos concidadãos. Mas, ao contrário do que inicialmente previram, o aumento da democratização nas relações sociais em países como os Estados Unidos da América e o Reino Unido não conduziram a uma expansão da cultura cívica, nem contagiaram outros países. De onde concluem que a cultura política e as estruturas sociais são mutuamente interdependentes, mas são variáveis integradas num sistema de causalidade complexo e multidimensional (*ibidem*).

O “modelo do voluntarismo cívico” (Verba *et al.* 1995), já apresentado anteriormente, acentua o papel das associações enquanto escola de democracia, mas também realça que o facto dos grupos que mais participam na vida pública serem aqueles que detêm mais capital social, poder ser um indicador de que o ativismo cívico contribui para reforçar desigualdades já existentes, nomeadamente em termos de estatuto socioeconómico e de acesso a redes sociais.

O argumento das associações enquanto escola de democracia parece-nos, porém, ser confirmado por análises realizadas no contexto do associativismo em Portugal. Apesar de não terem seguido as orientações ou metodologia propostas por Verba e seus colegas, demonstra-se por via empírica o papel significativo desempenhado por associações de escuteiros na integração de jovens descendentes de imigrantes (Valente 2002) e o papel do associativismo juvenil como instrumento de educação não formal ao proporcionar a aprendizagem de competências de participação (AA. VV. 1999).

O “modelo do círculo virtuoso da cidadania” proposto por Putnam (apresentado no ponto anterior) propõe que a existência de redes permite adquirir confiança, traduzida na aceitação e observância de normas, assentes na defesa de valores comuns e tendo subjacente uma relação de reciprocidade entre estes elementos. Desta cadeia interdependente resulta o reforço cumulativo da cidadania, ou seja, o círculo virtuoso,

enquanto que a ausência da relação entre as variáveis conduz ao círculo vicioso da cidadania (Putnam 1993: 177). Mas, como exposto no ponto anterior, Putnam não omite a existência de efeitos negativos do capital social e não faz uma associação de causa-efeito direta entre existência de compromisso cívico e reforço da democracia.

Com base na possibilidade das comunidades estarem alicerçadas em círculos viciosos de cidadania, Putnam defende que existem dois grandes equilíbrios no que respeita a ação coletiva: ausência de cooperação (“*never cooperate*”) ou forte reciprocidade (“*brave reciprocity*”) (*idem*: 177-178). Assumindo o princípio do dilema do prisioneiro e recorrendo aos resultados de investigação de outros autores, defende que cooperar com pessoas que cooperam connosco leva ao reforço de capital social e permite uma maior acumulação de bem-estar para esse grupo, que pode mais facilmente identificar e punir eventuais desvios no seu seio que possam prejudicar a sua estabilidade. Esta análise leva-o a concluir que tanto a ausência de cooperação como a reciprocidade são convenções contingentes, ou seja, são normas que evoluíram em determinadas comunidades (absorvidas e transmitidas por aprendizagem e socialização) e que aí se estabilizaram, mas que podiam ter evoluído noutra direção. Em suma, tanto a relação de reciprocidade/confiança como a de dependência/exploração tornam uma comunidade coesa mas com diferentes níveis de eficiência e desempenho institucional (*ibidem*: 178).

Putnam (1993: 90) argumenta que as associações provocam efeitos positivos tanto num plano interno como externo:

- ao nível interno induzem nos seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e predisposição para a vida pública;
- ao nível externo, uma rede densa de associações secundárias dá forma e contribui para uma colaboração social efetiva, ao invés de criar separação, situação observada em países em desenvolvimento na sua transição para um regime democrático.

Defende que as associações mais bem-sucedidas são as que nascem com base em iniciativas participadas e em comunidades locais relativamente coesas (*idem*: 90-91) e que é o contexto social e histórico que determina significativamente a eficiência das instituições (*ibidem*: 182).

Esta linha argumentativa é sustentada pelos resultados dos seus estudos sobre a democracia, tanto no caso de Itália (1993) como no dos Estados Unidos da América (2000), de entre os quais se destaca que:

- as comunidades cívicas não são necessariamente as mais tradicionais (segundo a aceção de Tönnies); as comunidades mais tradicionais são, aliás, as mais marcadas por relações sociais e políticas hierárquicas, onde sobressaem situações de exploração e não uma partilha entre iguais. Em contraste, as comunidades com maior ativismo cívico são marcadas por relações horizontais e estas encontram-se nas comunidades mais modernas (1993: 114-115);
- as comunidades mais tolerantes nos Estados Unidos da América são aquelas onde o estilo de vida deixou de ser centrado na vida comunitária e evoluiu para um maior individualismo, com mais espaço para as liberdades individuais, o que significa que solidariedade e liberdade são compatíveis (2000: 355-356).

É o conjunto de resultados que Putnam observa em diferentes contextos que o leva a considerar que construir capital social, não sendo tarefa fácil, é a chave para o funcionamento da democracia, sintetizando esta ideia da seguinte forma:

“Strong society, strong economy; strong society, strong state” (1993: 176).

Segundo o autor, tal vem confirmar a ideia de Tocqueville de que o governo democrático é reforçado, e não enfraquecido, quando enfrenta uma sociedade civil dinâmica (*idem*: 182), porquanto Tocqueville defendeu que é através da interação nas organizações voluntárias que os cidadãos aprendem competências da participação democrática e as vantagens cívicas da confiança e da reciprocidade.

A análise de Fukuyama (2001) segue idêntica linha de pensamento, defendendo, igualmente, que a desintegração social da sociedade norte-americana se deve à perda de capital social e que é a criação deste que permite evitar a anomia e promover a reconstituição da ordem social. Este autor define capital social como “um conjunto de valores informais ou normas partilhadas pelos membros de um grupo e que permitem a cooperação entre as pessoas” (*op. cit.*: 36). A partilha de valores e normas não produz necessariamente capital social, exigindo-se que dessa partilha nasça confiança, entendida como “o lubrificante que torna mais eficiente o funcionamento de qualquer grupo ou organização” (*idem*). O facto do capital social poder ser utilizado para fins negativos não invalida que defenda que é um elemento crucial para a criação de uma sociedade civil saudável (*op. cit.*: 39-40).

A aplicação do modelo do círculo virtuoso da cidadania em investigação recente aos residentes do Bairro de Caselas obteve resultados positivos (Correia 2005, 2007), ten-



do-se verificado a existência de índices elevados de associativismo e de compromisso cívico (i.e., participação em eleições), por comparação com os valores existentes para o conjunto da população portuguesa (2007: 216-218). Apesar de não se conseguir concluir se a existência de confiança é prévia ao estabelecimento de redes ou o contrário, a pesquisa concluiu que a existência dos dois elementos atua reciprocamente no sentido de reforçar o capital social daquela comunidade: muito embora seja plausível que tenha sido a existência prévia de capital social na comunidade que levou à constituição de uma cooperativa de habitação económica, verificou-se que foi esta estrutura que permitiu gerar mais capital social, contribuindo para a preservação de características de uma comunidade cívica (*idem*: 227).

A incerteza na identificação da cadeia de causa-efeito em termos da construção da confiança é uma das críticas que Portes (1999: 151) expressa relativamente à teoria do capital social de Putnam, alertando para uma possível circularidade de raciocínio exatamente por não ser conclusivo que a existência de capital seja anterior à aquisição de confiança ou vice-versa.

A investigação centrada na relação entre participação cívica e capital social no caso específico dos imigrantes, tem demonstrado empiricamente que a pertença a associações é um fator potenciador de participação dos indivíduos (Fennema, Tillie 1999; Horta, Malheiros 2006).

Num estudo sobre as associações de imigrantes cabo-verdianos em Portugal, verificou-se que as associações com capital social mais elevado, respeitantes às que detêm redes de relações organizacionais mais densas, são também as que mais participam em atividades políticas, as quais podem traduzir-se em ações de protesto ou campanhas eleitorais (Horta, Malheiros 2006: 168).

Numa pesquisa centrada nas associações de imigrantes de diferentes origens étnicas sedeadas em Amesterdão, a qual foi ancorada nas teorias do capital social e da comunidade cívica de Putnam (Fennema, Tillie 1999), permitiu constatar que as organizações étnicas não exercem necessariamente um impacto negativo no funcionamento da democracia local, mesmo no caso das organizações cujos fins estão associados à expressão da religião islâmica, e observou-se a existência de uma correlação positiva entre o que os autores definiram como o grau de comunidade cívica dos vários grupos e os níveis de participação e confiança política face às instituições locais de base não étnica (*idem*: 722-724). Estes resultados levaram os autores a concluir, de modo provocatório, que a existência de organizações étnicas, ainda que

não sejam democráticas, é melhor para a democracia do que uma ausência total de organizações (*ibidem*: 723)<sup>55</sup>.

Em conformidade com estas análises, o estudo de Milner (2002) demonstra que é em sociedades com elevada literacia cívica (a qual é medida através de indicadores como a participação eleitoral e a leitura de jornais) que os cidadãos estão mais informados e dotados de mapas significativos ("*meaningful maps*"), que os orientam na difícil tarefa de tomar decisões sobre as suas comunidades num mundo cada vez mais complexo. O autor defende que são estas comunidades que têm a capacidade de distribuir com justiça os custos da globalização e da tecnologia da informação, de forma a atingir vantagens e benefícios para toda a comunidade, contrariando as desigualdades. O autor conclui que é a literacia cívica que permite a sustentação do Estado social (*idem*: 189).

Contudo, a investigação sobre confiança social não tem permitido compreender se esta é adquirida pela participação em associações voluntárias e num contexto de sociedades civis fortes, ou se existe uma relação causal oposta, ou seja, é porque os cidadãos têm confiança no Estado que participam mais ativamente na sociedade, participação esta que se traduz não só no envolvimento em meios associativos como na participação eleitoral e no interesse pelos partidos políticos (Newton 2004: 67-68). Embora exista um consenso entre os autores em torno do argumento de que as pessoas aprendem a participar mediante a experiência da participação, os resultados da investigação empírica realizada em diferentes países, não permite concluir que a experiência de ativismo associativo é mais determinante na aquisição de confiança do que a experiência adquirida em redes informais ou através de outro tipo de redes, como o emprego ou a escola (*idem*: 65-66).

Em suma, a pluralidade de abordagens sobre associativismo desenvolvidas pelas teorias do capital social, da democracia associativa e da confiança social põem em relevo a dificuldade de encontrar evidências empíricas que validem consensos sobre efeitos positivos ou negativos da participação associativa, e tal sucede tanto ao nível dos efeitos para os indivíduos como dos que decorrem para a sociedade no seu todo. Autores que têm desenvolvido sínteses comparativas entre as diferentes abordagens salientam que é difícil identificar relações causais positivas generalizáveis a contex-

55. "*To have undemocratic ethnic organisations is better for the democratic process than to have no organisations at all*" (Fennema, Tillie 1999: 723) (em itálico no original).

tos associativos diferentes (Roßteutscher 2000: 245). De modo a ultrapassar estes problemas empíricos sugerem como pista de investigação o estudo de associações específicas, ao invés de integrar no mesmo conjunto de análise associações de natureza diversa (*idem*: 247).

Tal como acautelaram os progenitores do modelo de cultura cívica, já mencionado, estamos perante um sistema de causalidade complexo e multidimensional (Almond, Verba 1963: 49), o que torna impossível a tarefa de identificar o sentido das relações entre as diferentes variáveis implicadas no sistema em análise pois há uma dependência mútua desses fatores (Newton 2004: 79).

### **2.3. Associativismo, capital social e mobilidade**

Entender as associações como fonte de capital social e partir de uma conceção de capital social enquanto instrumento de mobilidade, exige recuperar para a análise os contributos teóricos sobre classes e estratificação. Contudo, o conceito de capital social é relativamente recente na produção científica, não sendo considerado pelas teorias clássicas da estratificação social e da mobilidade. É na proposta teórica desenvolvida por Pierre Bourdieu (2002), exposta mais adiante, que se encontra uma atenção preferencial a este tema, devendo-se a este autor a primeira definição do conceito e o estudo sistemático do capital social no quadro das teorias da reprodução das desigualdades sociais.

#### *2.3.1. Cruzando contributos teóricos sobre classes, estratificação e mobilidade social*

As classes sociais constituem um campo privilegiado para analisar as relações entre ação e estrutura na medida em que:

“funcionam, enquanto instrumento conceptual, como uma mediação entre o conjunto das estruturas sociais e um conjunto de práticas socialmente significativas” (Almeida 1986: 80).

No quadro das análises clássicas da estratificação, os contributos mais importantes encontram-se nas propostas de Karl Marx e de Max Weber.

Para Marx, as classes estão ancoradas na estrutura económica das sociedades e são determinadas pelo lugar que cada indivíduo ocupa nas relações de produção subjacentes a essa mesma estrutura, daí derivando relações de poder entre dois grandes grupos com interesses opostos: a burguesia e o proletariado (Almeida 1995: 134).

A definição de classes de Weber refere-se, de igual modo, à estrutura económica da sociedade, mas considera a existência de uma pluralidade de conflitos de interesse entre grupos que competem na esfera do mercado por recursos como a propriedade, a força de trabalho ou as qualificações profissionais (*idem*: 134-135). A abordagem de Weber ultrapassa assim a divisão marxista entre burguesia e proletariado, pressupondo outras formas de relações de poder para além da referência ao sistema de produção e introduzindo o conceito de “grupos de *status*”. Os grupos de *status* caracterizam-se com base numa diferenciação de prestígio “socialmente atribuído aos estilos de vida, aos tipos de profissão ou às origens familiares de certos grupos” (*ibidem*: 135).

De entre múltiplas possibilidades de conceptualização, podem ser identificadas três grandes perspetivas de análise da mobilidade social: as teorias funcionalistas; as teorias da reprodução das desigualdades; as teorias liberais (Ferreira *et al.* 1995: 371-378). Se as abordagens mais liberais enfatizam as oportunidades de mobilidade existentes nas sociedades contemporâneas e o papel do indivíduo nesse processo através da aquisição de recursos facilitadores da mobilidade, as teorias da reprodução destacam o peso dos fatores estruturais e argumentam que as oportunidades de mobilidade são limitadas pela reprodução de mecanismos que asseguram a manutenção da hierarquia social. Por sua vez, a teoria funcionalista de Sorokin salienta que as possibilidades de mobilidade dependem da função que esta preenche num dado contexto histórico e social.

A mobilidade social é a mudança de posição social do indivíduo, a qual pode ser ascendente por melhoria das condições de vida; descendente se o efeito for o oposto; ou horizontal, implicando uma alteração que não acarreta perdas ou ganhos substanciais para o indivíduo. Estas noções estão associadas ao conceito de trajetória social, que permite

“interligar uma dada posição social («pertença de classe») com um percurso individual [devendo] ser subdividido em *trajetórias individuais*, quando depa-ramos com processos isolados de movimentação social e, mais globalmente, *trajetórias de classe* [que] captam, precisamente, as mobilidades de tipo co-lectivo, históricas e estruturadas” (Ferreira *et al. op. cit.*: 368).

Enquanto que as teorias da mobilidade acentuam as oportunidades de mudança e os movimentos entre posições sociais ao longo da vida dos indivíduos, as teorias da estratificação social sublinham a diferenciação e a relativa estabilidade da posição de origem do indivíduo na sua trajetória.

A definição da posição social do sujeito ou da pertença de classe, e a consequente diferenciação entre estratos sociais, varia consoante as propostas teóricas mas o elemento-chave é a inserção socioeconómica dos indivíduos. Esta deve ser entendida como um “indicador sintético e integrador” (Costa 1999: 208), definido com base na articulação de um conjunto de indicadores fundamentais relativos à situação socioprofissional e socioeducacional do indivíduo, tais como a profissão ou a situação face à profissão, o rendimento e o nível de escolaridade ou qualificação. Consoante as teorias e os objetos de estudo, podem ainda ser incorporados outros fatores como o nível de autoridade inerente à profissão desempenhada e a dimensão das empresas (Ferreira *et al. op. cit.*: 394-396). Não obstante esta diversidade conceptual, o que importa salientar é que a posição social deve ser entendida como expressando a multidimensionalidade das relações de classe (Costa *op. cit.*: 211).

Associado ao conceito de posição social, encontra-se o conceito de *status*, que se desdobra em *status* atribuído e *status* adquirido: se o primeiro sublinha a herança da condição social de origem, o segundo tem subjacente a ideia de conquista de um novo estrato (Ferreira *et al. op. cit.*: 368). Este conceito remete para um ainda maior número de eixos de diferenciação social para além dos já expostos acima, diferenciação esta que pode resultar de atributos sociais como o género, a pertença étnica, a idade, a sexualidade, a deficiência, etc., e que interferem nas oportunidades de mobilidade.

As teorizações mais recentes sobre classes sociais vieram, também, sublinhar que as classes são definidas por uma pluralidade de critérios. Por exemplo, a definição de Erik Olin Wright articula três tipos básicos de recursos: propriedade dos meios de produção; recursos em qualificações escolares ou profissionais; recursos organizacionais, relativos à posse de poderes de decisão e autoridade hierárquica (*ibidem*). É a conjugação diferenciada destes recursos que torna possível a emergência de diversos lugares ou pertenças de classe.

Mas é Bourdieu (2002) que apresenta uma análise onde sistematiza o modo como a intersecção de diferentes tipos de recursos concorrem para a constituição de classes sociais e como estes interferem nos processos de estratificação e de mobilidade social. Na sua análise das desigualdades sociais, o autor destaca as relações entre a existência (ou não) de capital económico (propriedade e rendimentos), capital cultural (níveis de escolaridade e de cultura), capital social (relações e influências) e capital simbólico (prestígio) (Almeida *op. cit.*: 136).

A sua proposta pressupõe que a intersecção de diferentes tipos de capital determina as relações de poder e de hierarquia entre os indivíduos e os grupos na estrutura

social. Os diferentes tipos de capital estão articulados entre si, muitas vezes de forma cumulativa, ou seja, a posse de capital cultural é uma condição facilitadora da aquisição de capital económico (ao possibilitar a obtenção de um emprego com rendimento mais elevado, por exemplo), daqui resultando o alargamento das relações sociais do indivíduo e um aumento de prestígio (pelo acesso a determinado estilo de vida). Como as interações sociais estão condicionadas pela estratificação por classes e baseiam-se em relações de poder, a difusão de capital simbólico é controlada pelos grupos dominantes que, assim, asseguram a preservação do seu estatuto.

A rigidez da estrutura social é explicada por Bourdieu a partir do conceito de *habitus*, integrado na teoria da prática. O autor argumenta que, por via da socialização, os indivíduos aprendem um conjunto de disposições inerentes ao seu estatuto ou classe social – o *habitus* de classe – que são interiorizadas e que se refletem nos seus comportamentos ou práticas de classe, ou seja, as perceções subjetivas do indivíduo reproduzem as condições objetivas da sua existência (2002: 168-169).

É a conjugação de fatores assim exposta que leva o autor a acentuar o carácter reprodutivo das desigualdades em detrimento da perspetiva da mobilidade social. Contudo, o conceito de *habitus* não rejeita a intervenção de mecanismos de interação, nem exclui a ação dos indivíduos e a sua interferência no sistema, contemplando a possibilidade de trajetórias sociais em que os indivíduos veem alterar tanto a qualidade como a quantidade dos recursos (Almeida *op. cit.*: 136). No entanto, considera-se que a interação é determinada pelas condições estruturais de lugares de classe dos indivíduos (Ferreira *et al.* 1995: 362). Bourdieu critica as abordagens interacionistas por entender que as relações sociais não podem ser analisadas por si próprias, nem apenas a partir das posições dos sujeitos no momento da interação:

“Falar de *habitus* de classe (ou de “cultura”, no sentido de competência cultural adquirida no interior de um grupo homogéneo) é, portanto, lembrar, (...), que as relações “interpessoais” nunca são, a não ser na aparência, relações de *indivíduo a indivíduo* e que a verdade da interacção nunca reside por completo na interacção (...). É a sua posição presente e passada na estrutura social que os indivíduos entendidos como pessoas físicas transportam consigo, em todo o tempo e em todo o lugar, sob a forma dos *habitus* que trazem (...)” (Bourdieu 2002: 177).

Retomando a formulação de Weber relativamente aos grupos de *status* e articulando-a com o conceito de *habitus* de Bourdieu, pode dizer-se que as desigualdades na posse de recursos e de acesso a poder entre os indivíduos decorrem do *status*

atribuído e condicionam as possibilidades de mudança. Por outro lado, se o *status* atribuído ou a posição social de origem induzem disposições identitárias próprias, têm de ser entendidos como “lugares de aprendizagem social” (Queiroz 2005: 7), associados a “contextos de socialização” que influenciam a aquisição de determinadas disposições e não outras (*idem*: 79). Assim, importa considerar na análise da estratificação social e da mobilidade:

“não apenas as inserções individuais ou familiares de classe, mas também os contextos onde se desenrola a acção do indivíduo: o território onde habita (regiões, cidades, vilas, aldeias ou bairro), o grupo de amigos que se escolhe, as associações a que se pertence, a escola que se frequenta – exemplos de inter-relacionamentos que contribuem para moldar as identidades individuais” (Ferreira *et al. op. cit.*: 341).

Convergindo com esta argumentação, as várias pesquisas conduzidas por Bernard Lahire (2003, 2004, 2005) colocam em relevo que os indivíduos, ao longo da sua vida, estão inseridos em diferentes espaços de socialização que lhes dão acesso a redes de sociabilidade heterogéneas, o que lhes permite adquirir uma pluralidade de disposições, que não reproduzem automaticamente os *habitus* das posições de classe de origem. Esta perspetiva vem questionar a análise de Bourdieu (1979) sobre os gostos e práticas culturais dos Franceses, onde concluiu que estes estão fortemente associados às pertenças de classe e trajetórias sociais. Alguns dos resultados obtidos por Lahire são sintetizadas da seguinte forma:

“Toutes variations intra-individuelles des comportements culturels peuvent être ramenées à des micro-déplacements ou à des macro-déplacements individuels dans l’espace des pratiques et des préférences culturelles, c’est-à-dire à des influences socialisatrices hétérogènes et, parfois, contradictoires: effet d’une trajectoire de mobilité sociale ou professionnelle ascendante ou déclinante, effet d’un réseau de relations culturellement diversifié, (...), effet de l’intériorisation de préférences scolaires en décalage avec celles du milieu d’origine, (...), effet d’influences socialisatrices contradictoires d’instances culturelles concurrentes (famille, école, télévision, presse, etc.), effet d’influences culturelles au sein même de sa famille d’origine, etc” (2004: 738-739).

As dinâmicas da interação social contextualizadas num plano micro expressam então a pluralidade intrínseca à estrutura das sociedades contemporâneas, caracterizadas pela diferenciação e intensa complexidade dos relacionamentos e identidades individuais e coletivas. Em suma, há que salientar o caráter dinâmico da relação entre sujeitos e a estrutura social onde se inserem:

“O que os agentes sociais pensam, dizem e fazem depende em grande medida – embora não exclusivamente, nem sempre do mesmo modo ou com a mesma intensidade – de um conjunto de propriedades sociais que os caracterizam e que os situam, uns em relação aos outros, em posições distintas, com desiguais poderes e recursos, oportunidades e disposições. As configurações relacionais de lugares sociais diferenciados e as distribuições dos indivíduos por eles podem, por sua vez, ser encaradas como a tradução, no plano da composição social da população, das estruturas sociais e das suas transformações” (Costa 1999: 210).

Por fim, de forma a compreender eventuais efeitos das redes associativas em trajetórias de mobilidade social, por via da aquisição de capital social por parte dos indivíduos, pode revelar-se útil estabelecer uma ligação entre estes conceitos e o de *empowerment*. Partindo da multiplicidade das abordagens que têm sido feitas para compreensão deste conceito e tendo em conta que o poder é um elemento central da sua definição, pode-se entender este como:

“um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder – psicológico, sociocultural, político e económico – que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da cidadania” (Pinto 1998: 252).

Ao pressupor-se que as associações são espaços onde se aprendem competências de participação e que contribuem para o fortalecimento de identidades e valores (vd. ponto 2.2. deste Capítulo), é pertinente refletir sobre a eventual relação destes recursos com um processo de *empowerment* para os seus membros, seguindo também as linhas conceptuais delineadas por Paulo Freire (1975, 1977) e por Friedmann (1996).

Paulo Freire propõe o conceito de “conscientização”, definindo-o como um processo de aquisição de recursos por parte do indivíduo que lhe permitem interpretar o mundo, ter um papel ativo na sua própria vida e tornar-se um cidadão pleno (cf. Freire 1977). O pedagogo coloca este processo no cerne das estratégias de intervenção com vista a promover as capacidades dos grupos desfavorecidos, que enfrentam a persistência de desvantagens e os condicionalismos do meio social e cultural marcado pela pobreza, não só de natureza económica como, sobretudo, educacional e cultural (cf. Freire 1975).

A abordagem do *empowerment* desenvolvida por Friedmann (1996), por outro lado, assenta na apresentação de um modelo de desenvolvimento alternativo baseado na



capacitação psicológica, social e política de unidades locais ou domésticas, que o autor apresenta como o núcleo central da sociedade civil.

Estas perspetivas convergem com uma conceção das associações de imigrantes e descendentes enquanto “canais de mobilidade”, que, na abordagem pioneira sobre mobilidade social desenvolvida por Pitirim Sorokin, se reportam a instituições sociais que permitem aos indivíduos melhorar as condições de vida e o estatuto social (*cit. in Ferreira et al. 1995: 369*).

### *2.3.2. Convergências e divergências na investigação: relacionando o papel de diferentes tipos de recursos na mobilidade social*

As mudanças verificadas ao longo de décadas nas sociedades industriais em torno da reorganização da economia e do trabalho têm vindo a propiciar mais condições de mobilidade social para os indivíduos, relativamente a países com outras formas de organização social, nomeadamente pelo facto de criarem novas categorias profissionais e assim estimularem oportunidades de mobilidade. A investigação que tem sido realizada internacionalmente permite verificar a existência de “níveis significativos de mobilidade social ascendente e descendente”, muito embora também revele a persistência de formas de desigualdade, em grande parte porque “a origem de classe pode condicionar decisivamente o estatuto social futuro de cada indivíduo” (Almeida *op. cit.*: 139).

A investigação aplicada ao contexto da sociedade portuguesa nesta matéria ora salienta que, embora se verifique uma democratização, subsiste o peso da reprodução social e das trajetórias descendentes, ora realça a pouca abertura da estrutura social e uma mobilidade social ilusória (Estanque, Mendes 1998, 1999).

Relembrando que os modelos de análise da participação cívica apontam o nível de escolaridade como uma importante variável explicativa da propensão dos indivíduos a participar, existindo uma correlação forte entre escolaridade, profissão e rendimento (Putnam 2000; Triandafyllidou, Vogel 2005; Verba *et al.* 1995; Vogel 2006), os resultados da investigação, em contexto nacional e internacional, não apresentam, contudo, uma convergência no que respeita os efeitos da posse de determinados recursos nas trajetórias de mobilidade.

Numa pesquisa sobre a realidade portuguesa, Estanque e Mendes (1998: 111)<sup>56</sup> observaram que os indivíduos até aos 35 anos beneficiaram do fator qualificação es-

56. Cf. igualmente Mendes 1998.

colar em trajetórias de mobilidade. Porém, existe uma diferenciação de situações consoante o sexo: os homens enfrentam uma estrutura social mais rígida e em grande parte mantêm-se na mesma localização de classe do agregado de origem; as mulheres, pelo contrário, beneficiam de uma estrutura mais permeável, que lhes permite maior acesso à mobilidade, sendo determinantes nestas trajetórias o papel das redes e do capital social (*idem*: 118). Além desta diferença, os autores verificaram também que para a classe mais baixa existe uma relação negativa com a escolarização e uma reprodução da localização de classe, enquanto que na categoria de gestores e supervisores, ainda que o nível de escolaridade seja baixo, caso o indivíduo tenha acesso a redes de conhecimento pessoal beneficia de movimentos ascendentes.

Esta análise converge com os resultados encontrados por Machado e outros (2003) no que respeita as origens sociais dos estudantes do ensino superior, na medida em que observaram que o “recrutamento de raparigas para a universidade [parece] um pouco menos dependente da origem de classe do que o dos rapazes, possibilitando mais acessos a partir de posições mais distantes do mundo da universidade” (Machado *et al.* 2003: 63).

Ainda focalizada na sociedade portuguesa, a análise das trajetórias profissionais de imigrantes hindus e cabo-verdianos permite concluir da existência de “caminhos limitados de integração social” para ambos os grupos analisados (Machado, Abranches 2005). No caso particular dos Hindus, as empresas que erigiram com base nas suas redes étnicas permitiram-lhes atingir um certo nível de integração, pela sua “invisibilidade” na sociedade portuguesa, mas também os confinam a segmentos subalternos do comércio e serviços (*idem*: 85). Os Cabo-verdianos, não obstante um grande número ter conseguido progredir no sentido de uma certa estabilização da situação profissional, enfrentam a persistência de precariedade laboral após longos períodos de residência e observam-se raros casos de verdadeira mobilidade social ascendente (*ibidem*: 84-85).

Alguns estudos internacionais têm demonstrado que o nível de instrução ou escolaridade pode ser um fator chave no processo de mobilidade nas sociedades industrializadas, de onde se destaca o papel da democratização do acesso à universidade (Almeida *op. cit.*: 140), uma vez que o aumento de competências e de qualificações permite a mobilidade profissional e o aumento de rendimentos. Em Portugal, a análise das trajetórias dos estudantes do ensino superior demonstra que:

“[as] classes e fracções de classe com maiores recursos continuam a ter muito mais hipóteses de colocar filhos na universidade. Mas, por outro lado,

é possível observar que os cursos analisados são frequentados igualmente por um número bastante importante de estudantes oriundos das fracções da pequena burguesia mais desprovidas de capitais culturais e económicos, e mesmo por alguns provenientes do proletariado. Pela universidade passa actualmente um conjunto significativo de trajectórias sociais de mobilidade ascendentes, fenómeno com impacte não desprezável na reconfiguração da sociedade portuguesa” (Costa *et al.* 1990: 195).

Pesquisas mais recentes têm confirmado esta tendência de recomposição social vivida no quadro da universidade, em termos de origens de classe dos estudantes, trajectórias e orientações (Estanque, Nunes 2003; Machado *et al.* 2003; Mauritti 2002), apontando para dinâmicas de mobilidade social que podem ser exemplificadas pelo seguinte indicador:

“em 2001, a probabilidade de um filho de empresários, dirigentes e profissionais liberais ser estudante universitário é “apenas” 7 vezes maior do que a de um filho de operários, enquanto em 1981, (...), essa probabilidade é 35 vezes superior” (Machado *et al.* 2003: 62).

Contudo, “a classe em que se nasce continua a contar” (Estanque, Nunes 2003: 39), como é empiricamente validado nos dois estudos apresentado de seguida.

Um estudo focalizado nas origens dos estudantes da Universidade de Coimbra (Estanque, Nunes 2003), verificou que as classes privilegiadas são as que têm mais oportunidades de colocar os filhos na universidade e a entrada de jovens de classes trabalhadoras confronta-se com outras “barreiras de classe [que atuam] principalmente na estruturação dos mecanismos de seletividade que operam a montante do ensino superior” e que dificultam trajectórias de mobilidade social (*idem*: 39).

Num estudo de âmbito mais alargado observou-se também uma tendência de diferenciação classista: “predominância dos setores de classe mais dotados de capitais económicos, culturais, escolares e sociais, ou seja, as famílias de empresários, dirigentes e profissionais liberais, por um lado, e de profissionais técnicos e de enquadramento, por outro” (Machado *et al.* 2003: 56). Sublinha-se, ainda, que “o acesso à universidade vai-se tornando cada vez mais provável à medida que se sobe na hierarquia do capital escolar” da família de origem (*idem*: 65). Por outro lado, embora o acesso ao ensino superior de jovens oriundos de famílias com níveis de escolaridade médios ou baixos refletir a existência de trajectórias de mobilidade social, tal não implica percursos ascendentes (Costa, Machado, Almeida 1990; Machado *et al.* 2003).

Verifica-se também a influência do nível de escolaridade do agregado familiar de origem na distribuição dos estudantes por áreas científicas: os estudantes das áreas de ciências médicas e engenharias provêm de famílias com um volume elevado de recursos educacionais, enquanto que os jovens oriundos de famílias com capital escolar mais baixo se encontram sobretudo em outras áreas científicas (Mauritti 2002: 90). Não se constata, todavia, diferenciações significativas relativamente à posse de capital cultural ou económico das famílias de origem entre os estudantes que frequentam o ensino superior público e o privado (*idem*: 96).

As análises aplicadas ao contexto português confirmam então que o nível de escolaridade, isoladamente, não produz trajetórias de mobilidade social ascendente, situação para a qual Boudon (1979) chamou a atenção. Este autor alertou para o facto de um filho de operário vir a ter um melhor nível de vida do que o seu pai, mas as oportunidades de aceder ao ensino universitário, comparadas com as dos filhos de quadros superiores, não seriam muito maiores que na geração do seu pai, defendendo que existe uma relação fraca entre nível de escolaridade e mobilidade (Boudon *op. cit.*: 35).

Os resultados de investigação desenvolvida no âmbito nacional sobre descendentes de imigrantes e escolaridade convergem no sentido de apontar às desvantagens socioeconómicas a causa das experiências de insucesso ou de abandono precoce, não se confirmando a influência de características culturais das origens familiares (Garcia *et al.* 2000; Queiroz, Gros 2002; Machado, Matias, Leal 2005; Marques, Martins 2005; Tavares 1998). É ainda o baixo estatuto socioeconómico que coloca os jovens numa situação de desigualdade de oportunidades no acesso às novas tecnologias de informação, afetando de igual modo descendentes de imigrantes, jovens imigrantes e jovens portugueses, porquanto o fator crucial não é a experiência de imigração mas sim a vivência de condições propiciadoras de exclusão social (Marques, Martins 2005)<sup>57</sup>.

É de realçar, então, que tanto as trajetórias de exclusão de jovens portugueses como as de jovens de origem africana são marcadas pelas desigualdades socioeconómi-

57. As novas tecnologias de informação constituem um instrumento pedagógico fundamental na construção de sociedades baseada na informação e no conhecimento, colocando-se, atualmente, aos países da União Europeia e à sociedade portuguesa em particular, os desafios de combater a infoexclusão e de promover a literacia tecnológica como meio de desenvolvimento económico e de coesão social (cf. Rodrigues 2000).

cas da família e do contexto social de origem, sendo a instituição escolar incapaz de as ultrapassar:

“Para os grupos mais carenciados cognitivamente, a escola parece cumprir a função de os preparar para a precariedade, desemprego e empregabilidade. Pode assim ser afirmado que o insucesso e o abandono escolar são socialmente selectivos, cumulativos, massivos, precoces e sistemáticos” (Garcia *et al.* 2000: 206).

No caso dos jovens de origem africana, a tendência para a exclusão assim descrita faz-se sentir de forma exponencial uma vez que têm ainda menores qualificações escolares do que os jovens de famílias portuguesas, o que os confina a empregos social e economicamente “desclassificados e desclassificantes” (Garcia *et al. op. cit.*: 207).

Na verdade, muitos dos estudos hoje considerados clássicos aplicados ao contexto da escola salientam que esta é uma instituição essencial no reforço das desigualdades de oportunidades, pois as aprendizagens que ela transmite não conseguem superar as desvantagens dos indivíduos de estratos sociais mais baixos, apontando para o predomínio de um efeito de reprodução da posição ou estatuto social (Bertaux 1978; Bourdieu 1979; Bourdieu, Passeron s.d., 1964).<sup>58</sup>

O estudo realizado por Daniel Bertaux mostrou a existência de uma forte correlação entre a origem e a posição social dos indivíduos, em que as condições estruturais se sobrepõem ao papel das escolhas individuais ou familiares, tendo como resultado a reprodução do sistema social e correspondente estratificação em classes dificilmente intermutáveis (Bertaux *cit. in.* Ferreira 1995: 375-376).

Os trabalhos de Bourdieu e Passeron (s.d., 1964) desenvolvem uma lógica idêntica: assim como Bertaux sublinhou que a posição social era um destino, Bourdieu e Passeron argumentam que ela é uma herança, ou seja, todos sublinham os mecanismos de reprodução social. A transmissão desta herança assenta na reprodução de uma desigual distribuição dos recursos ou tipos de capital mediada por instituições como a escola, que esta desempenha um papel central na transmissão de capital cultural.

Ações entre as estruturas sociais e as instituições que regulam a seleção social, de onde se destaca a escola. O autor introduziu o conceito de “mecanismos de seleção”

58. O que é confirmado por investigação recente aplicada ao contexto da imigração, apresentada adiante.

para designar os processos mediante os quais as instituições procedem à escolha dos indivíduos para determinadas tarefas e posições sociais, consideradas necessárias à manutenção da sociedade (*cit. in* Ferreira *et al.* 1995: 369-370).

Boudon dirige várias críticas às abordagens da estratificação social que enfatizam os fatores de reprodução. Argumenta que as conceções sociológicas que analisam os fenómenos sociais como consequência dos efeitos da estrutura social fazem da Sociologia uma ciência dos determinismos sociais (Boudon 2001a: 35). A opção pelo individualismo metodológico justifica o modo como o autor explica a mobilidade social: como sendo o resultado de múltiplas decisões individuais, da agregação das várias decisões (que podem ter efeitos inesperados) e das características das instituições e da estrutura social (Ferreira *et al.* 1995: 376).

Apesar dos resultados da sua investigação não descurarem o papel das variáveis estruturais, esta abordagem, em contraste com as anteriores, acentua as oportunidades de mobilidade por via da decisão do ator. Além disso, sublinha a importância de se analisar de que modos os diferentes fatores se agregam e intervêm no processo, com vista a compreendermos situações contraditórias e paradoxais, tal como a “imobilidade da mobilidade” das sociedades industriais:

“(…) l’immobilité de la mobilité dans les sociétés industrielles peut apparaître comme contradictoire avec le changement «accélééré» qui caractérise ces sociétés et suggérer des interprétations scientifiquement naïves, *volontaristes* (action d’un tout puissant groupe dominant) ou *finalistes* (faculté de reproduction des structures sociales). L’équilibre de la mobilité, (...), peut au contraire être expliqué par l’agrégation de mécanismes élémentaires” (Boudon 2001b: 311).

Weber, por sua vez, admitia a multiplicidade de condicionantes sobre as ações coletivas e incluía na sua análise das desigualdades a subjetividade e a compreensão do ator (Ferreira *et al. op. cit.*: 358), o que pode ajudar a compreender situações específicas, nomeadamente as que “rompem” com os determinismos sociais.

Os estudos recentes que se centram na análise do capital social como instrumento de mobilidade incidem sobretudo na relação entre a posse deste e a mobilidade profissional. A investigação empírica tem permitido confirmar que o acesso do indivíduo a redes extra familiares proporciona novas oportunidades no acesso ao mercado de trabalho, criando hipóteses de mobilidade social ascendente (Portes 2000: 143-144).

Nesta matéria, destaca-se o contributo de Granovetter (1974, 1983, 1995) que desenvolveu nos anos 1970 uma teoria que se revelou tão profícua pela investigação pos-

terior que incentivou como, sobretudo, por avançar um argumento à primeira vista paradoxal. Para este autor, as redes entre meros conhecidos (exteriores à família, aos amigos e aos vizinhos) constituem laços fracos por implicarem menor intimidade e menor número de interações. E é exatamente nessa característica que reside o seu contributo, pois permitem alargar as possibilidades dos indivíduos saírem dos seus círculos de origem e acederem a novos espaços sociais. A sua tese define-se como a força dos laços fracos e tem sido empiricamente fundamentada em estudos sobre mobilidade profissional.

Outros estudos que se basearam na tese da “força dos laços fracos”, confirmaram que a existência de contactos e de redes fora do círculo social mais próximo está relacionada com uma maior “flexibilidade intelectual”, que permite aos indivíduos adaptarem-se às complexidades do meio onde se inserem (Coser *cit. in* Granovetter 1983: 204). Estes resultados levam Coser a definir os laços fracos como “sementes de autonomia individual”, confirmando a argumentação de Simmel de que a interação com múltiplos círculos sociais permite ao indivíduo confrontar-se com diferentes expectativas ao mesmo tempo que constrói uma identidade original e íntima (“*an inner core*”) (*idem*: 203). São argumentos idênticos que levam Blau (*op. cit.*: 220) a defender que os laços fracos permitem estimular a interação entre grupos sociais diferenciados e, conseqüentemente, a coesão social.

No entanto, Granovetter também defende que os laços fortes, ou seja, os laços entrecidos no seio da família, com os amigos e os vizinhos próximos, desempenham funções positivas, nomeadamente em situações de fragilidade económica, sendo usualmente utilizados por grupos desfavorecidos como forma de apoio mútuo ou de “estratégia de sobrevivência” (*op. cit.*: 209-213). Na verdade, as relações sociais entrecidas pelos residentes de bairros pobres podem ser transformadas em capital social positivo, porque induzem um sentimento de bem-estar ligado à preservação da identidade do grupo (Small 2004).

Esta argumentação aproxima-se da investigação sobre estratégias empresariais de imigrantes, que tem sublinhado que os laços ou redes inerentes aos círculos sociais de origem dos indivíduos podem atuar de forma positiva, uma vez que o capital social resultante da existência de redes de base étnica funciona como um recurso chave para a criação de empresas. Estes resultados, segundo Portes (2000: 144) opor-se-iam à tese de Granovetter pois defendem “a força dos laços fortes”. A situação anterior é verificada no caso dos imigrantes chineses em Portugal (Oliveira 2005; Rocha-Trindade *et al.* 2006; Teixeira 1996).

Os laços afetos aos círculos sociais de origem podem funcionar como capital social positivo quando não existem possibilidades de acesso a redes exteriores para esses indivíduos, nomeadamente em contextos sociais marcados por fortes desigualdades de oportunidades e discriminação social ou étnica. Investigação empírica demonstra que as famílias podem compensar a ausência de redes exteriores com o reforço do apoio familiar, que passa pela preservação dos traços culturais de origem, tanto no caso dos imigrantes de primeira geração (Portes 2000: 146) como nos descendentes (Zhou 1997: 90).

No entanto, uma elevada densidade de laços familiares e do círculo social de origem pode provocar um nivelamento descendente, porque os indivíduos não têm expectativas de sucesso e de promoção social e adotam condutas que confirmam as desvantagens de partida<sup>59</sup> ou porque não conseguem aceder a redes que lhes permitam alcançar uma melhor posição, ficando “presos” a condições da estrutura social que impedem a ascensão de grupos que enfrentam, à partida, desvantagens de recursos (Bordet 2001; MacLeod 1995; Portes 1999, 2006; Portes, MacLeod 1999). Isto explica grande parte dos problemas de integração com que se veem confrontadas as gerações de descendentes de imigrantes e de jovens negros em vários países de imigração, como sublinhado em diversos estudos que questionam

“as afirmações generalistas que atribuem às subculturas juvenis a responsabilidade por comportamentos desviantes, mostrando que tanto o acesso a empregos estáveis como a participação em actividades desviantes são mediados por redes. (...) no caso da juventude negra, essas redes são muito fracas, visto que na geração adulta são raros aqueles que ocupam posições influentes. Abandonados aos seus próprios recursos, os adolescentes negros raramente conseguem competir com sucesso por bons empregos estáveis, ficando desta forma disponíveis para formas alternativas de rendimentos” (Sullivan *cit. in* Portes 2000: 145).

A estratégia de investimento nas redes étnicas e os seus efeitos podem, então, ser diferenciados consoante o estatuto social:

“For immigrant children and children of immigrants, growing up American can be a matter of smooth acceptance or of traumatic confrontation. (...) When

59. Confirmando o princípio da profecia de autorrealização, isto é, os comportamentos ajustam-se às baixas expectativas que têm de si próprios, ou que terceiros lhes atribuem, e os resultados que atingem reforçam a condição social desfavorecida de origem.



immigrants enter middle-class communities directly, or after a short transition, it may be advantageous for them to acculturate and assimilate. When they enter the bottom of the ethnic hierarchy of drastic social inequalities (...), young immigrants or children of immigrants may benefit by cultivating their ethnic ties in their ethnic communities to develop forms of behaviour likely to break the cycle of disadvantage and lead to upward mobility” (Zhou 1997: 90-91).

Comparar as vantagens das redes étnicas face a condutas tendentes a trajetórias mais assimilacionistas insere-se na discussão que opõe a importância das culturas de origem dos imigrantes e descendentes por oposição a variáveis socioeconómicas e estruturais do contexto onde estes se inserem, mas a investigação produzida não tem oferecido resultados conclusivos (Vermeulen 2001). A análise do papel exercido pelas características culturais dos grupos de imigrantes na sua integração no país de acolhimento, bem como dos seus descendentes, ou ainda em processos de mobilidade social, deve ser articulada com a análise das circunstâncias históricas que precederam a imigração e com as mudanças estruturais do contexto social onde passaram a estar inseridos. As próprias lógicas e expectativas dos imigrantes, associadas à cultura de origem, são passíveis de mudança face à influência da sociedade de acolhimento (*idem*: 44).

A contradição entre ligação à cultura de origem versus assimilação e os seus efeitos na integração social está patente numa pesquisa sobre jovens portugueses e lusodescendentes no Canadá (Oliveira, Teixeira 2004). Os autores concluíram que os jovens rejeitam a língua e a cultura portuguesa e na sua maioria não veem os benefícios da retenção cultural, revelando-se, pelo contrário, em “perfeita sintonia com a cultura dominante, por ela demonstrando a maior estima e admiração, e com ela revelando um elevado grau de satisfação” (*idem*: 214-215). No entanto, estes jovens apresentam níveis de escolaridade bastante baixos, que determinam uma grande vulnerabilidade no mercado laboral, e não beneficiam dos possíveis efeitos positivos dos “enclaves étnicos” (observáveis em estudos sobre outros grupos, nomeadamente o de Portes 1999), pelo facto da generalidade das empresas criadas por imigrantes portugueses não terem capacidade de oferecer oportunidades de emprego alternativas à da economia dominante (*idem*: 213).

O conjunto de resultados expostos aponta para uma eventual relação entre diferentes tipos de recursos. De acordo com Coleman (1988), a posse de capital social condiciona a aquisição de capital humano, ou seja, o acesso a redes sociais está relacionado com as competências educacionais ou o nível de escolaridade do indivíduo. Na

sua tentativa de explicação do sucesso educacional de filhos de imigrantes asiáticos nos Estados Unidos, o autor sublinha a importância das redes intracomunitárias, por permitirem às famílias reforçar o controlo parental e a orientação dos filhos (*cit. in* Zhou 1997: 76).

Contudo, esta análise não é confirmada pelo estudo de Portes e MacLeod (1999<sup>60</sup>). Ao procederem a uma comparação extensiva dos resultados escolares de diferentes grupos étnicos, os autores não observaram os efeitos do capital social propostos por Coleman (Portes, MacLeod *op. cit.*: 375). Neste mesmo estudo, também não foram confirmadas certas hipóteses relativas à posse de capital social avançadas por outros autores, nomeadamente o papel positivo exercido pelas famílias em que pai e mãe estão presentes, quer no perfil psicológico dos seus filhos quer nos resultados académicos por eles obtidos (*idem*: 376). Conforme evidenciado num outro estudo por eles citado, na relação entre a ação individual e o contexto estrutural nem sempre há muito espaço de manobra para os indivíduos:

“Parents who are members of well-received and successful groups exude self-confidence and assume that their children’s college education is not a dream, but a *fait accompli*. In contrast, immigrant parents struggling with poverty and the cumulative consequences of a negative context of reception despair of exercising control over their children and fear that, instead of following the academic route to success, they will drop out and join the drug culture” (Suarez-Orozco *cit. in* Portes, MacLeod *op. cit.*: 391-392).

Neste sentido, Garcia e outros (2000) argumentam que as mudanças de valores e de funções da família na sociedade portuguesa, que acompanharam as mudanças estruturais do conjunto do tecido social, podem refletir-se em “processos de “desorganização familiar” potencializadores da persistência e transmissibilidade das características de pobreza e exclusão” (*idem*: 205). Mas não se trata de explicar a pobreza e a exclusão como produto da dissociação ou recomposição das famílias, mas antes de uma incapacidade de supervisão das principais instituições socializadoras das crianças e dos jovens – a família e a escola – de promover “modelos e estilos de integração social que não estejam sob o espectro forte da marginalidade e negatividade” (*idem*).

60. Esta obra apresenta uma síntese dos resultados de investigação desenvolvida nos Estados Unidos da América sobre o sucesso escolar dos filhos de imigrantes, mas não deixando de colocar este fenómeno numa perspetiva mais alargada, que se revela pertinente para a análise de contextos geográficos diferenciados.

Dito de outro modo, e recorrendo ainda à investigação no contexto da sociedade portuguesa, é plausível resumir um percurso marcado pela reprodução social do seguinte modo:

“Face a um quadro de tão forte restrição das oportunidades de aceder aos trajectos escolares mais eficientes e valorizantes, a empregos compatíveis com carreiras qualificantes, à fruição de bens culturais e de sociabilidades que potenciem a descoberta do seu próprio valor e o desenvolvimento de solidariedades activas, não se pode estranhar a emergência de reacções de desalento e de conformação mais ou menos resignada, com um destino marcado pelo fracasso e, também, de comportamentos mais disruptores, geradores de formas de integração nas margens” (Queiroz, Gros 2002: 193-194).

A síntese analítica desenvolvida por Portes e MacLeod (1999) sobre os fatores que determinam o sucesso educacional dos filhos de imigrantes nos Estados Unidos, procurou testar as teorias que enfatizam o papel do capital humano, o papel das redes familiares e do capital social e o papel dos modos de incorporação, tendo verificado que não é possível explicar este processo com base nas propostas de uma única teoria, mas somente a partir da articulação de diferentes aspetos. Identificaram como fatores mais significativos na explicação do sucesso escolar o estatuto socioeconómico dos pais; os hábitos de estudo e o conhecimento da língua inglesa por parte das crianças e dos jovens; e os modos de incorporação dos imigrantes. Os autores observaram, aliás, que este último fator exerce a influência mais importante nas trajetórias escolares e sociais, concluindo o seguinte:

“it seems clear that not only parental education or social networks, but the entire weight of experiences of an immigrant group plays a role in its children’s education. What individual immigrants bring along in the way of human and social capital is important, but so is the structural context that receives them in their course. Governmental hostility and nativist discrimination against certain groups do society a poor service to the extent that these groups remain and settle under such disadvantage. Their vulnerability carries across generations and reproduces educational and social handicaps among their young. These handicaps may lead, as a self-fulfilling prophecy, to the very pathologies of which the earlier immigrants were groundlessly accused” (Portes, MacLeod *op. cit.*: 392).

### **3. SÍNTESE**

A presente pesquisa foi teoricamente sustentada, por um lado, na intersecção entre as temáticas da participação e da cidadania e, por outro, na relação entre associativismo, capital social e mobilidade.

Tendo-se delineado sumariamente o percurso evolutivo do conceito de cidadania, tomou-se como ponto de partida da exposição teórica o facto de a participação constituir uma dimensão chave da cidadania nas sociedades democráticas contemporâneas.

Procedeu-se à análise da literatura que tem procurado compreender a relação entre as oportunidades de participação política acessíveis aos imigrantes e as formas de ação coletiva que estes desenvolvem, face às circunstâncias que condicionam os seus direitos políticos. Foram também apresentados diferentes modelos de análise da participação cívica, que servem de enquadramento e suporte à pesquisa empírica.

A relação entre associativismo, capital social e mobilidade orientou-se num primeiro momento para uma abordagem do associativismo enquanto espaço que permite a aquisição de capital social. Num segundo momento, recorreu-se aos contributos teóricos sobre classes, estratificação e mobilidade social com vista a ponderar e a refletir sobre a influência da posse de capital social em trajetórias de mobilidade ascendente.



## CAPÍTULO IV - RESULTADOS DA PESQUISA

### 1. TRAJETÓRIAS ASSOCIATIVAS

#### 1.1. Dos primeiros passos no associativismo...

O primeiro dado a registar na análise das histórias de vida recolhidas é que as experiências com o mundo do associativismo surgiram, em todos os casos, antes da entrada na idade adulta e quase sempre enquadradas em atividades de lazer comuns no quotidiano dos jovens e relacionadas com as sociabilidades emergentes na juventude (como, por exemplo, as atividades desportivas, os eventos culturais, os passeios, as festas, a dança). Mas apesar de existir um denominador comum de experiências associativas precoces, cada percurso é marcado por determinados traços que tornam as motivações e os modos de envolvimento distintos entre si.

Os relatos seguintes constituem diferentes exemplos de como a experiência associativa se inicia no espaço da escola, ainda durante a escolaridade de nível básico ou secundário, como forma de responder a necessidades muito concretas comumente sentidas por jovens estudantes (caso do primeiro relato), ou resultando de um interesse em participar numa dinâmica já existente por via da ligação a redes de amizade (caso do segundo relato).

*Comecei no ensino preparatório, no meu 9.º ano, num período em que se falava muito nas associações de estudantes, nas comissões de finalistas... foi numa altura em que isso estava muito em voga e eu recordo-me perfeitamente que na escola em que eu andava toda a gente comentava, toda a gente queria fazer uma viagem no final do ano, mas ninguém se organizava... muitas conversas de corredor... Entretanto tinha um professor (...) que também estava muito ligado ao movimento associativo e ele chamou-me, se calhar porque tinha verificado que eu tinha alguma apetência para isto, não sei, alguma capacidade para isto e chamou-me e disse "Por que é que vocês não se organizam? Falam muito, querem muito fazer muitas coisas mas têm de se organizar, senão não conseguem". E, pronto, foi ele que... cada vez que vou trabalhando, e agora que vou ficando mais ligada, lembro-me sempre dele, se não tivesse sido ele se calhar o meu percurso teria sido outro. (...)*

*Então, organizámo-nos, alguns eram delegados de turma, fizemos todas as turmas do 9.º ano, queríamos duas pessoas de cada turma e foi esse o grupo. Entretanto ficou um grupo aí de uns 16, porque não era uma coisa fechada,*

*se quisessem participar mais pessoas a ideia era essa. E então começámos assim, começámos a querer organizar eventos para depois podermos fazer a nossa viagem no final. Mas deste grupo inicial as pessoas foram-se desmembrando, porque dentro do grupo tínhamos as pessoas que só queriam sair e os outros que queriam realmente trabalhar... e então começámos a separar as águas, mas, quer dizer... foi uma coisa natural, as pessoas começaram a perceber que ali não se encaixavam, que não fazia sentido estarem ali, e então nós deixámos de ser associação de estudantes e passámos a ser uma comissão de finalistas e surgiu também a associação de estudantes.*

*Nós, a comissão de finalistas, não nos constituímos com um corpo, não tínhamos estatutos, não tinha nada a ver, éramos um grupo organizado, apresentámos um plano de atividades, com estes momentos em que queríamos organizar alguns eventos e foi assim que começou. (Sara)*

*Os meus primeiros contactos com o associativismo foram na escola secundária onde estudei. Fiz parte da associação de estudantes como responsável da secção desportiva. Organizei torneios de "basquete" e a festa do dia dos namorados na escola. Enfim, foi bonito! Estava no 10.º ano, tinha à volta dos 15 a 16 anos. Mas depois comecei a não gostar muito daquilo... primeiro tivemos um confronto com a polícia porque a escola foi assaltada e a única janela que ficou aberta disseram que tinha sido a janela da associação. A polícia esteve lá na escola, tivemos de prestar depoimento, mostrar o bilhete de identidade, tirar impressões digitais, então a partir daí a associação parou e não quisemos mais saber daquilo. Depois parei. (...) Na associação de estudantes, tinha dois colegas que participavam e vi que eles não tinham ninguém a dirigir a parte do desporto e eu disse "Olha, eu joguei "basquete" durante 5 anos e não me importo de participar para vos ajudar!" Então foi aí que entrei para a associação de estudantes. (Mafalda)*

No próximo relato observa-se também que a adesão a atividades associativas é antecedida por uma experiência vivida no contexto escolar. Esta experiência prévia pode revelar uma predisposição individual face ao envolvimento em atividades extracurriculares de lazer. Todavia, o fator decisivo que encaminha o jovem para o ativismo cívico é a possibilidade de estágio oferecida por uma associação formalmente constituída. É particularmente interessante o modo como este relato ilustra a conjugação entre um interesse mais material – a participação nas atividades da associação como meio de adquirir formação – e a expressão de uma atitude interveniente perante problemas do meio social, à qual subjaz o valor da solidariedade.

*(...) sempre gostei de alguma forma do campo da solidariedade e de ajuda aos outros, mesmo na escola secundária organizávamos alguns eventos para conseguir lucros para algumas obras sociais (...). Na escola tínhamos um núcleo que era o “núcleo solidariedade” e fazíamos algumas coisas para causas sociais, dentro daquilo que era possível. (...)*

*Comecei por volta dos 17 anos e foi num projeto da área da saúde, onde estavam a recrutar membros da comunidade para fazer intervenção dentro de diferentes bairros e precisavam de jovens ou pessoas interessadas desses bairros para fazer um levantamento para um projeto (...), ver qual o nível de saúde em cada um daqueles bairros, que eram bairros degradados à volta da área da Grande Lisboa. Recebi a informação através de uma associação local que uma outra associação estava a fazer essa formação e resolvi fazer, foi aí o meu primeiro contacto com o mundo das organizações não-governamentais. (Miguel)*

A iniciativa de desenvolver uma atividade a partir do espaço da escola pode, por outro lado, estar associada a necessidades de natureza subjetiva e simbólica, diretamente relacionadas com as questões da identidade cultural. No caso que adiante se apresenta, a decisão de começar a organizar um grupo de dança nasce pelas mãos de jovens que pelo facto das suas famílias serem de imigrantes de origem africana sentem necessidade de explorar essa dimensão identitária. Não se trata apenas de uma ideia “gira” (na própria linguagem da jovem) que as motiva, mas da expressão do que poderíamos designar por uma necessidade de “viver a diferença”, que tem como contexto de partida as relações partilhadas no espaço da escola.

*A minha história associativa começou cedo, começou aos 16 anos. Eu e as minhas amigas da escola resolvemos fazer um grupo de dança, tudo começou com um pequeno grupo de danças africanas e era a minha mãe que nos ajudava e ensaiava porque nós não sabíamos. Estudava na Escola Secundária do bairro, uma escola onde grande parte da população estudantil era descendente de imigrantes, no bairro não é a maioria, mas uma grande parte da população é imigrante, sobretudo de origem africana (...) e era giro dançar danças africanas. (Susana)*

O caso seguinte distingue-se dos anteriores no que respeita a experiênciade ativismo no espaço escolar. No entanto, à semelhança dos demais, confirma a importância da rede de relações interpessoais e do papel que os amigos têm na dinamização de atividades, que fluem de modo informal. O relato de Nelson revela que a identidade é o



fator catalisador das iniciativas desenvolvidas no seio do grupo de amigos. Ao mesmo tempo, foca um aspeto ainda não aflorado em relatos anteriores: a inexistência de equipamentos institucionais de lazer para os jovens é um fator avaliado negativamente pelo jovem, que decide contornar essa necessidade ao dinamizar atividades em torno de temáticas que lhe suscitam interesse.

*Nós aqui no bairro não tínhamos nada onde os jovens pudessem estar e o nosso objetivo inicial era criar um espaço. Ao mesmo tempo começámos a ganhar muitas influências do movimento afro-americano, muitas influências mesmo, e começámos a perceber que tínhamos de criar um espaço, um espaço físico e temporal, onde nos encontrássemos. E então começámos a fazer reuniões. Era na minha casa. No trabalho, à hora de almoço, em vez de almoçar ficava a pesquisar na “net”... porque até aí nunca tinha tido “net” e então a primeira coisa que eu fiz com o acesso à “net” foi correr atrás de todos os movimentos “black” que eu conhecia, africanos, europeus ou afro-americanos. Imprimia tudo e com isso começávamos a fazer reuniões em casa e íamos falando desse material. Tinhas os mapas e ias vendo a história do Zimbabué, ou do Ruanda... mas era uma coisa muito informal, era só os amigos, os brothers daqui do bairro... mas depois começou a vir pessoal de outras zonas. (Nelson)*

O encetar de uma experiência associativa pode, por outro lado, resultar do incentivo familiar, situação que vem sublinhar o papel da rede de relações interpessoais, numa outra perspetiva. O caso seguinte é um exemplo bem-sucedido de “herança” do ativismo materno, muito embora reflita uma situação excecional no conjunto das histórias de vida dos participantes na pesquisa.

Apesar de vários estudos sobre associativismo de imigrantes sublinharem que o ativismo precoce se adquire por socialização na família, sendo influenciado por experiências de participação cívica dos pais (Labelle *et al.* 1994; Labelle, Lévy 1995), as trajetórias associativas dos jovens desvalorizam este fator uma vez que isso se verifica apenas no caso de Cátia.

*O meu primeiro contacto com uma associação começou bastante cedo, por volta dos meus 11, 12 anos, na associação que já existia no bairro, uma associação de moradores que depois veio a registar-se mesmo como associação cultural.*

*A minha mãe foi uma das fundadoras dessa associação e foi uma pessoa que sempre esteve muito ligada ao trabalho social e cívico, ainda hoje. E sempre quis que os filhos participassem, por isso sempre que havia atividades na as-*

*sociação, lúdicas ou culturais ou o que fosse, nós estávamos presentes, eu, a minha irmã e outro irmão meu. Aqueles que realmente se interessavam pela dança, pela parte cultural, em representar São Tomé, Angola, fosse com danças tradicionais ou teatro, a minha mãe perguntava-nos se estávamos interessados em participar. (Cátia)*

Os três relatos que a seguir se apresentam ilustram como a experiência inicial de cada entrevistada se entretetece com a história das associações onde estabeleceram os seus contactos. Nos vários casos, a existência de condições que propiciaram a criação de um espaço associativo, mesmo nas situações em que, à altura, se encontravam numa etapa de desenvolvimento muito embrionária e informal, são também fatores que influenciaram a adesão às atividades que aí começaram a despontar. Dito de outro modo, a existência de estruturas associativas em determinados bairros oferece oportunidades de aderir a atividades de lazer ou educativas que, como já aflorado pelo relato do Miguel e que analisaremos com detalhe no ponto seguinte, podem constituir um incentivo ao voluntariado e ao ativismo.

*Eu comecei nesta associação quando tinha 17 ou 18 anos. Comecei com trabalho voluntário porque tinha uns vizinhos meus, que tinham uns livros, e nós íamos a casa deles, porque os miúdos aqui do bairro não tinham aquele costume de ler livros. Então íamos a casa deles ler livros para os miúdos... uma amiga começou a dar-lhes livros e surgiu a ideia de arranjar um espaço onde se pudesse fazer uma biblioteca e convidaram-me a mim e a mais duas amigas minhas...*

*Então fomos começar a organizar os livros, pelos números, nomes, pelos temas... e todos os domingos, sem nos pagar nada, nós estávamos lá e os miúdos iam buscar os livros para levar para casa. Era como uma biblioteca de verdade! tinham uns "x" dias para trazer os livros e nós perguntávamos o que é que eles achavam. E começámos a perceber que eles não liam os livros, levavam-nos e depois traziam-nos mas nunca chegavam a ler os livros. Por iniciativa própria começámos a ler-lhes os livros, a contar histórias, começámos a fazer desenhos e quando demos conta já tínhamos umas 700 crianças inscritas naquela biblioteca! Isto foi numa casa que ainda existe mas não havia este espaço da associação. Quando vimos que já eram tantas crianças e que havia necessidade das crianças terem espaço para lerem, fazerem desenhos e outras atividades, decidimos procurar um outro espaço. Na altura havia uma casa mesmo ao lado e nós pedimos à Câmara, que nos cedeu aquele espaço. (Paula)*

*O primeiro contacto que eu tive com o associativismo foi com esta associação, eles estavam a fazer algumas atividades e uma era a colónia de férias. Uma prima minha inscreveu-se e eu fui falar com a minha tia para ver se podíamos ir as duas, porque em grupo seria mais fácil, uma sozinha não a deixavam ir, e participámos nessa colónia de férias durante uma semana, na parte da manhã. Foi essa a primeira experiência e foi interessante, eu até só fui 3 vezes nessa semana, não fui todos os dias. (...) Depois houve um curso de corte e costura (...), aí a minha tia disse "Então vai lá para o corte e costura para ver se aprendes a fazer alguma coisa!" Era duas vezes por semana, ao final do dia, depois da escola, tinha eu uns 10 ou 11 anos, quando comecei a ir ao curso (...). Depois o curso intensificou-se (...) e a partir daí já não podia estar a faltar, a minha irmã ia sempre e já éramos um grupo formado por 6 ou 7 raparigas. É nessa altura que uma das filhas da costureira que dava a formação começou a formar um grupo de jovens. Eu fui lá saber o que era, atrevida! porque onde a minha irmã ia eu tinha de ir atrás... (Rita)*

Estes dois relatos pessoais permitem dar a conhecer um contexto que extravasa a vivência individual e singular, permitindo visualizar a própria evolução do associativismo. O relato seguinte descreve de que modo a participação nas atividades de ocupação de tempos livres e de apoio escolar, disponibilizadas por uma associação já ativa no local de residência da jovem, permitiu "dar o salto" de um papel de beneficiária dessas atividades para um papel de participante ativa no desenvolvimento das mesmas, enquanto voluntária. Este aspeto também será explorado nos pontos seguintes, mas dá-nos um indício da importância que as experiências vividas precocemente podem assumir face a um progressivo envolvimento cívico.

*Quando comecei no associativismo ainda não existia esta associação, que foi criada pela iniciativa dos moradores do bairro. Mas antes existia outra associação que era dinamizada pelos voluntários que trabalhavam com a população do bairro, nomeadamente com as crianças ao nível do apoio escolar e outras valências, como amas, creches, desporto e assim. Estava ligada à Paróquia e funcionava com voluntários que intervinham no bairro, não só da Paróquia mas de vários sítios, por exemplo de universidades. Eu comecei a participar nessa associação enquanto criança e jovem que participava no apoio escolar e noutras atividades. Devia ter aí uns 8, 9 anos. Também participei nas danças, depois a aprender viola. Estava na primária quando comecei e fui seguindo até ao secundário. Até que chegou uma altura em que eu já dava também apoio escolar, não era só beneficiária mas também ajudava. (Leonor)*

O relato de Leonor converge com o relato de Duarte a seguir apresentado na medida em que chama a atenção para o facto de que a convivência social e a realização de atividades de lazer assentes em redes de interação entre vizinhos, amigos ou meros conhecidos, estabelecidas no espaço de um determinado bairro, podem funcionar como impulso à constituição de uma associação. Como salientado pela literatura nesta temática, o associativismo de imigrantes é fruto de sociabilidades quotidianas que se articulam com as redes sociais (re)construídas no país de acolhimento, no micro espaço de residência onde se fixam estes grupos (vd. ponto 2.1., Capítulo III).

O relato de Duarte exemplifica de que modo os contactos e conhecimentos interpessoais que vão sendo adquiridos no dia-a-dia podem, mais tarde, assumir-se como um recurso a utilizar aquando de um eventual projeto de criar uma associação. Mas não obstante a importância exercida por estes aspetos, este relato faz sobressair também o papel das características pessoais enquanto elemento significativo e presente em vários modelos explicativos da participação cívica, aqui expressas por uma “predisposição para fazer algo” (nas palavras do próprio).

*Uma coisa é começar na associação e outra coisa é já ter a predisposição para fazer algo e eu acho que já sentia isso há muito tempo, sempre tentei ser útil, sempre que tinha um momento morto na minha vida tentava fazer algo, eu recordo-me que nas férias tentava sempre arranjar uma oficina para fazer uns biscates. (...) Eu tinha aí uns 8, 10 anos, não me recordo bem, mas isto para dizer que me lembro que já nessa altura eu queria fazer coisas. E então quando surgiu a oportunidade de fazer qualquer coisa eu agarrei-a logo! Mas entretanto já tinha alguma experiência de fazer coisas em conjunto porque tínhamos uma equipa de futebol e jogávamos com alguma regularidade, desde os 12, 13, 14, 15 anos, juntávamo-nos informalmente e havia muita gente que queria treinar (...). Isto não era uma coisa da associação, mas acho que tem alguma coisa a ver porque os primeiros dirigentes da associação saíram dali. Eu e os meus irmãos pertencíamos todos à equipa [de futebol] e mais umas 3 ou 4 pessoas que depois mais para a frente vieram a pertencer à associação. Não digo que tenha uma relação direta, mas de alguma forma é um trabalho de grupo e preparou-nos para mais tarde percebermos que era importante que houvesse uma equipa a trabalhar em conjunto e a fazer cedências quase permanentemente, para se poder ter um objetivo concreto e trabalhar em torno desse objetivo. (Duarte)*

A descrição do modo como se inicia o envolvimento associativo nos diferentes relatos permite realçar alguns traços gerais, de entre o conjunto das experiências:

- um ativismo precoce que começa em idade muito jovem, coincidindo com a fase da adolescência, tendo duas jovens ainda uma experiência prévia enquanto crianças que beneficiaram de atividades dinamizadas por estruturas associativas;
- a informalidade do contacto inicial, associada a uma vertente lúdica e de lazer, sendo que a maior parte das primeiríssimas experiências não se desenrolam em associações formalmente constituídas (sejam associações de imigrantes ou de descendentes ou outro tipo de organização cívica ou cultural);
- a existência de dois contextos importantes para o encetar do ativismo: o contexto escolar, como resultado do envolvimento dos jovens em atividades realizadas por iniciativa dos próprios estudantes, isoladamente ou em conjunto com os professores; o contexto do bairro como resposta a necessidades que afetam os seus moradores;
- o papel dos laços sociais de proximidade, ou seja, da rede de relações interpessoais, enquanto incentivo ao ativismo dos jovens, seja ao criarem condições para a dinamização de atividades no bairro de residência ou ao permitirem contacto com dinâmicas comunitárias em curso, seja porque funcionam como um recurso que é utilizado pelo jovem para a realização de atividades ou ainda porque constituem os destinatários dessa mesmas atividades;
- as experiências iniciais raramente se cingem a uma participação enquanto beneficiários das atividades específicas desenvolvidas pela iniciativa de outrem (por exemplo, uma associação); antes, implicam, na maioria dos casos, o envolvimento ativo e de forma regular dos jovens no seu planeamento e prossecução, sobressaindo ainda em alguns relatos que é o próprio jovem o principal agente promotor da iniciativa.

Parece-nos que estas características proporcionam, desde já, indícios que nos ajudarão a compreender de que modo as trajetórias associativas dos/das participantes na pesquisa se desenrolaram com a estabilidade e a regularidade que lhes permitiram percorrer um caminho de mais de 10 anos, tendo em conta que o primeiro contacto com o associativismo se deu em idades muito jovens, se desenvolveu até à idade adulta e se mantém no momento atual.

## 1.2. ...ao desenhar de uma trajetória

*É de facto como uma bola de neve porque tu comesças a participar em determinadas coisas que te permitem aceder a muitas outras e que, por sua vez, te levam a outras. (Susana)*

Esta frase sintetiza muito claramente de que modo é que uma primeira experiência associativa, independentemente do nível de formalidade ou informalidade que se lhe aplique, permite ir ao encontro de novas oportunidades, ou que novas oportunidades vão ao encontro dos jovens.

Assim, se a participação numa atividade promovida por uma associação é considerada vantajosa e interessante, o gosto que os jovens daí retiram funciona como estímulo para aderirem a outros programas e eventos. De modo recíproco, se a associação beneficiar com a participação do/a jovem e se considerar o seu perfil adequado para outras atividades ou para projetos específicos, “alguém” lhe endereça novos convites, situação que pode subseqüentemente conduzir ao seu envolvimento regular e permanente, numa vertente de voluntariado ou para assumir funções remuneradas na instituição. A acumulação de experiências e de saldos positivos na relação que se vai construindo entre o sujeito ativista e a instituição que o acolhe pode inclusive concretizar-se na assunção de responsabilidades de direção.

Os quatro relatos que adiante se apresentam exemplificam este tipo de trajetória, contemplando vários momentos de um percurso associativo que se inicia por uma curiosidade em participar em atividades específicas; desenvolve-se para uma participação voluntária que envolve a dinamização de projetos; daí evolui, progressivamente, para uma responsabilização em atividades fundamentais da associação, em funções que passam a ser remuneradas em três dos quatro casos; culminando no exercício efetivo de cargos de direção.

No primeiro relato, sobressai o incentivo, por parte de responsáveis da associação, em acolher propostas que possibilitem à jovem implementar e assegurar a continuidade de atividades pertinentes para a intervenção associativa. Por outro lado, é de realçar o efeito que a vivência de várias experiências, em momentos diferentes, exerceu sobre a jovem no sentido de proporcionar o florescimento de “ideias de fazer coisas” e, ao mesmo tempo, estimular a vontade de fazer algo semelhante ao que vira outros jovens fazer, de modo também voluntário e com propósitos solidários.

*(...) houve um primeiro intercâmbio para a Bélgica e foi metade do grupo [de jovens onde já estava envolvida] (...). Uma das coisas dos intercâmbios era que tu ias participar, tinhas uma contribuição financeira, mas também tinhas uma contribuição cívica e de alguma forma tinhas de melhorar o teu bairro ou dar apoio numa atividade que a associação fizesse, tinhas de ter uma contribuição cívica. A minha contribuição cívica foi no apoio escolar porque eu era boa aluna (...). [Mais tarde fomos à] Holanda e conhecemos outra associação lá, tinham grafittis, um miniestúdio, uma míni-discoteca, uma dinâmica muito diferente da nossa e muito mais à frente e nós quando chegámos vínhamos todos cheios de ideias de fazer coisas, fomos nós que os acolhemos em casa, organizámos o espaço, uma coisa muito mais participativa em termos de trabalho e isto tudo acabou por nos envolver mais um bocado. Na mesma altura veio uma rapariga fazer o Serviço Voluntário Europeu (...) e aquilo despertou-me, porque foi alguém que saiu do país dela e veio para cá fazer um trabalho associativo, praticamente gratuito, e fez-me pensar por que é que vinham pessoas assim? E eu achei que era interessante, porque se o outro vinha de longe, por que é que eu não podia continuar com o apoio escolar? Até porque era uma coisa de que eu gostava. E então foi neste sentido que eu comecei a embrenhar-me mais na associação, trabalhava muito mais com os jovens (...).*

*No 2.º ano da faculdade comecei a fazer voluntariado na documentação e foi isto que me fez também crescer aqui um bocadinho na associação. (...) tive de criar um projeto, (...) consegui pelo IPJ porque era uma jovem que estava a fazer qualquer coisa. (...)*

*Eu acabei por ser contratada para substituir uma baixa que seria de 4 meses mas que passou a 5 e acabei por ficar e uma das coisas que eles me disseram foi que era para substituir uma baixa, mas se houvesse algum projeto em que eu mostrasse interesse ou que (...) achasse que era uma coisa motivadora, a associação funciona assim e então foi aí que eu acabei por ficar nestas atividades. (...)*

*Quando entrei para a direção lembro-me que quando me convidaram eu olhei e disse “Bom, espero que vocês não se dececionem” (...). Entrei como suplente de um membro da direção (...) mas como suplente nem percebia bem o que tinha de fazer, pensava que ia lá de vez em quando e pronto e logo no 1.º ano esse membro desistiu, houve uma reestruturação e eu de repente saltei para a direção sem saber como. E comecei a perceber o que é que era a associação (...). (Rita)*

O próximo relato difere um pouco do da Rita porque não existe uma oportunidade em aberto para o jovem apresentar iniciativas de ações a desenvolver. No entanto, a experiência na atividade inicial suscita o gosto pelas tarefas desempenhadas e a sua integração em projetos já em curso no terreno permite-lhe tomar conhecimento com uma área de intervenção social que lhe agrada, fazendo nascer um interesse cada vez maior neste tipo de ação. Tanto é assim que será o seu bom desempenho nas tarefas que lhe são atribuídas e o seu empenhamento na vida da associação, em geral, que estão na base de sucessivos convites para assumir a responsabilidade de novas funções e, posteriormente, para fazer parte da direção.

*Depois dessa formação fui um dos jovens selecionados que fizeram a formação para fazer o levantamento junto dos diferentes bairros (...). Fiz esse trabalho sensivelmente durante dois meses. Depois houve uma altura em que optei por deixar de o fazer, porque estava a fazê-lo durante o dia e estava a prejudicar-me os estudos (...). E foi aí que surgiu o convite da associação, porque uma vez que eu ia deixar de exercer essa atividade poderia continuar ligado à associação mas fazendo voluntariado, fazendo parte do grupo de voluntários da associação. E aí é que começa o associativismo propriamente dito e depois a partir daí surgem várias oportunidades.*

*Fiz-me sócio, em 1997 fiz o curso de formação de voluntários (...). E aí comecei a gostar da área em si e do trabalho de voluntariado (...).*

*Quando iniciei o grupo de voluntários, alguns meses depois fui convidado por um membro da direção para fazer parte de um projeto europeu (...). Comecei a fazer esse trabalho e na altura havia uma vaga para o secretariado do projeto e foi onde eu comecei a trabalhar, meses depois surgiu uma vaga para a coordenação e com base no desempenho que tinha tido fui convidado para fazer parte da coordenação do projeto enquanto coordenador. Algum tempo depois houve eleições e como passava muito tempo na associação e dedicava também muito tempo a outras causas que não tinham diretamente a ver só com o meu projeto mas com a atividade da associação, convidaram-me para fazer parte da lista que foi eleita e acabei por fazer dois mandatos na direção. Ainda antes de me convidarem para integrar o projeto europeu fui selecionado para participar numa conferência sobre educação de pares na Holanda (...). Era a primeira vez que viajava em trabalho sozinho (...) e correu tudo bem, e também gostei, e a partir daí começam a surgir outras coisas dentro da mesma linha, envolvendo-te mais. (Miguel)*



O relato do Miguel refere ainda um aspeto que será confirmado ao longo da análise do conjunto das trajetórias associativas: é situação muito frequente uma primeira experiência bem sucedida dar origem a outras e proporcionar novos contactos e oportunidades de envolvimento em ações e projetos diferentes, consoante o trabalho da associação se vai intensificando ou diversificando. Tal não acontece apenas nos casos em que a participação se processa no âmbito de uma associação, mas também como resultado do êxito de ações que os jovens tiveram a iniciativa de desenvolver.

A experiência de Leonor confirma esta transição entre um envolvimento voluntário em atividades associativas e o convite a prosseguir o ativismo, ao qual está subjacente a aprovação do trabalho da jovem, bem como das suas qualidades para assumir funções de maior responsabilidade.

*Entretanto já existia a associação de moradores e havia uma continuidade entre as duas, mas eu não participava nessa, até porque não havia grandes atividades. Não havia sede e as pessoas também tinham dificuldades em ter tempo disponível. Eu vim a envolver-me só em 1999, já passados uns bons anos [a participar na associação da Paróquia, como voluntária no apoio escolar], porque me convidaram para ingressar. O convite partiu da associação de moradores, que se estava a reformular. Convidaram-me para formar uma lista. A associação estava um bocado desativada e queria-se retomar a intervenção e também passar as atividades que a outra associação vinha fazendo para a responsabilidade da associação de moradores, capacitando-a para continuar o trabalho. E a partir desse momento é que começámos a fazer esse trabalho com maior regularidade, fizemos o pedido para ter a sede, a pouco e pouco a outra associação foi passando determinadas atividades e espaços que tinha aqui no bairro para responsabilidade da associação e foi assim que se começou a formar-se um trabalho mais constante, tinha aí uns 17, 18 anos, estava no secundário. (Leonor)*

Um aspeto que nos parece relevante e comum às três histórias é o interesse por parte de responsáveis das associações em “não perder” os jovens. Dito de outro modo, sobressai uma recetividade empenhada em envolver os jovens, que iniciaram o seu contacto de forma voluntária, em atividades que consigam conciliar com a sua ocupação de estudante ou em buscar alternativas que permitam a contratação remunerada como meio de assegurar uma colaboração permanente e proveitosa para ambas as partes. Esta estratégia por parte das diferentes organizações é sinal da atenção que os seus responsáveis demonstraram perante jovens que manifestam um perfil e qualidades importantes para o trabalho associativo.

Os relatos da Rita e da Leonor fazem ainda realçar um ponto importante para perceber as suas trajetórias: enquanto crianças beneficiaram das atividades de associações que já intervinham nos seus bairros de residência, sendo essa experiência prévia que estimula as jovens a terem uma participação ativa assim que passam à fase da adolescência, ou seja, de beneficiárias e grupo alvo da intervenção associativa, assumem um papel de voluntárias na dinamização de atividades para outras crianças e jovens.

A trajetória seguinte assemelha-se às anteriores, mas difere no que respeita o momento da adesão. No caso da Paula, o início do voluntariado coincide com as primeiras atividades desenvolvidas num contexto informal e que fomentam a constituição da associação, etapa em que ela própria é também interveniente principal.

*Depois quando surgiu outra hipótese de precisarem de uma pessoa, como eu estava do início como voluntária, a (...) deu-me essa oportunidade, disse-me que viu que desde que eu estava lá que tinha muitas capacidades e tinha jeito e chamou-me. Então desde aquele momento que tenho estado a trabalhar aqui na associação. Comecei em 1991 até agora. (...) Trabalhava de dia e à noite ia para as aulas, eu nessa altura já trabalhava com um contrato normal, já não era voluntariado. (...) posso dizer que nesta casa já fiz um pouco de tudo! (...) Estou a trabalhar neste momento como auxiliar (...).*

*Além deste cargo na creche faço parte da direção, desde o início! (...) Porque na altura quando começou a associação, quando abrimos a outra casa, tínhamos de ter um registo nas finanças e depois começámos a escolher o nome, fomos nós, eu e aquelas duas amigas minhas e os vizinhos que tinham a casa com os livros. Já estive na assembleia-geral, no conselho fiscal, agora faço parte da direção. (Paula)*

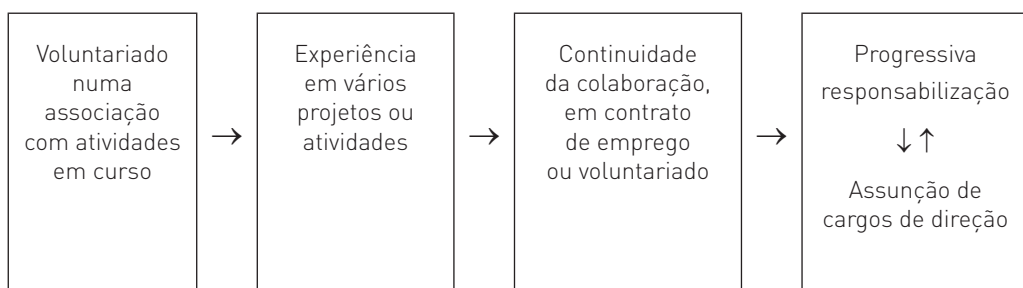
Estes quatro relatos confirmam a importância da variável “recrutamento” que Verba, Schlozman e Brady (1995) identificaram no seu modelo de análise da participação cívica. Com efeito, não basta existir a vontade de participar, é necessário que haja outras condições que tornem essa participação possível, sendo que a formulação de um convite por parte de alguém que já está inserido numa organização é o fator que pode marcar a diferença que medeia entre a simples existência de uma vontade e a participação efetiva (*op. cit.*: 273). Segundo estes autores, o recrutamento pode ser uma estratégia de autoseleção das organizações, pois proporciona o envolvimento de pessoas cujas capacidades ou competências são avaliadas como positivas e vantajosas para o trabalho que nelas se realiza. Os “recrutados” tornam-se, assim, recursos humanos que permitem o reforço ou uma melhoria da intervenção.

Em complemento, é de evidenciar a existência de características pessoais que justificam o recrutamento destes jovens para projetos das associações, sob a forma de oferta de emprego em três das situações. Relembre-se que as características pessoais são, também, um fator essencial dos modelos de análise do processo de participação, tanto o desenvolvido por Verba e outros autores (1995), como a proposta de Triandafyllidou e Vogel (2005; Vogel 2006).

As semelhanças entre os percursos de Miguel e Paula dão forma a uma trajetória que se desenrola em torno dos seguintes momentos e experiências no meio associativo (adiante designada por trajetória 'A', vd. Figura 3):

- colaboração voluntária em atividades desenvolvidas por iniciativa de uma associação (legalmente constituída ou ainda numa fase de estrutura informal);
- envolvimento progressivo em outras atividades que se desenrolam na mesma estrutura associativa;
- evolução da forma de participação, que deixa de assumir um caráter de voluntariado, em sentido estrito, passando para uma situação contratual profissional;
- assunção progressiva de responsabilidades profissionais, que conduzem à integração dos jovens em corpos diretivos, conciliando funções de desempenho técnico em projetos ou áreas de intervenção da organização e funções de gestão ao nível institucional.

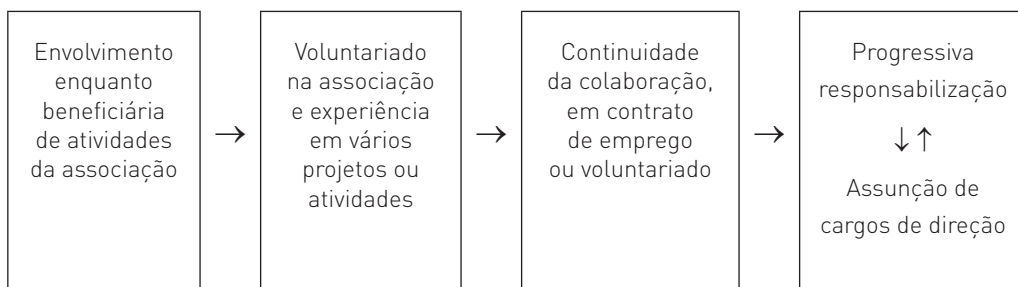
**Figura 3 - Síntese da trajetória 'A'**



Pela particularidade das experiências da Leonor e da Rita como beneficiárias de atividades associativas, que antecederam o seu ativismo em regime de voluntariado nessas mesmas associações, e considerando que este aspeto é um fator significativo

na tomada de decisão de participarem ativamente nesse meio, justifica-se que as suas trajetórias sejam apresentadas de modo distinto das trajetórias do Miguel e da Paula. Por outro lado, na medida em que excetuando este aspeto os seus percursos são idênticos, a sua trajetória pode definir-se como uma “variante” da trajetória ‘A’ (vd. Figura 4).

**Figura 4 - Síntese da trajetória ‘A.a’**



A trajetória associativa de Cátia decorre, igualmente, ao longo de várias etapas comuns ao padrão da trajetória ‘A’. No entanto, a dado momento, toma um sentido totalmente divergente dos anteriores, o que justifica a sua análise de forma autónoma.

De modo idêntico às experiências de Leonor, Miguel, Paula e Rita, a sua experiência inicia-se em idade bastante jovem numa associação que desenvolvia atividades no bairro de residência, dirigidas nomeadamente às crianças e aos jovens que nele habitam. É aí que começa a participar no grupo de danças africanas que representa a associação em eventos públicos, mas sem se limitar a essa atividade, colaborando, também de forma voluntária, em ações de limpeza do bairro, por exemplo. Ao mesmo tempo, adere a outras oportunidades que vão surgindo esporadicamente, de que constitui exemplo um curso de formação na área da saúde desenvolvido por outra associação. As suas experiências acompanham, à medida que ela própria vai crescendo, a evolução da intervenção associativa no bairro.

*A associação teve um crescimento muito bom, ao nível de atividades em que a associação participava em conjunto com a Câmara, passámos de um grupo de dança para mais grupos, não só de raparigas mas também de rapazes, também de danças tradicionais angolanas, chegou-se a criar grupos ligados ao teatro, chegou-se a fazer campanhas em conjunto com a Câmara para limpeza do bairro, porque sendo um bairro degradado não tínhamos estruturas sanitárias, fazíamos estas campanhas duas a três vezes por ano. Eu participa-*

*va na dança, também nestas campanhas, era membro mas não fazendo parte dos corpos da associação. E havia muitos jovens, quando havia a limpeza do bairro nós fazíamos as coisas porque eram coisas que tinham de ser feitas e com a própria comunidade. (...) isto foi um processo gradual e depois não havia só esta associação, nasceu uma outra ligada à saúde e fez projetos de saúde comunitária no bairro, com os jovens do bairro, com música, dança, vídeos (...). Eu fui a estas ações. (...)*

*Mas tinha muito tempo ocupado com atividades associativas, embora também tivesse sempre tempo para brincar com os meus amigos e assim. Tínhamos que ensaiar, preparar as coreografias, preparar as saídas quando íamos para fora, tínhamos que nos ir preparando, era uma atividade da associação. (Cátia)*

No entanto, se o seu percurso se poderia desenvolver em concordância com os anteriores, pois o seu interesse e a sua participação em várias atividades poderiam indicar uma progressiva “formalização” no sentido de assumir mais responsabilidades e, eventualmente, passar a fazer parte da direção, tal não acontece.

A passagem à fase da adolescência traz um sentimento de desadaptação à principal atividade – o grupo de dança – e faz surgir novos interesses – a música *rap* e, sobretudo, a necessidade de desenvolver atividades específicas para os jovens que não tinham espaço na associação que já tinha uma intervenção no terreno. Este interesse em ter um espaço para debater questões que afetam particularmente a juventude – “ligados às coisas dos jovens” – é um aspeto significativo que torna esta trajetória singular, embora mantendo semelhanças com os traços próprios dos percursos anteriores.

*“Mas entretanto houve uma altura em que eu acabei por sair porque tinha outras prioridades (...). Foi muito interessante mas depois chega uma altura em que tu, como adolescente, as tuas prioridades mudam (...). Eu acabei por me interessar pela música. Nós tínhamos um grupo de rap no bairro, que não era da associação, e a dança passou para 2.º plano. (...)”*

*O trabalho social e comunitário no bairro foi crescendo de uma maneira diferente, passou a haver não só a associação mas também outras instituições e também a Câmara. Quando nós pensámos em formar a associação de jovens era porque a associação que já existia era para o bairro todo, e nós sentíamos que havia atividades que nós queríamos fazer específicas para os jovens, tipo dança, jogos de futebol, torneios, debates, mas ligados às coisas dos jovens,*

*e era numa altura em que nós sentíamos alguma tensão, acho que em todo o Portugal se sentia alguma tensão a nível racial e queríamos debater estas coisas (...).*

*Nós começámos por fazer na associação algumas atividades lúdicas e desportivas, a organizar concertos, eventos de teatro, passagens de modelos, festas com bancas de pratos tradicionais, e tivemos muito boa aceitação. Quando formámos a associação tivemos o apoio que o IPJ dá sempre quando tu formas uma associação juvenil, ficámos com o registo do RNAJ. (Cátia)*

Na base da iniciativa de criar uma associação juvenil está a necessidade de realizarem ações de forma autónoma e independentes das prioridades de intervenção das associações das gerações mais velhas, aspeto que é observado em estudos exploratórios sobre associativismo de descendentes de imigrantes em Portugal (Albuquerque 2000; Resende 1996). Este facto é ilustrado pelo relato de Nelson cuja representação das associações de imigrantes é a de inatividade mas que, num segundo olhar, as avalia como tendo objetivos distintos dos interesses dos jovens.

*A ideia que eu tinha das associações, embora não tivesse muita experiência, era de que não faziam “puto”... depois, mais tarde vim a perceber que eram pessoas muito mais velhas, que tinham uma lógica completamente diferente da nossa. (Nelson)*

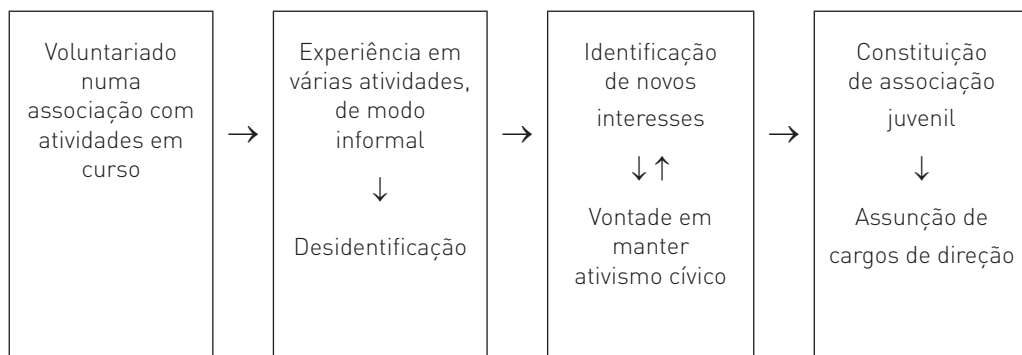
A partir da constituição da associação juvenil, a trajetória de Cátia orienta-se para o desempenho de funções diversificadas, encaminhando-se num sentido idêntico às experiências associativas daqueles que reforçaram o seu envolvimento em associações mais antigas. E, numa tendência que é semelhante à trajetória ‘A’ e ao padrão que adiante apresentamos como trajetória ‘B’, observa-se que o trabalho associativo lhe dá acesso a novos contactos, lhe permite conhecer outras instituições e outras pessoas que se vêm a revelar importantes no desenrolar do seu percurso.

*Eu comecei a participar em redes internacionais ainda na associação. Quando fazíamos o trabalho informal ainda no bairro antigo conheci [uma pessoa] de outra associação de jovens. Acabei por participar num projeto que tinham ligado às mulheres no bairro e comecei a adquirir informações sobre a associação (...), também ligada à Women From Minorities [WFM]. O trabalho dessa associação já era de outra dimensão, a tal dimensão que eu queria que a minha associação tivesse. E através dela lembro-me de ouvir falar noutros projetos e seminários internacionais e que qualquer pessoa se podia candidatar.*

*A minha história com a WFM até foi bastante interessante porque quando comecei, em 2002, a participar de modo informal... a minha história começa sempre com participação informal... comecei então a participar em conferências e seminários da WFM e fui convidada, (...), para ser membro e eu disse que depois ia ver porque tudo para mim tem de ser bem pensado e tenho de ver primeiro quais são os projetos que tenho na minha vida relacionados com o trabalho que quero fazer (...). E fui adiando a minha inscrição efetiva na WFM, mas sempre participando, e as pessoas perguntavam-se se eu era membro ou não e houve então uma altura que eu decidi de fazer a minha inscrição e pagar a quota. Isto foi há 2 anos. E para mim foi um passo importante que dei.*  
(Cátia)

A adesão à *Women From Minorities* é um “passo importante” na medida em que permite realizar o seu interesse de desenvolver um trabalho associativo que não se restrinja ao âmbito lúdico-cultural e, pelo contrário, seja mais dirigido a questões cívicas, tendo subjacente preocupações face a problemas dos jovens negros de origem africana. A expressão desta vontade interliga-se, por sua vez, com um processo de consciencialização e de reflexão sobre a sua identidade, enquanto mulher, enquanto jovem e enquanto negra, e sobre o seu papel enquanto cidadã com essas pertenças múltiplas e experiências variadas (tema que se desenvolve no ponto 1.3.).

**Figura 5 - Síntese da trajetória ‘A.b’**



A Figura 5 sintetiza esta trajetória singular, mas pode dizer-se que ela transita entre experiências que a unem à trajetória ‘A’ e, em simultâneo, a convergência num aspeto fundamental com os casos a seguir apresentados: a decisão de constituir uma associação de jovens, assumindo uma postura ativa nesse processo.

Uma trajetória distinta das anteriores se revela a partir da análise dos percursos dos jovens cujos primeiros contactos com o associativismo tiveram origem nas suas próprias iniciativas, e não na sequência da participação em atividades enquadradas numa estrutura associativa. Embora as circunstâncias de cada percurso se interliguem com razões e motivos diferenciados (apresentados com detalhe no ponto 1.3.), destaca-se o facto de estes jovens terem em comum a vontade de fazer algo e a capacidade de concretização das atividades que tomaram em mãos. Tanto as vontades expressas, como as capacidades que demonstram, são os fatores que justificam, em grande parte, o desenhar de uma trajetória que se inicia por um ativismo informal e os conduz, posteriormente, à decisão de criarem associações, cumprindo as normas legais necessárias à sua constituição.

Por um lado, o sucesso das ações implementadas pode promover a confiança de que se é capaz de levar a bom termo as ações que idealizaram, tendo em conta que os jovens tomaram a iniciativa de as desenvolver sem terem qualquer experiência prévia e sem o enquadramento que uma associação já constituída poderia dar, seja em termos de ajuda financeira ou através da colaboração de pessoas com experiência organizativa. Os êxitos assim obtidos podem alimentar a ideia de constituir uma associação para prosseguir objetivos idênticos mas com outras condições, situação que é ilustrada no relato seguinte.

*Depois nós começámos a receber dinheiro pelos espetáculos e tínhamos a necessidade de começar a gerir um pouco mais as coisas e foi quando esperámos um bocado e quando fizemos 18 anos fundámos a associação, em 1996. (...)*

*Esta 1ª direção era de pessoas muito muito novas, de 18 anos, e foi quando começámos a fazer as primeiras ações (...). A nossa 1ª instituição com a qual trabalhámos mais estreitamente foi o IPJ local e o trabalho que fazíamos na altura, ainda não tínhamos uma sede, era, através da dança e da cultura africana, fazer pequenos workshops nas escolas, continuávamos a fazer espetáculos, fazíamos workshops apenas para explicar o que era a cultura africana, convidávamos professores para falar, quer dizer era uma coisa ainda muito pequena mas extremamente incisiva porque preencheu exatamente uma lacuna muito grande naquela zona. (...) Houve uma muito boa recetividade. (...) Quando começámos a receber convites do IPJ, foi quando me convidaram a participar em seminários internacionais de âmbito juvenil europeu, onde comecei a fazer os primeiros cursos de associativismo a nível europeu, como funcionam os programas de juventude, quais são os objetivos, como imple-*



*mentá-los nas cidades e comecei a trabalhar mais nessa área (...). [Daí], para além do trabalho com as escolas e estes workshops, estas pequenas coisas, começámos a fazer intercâmbios juvenis. (Susana)*

O “efeito de bola de neve” mencionado no excerto com que abrimos este ponto não se verifica apenas por via do desenrolar de uma cadeia sequencial de acontecimentos que leva à intensificação do ativismo, patente nas trajetórias que designámos por ‘A’ (vd. Figura 3, 4 e 5). O que a história da Susana vem sublinhar é o número de possibilidades que se abrem após a realização de atividades bem-sucedidas, surgindo, no seu caso pessoal e no da associação de que faz parte, oportunidades para participar em iniciativas de outras instituições e de desenvolver parcerias (aspeto também aflo-rado no relato de Cátia). Esta evolução permite solidificar o trabalho da associação, que é concomitante com o assumir de mais responsabilidades na gestão do conjunto da estrutura.

A decisão de criar uma associação na continuidade de experiências de ativismo in-formal vividas em idade muito jovem está também patente nos dois casos seguintes.

O primeiro relato faz sobressair, além deste aspeto, a existência de uma vontade bem vincada em prosseguir determinados objetivos: é a jovem que toma a iniciativa de encetar os contactos que a levam a conhecer diferentes tipos de associação, sendo o primeiro junto da associação de estudantes da escola secundária, e que embora nem sempre resultem em experiências bem-sucedidas não fazem esmorecer a motivação de prosseguir o ativismo cívico.

*Voltei ao movimento associativo... não sei se posso dizer assim... porque fiz tra-balho voluntário com crianças em algumas associações. Eram os campos de férias patrocinados pelo Instituto Português da Juventude, havia associações que concorriam e eu trabalhava como voluntária. Trabalhei para duas, em duas zonas diferentes aqui do concelho. Os tempos livres eram feitos numa escola e as crianças que participavam eram de vários bairros. Fiz isso durante 3 ou 4 anos, depois parei e comecei a trabalhar (...).*

*Voltei a ingressar no movimento associativo quando terminei a faculdade, porque fiz estágio numa associação africana (...). Fiz lá o estágio mas se bem que o título deles dizia que era uma associação lusófona para os Africanos, aquilo não tinha nada a ver, não tinha qualquer elo de ligação, aquilo era uma associação de fazer dinheiro, basicamente. (...) então aquilo desiludiu-me e parei.*

*Passado uns tempos, tendo em conta as ideias que eu tinha de trabalhar com a comunidade africana, sobretudo na área da História, no campo cultural e no campo da consciencialização dos Africanos cá em Portugal, encontrei-me com um amigo da minha irmã, que era um rapper, foi ela que nos pôs em contacto, e ele falou-me das ideias dele.*

*Foi sempre por iniciativa minha. (Mafalda)*

Não existindo *a priori* um projeto pessoal de vir a fundar uma associação, essa opção é tomada pela influência de amigos que aderem também à ideia. Mas importa voltar a salientar que é a jovem que toma a iniciativa de ir à procura de pessoas com as quais pudesse vir a encontrar afinidades que lhes permitissem concretizar objetivos comuns, em conjunto.

*Um outro amigo nosso disse que talvez a melhor forma de seguirmos em frente fosse criar uma associação. Então criámos a Associação com o objetivo de fazermos esses projetos, eu na área da História e da cultura da comunidade africana e ele na área mais ligada ao hip-hop, ao rap, para dinamizar a comunidade juvenil.*

*(...) depois da ideia pensámos logo em fazer uma coisa formal. Primeiro porque esse meu amigo já estava muito mais ligado ao movimento associativo e sabia como pedir os apoios por parte do Estado, só que eu não concordava muito com essa questão, eu dizia “Olha nós não sabemos se vai dar certo, por isso é melhor criarmos um grupo informal de jovens, fazemos alguns projetos e depois vamos vendo no que dá.” Ele dizia “Não, não, vamos criar uma associação, tem que ser tudo formal porque é mais fácil conseguir apoios do Estado.” Então a partir daí começámos a trabalhar nos estatutos, nos nossos objetivos, para criar a associação. (Mafalda)*

O percurso associativo de Nelson assemelha-se ao de Mafalda na medida em que na sua origem está a motivação pessoal de realizar atividades de natureza informal e envolvendo os amigos. Embora a ideia de formar uma associação seja lançada por um dos elementos do círculo de amigos, não existia essa intenção no momento em que o jovem inicia a dinamização de atividades. Tendo em conta que enquanto grupo juvenil informal houve estabelecimento de contactos com instituições que intervêm na zona para obter apoio logístico na prossecução das suas ações, provavelmente continuaria a realizar atividades sem perder a informalidade inicial. Por outro lado, o grupo encetou esforços para procurar informação sobre os processos exigidos

dos para constituir legalmente uma associação. Todavia, foi um fator externo que funcionou como impulso da mudança de estatuto do grupo. A proposta de parceria num projeto não só exigia a formalização da associação como proporcionou os meios para efetivar o processo, uma vez que é a mediadora que passa a trabalhar com o grupo que possui os conhecimentos que agilizam esse processo.

Assim, ao contrário do caso de Mafalda, em que a associação nasce por uma tomada de decisão do próprio grupo, o relato de Nelson apresenta a constituição da associação como resultado de estímulos externos ao grupo de jovens, nomeadamente a oportunidade de serem parceiros num projeto estatal a ser implementado no bairro onde residiam. Essa oportunidade iria permitir desenvolver um trabalho que os próprios entendiam que devia passar por eles porquanto lhes dizia diretamente respeito. Embora naquele momento não pudessem avaliar as suas consequências, o certo é que a aceitação de um papel de participantes ativos teria como efeito imediato poderem exercer algum controlo no desenvolvimento das atividades que supostamente lhes seriam direcionadas. Este aspeto converge com o relato de Susana exposto mais atrás na medida em que também aí existiu um incentivo externo ao grupo informal de jovens para concretizar o passo de constituir uma associação.

*E então chegou uma altura em que o (...) disse “ nós devíamos era formar uma associação”. Nós naquela altura não sabíamos muito bem o que era isso... uma associação?! Isso devia ser uma cena muita difícil! Isto foi em 1999/2000. Entretanto começámos a mexer-nos e conseguimos que o presidente da Junta da altura nos desse um espaço para a gente reunir e começámos a fazer reuniões maiores, e além de reuniões começámos a fazer outras cenas: ensaios de rap... porque a nossa associação é muito influenciada por pessoal do rap, a maioria dos que estavam na fundação ou eram rappers ou consumidores de rap. Era o pessoal que tinha mais consciência ou que estava mais interessado. E fazíamos essas cenas, mas às duas por três o (...) voltou àquela que nós tínhamos era de fazer uma associação.*

*Então fomos ao gabinete que a Câmara Municipal tem para apoiar o associativismo para saber que papéis eram precisos para formar uma associação e eles deram-nos toda a informação, fomos também à net, ao IPJ, andámos a correr tudo... naquela altura tínhamos muita força! (...) Nesse processo aparece o Escolhas, quando ainda éramos um grupo informal, sem estarmos legalizados. Aparece o decreto-lei do Programa Escolhas a explicar que tinham de intervir em “x” bairros e o nosso era um deles. (...)*

*Então a equipa do Escolhas veio cá e fizemos uma reunião. (...) mas andámos ali uns meses a negociar, já não me lembro bem quanto tempo foi... (...)*

*Então conhecemos a (...), a mediadora que o Escolhas pôs aqui (...). (...) é esta mediadora, que tem grande experiência no movimento associativo, que ajuda a nossa mediadora a legalizar a associação. Isto foi em 2003. (...)*

*Ninguém queria ser presidente... mas tínhamos de dar um nome por causa da assinatura e prontos ficou o (...), mas a direção era o pessoal que bulia.  
(Nelson)*

Esta experiência mostra também que não existe à-vontade em assumir o cargo de presidente, talvez por ser uma figura que é associada a um maior formalismo com o qual os jovens não se identificam, ou por implicar maior protagonismo individual. Como se pode constatar pelo relato, esse protagonismo fica diluído pelo modo como o grupo designa os membros da direção, que coincide com as pessoas que trabalham na dinamização das atividades. Observa-se situação idêntica na associação constituída pela Mafalda.

*A associação é formal, em termos de burocracia e esse blá blá blá todo, quer dizer menos na questão do presidente e da eleição que é “Ficas tu e ficas tu” e é só para aquilo ficar presente no papel, mas no resto ela funciona de modo completamente informal (Mafalda)*

Também Leonor expressa o seu pouco à-vontade em ser presidente, definindo essa situação na sua trajetória associativa como uma força das circunstâncias e não como uma meta intencional ou desejada.

*Acabei por estar à frente no cargo em que estou talvez por falta de opção, mas senti-me sempre uma pessoa mais de servir do que de estar à frente a fazer os discursos, isso não, não gosto dessas coisas! Não me sinto à-vontade estando exposta mas tenho consciência que tenho de o fazer, portanto faço-o porque tenho de o fazer, no papel em que estou não me posso livrar, digamos.  
(Leonor)*

No relato seguinte, a vontade de participar surge novamente em destaque, desta vez na resolução de problemas muito concretos que afetam o bairro onde o jovem reside. A expressão dessa vontade assume uma significância tal que não é necessário “pensar duas vezes” quando se coloca a hipótese de constituir formalmente uma associação. É a identificação de uma necessidade e a consequente participação

na etapa de criar uma associação que faz com que este percurso se assemelhe aos anteriores, não obstante as circunstâncias que rodeiam o contexto da decisão serem muito diferentes.

Este relato ilustra um aspeto já mencionado anteriormente e que consiste na intersecção da trajetória pessoal com o contexto mais vasto do percurso evolutivo do associativismo, seja porque se participou nas primeiras ações desenvolvidas no contexto das associações<sup>61</sup>, seja porque, neste caso, o próprio jovem teve um papel decisivo na sua constituição. Este papel é, aliás, fruto do acompanhamento direto de situações e de problemas que marcaram a “pré-história” da associação que veio a nascer, problemas esses que foram a razão fundamental para esta se ter vindo a constituir formalmente. O excerto do relato que se transcreve exemplifica o processo de organização dos moradores de um bairro com vista à resolução de necessidades coletivas que foi comum a outros locais e que esteve na génese de várias associações.

*No bairro (...) não havia água nem luz. (...) Quando nós começámos a construção da conduta foi porque se chegou à conclusão que aquela situação não era viável porque o bairro já tinha umas 60 casas. E foi aí que se originou a constituição da 1ª comissão de moradores. Chegaram à conclusão que o chafariz era muito longe e convenceram a Junta de Freguesia a colocar um chafariz mais perto do bairro (...). Então formaram uma comissão de moradores para gerir o contador, que era coletivo, eu tinha aí uns 15 anos.*

*Depois do processo burocrático do contrato estar feito foi então que começámos a cavar a estrada para meter o tubo em que depois ia ser canalizada a água para cada casa (...).*

*A coisa até estava a correr bem, acho eu, até determinadas pessoas se aperceberem da falta de participação, porque entretanto a pessoa que deu o nome ficou responsável de quase tudo, a comissão deixou de funcionar, só ficou aquela pessoa que tinha dado o nome mais uma ou duas, e tinham acesso às faturas, ao dinheiro que recebiam e nem tudo era bem claro. (...) Isso gerou confusão porque havia discussão entre as pessoas e o presidente da Junta na altura (...) disse-me que o caminho seria nós formarmos uma associação e que aí haveria possibilidade de colocar o contador em nome da associação e não haver uma pessoa diretamente relacionada, mas um conjunto de pessoas que*

61. Cf. relatos de Leonor, Paula e Rita expostos no ponto 1.1.

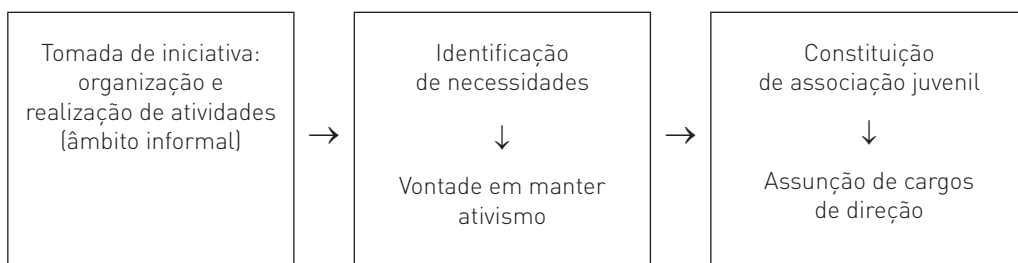
*tinham de se responsabilizar para que as coisas andassem para a frente e a própria instituição. E, pronto, eu não pensei duas vezes!* (Duarte)

Nestas quatro histórias sobressai, de novo, a influência que as características pessoais desempenham nas trajetórias de participação associativa, sendo de sublinhar traços psicológicos relacionados com a autoconfiança, a capacidade de iniciativa e a perseverança, também observados em estudos sobre ativismo cívico de imigrantes (Brown *et al.* 2007; Kosic 2007, 2008; Wu, Wang 2007).

As semelhanças entre os percursos de Susana, Mafalda, Nelson e Duarte dão forma a uma trajetória que designamos por trajetória 'B' (vd. Figura 6) e que reflete os seguintes momentos e experiências:

- tomada de decisão de desenvolver iniciativas sem enquadramento associativo ou institucional formal;
- interesse em prosseguir o ativismo, resultado da identificação de necessidades, que se reflete na procura de novas experiências ou na continuidade da participação em grupos informais;
- tomada de decisão de constituir uma associação, respondendo a necessidades concretas, o que conduz ao assumir de cargos de direção (em três dos quatro casos essa função é a presidência, pelo facto de se ter assumido uma postura ativa e fundamental em todo o processo de constituição legal da associação).

**Figura 6 - Síntese da trajetória 'B'**



Uma outra trajetória alinhada à trajetória 'B' é a da Sara. A sua história associativa começa, igualmente, de modo muito informal, sendo uma forma de responder a uma necessidade muito concreta e pontual que se lhe colocou num dado momento (angariar dinheiro para uma viagem de finalistas). O sucesso dessa primeira experiência e

os laços de amizade que subsistiram entre o grupo promotor dessa atividade suscitaram o interesse em desenvolver novas ações.

*Entretanto o 9.º ano acabou e aquela escola era preparatória e cada um foi para o seu lugar... (...) mas ficaram estes laços e começámos a organizar-nos fora da escola e então constituímos uma associação que era a “Associação de Jovens do Kapa”. Reuníamo-nos na casa de uma das pessoas e qual era o objetivo? o objetivo era fazer trabalho de apoio à comunidade, eventos... (...), fazíamos um café concerto mas não era só o fazer, o tocar, tinha que estar associado a qualquer coisa (...) por exemplo, queríamos fazer recolha de roupa, então as pessoas iam ver o espetáculo e levavam uma peça de roupa. Depois participámos na semana da juventude. (...)*

*Foi assim que foi acontecendo, pelo menos durante um ano e meio, dois anos. Só que... também tem a ver com a minha história de vida familiar, os meus pais são de Moçambique, vieram para Portugal na altura da descolonização, sentia um bocado no discurso uma mágoa, o ter que vir para um país e começar tudo do zero, com uma criança no colo, o dormir no aeroporto e ter que ir para o forte de Peniche, um percurso..., e pronto, as questões da imigração sempre tiveram... sempre foram uma preocupação, sempre foi uma coisa que tive muito sensível e que tem que ver com estas histórias todas, não é?, desde os avós aos pais e por aí adiante... E este ano e meio foi muito giro mas depois já... para mim... comecei a sentir outras necessidades... (Sara)*

É o “começar a sentir outras necessidades” e a sua conjugação com a vontade de manter uma intervenção cívica, onde sobressai a ligação à vivência familiar da imigração, que funcionam como impulso para a jovem estar atenta a outras oportunidades que possam ir ao encontro desse sentimento. Ao contrário dos casos anteriores, em que os jovens criam as “suas” associações, neste caso a oportunidade de prosseguir os seus objetivos chega com o convite de um membro de uma associação que já operava num bairro próximo do seu local de residência.

Importa chamar a atenção para o significado que esta associação assume na sua trajetória uma vez que a faz perceber que “é mesmo isto!”, por se tratar de uma associação cuja prioridade é o trabalho social num bairro onde a população é maioritariamente imigrante de origem africana. Com efeito, este convite corresponde plenamente à sua vontade de fazer “trabalho de apoio à comunidade”, que já vinha das experiências anteriores, e às suas “outras necessidades” resultantes da história de imigração da família.

*Então, em 1998, em março, a associação de jovens fez um evento no campo da bola, no mês da juventude, e eu conhecia duas pessoas que moravam aqui no bairro (...), pessoas que já vinham do outro grupo da comissão de finalistas, já me conheciam, eles convidaram amigos, e foram para esse evento. (...) No final, o Duarte veio ter comigo, eu não o conhecia (...): “Ah, temos que (...) ver aí uma coisa!...” e eu “Ah, ‘tá bem, ‘tá bem, depois a gente fala, e assim...”, mas ficou, ficou...*

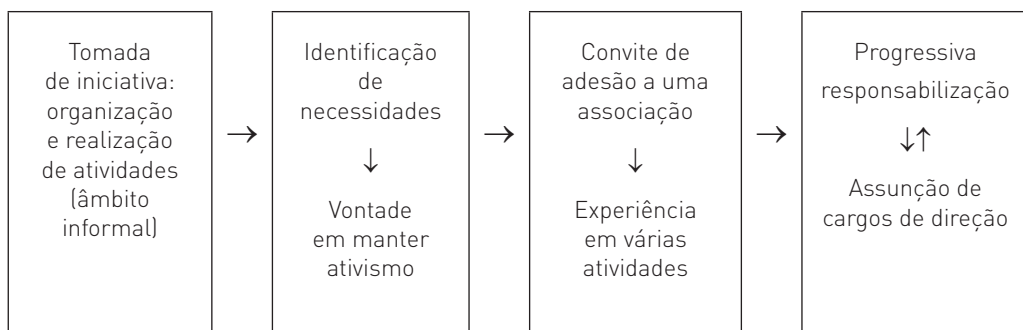
*Mas, pronto, fizemos esse evento em 1998, em março, houve essa abordagem, ficou-me no ouvido, (...) entretanto vim cá (...), um bocado numa de ir ver o que era, o que faziam (...). Tudo ainda muito em bruto, não é? Mas achei que era isto! Disse “Espera lá! Acho que é isto! porque aqui têm muita matéria-prima para se trabalhar!” Então comecei a vir com mais frequência para participar (...) o pessoal queria era sair, ir para a rua, fazer umas coisas! Lembro-me que foi um bocado esse trabalho de pesquisa, de procurar o que se podia fazer...*

*(...) Comecei depois a colaborar efetivamente e mais no terreno com explicações. (...) O facto de eu vir com mais regularidade, já tem a ver com a minha formação, que ia aumentando, o facto de ser uma pessoa muito autodidata, de procurar, comecei a ter um outro papel aqui dentro, se bem que eu sempre gostei muito de estar no terreno, estar com as pessoas, a fazer juntamente com elas. Mas tendo em conta que já era uma associação constituída, que já tinha regras, alguns formalismos, eu também comecei a encabeçar algumas coisas. Quando entrei para os corpos da associação entrei como secretária (...) e depois (...) passei a vice-presidente da associação. (Sara)*

Com o início do voluntariado na associação, a trajetória da Sara desenrola-se de modo muito semelhante aos casos englobados na trajetória ‘B’, uma vez que rapidamente evolui para uma colaboração mais regular e intensa, em torno da organização de várias atividades, e culmina na assunção de um cargo diretivo. Mas tendo em conta que difere das outras situações pelo facto de neste caso não ter havido uma participação na constituição de uma associação de raiz, optou-se por identificar o seu percurso de modo autónomo (vd. Figura 7). Destaca-se aqui o facto de ter existido um convite para a adesão à associação, o qual se revestiu de uma importância fundamental, quer em termos objetivos, por oferecer uma oportunidade a alguém que andava em busca dela, mas também por o trabalho que lhe é permitido realizar convergir com o sentimento que a liga às questões da imigração, que “sempre foram uma preocupação” e que sempre foram algo que viveu de modo “muito sensível”.



Figura 7 - Síntese da trajetória 'B.a'



Não explorando neste ponto as motivações e as razões que conduzem à participação associativa (vd. ponto 1.3., adiante), colocamos todavia a hipótese de várias das trajetórias apresentadas poderem expressar disposições que emergem a partir de uma identificação com a história da imigração vivida no seio da família e de sentimentos de pertença às culturas africanas, onde se enraízam as origens familiares.

Em síntese, relembra-se que as trajetórias associativas de descendentes de imigrantes aqui retratadas se iniciaram na juventude, antes da maioridade, em grande parte fruto da informalidade subjacente às redes de convivialidade dos seus espaços de residência e às sociabilidades juvenis. Em dois casos houve uma experiência prévia ao voluntariado das jovens, enquanto crianças beneficiárias da intervenção associativa.

A proposta de análise das trajetórias 'A' e 'B' e suas variantes teve em conta dois critérios fundamentais, que constituíram a base da distinção entre elas:

- grau de formalidade ou informalidade do envolvimento inicial, contemplando situações em que o ativismo se enquadrou num espaço associativo com intervenção em curso e outras em que teve origem em iniciativas dos jovens num contexto informal;
- sentido da trajetória, considerando que a evolução do ativismo se traduziu no reforço progressivo da participação na associação na qual se iniciou a experiência ou na constituição de raiz de uma associação, na forma de associação juvenil ou de associação de imigrantes e descendentes.

Estes critérios refletem uma interligação dos aspetos aí considerados. Verificou-se que quando o envolvimento inicial se processa no quadro de uma estrutura que

já intervêm no terreno, a trajetória associativa tende a alicerçar-se no progressivo empenhamento do/a jovem, que culmina na assunção de cargos de direção nessa estrutura. Em contrapartida, quando o ativismo nasce da realização de atividades por iniciativa do/a jovem, o resultado é a formalização desse trabalho em torno da constituição de uma associação, destinada a suprir as necessidades por eles identificadas ou sentidas.

A análise de como as diferentes trajetórias foram evoluindo realça que à curiosidade inicial e ao prazer que emerge das experiências a que os jovens vão tendo acesso, se vão conjugando condições que tornam possível manter um ativismo de forma regular. Estas condições podem ser intrínsecas e pessoais, porque dizem respeito a necessidades particulares que procuram satisfazer, ou externas, designadamente a existência de um convite que permite transformar uma situação de voluntariado num contrato de emprego na associação onde se desenvolve uma colaboração regular, ou que leva à constituição de uma lista para a direção. É da interação entre fatores de natureza mais individual e mais estrutural que se vão desenhando as trajetórias associativas ao longo da adolescência e até à idade adulta, resultando em experiências de significativa continuidade e permanência.

Os relatos dos/as jovens permitem identificar diferentes momentos temporais para o início das experiências de ativismo, consoante o ano de nascimento e as dinâmicas existentes no seu meio social. Para os que nascem na década de 1970 ou poucos anos antes, o contacto inicial é feito em meados dos anos 1980, quando eram crianças ou adolescentes e beneficiaram das atividades desenvolvidas por associações, se envolveram em dinâmicas em curso na escola ou se dedicaram à realização de iniciativas próprias. Para os que nasceram mais próximo de 1980, é em meados de 1990 que têm início as experiências de voluntariado ou de dinamização de atividades entre os jovens com quem se relacionam, marco temporal que coincide com a entrada na adolescência.

De destacar que todos/todas assumem funções de direção em idade bastante jovem, na sua maioria quando têm entre 20 a 25 anos e em quatro casos entre os 17 e os 19 anos. É um aspeto que merece particular atenção pela responsabilidade e pelos conhecimentos que a gestão de uma organização implica e que os/as jovens tomaram em mãos sem formação prévia específica para essas funções. Será um tema analisado com mais detalhe quando nos debruçarmos sobre as aprendizagens significativas na experiência associativa, pois realça-se que a participação neste tipo de estrutura é uma aprendizagem que se faz fazendo, isto é, um trabalho em construção (um “*work in progress*”, na terminologia artística).

Atualmente<sup>62</sup>, mantém-se, em todos os casos, o ativismo numa associação formalmente constituída<sup>63</sup>, na qual articulam funções de organização e implementação de atividades com funções de gestão institucional, resultantes de cargos diretivos, designadamente da presidência.

### 1.3. Razões e motivações

A análise transversal das trajetórias associativas traçada no ponto anterior permitiu revelar uma pluralidade de motivos ou de interesses, subjacentes aos diferentes modos como os jovens aderiram a associações, bem como às suas escolhas face às oportunidades que foram surgindo e tendo em conta o rumo que pretendiam dar às experiências que foram sendo adquiridas.

Esta abordagem ao conjunto das histórias de vida leva-nos a constatar que o ativismo, que assume uma regularidade e uma durabilidade bastante significativas em todos os casos, não decorre de uma estratégia concebida *a priori* pelo/pela jovem. A iniciativa de se envolver numa determinada atividade tanto pode resultar de uma curiosidade em experimentar uma oportunidade que surge no seu quotidiano, de um desejo pessoal de satisfazer uma necessidade à primeira vista pontual, ou da proximidade com atividades em curso no bairro de residência.

O sentimento de gratificação pessoal de tomar parte em algo de motivante e o gosto pela experiência vivida, que se manifestam após os primeiros contactos com atividades em curso, podem ser fatores que se associam à curiosidade inicial de realizar uma determinada ação ou participar num evento e que vão incentivar a continuidade da participação. Por outro lado, estes aspetos interligam-se com fatores não controlados pelos indivíduos, ou seja, que não decorrem de decisões estritamente individuais. São disso exemplo o estímulo da mãe, que envolve os filhos nas atividades que organiza ou os apoia na concretização da ideia de fazer algo; ou ainda o facto de

62. Após a conclusão da pesquisa empírica e durante a fase de análise dos resultados e de escrita da tese, houve o cuidado de confirmar se essa situação se ia mantendo ou se sofreu alterações. De qualquer modo, esta afirmação corresponde à data de conclusão da redação do trabalho, i.e., setembro de 2007.

63. Conforme exposto no ponto 2.2.1. do Capítulo II, um dos jovens saiu da associação onde iniciou a sua colaboração como voluntário e onde assumiu dois mandatos da direção, prosseguindo o seu ativismo numa organização não-governamental nacional, e uma jovem desistiu da associação juvenil que ajudou a fundar, tendo aderido a uma organização não-governamental internacional.

existirem oportunidades para participar em atividades dirigidas à juventude, como resultado da dinâmica associativa que já se desenrola no local de residência.

No caminho que cada sujeito vai percorrendo combinam-se, portanto, fatores mais pessoais, porque percecionados ou sentidos individualmente, e fatores “objetivamente” externos aos jovens, que influenciam positivamente o seu envolvimento. Assim, para compreender as condições que influenciaram as trajetórias de ativismo associativo, poderia traçar-se uma distinção, ainda que meramente analítica, entre as *motivações*, entendidas como a dimensão mais subjetiva do processo de decisão, e as *razões*, entendidas como elementos do contexto social onde o jovem está inserido e que interferem na sua decisão individual.

Relembre-se que a interligação entre aspetos mais pessoais e condições exteriores ao indivíduo está presente no modelo de participação cívica de Verba, Schlozman e Brady (1995), na medida em que se orienta em torno de duas ordens de fatores: a motivação e a capacidade. Se o primeiro aspeto essencial para um indivíduo se envolver em algo é a sua vontade, torna-se necessário que a essa vontade se associem condições que possibilitem a respetiva concretização<sup>64</sup>.

Esta análise converge com várias das trajetórias apresentadas no ponto anterior, que permitiram observar uma influência recíproca entre:

- motivações subjetivas, pressupondo uma forte identificação com as atividades, por vezes conjugada com uma postura ativa e interveniente que leva à tomada de iniciativas;
- condições que objetivamente criam oportunidades para uma participação regular, por exemplo a oferta de uma ocupação remunerada, ainda que temporária;
- e ainda a ocorrência de convites dirigidos aos jovens para prosseguirem a sua colaboração, por iniciativa de elementos com grande responsabilidade nas associações, e que decorrem tanto das capacidades demonstradas pelos jovens como pelo facto de se adequarem às necessidades próprias das organizações.

64. “A citizen must want to be active. (...) However, the choice to take part in a particular way is a constrained one. (...) those who wish to take part also need the resources that provide the wherewithal to participate” (Verba et al. 1995: 39) (Cf. 1.3., Parte III).

Os relatos seguintes ilustram a interligação entre motivação e capacidade para concretizar esse desejo. Expressam também como o útil se junta ao agradável, ou seja, de como uma conceção mais utilitarista da ação se coaduna com interesses da ordem do simbólico (ou vice-versa).

O primeiro relato expressa um elevado valor atribuído às atividades que se tomam em mãos pelo facto de a jovem não ter tido acesso às oportunidades que, agora, eram tornadas possíveis às crianças. Daqui sobressai uma forte carga afetiva sintetizada pela frase “aquela atividade mexia muito comigo”. Mas esta afinidade não é suficiente para permitir uma continuidade, sendo a vaga de emprego, ainda que temporária, a condição que vem tornar possível o prolongamento da sua colaboração. Como se viu no ponto anterior, a sua permanência no associativismo desde idade jovem até hoje é assegurada por este fator fundamental: a possibilidade de ter um emprego.

*Eu comecei a fazer isso porque... já tinha uma filha, fui mãe muito cedo, com 17 anos, porque eu na minha juventude... posso dizer que não tive muita juventude porque deixei de estudar cedo para tomar conta dos meus irmãos para os meus pais irem trabalhar, então estava em casa e aquela atividade mexia muito comigo e quando surgiu essa oportunidade, mesmo voluntariamente, eu quis ir. Quando conseguimos aquele espaço, fizemos um programa (...) para dar oportunidades aos jovens, era o 1.º emprego e tínhamos uma pequena bolsa. Estive durante um ano nesse projeto e fazíamos atividades com os miúdos, íamos com eles à praia, fazíamos as atividades normais de um ATL [atelier de tempos livres]. No ano seguinte tive de sair porque não podia renovar o meu contrato, tinha de ser outro jovem. E com muita pena minha tive de sair. (Paula)*

No relato seguinte, a possibilidade de ter um emprego é a razão principal que motivou o jovem a tomar a iniciativa de contactar a associação, com vista a colaborar num projeto em curso, muito embora esteja latente no seu percurso o valor da solidariedade e o gosto pela intervenção social (cf. relato no ponto 1.2.).

*Estava a estudar na altura, estava a acabar o secundário, e pareceu-me em primeiro lugar uma oportunidade de formação mas também uma possível oportunidade de emprego. A formação era com o objetivo de depois trabalhar nessa área, porque era o anunciado pelo projeto, ou seja era uma oportunidade de iniciar já uma atividade profissional, e pela área também em si, apesar de não ter tido uma forte ligação à área da saúde antes dessa situação. Nessa altura sabia que ia acabar o 12.º porque já estava próximo dessa fase mas por*

*outro lado não tinha perspetivas do que seguir em termos de estudos superiores, sabia que o queria fazer mas não sabia quando nem o quê. (Miguel)*

A situação apresentada a seguir é ilustrativa da importância da oportunidade de exercer uma atividade profissional na associação como forma de conseguir manter a sua colaboração voluntária. O emprego não é o fator que despoleta o ativismo neste caso; o fator decisivo é a sua muito forte motivação em trabalhar naquela área, que a leva a empenhar-se em manter o voluntariado não obstante ter um emprego noutra instituição. A sua identificação com os objetivos e os valores da associação é tão significativa que o facto de ter de enfrentar a sobrecarga horária e o cansaço diário nunca a levaram a colocar a hipótese de desistir. A sua preocupação reside, aliás, no facto de não “estar a dar o rendimento” que gostaria de obter.

É neste contexto que ela própria toma a iniciativa de tentar criar uma oportunidade de emprego na associação, mediante a candidatura a financiamento de um projeto onde ela pudesse vir a assumir uma função remunerada, assegurando, em simultâneo, as tarefas que voluntariamente já vinha a desempenhar, nomeadamente as inerentes ao cargo diretivo que ocupava.

*Eu estava [a trabalhar] numa instituição em que aquilo tinha de ser... aquilo foi uma aprendizagem para mim, porque eu tinha de estar com aquele sorriso, com aquela diplomacia toda... (...) Isso foi muito importante, foram enriquecimentos que eu tive. (...) Terminei porque foi muito bom mas depois eu comecei a sentir outras necessidades. Eu não tinha hipótese, se não me surgisse outra oportunidade eu tinha que me manter. Já tinha acabado o curso, queria fazer outras coisas, precisava de ser remunerada, ia-me manter. (...) Estava a ser muito complicado! Estava a sentir-me cansada! E achava que já não estava a dar o rendimento que eu gostaria de estar a dar aqui porque acabava por não conseguir fazer mais nada. Porque o que eu gosto é de estar aqui, no terreno. E ali era muito institucional. (...)*

*Não pensei em desistir. O processo foi sempre ao contrário, pensar de que forma é que eu posso conseguir estar aqui, porque é isto! Todas as influências... os amigos, a família, toda a gente me dizia “Isso está a roubar-te imenso tempo” e não sei quê, até porque quando eu era voluntária toda a gente me dizia que eu era maluca! Mas o que é que tu ganhas com isso? E toda a gente me falava em questões financeiras e eu não estava a falar nisso, não é? Enquanto eu estava a estudar os meus pais financiavam-me, a partir do momento em que acabo também já não podia ser assim, mas nunca pus essa hipótese. Eu*

*sempre trabalhei de forma a que conseguisse vir para aqui, pronto, era realmente a minha intenção...* (Sara)

A relevância da situação profissional pode ser compreendida à luz das dificuldades enfrentadas pelos jovens em encontrar um leque apelativo de alternativas no mercado de trabalho, tal como referido pela Sara: “se não me surgisse outra oportunidade eu tinha que me manter”. Esta preocupação deve ser, aliás, considerada como a expressão de problemas intrínsecos à transição para a vida adulta, geralmente associada a uma fase de incerteza quanto ao rumo a seguir após atingir um nível de escolaridade considerado suficiente. Por outro lado, à medida que o jovem deixa a vida estudantil e inicia a busca de um emprego, só é possível manter o voluntariado associativo se também existir uma fonte de rendimentos que lhe permita construir uma autonomia financeira face à família, iniciando assim a sua “entrada na idade adulta”.

Tome-se nota que a variável “rendimentos” ocupa lugar de destaque em todas as análises da participação cívica a partir das quais orientámos a pesquisa (cf. Putnam 1993, 2000; Triandafyllidou e Vogel 2005; Verba *et al.* 1995; Vogel 2006). Nestes estudos, o rendimento surge muito associado ao estatuto socioeconómico, mas esta ligação não é importante na explicação do ativismo destes jovens. O elemento a reter nestes casos é a importância que o associativismo parece assumir no alargamento de oportunidades profissionais, constituindo uma fonte possível de rendimentos por via dos financiamentos atribuídos a projetos implementados pelas organizações. É esta oportunidade de emprego que explica o não-abandono da participação associativa e que está na génese da estabilidade e longevidade de várias das trajetórias.

Por sua vez, pode dizer-se que é pelo facto de existir esta estabilidade e a permanência de recursos humanos, que foram adquirindo experiência à medida do seu grau de envolvimento na vida da organização, que este tipo de estrutura consegue realizar uma intervenção com maior profissionalismo e com mais qualidade dos serviços prestados, tal como se observa na evolução do movimento associativo de imigrantes em Portugal.

Esta questão pode analisar-se numa outra perspetiva: a necessidade de assegurar um emprego nem sempre é compatível com a gestão do tempo exigido para o voluntariado. Com efeito, “ter ou não ter tempo” é um fator também salientado pelos autores já referidos acima. Putnam (2000: 189-202), por exemplo, explica o decréscimo da participação cívica pela sobrecarga de tarefas que afetam as famílias norte-americanas e que lhes retira tempo para atividades ligadas à comunidade. O tempo e os rendimentos constituem ainda variáveis da dimensão “recursos” contemplados nos outros dois modelos de análise da participação cívica.

Em suma, para que o ativismo juvenil não esmoreça com a entrada na idade adulta, esbarrando com a responsabilidade de assegurar uma autonomia financeira, e para que o indivíduo prossiga com alguma forma de participação, é fundamental que consiga gerir, na sua vida tanto como na sua experiência associativa, duas condições: tempo e dinheiro.

Mas lembre-se que o relato da Sara também aponta para outro fator muito influente: a motivação, ancorada numa forte identificação simbólica com o tipo de intervenção comunitária que a associação lhe permitia desenvolver.

A história seguinte sintetiza exemplarmente a interligação entre diferentes elementos: chama a atenção para o facto da variável tempo ser desvalorizada quando os recursos económicos permitem assumir gastos de forma autónoma e, assim, avançar mais rapidamente nas etapas subjacentes à legalização da associação; e sublinha que a motivação é o elemento-chave para ultrapassar eventuais dificuldades.

*Fizemos a escritura (...), era no intervalo do meu tempo, (...), porque era só eu mesmo que estava à procura daquilo, era eu que estava a investigar, as outras pessoas não estavam para aí viradas, na altura já era eu que estava responsável pela comissão e tinha uma ou duas pessoas junto de mim, mas eu, pronto, reparei que não podia contar muito com elas, pessoal mais velho, não tinham as mesmas preocupações... a mesma abertura de pensamento do que eu, eles eram mais fechados, (...) e se para mim havia uma via, ou aliás indicaram-me uma via, que era mais trabalhosa mas que solucionava, ou pelo menos abria as portas para as soluções, eu segui essa via, (...) porque as outras pessoas não estavam para aí viradas. O meio delas, o meio que elas usavam, o meio social, o meio do trabalho, o meio cultural que usavam há 20 anos é exatamente o mesmo que usam neste momento. (...) eu acho que foi a minha capacidade de entender que tinha mesmo de fazer aquilo. Se calhar junto com essa vontade de andar para a frente e com essa abertura de já ter ido a sítios diferentes, não era um obstáculo para mim ir à procura de uma coisa que eu queria, mas havia obstáculos a nível do tempo, do dinheiro, eu tive que gastar este dinheiro todo do meu bolso, a comissão de moradores não tinha dinheiro, tinha era dívidas! (...)*

*Aquilo era para benefício de toda a gente, tanto meu, da minha família, porque vivíamos no bairro, tudo o que era benéfico para o bairro era benéfico para as pessoas. Eu estava a beneficiar a minha família ao mesmo tempo que estava a beneficiar todos os outros. (Duarte)*



O que este relato vem acrescentar é a expressão de uma motivação ancorada num “sentido cívico” de que o trabalho que se está a assumir, com grande esforço pessoal e bastante centralizado numa pessoa por falta de interesse de terceiros, traz benefícios a um coletivo e não apenas ao indivíduo que toma a iniciativa de o concretizar. Tal justifica que voltemos a sublinhar que as decisões de se envolver no meio associativo e de prolongar a sua participação dependem tanto de condições objetivas e mensuráveis (por exemplo, o tempo e o dinheiro), como de afinidades simbólicas com o trabalho que se faz, ou com as pessoas com quem se trabalha, ou ainda a quem o trabalho se dirige.

Estes aspetos estão patentes nos relatos de Mafalda, Nelson, Susana e Cátia, que fazem notar uma influência significativa de aspetos simbólicos associados a sentimentos de pertença à comunidade africana (africana e negra, como sublinhado por Nelson) e a identidades ancoradas nas origens culturais familiares. É a identificação à origem cultural que catalisa o ativismo e faz valorizar os seguintes aspetos:

- o trabalho que se faz, porque lhes permite (re)ligarem-se a uma “comunidade simbólica de pertença”;
- as pessoas com quem se trabalha – os amigos com quem partilham afinidades identitárias e experiências do quotidiano;
- e aquelas a quem o trabalho se dirige – aos próprios que as dinamizam, por ser uma busca de identidade, mas também ao público dos eventos realizados pela Susana e pela Cátia, que tomam contacto com as culturas africanas, ou aos grupos de amigos que Mafalda e Nelson envolvem nas suas ações.

Partindo da importância de fatores simbólicos, importa salientar que o primeiro relato constitui ainda um exemplo de como se faz a conciliação entre o interesse material de procura de uma fonte de rendimentos e a aproximação física e simbólica à comunidade africana, enquanto elemento identitário significativo para a jovem.

*O voluntariado nas colónias de férias, quando comecei foi porque na altura era difícil arranjar emprego, eu tinha aí uns 16 ou 17 anos, era difícil arranjar trabalho principalmente na época de férias e eu queria ir de férias, então tinha de ter dinheiro! Então candidatei-me, a primeira vez foi para o IPJ, foi um trabalho de uma semana e eu gostei! Então a partir daí comecei a fazer mais pedidos. Comecei a trabalhar... Como até entrar para a escola secundária eu tinha muito pouco contacto com a comunidade africana, principalmente com as crianças e a camada mais jovem, quando comecei a trabalhar nestes ATL*

*[ateliers de tempos livres] eu comecei a entrar em contacto com a realidade da comunidade africana em Portugal, comecei a interessar-me pelo tema e a partir daí comecei a desenvolver trabalhos com as crianças, principalmente. (...)*

*No bairro onde eu vivia não havia muita população africana, apesar deste concelho ter uma das maiores comunidades africanas de Portugal... ter não, é a maior comunidade africana de Portugal... eu vivia numa área afastada, quer dizer, tinha os bairros por perto mas a minha casa não ficava no bairro, então as escolas onde eu ia não tinham essa população africana. (Mafalda)*

O trabalho pessoal em torno da própria identidade, muito marcado pela ligação a África e pelo interesse em conhecer mais sobre o continente e as suas culturas, corresponde a motivações identitárias que também estão presentes nos relatos adiante apresentados.

No relato de Nelson sobre as origens do seu ativismo cívico transparece um processo de afirmação identitária em torno das origens africanas e negras, muito influenciado pela cultura *rap*. Esse processo identitário vai desenrolar-se numa busca de informação e de conhecimento sobre a história da diáspora africana, processo que o jovem toma em mãos mas que é construído em conjunto com o círculo de amigos. A história da diáspora africana está também associada aos movimentos de emancipação e de lutas pelos direitos civis da “comunidade negra”, sendo um objetivo do grupo dinamizado pelo jovem a consciencialização sobre a “sua” história comum.

*Nós aqui no bairro não tínhamos nada onde os jovens pudessem estar e o nosso objetivo inicial era criar um espaço. Ao mesmo tempo começámos a ganhar muitas influências do movimento afro-americano, muitas influências mesmo, e começámos a perceber que tínhamos de criar um espaço, um espaço físico e temporal, onde nos encontrássemos. (...)*

*Nós queríamos politizar o pessoal (...) nós começámos com as conversas e muitas das nossas cenas eram à volta disso, era sessões temáticas, era ação direta nalgumas situações, queríamos fazer as nossas coisas... Mas quando não éramos associação fazíamos tudo o que queríamos, no momento em que passámos a ser associação passámos a ter uma série de responsabilidades para com outras instituições, com os nossos parceiros (...) [que] eram completamente avessos à nossa posição em relação ao movimento black, que era a nossa cena inicial, que depois vai passar para o movimento black de jovens, hoje em dia é isso que a gente defende e que estamos a tentar fazer. (Nelson)*

Sendo estas ações realizadas no espaço da intimidade da casa e envolvendo os laços sociais mais próximos, revelam como o processo de definição identitária tem um caráter simultaneamente pessoal e social. A mesma interligação entre a experiência pessoal e a do grupo está presente no relato seguinte.

*... nós achávamos que era interessante haver uma coisa que nos identificasse, que nos distinguisse de facto dos outros, a ideia era mesmo essa porque tínhamos um aspeto diferente da maioria e era um bocado para a nossa própria identificação, não é?, porque os nossos pais são Africanos e nós não conhecemos nada de África (...). E começou a partir daí, sempre com uma grande ajuda e um grande apoio da minha mãe. Começámos nestas pequenas atividades. De facto, no meu caso, por todas as atividades serem pioneiras tiveram muito sucesso. Como não havia nenhum outro grupo de dança africana naquela zona, nós éramos convidados para muitos espetáculos, e não apenas nesta cidade, mas também pelo Alentejo e pelo Norte e andámos sempre dum lado para o outro. Foi uma fase muito gira a andarmos a fazer espetáculos de dança africana. Claro que havia uns mais talentosos que outros... O apoio era dado pela minha mãe mas entretanto apareceram mais mulheres, na altura Moçambicanas que começaram a ajudar, havia umas senhoras que faziam a roupa, a minha mãe tinha mais jeito para a coreografia, mas a partir daí eram as nossas mães que nos ajudavam. (Susana)*

O caso da Susana aponta, por outro lado, para uma influência recíproca entre a vontade individual de aproximação à cultura africana e o incentivo prestado pelo apoio das mães na organização das atividades, bem como a procura dos “serviços” do grupo, que irá posteriormente funcionar como catalisador da constituição legal de uma associação juvenil (voltaremos a este tópico adiante).

O caso seguinte resulta da já referida influência familiar, por via da história de ativismo da mãe, mas não sendo este o fator que explica, isoladamente, a adesão ao associativismo. A essa decisão está também subjacente uma motivação identitária, que por sua vez se cruza com a vontade de fazer parte de toda a dinâmica associativa em curso no bairro, iniciada pela geração dos pais.

*Eu, inicialmente, participava no grupo de dança, tínhamos jovens São-Tomenses, Angolanas, Cabo-verdianas, Guineenses (...). Este grupo representava a própria associação. (...) Por um lado tínhamos as danças tradicionais africanas, mas com uma vertente mais comercial, e depois havia as ditas danças tradicionais. Esse grupo era mesmo de danças tradicionais de São Tomé e*

*foi onde a minha irmã e o meu irmão mais novo acabaram por participar. Foi uma experiência bastante enriquecedora para nós porque como jovens que estavam ligados à associação não era somente irmos, tínhamos os ensaios, a preparação para as saídas, as representações que fazíamos em nome do bairro ou das associação, era todo o mundo associativo que se passava lá e que nós vivenciávamos, fosse as festas, por exemplo fazíamos a celebração dos dias das independências, Cabo Verde, Angola, São Tomé, Moçambique e por aí fora, fosse na comemoração do dia de África, fosse nos debates que faziam e que os moradores tinham porque queriam mudar a situação do bairro.*  
(Cátia)

Num outro sentido, a motivação principal para encetar a participação em atividades associativas pode resultar de uma simples necessidade de divertimento e de conhecer outros jovens ou de conviver com os amigos. As experiências de Rita e de Leonor assemelham-se na medida em que o seu contacto com o associativismo é feito através da adesão a atividades desenvolvidas por associações nos seus bairros de residência. Como refere Leonor, o envolvimento faz-se “naturalmente”, tendo em conta a existência de um “espaço aberto à comunidade”. É de destacar ainda nestas duas situações que esse desejo “natural” de conviver entre jovens só é possível pelas oportunidades que as associações que já intervêm no bairro oferecem, sob a forma de modos de ocupação do tempo livre ou de apoio escolar, atividades que teriam efeitos positivos no percurso de socialização de crianças e jovens, sendo por isso consentidos e autorizados pelos pais.

No caso da Rita, o envolvimento na associação funciona como uma forma de contornar o controlo familiar e assim aceder a sociabilidades juvenis. Em simultâneo, permite a aquisição de uma formação, fator que é valorizado pelos pais e razão do seu consentimento para que as filhas passem mais tempo fora do lar, num bairro onde a violência está presente.

*Aquilo era uma boa maneira de conhecer miúdos, era isso que eu achava muito giro e então fazia tudo para ir (...) era tudo pessoas aqui do bairro e era engraçado. Eu morava... aqui é chamada a zona calma, há poucos cafés aqui e nessa altura só havia um e tínhamos pouco contacto com o pessoal da outra parte, então era uma maneira de conhecer melhor o bairro, foi com a associação que eu comecei a conhecer melhor o bairro, com os peddy-papers que fazíamos... e também era a questão da formação, do corte e costura, para os pais era mais a questão da formação e para nós era o conhecimento... eu nasci mesmo no bairro mas o contacto direto com o bairro foi só nessa altura, antes*

*nós íamos visitar algum vizinho ou assim mas nunca íamos lá em cima porque essa zona era um descabro, faziam muita confusão e havia umas facadas de vez em quando.* (Rita)

Na experiência de Leonor, o fator atrativo do envolvimento traduz-se na possibilidade de usufruir de serviços que iriam beneficiar o percurso escolar, justificando que a população jovem do bairro adira às atividades, nomeadamente a própria e todos os irmãos. Mas evidencia-se neste relato um pormenor que fará a diferença na trajetória da jovem: apesar de reconhecer que o envolvimento inicial se explica com base numa vontade de “ir com a maré”, é a única a prosseguir com o ativismo, o que nos faz suspeitar que outros fatores se irão conjugar a esta experiência inicial e funcionar como estímulo à continuidade da participação.

*O meu envolvimento inicial foi feito naturalmente porque era um espaço aberto à comunidade, toda a gente sabia e conhecia da parte dos voluntários que participavam, e até certo ponto era uma ajuda para aumentar o nível de escolaridade. Na altura eu não tinha muita consciência porque, enfim, eu ia com a maré, não é?, eu era boa aluna mas gostava do ambiente porque iam os amigos todos e eu também queria ir. Os meus irmãos também participaram todos. Mas em termos de associação fui a única que prosseguiu, embora a minha irmã também tenha feito trabalho de voluntariado depois no apoio escolar, o meu irmão quando é estas coisas das obras também está aqui envolvido, a minha mãe também, mas sou eu que participo mais a tempo inteiro.* (Leonor)

Dos relatos de Rita e Leonor sobressai a valorização de um aspeto sublinhado anteriormente pela Cátia: a vontade em estarem envolvidas na dinâmica comunitária dos bairros onde residiam. Daqui decorre um outro aspeto significativo para a análise do ativismo: o papel que as associações locais podem desempenhar como estruturas que ao acolherem crianças e jovens podem proporcionar experiências embrionárias de participação cívica.

Como vimos no ponto anterior, as trajetórias associativas evoluem à medida que o/a jovem vai colaborando em mais atividades e assumindo maiores responsabilidades, em resultado do gosto que demonstra nas atividades que desenvolve, de em determinado momento assumir uma função remunerada na associação ou assegurar funções diretivas. Se no início do percurso podem pesar fatores mais subjetivos – como a curiosidade, o gosto, a vontade de conhecer pessoas – as condições que parecem efetivar e reforçar a sua participação são a responsabilização em cargos de direção

ou ter acesso a uma profissão por via do envolvimento num projeto em curso. Enfim, várias das histórias revelam que existe uma conjugação entre recursos materiais (tempo e dinheiro) e psicológicos (características pessoais, motivação) na explicação de uma trajetória associativa duradoura, que pode nascer de algo tão espontâneo ou “natural” (nas palavras de Leonor) como é o interesse em conhecer pessoas na juventude, até à concretização de um projeto cívico na idade adulta.

A partir deste conjunto de relatos é possível identificar uma diversidade de motivações que pode estar na base do estímulo sentido pelo/a jovem para dar os primeiros passos no associativismo, assim sintetizadas:

- afinidades simbólicas e afetivas face às atividades às quais se adere como beneficiário/a ou nas quais se colabora, numa tradução direta e simples do gosto por atividades educativas, culturais ou recreativas;
- necessidade ou desejo de expressar-se em termos identitários, em ligação com as raízes culturais africanas;
- acesso a formação e/ou oportunidade de emprego, conjugando gostos pessoais e processos de transição para a vida adulta;
- oportunidade de conhecer pessoas e conviver, podendo interligar-se com laços de amizade, familiares ou comunitários, com forte peso das sociabilidades juvenis;
- resolução de problemas concretos que afetam o indivíduo ou o bairro onde reside, aliando o interesse individual a um sentido cívico de contribuir para o bem-estar coletivo.

Note-se que cada um dos motivos enunciados se cruza com outro(s), concorrendo em simultâneo para a tomada de decisão. A adesão a atividades recreativas, por exemplo, pode resultar do gosto pelas atividades em si, ao mesmo tempo que vai ao encontro da necessidade de expressar a identidade cultural africana e que permite enriquecer as formas de convívio social e de lazer. Paralelamente, as mesmas atividades podem desempenhar um papel importante na promoção de bem-estar social, considerando a ausência de equipamentos culturais institucionais nos locais de residência dos jovens, funcionando este aspeto como incentivo para o jovem se envolver em ações que procuram responder a necessidades sentidas pela sua comunidade de vizinhança e não apenas por si próprio, isoladamente. Enfim, o indivíduo não decide “fora” do seu contexto, sendo a partir da ligação entre as motivações do “eu” e as oportunidades e características do meio onde está inserido socialmente que decorrem diferentes for-

mas de participar nesse mesmo espaço. Como foi já referido, a trajetória associativa desenrola-se a partir da conjugação de motivações subjetivas com condições “objetivas” exteriores aos sujeitos que, por sua vez, reforçam a sua motivação.

Além das motivações e razões que sustentaram os primeiros momentos das experiências associativas, é de indagar se novos motivos e condições emergem à medida que cada sujeito vai fazendo o seu percurso. Faz, portanto, sentido explorar alguns aspetos afluídos na descrição da evolução das trajetórias e que consiste em compreender de que modo a participação associativa iniciada informalmente atinge uma permanência e uma longevidade tão significativas; de como partindo de um certo voluntarismo juvenil evolui para formas de voluntariado em idade adulta, ainda que, em algumas situações, o voluntariado se exerça mais ao nível das funções diretivas pois existe também um vínculo contratual formal.

Os dois relatos seguintes podem esclarecer como a participação se processa naturalmente, no sentido de não ser questionada nem resultar de uma estratégia intencional, ao entretecer-se em relações de amizade e daí emergir prazer no que se faz, ou por permitir o acesso a “experiências únicas” que não seriam possíveis fora desse contexto. Em ambos os casos, se salienta a informalidade de um trabalho que é quase uma forma de lazer:

*Nós facilmente nos organizávamos, um grupo restrito, não é? Mas... porque éramos amigos, fazíamos tudo, quer dizer, queríamos estar com os amigos e estávamos com os amigos e paralelamente também fazíamos o trabalho... quer dizer, aquilo era tão dissimulado que nós nem nos apercebíamos! Aquilo não era um trabalho, nós estávamos ali e as coisas aconteciam! Era muito assim! Isso também era motivador porque nós achávamos... bem, vou ter com os meus amigos, vamos estar na galhofa e na conversa e dali... saíam dali ideias que nós às vezes nem tínhamos a noção do que é que aquilo estava a gerar e estava a ser um catalisador mesmo para outras coisas. (Sara)*

*Comecei a trabalhar na coordenação dum projeto europeu, tinha de fazer o trabalho de intervenção em si e também de fazer os planos de atividades, os relatórios, ajudar nos relatórios de contas e uma das partes mais interessantes era participar nas conferências e formações lá fora. Porque ainda hoje acho que viajar é daquelas coisas únicas, então quando somos novos, na altura quando comecei a fazer esse trabalho tinha 19 anos, e começamos a viajar, a conhecer a Europa de uma forma tão rápida, a conhecer sítios tão diferentes, a conhecer pessoas tão diversificadas, tantas experiências, claro que gostamos,*

*não é? e ao mesmo tempo estamos a trabalhar, estamos a ser pagos para fazer um trabalho que nós gostamos e depois também desenvolve um gosto pelas línguas e pelas culturas, são experiências únicas. (Miguel)*

O relato seguinte também menciona este gosto pelo trabalho, sublinhando a força de motivações subjetivas no envolvimento físico e psicológico para com a associação, presente tanto no início da colaboração, como no momento presente. Subjacente à vontade de participar encontra-se um sentido cívico, uma preocupação social, um sentimento de bem-estar por realizar algo que é positivo para outrem, nomeadamente o grupo a quem a atividade se destina. É este objetivo de fazer o bem comum que reforça a motivação individual e permite uma identificação do projeto de vida pessoal com a missão da associação.

*Nós fazíamos esse trabalho com gosto, porque quando éramos mais pequeninas não tínhamos essas oportunidades que eles tinham, ter livros, brinquedos, essas coisas. Nós não tínhamos isso e como naquele momento surgiu a oportunidade de lhes darmos algo que não tivemos, fazíamos isso com gosto, com dedicação, porque era como se estivéssemos a dar para nós, aquela coisa de eles estarem a ler livros, de fazerem colónia de praia, de irem passear, isso para nós... nós vivíamos isso porque eram coisas que não tínhamos tido e que tínhamos a oportunidade de dar a outras crianças para não terem uma infância igual à nossa, para terem uma infância melhor. (...)*

*Isto é um projeto de vida que eu não penso largar tão cedo, não é? Aqui a associação envolve muito as pessoas, há um envolvimento, com um objetivo, e tentamos sempre chegar lá. (Paula)*

Leonor expressa uma idêntica convicção de valorizar o papel da associação na resolução de problemas que afetam a população residente no bairro, fator que justifica o seu empenhamento nesse trabalho e a sua não desistência, apesar dos momentos de desânimo que surgem nesse processo. É de sublinhar que, à semelhança do relato anterior, existe uma identificação do projeto de vida pessoal com a missão da associação. Parece-nos que essa afinidade resulta da avaliação positiva que a jovem faz sobre os resultados alcançados com o seu trabalho, enquanto ativista, e do trabalho coletivo da associação. A recompensa pela obra feita é, assim, a prova de que o seu esforço compensa.

*(...) o mais significativo acho que é perceber que depois de tanto trabalho e de muitas situações de desânimo as coisas continuam a avançar e que se*



*consegue ainda fazer coisas pelas pessoas cá do bairro, mostrar que há coisas boas no bairro, que há pessoas de valor... que é importante apostar nas pessoas e que as pessoas não são esquecidas! Porque era o sentimento que as pessoas tinham aqui no bairro, porque, enfim... havia uma expectativa de que as pessoas iriam ser realojadas, mas nunca houve uma intervenção no terreno, a não ser das ONG e das associações aqui presentes. (...) e ao fim destes anos todos, trabalhando com poucos meios durante tanto tempo, agora já com mais alguns meios, temos pessoas do bairro envolvidas no trabalho, começámos a mudar o rosto do bairro! Veremos ruas limpas, veremos espaços arranjados, irmos de encontro às necessidades das pessoas, e sentir que as pessoas são valorizadas! Isso é o mais importante! Conseguir que as pessoas sejam valorizadas e dizer "aqui há pessoas! Não é um bairro de refugiados, não é outro planeta! são pessoas que vivem neste espaço e querem viver dignamente!" (...)*

*É um trabalho com as pessoas do bairro mas também tem de ser articulado com as instituições, porque as pessoas estão aqui mas fazem parte do Município, fazem parte de uma Freguesia (...). E o nosso papel é tentar lembrar isso! E fazer a ponte entre as pessoas e as instituições. (...) Ao mesmo tempo que é alertar as pessoas para os seus deveres e direitos é fazer a articulação com as entidades naquilo em que elas também têm responsabilidade. (...) Nesse aspeto é realmente importante o papel da associação. (Leonor)*

O empenhamento em tentar resolver problemas que não afetam o sujeito diretamente, mas que o instigam a manter-se ativo, encontram-se relacionados com a adaptação da própria associação à realidade circundante, como forma de atender a necessidades sentidas no bairro onde está localizada e que se perspetivam como facilitadoras da integração dos imigrantes.

*A associação, também para preencher a lacuna daquele bairro social, porque entretanto tivemos as instalações, tínhamos um bom espaço, e a preocupação que nós tínhamos agora, uma direção um pouco mais velha porque saíram alguns dos jovens e entraram os pais, curiosamente... e então começámos a preocupar-nos com outro tipo de questões, como: para onde vão as crianças?, que respostas dá este bairro aos filhos dos imigrantes com situações legais complexas?, que respostas é que dão em termos de diversificação das atividades de tempos livres? Porque há uma característica, há uma identidade cultural que acima de tudo por sermos Portugueses ou por estarmos em Portugal não queremos perder. Independentemente de uns serem de Cabo Ver-*

*de e outros de Moçambique, somos Africanos e portanto queremos preservar esta identidade e queremos que os nossos filhos e netos também partilhem desta identidade, ou pelo menos possam escolher qual é que querem, pelo menos não há confusões na cabeça deles de acharem que são Portugueses mas a maioria dos Portugueses não os trata como iguais porque veem uma cor diferente, mas também não são Africanos porque não têm nada a ver com Cabo Verde, com Angola ou Moçambique.*

*A associação funcionaria sempre como uma ponte onde as pessoas poderiam encontrar a sua identidade, que eu acho que facilita a sua integração na sociedade, facilita... (Susana)*

Os relatos de Paula, Leonor e Susana refletem a consciência cívica das jovens no que se refere ao papel que a associação pode desempenhar para melhorar as vidas das pessoas a quem a sua ação se dirige. Mas o empenhamento individual nesse trabalho funciona também como fator que reforça esse sentimento de compromisso com os outros e explica as suas trajetórias de participação associativas.

O relato de Rita adiante apresentado remete para a influência entre fatores que atuam de modo recíproco e cumulativo. Neste caso em particular, a jovem reconhece que foi a experiência adquirida na associação que a fez tomar consciência dos problemas vividos pelas pessoas do bairro onde residia e no qual a associação intervinha, tendo essa consciência influenciado a forma como passou a desenvolver a sua colaboração.

*Para mim a associação ajudou em termos de escolha e de orientação e enquanto consciência social, acho que foi mais isto. (...) A associação deu-me consciência social no sentido dos mais vulneráveis, daqueles que não têm tantas oportunidades, do que é que falhou (...).*

*As pessoas participaram nas legalizações extraordinárias, em 1993 e em 1996, e foi também na associação que eu percebi que havia colegas meus que tinham residência e não tinham a nacionalidade portuguesa e eu não percebia esta diferença (...), e isto também ajudou muito à consciência, de não cobrar, de estar ligada a uma associação. Houve alturas em que tentámos colocar um valor [nas consultas jurídicas] e era eu que tinha de decidir e acabei por dizer que a pessoa tinha era de ser sócia da associação e pronto... (...) Acho que aquilo é uma ferramenta para a vida e se eu acho que a associação é uma instituição que serve como uma ferramenta então as pessoas não têm de pagar.*

*(...) isto é uma resposta diferente, que é da própria comunidade que consegue juntar os documentos e levar e fazer. (Rita)*

Sendo a associação “uma ferramenta para a vida” para quem acede aos serviços prestados, questionamos se não será também uma ferramenta para a vida dos que nela trabalham ou se envolvem em ações de voluntariado, tanto por permitir, por vezes, o acesso a um emprego e a fontes de rendimento, mas também por fazer nascer ou reforçar a consciência social e o sentido cívico, que funcionam como catalisadores da permanência e constância do ativismo cívico. Estaríamos então perante um exemplo de como o associativismo permite a construção de uma comunidade cívica, na aceção de Putnam (1993), e a acumulação virtuosa de capital social.

Este carácter da associação como espaço potenciador de uma consciência cívica, o qual torna possível a vivência de determinadas experiências significativas e que fazem nascer “o bichinho” de questionar e enfrentar os problemas e de intervir socialmente, são aspetos igualmente valorizados nos relatos de Cátia, Mafalda e Nelson.

*(...) quando a minha associação ainda não estava legalizada mas já fazíamos trabalho no bairro, fui representar a associação numa sessão de estudo dupla da Minorities of Europe, que é uma organização com sede em Coventry, no Reino Unido, e da Women From Minorities no Centro Europeu de Jovens em Budapeste (...) e aí apercebi-me que muitos dos problemas e das situações que estavam a acontecer a nível local e nacional com os jovens imigrantes ou descendentes de imigrantes também estavam a acontecer em França, no Reino Unido, na Holanda e por aí fora, e foi um despertar de consciência, de “espera aí! há projetos que podemos fazer em conjunto com outras organizações!”. (...)*

*O valor desta experiência para mim não foi só a nível de consciência, foi também o facto de eu ser... sempre questioneei muito as coisas, sempre fui muito rebelde, questionava tudo, a minha mãe dizia-me que um dia iria ouvir alguma resposta que não quisesse ouvir e eu respondia que ouvia e que respondia à mesma e ela “Olha, vê lá, tu gostas é de te meter em sarilhos!” e, digamos, que para mim foi um bom sarilho! Porque permitiu-me de certa forma criar esse bichinho nas outras pessoas (...)* (Cátia)

Os dois relatos seguintes vêm reforçar esta intenção de intervir social e politicamente por via do trabalho associativo, junto da população jovem. Recorde-se que é esse objetivo que incentiva ambos os jovens a serem protagonistas da dinamização de ati-

vidades de natureza associativa informal e que mais tarde os orienta na constituição de associações juvenis, seguindo os trâmites legais.

Mafalda realça a existência de uma “mensagem” que torna possível chegar à “comunidade de pertença” com a qual se estabelece, em simultâneo, uma identificação e uma ligação a África, associada à forte afetividade do dizer-se “Nós, os Africanos”.

*A nossa mensagem é... é o que eu costumo dizer, nós Africanos não estamos em Portugal há 31, 32 anos (...) não estamos na história do mundo há 500 anos. Nós existimos para além de todos esses números e é essa ideia que nós queremos passar ao resto da comunidade, e dizer que tanto o teu passado como o teu futuro te interessa e que a história que tu conheces hoje em dia é uma construção e então tens de desmistificar essa história e começar a criar o teu próprio caminho, ou seja, a tua independência enquanto pessoa, enquanto Africano em Portugal e no mundo, como forma de te valorizares e de te fazeres valorizar aos olhos de qualquer pessoa, em vez de seres uma construção, um produto do que disseram “És isto ou aquilo”, não, constrói e marca o teu lugar no mundo. (...)*

*A História e o conhecimento que tu tens sobre o teu passado é uma arma que tu tens contra qualquer tipo de opressão, de discriminação (...) é essa arma, esse poder que tens, essa confiança que tens em ti em dizeres, ok... em não baixar os olhos, mas sim em marcar a tua posição, os teus ideais... eu costumo dizer que a História é uma arma e as pessoas não se dão conta disso.*

*Eu acho que isso passa pelos debates, pelas atividades da associação. (Mafalda)*

Nelson valoriza “a importância dos jovens negros dos bairros se formarem face às suas questões sociais, económicas e políticas”. A intervenção da associação é entendida como um instrumento de trabalho para a consciencialização dos jovens sobre a sua situação, sublinhando o valor da autonomia de pensarem sobre si próprios e entre si. Pelo facto dos jovens serem incentivados a envolverem-se ativamente e explorarem as suas capacidades, estas atividades constituem um meio de educação não formal que permite a aquisição ou o reforço de competências por parte dos intervenientes.

*O trabalho que estávamos a fazer era bem aceite por parte dos jovens, mas para nós não era! porque nós não estávamos aqui para fazer ocupação! não queríamos de forma alguma fazer atividades meramente ocupacionais, tipo computadores... (...) Nós lutámos muito para mostrar (...) que o hip-hop era*

*uma grande e importantíssima ferramenta de educação em todos os bairros! E que quando o hip-hop explodisse ia ser a forma mais fácil de criar proximidade com os jovens! e nessa altura fomos chumbados e ridicularizados.*

*Mas nós tínhamos essa visão, que o hip-hop ia rebentar e que a gente ia consciencializar através do hip-hop. Nós estávamos a promover isso, tínhamos uma cena que era “Dar voz à consciência”, sessões temáticas, em que o pessoal está lá duas horas a discutir e depois tinha de escrever uma letra sobre isso. (...) era tu a criares a tua perspetiva sobre educação, aquilo dava uma panóplia de documentos com as tuas ideias! não era a de outras pessoas! (...) (Nelson)*

O relato seguinte realça novamente a motivação de intervir publicamente e “construir coisas que há necessidade de fazer”, realidade que incentiva o jovem a agir na medida em que se revê nesse papel e tem consciência de que tem capacidade para tal. Este aspeto ilustra a influência de características pessoais na explicação do envolvimento cívico, como já referido em outros momentos. Todavia, refira-se que apesar de o jovem definir essa causa como “sua”, não deixa de “chamar” os outros a participar, por perceber que isoladamente não consegue atingir os objetivos desejados.

*A frase que eu mais oiço das pessoas das instituições que nos vão apoiando ou não é que nós somos muito insistentes, vamos lá e batemos à porta e eles dizem não, então nós vamos dar uma curva mas voltamos. Acho que são várias coisas, a persistência é uma delas, mas tem a parte principal que é tu acreditares, de alguma forma, que é este o caminho que tens de fazer. (...)*

*Eu para tudo o que fiz tive de chamar pessoas à minha causa, não tinha nada concreto, nada definido, tinha sempre de convencer alguém a trabalhar comigo e isto metia consensos... quer dizer, com os consensos não era bem assim, porque às vezes eu sabia que estava no caminho certo e as outras pessoas não percebiam onde é que eu queria chegar, então eu fazia, mesmo não tendo combinado exatamente aquilo, e depois as pessoas davam-me razão. (...) o problema aqui é que no associativismo tudo tem de se construir! E o que me dá gozo é isso, construir, fazer do nada, porque eu tenho capacidade, eu não tenho que ir porque os outros vão, eu posso ir por onde os outros vão, mas também posso construir coisas que vejo que há necessidade de fazer. (Duarte)*

Tanto na experiência descrita por Duarte como em alguns dos relatos anteriores se identifica aquilo que Verba e outros autores designaram como “envolvimento psicológico na esfera política” (1995: 272), ou seja, a existência de valores que enfatizam

o papel do indivíduo no esforço coletivo de realização de bem-estar. Importa, então, destacar a preponderância com que os relatos expuseram o sentimento de pertencer a um todo e a vontade de intervir publicamente, face a problemas que afetam não o indivíduo em particular mas a “comunidade de pertença”.

Neste momento da análise, podem apresentar-se de modo esquemático as diferentes motivações e razões que justificam a continuidade da participação associativa dos sujeitos implicados na pesquisa:

- gosto pelas atividades e pelas funções desempenhadas;
- identificação com o trabalho da associação;
- estabelecimento de amizades e de laços afetivos;
- acesso a experiências e a redes internacionais como forma de alargar horizontes;
- acesso a um emprego, ao qual se alia o interesse de subsistência económica com a afinidade afetiva pela função desempenhada;
- sentido cívico na tarefa de desenvolvimento dos bairros onde residem, face à insuficiência ou mesmo ausência da ação estatal;
- sentido cívico como missão de alertarem para problemas que afetam os jovens, em particular, e os Africanos, em geral (que se poderia designar por ação política centrada nos grupos de pertença);
- consciencialização sobre a utilidade desta intervenção como meio de participação política com objetivos de integração (que neste caso se designaria por ação política dirigida para a sociedade e as suas instituições).

Voltando a colocar a questão que aflorámos no início deste ponto, pode dizer-se que à decisão de participar no domínio associativo não subjaz uma intencionalidade previamente pensada, mas sem que isso signifique que as trajetórias se desenrolam numa sequência aleatória de fatores. O envolvimento ativo e regular e a assunção de um maior empenhamento devem-se à conjugação entre condições objetivas e materiais, que jogam como fatores facilitadores, e a evidência de condições de natureza mais subjetiva, decorrentes de motivações e de características pessoais marcantes para o ativismo.

Há, portanto, que considerar que afetividade e racionalidade se intersejam nas motivações e razões que os/as descendentes enunciam como justificativas do seu en-

volvimento inicial e progressivo reforço da participação (vd. Figura 8, adiante). Com efeito, adaptando um ditado popular, algumas das razões enunciadas deixam transparecer que “a razão as desconhece”. Por outras palavras, pode dizer-se que foram identificados “objetivos afetivos” e “objetivos racionais” (Bardin 2007: 117), que nem sempre os protagonistas da ação conseguem enunciar mas que transparecem nas suas narrativas<sup>65</sup>. Nesta perspetiva, a análise das motivações e das razões que conduziram a trajetórias associativas enquadra-se na análise do papel do sujeito enquanto ator racional e as limitações a essa racionalidade, na medida em que a tomada de decisão não decorre de um processo plenamente consciente no qual as ações individuais são permanentemente avaliadas e ponderadas<sup>66</sup>.

Os efeitos combinados entre razões e motivações inerentes aos percursos dos/as descendentes ativistas refletem uma influência cruzada entre a ação racional – orientada por uma avaliação dos custos face aos benefícios – e a ação interpretativa – fruto das interações sociais que envolvem o contexto da decisão e dos significados que os indivíduos atribuem ao contexto onde ocorre a interação, bem como às próprias ações. Cada sujeito, enquanto jovem e enquanto adulto, percebe as condições do meio e as oportunidades à sua disposição, as suas preferências e os seus desejos, mas nem sempre estando consciente das influências que determinam a sua decisão. É a (re)mistura dos vários elementos que conduz à escrita de cada trajetória associativa, num processo dinâmico e singular.

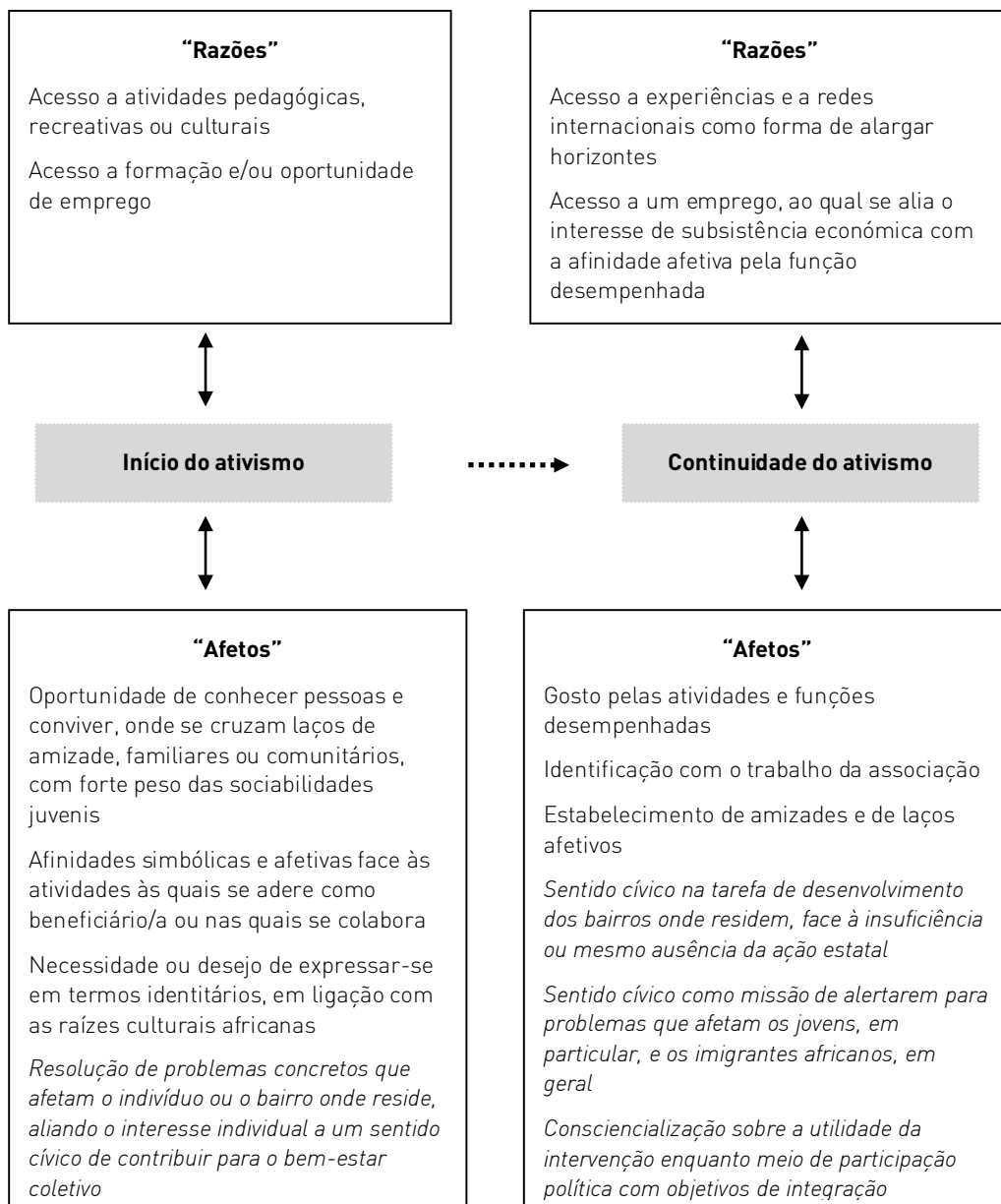
Esta interpretação dos dados empíricos encontra eco na proposta de conciliar diferentes propostas teóricas apresentada no modelo analítico da presente pesquisa, concretamente ao considerar os contributos das perspetivas defendidas pela teoria da escolha racional – cujo enfoque é na avaliação custo/benefício – bem como as privilegiadas pelo interacionismo simbólico – que enfatizam os significados que emergem da interação social (vd. Capítulo I, ponto 3)<sup>67</sup>.

65. A exploração das compensações materiais e imateriais do ativismo cívico, que decorrem da racionalidade e da afetividade subjacentes aos percursos dos/as jovens, será retomada no ponto 4.3. desta parte.

66. Conforme salienta Weber (2004: 602): “A acção real desenrola-se, na maioria dos casos, na obscura semi-consciência ou na inconsciência do ‘sentido visado’. O agente ‘sente-o’ mais indefinidamente do que o saberá, ou mais que dele ‘estaria claramente ciente’, actua na maioria dos casos instintivamente ou por hábito. Só ocasionalmente (...), se eleva à consciência um sentido (seja racional, seja irracional) do agir.” Cf. Capítulo 3, Parte I.

67. Constitui apoio a esta perspetiva a análise de Pires quanto à pluralidade teórica, muitas vezes hostil, existente no domínio da investigação social: “A construção de teorias concorrentes baseadas na oposição entre razão e interpretação ganhariam em ser definidas como complementares, pois a acção social é tanto racional como comunicacional, em combinatórias social e contextualmente variáveis.” (Pires 2007: 18)

Figura 8 - Racionalidade e afetividade inerentes às motivações para o ativismo cívico<sup>68</sup>



68. Os aspetos assinalados em itálico correspondem a motivações relacionadas com valores que enfatizam o papel do indivíduo no esforço coletivo de realização de bem-estar, convergindo estes resultados com as propostas de Triandafyllidou e Vogel (2005) e de Verba e outros (1995).



## **2. CATALISADORES E DINÂMICAS DA INTERAÇÃO: CONEXÕES ENTRE FATORES ESTRUTURAIS E FATORES INDIVIDUAIS**

A análise desenvolvida nos capítulos anteriores sobre as motivações e as razões que despoletaram o ativismo dos descendentes de imigrantes orienta-se no sentido de confirmar a interdependência entre aspetos de natureza mais pessoal inerentes à personalidade de cada jovem e oportunidades resultantes dos contextos sociais onde estão inseridos. A génese das trajetórias associativas encontra-se, assim, na influência recíproca entre fatores individuais e fatores estruturais.

Deste modo, pode afirmar-se que os resultados da pesquisa vão ao encontro das explicações avançadas pelos modelos de análise dos processos de participação cívica que constituíram os seus alicerces teóricos, nomeadamente ao realçarem o caráter multidimensional deste processo e ao destacarem a interdependência entre fatores decorrentes do indivíduo e do meio social envolvente. Por outro lado, os dados colhidos empiricamente permitiram evidenciar aspetos não contemplados nesses modelos, que se revelaram com maior preponderância ou que assumiram significados próprios, considerando a especificidade das experiências e dos contextos de partida dos descendentes de imigrantes, grupo não abrangido pelos estudos já referidos.

Tendo em atenção os fatores individuais facilitadores do ativismo cívico, lembre-se que as propostas analíticas de Putnam (2000), Triandafyllidou e Vogel (2005) e Verba e coautores (1995) sublinham o papel desempenhado pelos recursos, pelas características pessoais e pela motivação. No entanto, os efeitos que exercem no envolvimento cívico não podem ser compreendidos sem os enquadrarmos no contexto social que permite que se manifestem. Assim, abordar as dinâmicas da interação entre fatores individuais e estruturais implica identificar as características intrínsecas aos jovens e as condições externas que funcionam como catalisadores do ativismo, ao mesmo tempo que se procura compreender as intersecções entre a ação individual e o contexto económico, social e político.

### **2.1. Recursos**

No modelo do processo de ativação dos imigrantes elaborado por Triandafyllidou e Vogel (2005: 20-21), os recursos pessoais dizem respeito ao tempo disponível, aos rendimentos, à escolaridade, às experiências no país de origem, ao estatuto jurídico e ao capital social (entendido como as redes sociais em que o indivíduo está inserido). No que respeita ao modelo de participação cívica elaborado por Verba, Schlozman e

Brady (1995: 269), os recursos abrangem competências cívicas, como o nível de escolaridade e as habilidades de comunicação, e também a disponibilidade de tempo e de dinheiro dos indivíduos. Putnam (2000: 189-202), por sua vez, atribui à falta de tempo e de recursos económicos a responsabilidade pelo decréscimo do ativismo cívico nas famílias norte-americanas.

### ***Tempo***

As narrativas que os/as ativistas nos transmitiram relativamente à sua situação atual sublinham o forte investimento de tempo que é exigido para manter a regularidade da colaboração em adultos. Na verdade, enquanto se encontram numa idade jovem ninguém alude a dificuldades intransponíveis para conciliar a vida pessoal e familiar com o ativismo cívico, ou se arrepende do tempo que não se tem para atividades de lazer fora do espaço associativo. Tal acontece, nomeadamente, pelo facto das atividades associativas se entrelaçarem com as sociabilidades juvenis e se cruzarem com eventos lúdicos da iniciativa dos próprios, sugerindo uma convergência entre espaços associativos e espaços ou momentos de fruição e diversão. De igual modo, contribuiu positivamente para essa disponibilidade o facto dos primeiros contactos com o associativismo terem ocorrido em idade bastante jovem e em situação de frequência de escolaridade na quase totalidade dos casos.

No entanto, a disponibilidade de tempo reduz-se à medida que entram na idade adulta e que assumem as responsabilidades intrínsecas a esse novo ciclo das suas vidas, em particular a necessidade de assegurarem a subsistência económica mediante um trabalho remunerado. Relembre-se que, em várias situações, a dificuldade em dar a atenção desejada ao projeto associativo, pelo facto da atividade profissional ter reduzido a disponibilidade inicial, vem acompanhada de sentimentos de frustração. Além disso, a vontade de não desistir influenciou a procura de soluções para que a participação associativa se profissionalizasse, de modo a permitir a dedicação a tempo inteiro. Com efeito, as “solicitações da vida quotidiana” são apontadas como responsáveis pela reduzida disponibilidade de tempo para o envolvimento cívico e, em consequência, podem ser entendidas como obstáculos ao voluntariado (Almeida, Ferrão, Delicado 2002: 224).

Assim, se o ativismo juvenil tem na disponibilidade de tempo um aliado essencial, a falta deste recurso constitui uma séria ameaça à continuidade do envolvimento cívico ou do voluntariado na fase adulta. Nas trajetórias analisadas, verificou-se que o efeito negativo que decorre da menor disponibilidade de tempo em adultos é compensado por características pessoais como a perseverança e por uma elevada motivação

nos projetos associativos<sup>69</sup>. Nas situações em que não há coincidência entre participação associativa e atividade profissional, o compromisso cívico dos/as jovens não é quebrado, mas a colaboração faz-se à medida e ao ritmo das suas possibilidades. Daqui resultam efeitos para a própria estrutura onde se participa, pois a participação irregular e não profissionalizada condiciona a natureza e a dimensão das atividades que a associação se pode permitir desenvolver.

É ainda de considerar que o contacto precoce com experiências associativas ou cívicas também pode funcionar como estímulo para manter alguma forma de colaboração em idade adulta, compensando a redução da disponibilidade de tempo que acompanha o ciclo de vida.

Concluindo-se que a disponibilidade de tempo é um fator decisivo e sempre presente nas trajetórias associativas analisadas – tanto para iniciar a participação em atividades, como para não desistir do voluntariado quando se deixa a ocupação de estudante e se enceta a busca de uma profissão – aponta-se também para o facto dos recursos “tempo” e “dinheiro” estarem associados, conforme se analisa adiante.

### ***Recursos financeiros***

No que concerne a importância dos recursos financeiros, as narrativas deixam claro que a disponibilidade financeira facilita e agiliza o processo de concretizar, na prática, a ideia de constituir uma associação. No entanto, se considerarmos que o envolvimento associativo se deu em idades jovens, na maioria dos casos quando ainda se era estudante sem ter uma atividade remunerada e sem ter recorrido ao apoio familiar para tal, parece-nos que o nível de rendimentos não assume a preponderância que lhe é dada pelos modelos onde nos temos vindo a apoiar.

Observámos que no caso dos/as jovens que começaram a colaborar em atividades de associações do seu bairro, essa colaboração não lhes exigia qualquer encargo financeiro. Em idêntica perspetiva, os que tiveram a iniciativa de organizar atividades sublinharam que a ausência de dinheiro não comprometia a realização das mesmas, sendo o raciocínio feito no sentido inverso: organizavam-se atividades de modo a serem autossustentadas e que possibilitassem auferir ganhos, que permitissem prosseguir com outros eventos, ou atividades ajustadas “ao pé de meia” de cada grupo.

69. Nos pontos seguintes (vd. 2.2. e 2.3.) apresentam-se relatos que exemplificam os esforços de conciliação entre a esfera privada e familiar e a vida associativa e que apontam para a influência das características pessoais e da motivação no processo de gestão de recursos como o tempo.

Pode ainda referir-se o caso de uma associação juvenil que nasceu pelo facto dos espetáculos de danças africanas que realizavam ter produzido uma fonte de receitas, que o grupo entendeu que devia ser gerida de forma mais organizada. Também é interessante observar que um grupo informal de jovens, que realizava as suas atividades sem apoio financeiro, decide constituir-se formalmente como associação juvenil quando se depara com a oportunidade de desenvolver um projeto ao abrigo de um programa de ação estatal.

Por estas razões, entende-se que os recursos financeiros não parecem constituir o fator com maior peso no despoletar do ativismo, assumindo maior relevância na sua continuidade em idade adulta do que propriamente como catalisadores do envolvimento juvenil inicial. As possibilidades que se têm aberto ao nível da criação de emprego por parte das associações constituem uma variável determinante neste processo, pois tornam compatível a intervenção cívica com o assegurar das necessidades de subsistência pessoal, articulando o interesse individual com o interesse coletivo. Veja-se que nas trajetórias analisadas, observou-se que metade dos jovens beneficiou de uma oportunidade de recrutamento como profissional, ultrapassando a situação de voluntariado.

Um estudo sobre mediação social converge com esta análise ao identificar duas razões principais para a desistência dos mediadores: a instabilidade financeira inerente aos processos de contratação e que decorre da reduzida disponibilidade de vagas; a dificuldade em prosseguir o voluntariado pelo facto dos/as jovens mediadores terem de assumir uma profissão remunerada, como meio essencial de subsistência (Fernandes 2006b: 80).

Assim, se compararmos a situação dos/das jovens ativistas com a da primeira geração de imigrantes – constituindo-se associações num contexto marcado pela ausência de programas de apoio ao associativismo ou de quaisquer oportunidades de financiamento a projetos de intervenção social – poder-se-á dizer que os descendentes se encontram numa posição de vantagem comparativamente às situações que os seus antecessores tiveram de enfrentar. Este aspeto vem chamar a atenção para a interferência de fatores estruturais no processo de participação cívica, concretamente para o facto das condições do meio social e político poderem funcionar como incentivo ou como obstáculo, que neste caso tanto pode ocorrer pela ausência de instrumentos de suporte como pela existência de entraves ou de restrições à participação<sup>70</sup>.

70. Cf. Capítulo III, ponto 1.

Os dados anteriormente expostos não contrariam, ainda assim, as conclusões do estudo de Verba, Schlozman e Brady (1995) relativamente à existência de uma relação direta entre participação e estatuto socioeconómico, traduzida na observação que reconhece serem os indivíduos mais ativos, em regra, oriundos de estratos sociais com rendimentos mais elevados.

Numa análise mais fina, os autores observaram diferenças no tipo de ativismo: se os indivíduos com rendimentos mais elevados são também os que mais contribuem financeiramente para atividades cívicas, já não existe uma distinção entre níveis de rendimentos quando se está perante contributos em termos de tempo, na medida em que os indivíduos cujos agregados familiares apresentam rendimentos mais baixos são tão generosos nos seus contributos de tempo como os indivíduos com rendimentos mais elevados (Verba *et al.*, *op. cit.*: 226, 303). Associado a este aspeto, observou-se que os indivíduos provenientes de agregados com elevado poder económico estão mais representados em atividades políticas num sentido estrito (partidos políticos e campanhas partidárias), existindo uma maior igualdade no que respeita a participação em instituições religiosas (*idem*: 226).

Na medida em que a nossa análise se centra na participação de descendentes em associações culturais sem fins lucrativos, reforça-se a ideia de que embora os recursos financeiros tenham uma quota-parte de responsabilidade neste processo – ao facilitar a constituição formal de uma associação – a ausência de rendimentos não impediu a adesão a atividades em espaços associativos já constituídos formalmente, nem bloqueou a iniciativa para desenvolver atividades por eles idealizadas e nas quais se empenharam em idades tão jovens. Por outro lado, a disponibilidade de tempo é um recurso essencial para a participação cívica, condicionando o tipo e o grau de envolvimento.

A análise do papel de recursos como o tempo e o dinheiro no envolvimento associativo dos descendentes faz, portanto, realçar que sem a existência de condições materiais, designadamente o acesso a uma profissão no quadro institucional do associativismo, o seu ativismo correria o risco de cessar no momento da passagem para a idade adulta, com o fim da vida de estudante e o assumir das obrigações inerentes à maturidade.

Prosseguindo a análise, e conforme os autores que temos vindo a seguir referem, há também que articular a disponibilidade de tempo e de dinheiro com a posse de outros recursos: o nível de escolaridade e as competências de comunicação.

## ***Nível de escolaridade***

Um aspeto que emerge como significativo nas biografias dos/as descendentes é o nível de escolaridade. Apontámos anteriormente que aquando do contacto inicial com o associativismo formal ou no momento em que tomam a iniciativa de desenvolver atividades informais, nove dos dez jovens frequentavam a escola e uma delas encontrou no espaço associativo a oportunidade para concluir a escolaridade obrigatória. Um dado que sobressai do trajeto escolar é que, à exceção desta jovem, todos prosseguem os estudos até ao 12.º ano, tendo na maioria dos casos acabado por concluir uma licenciatura (atualmente, dois deles encontram-se a concluir as licenciaturas).

Como exemplos que corroboram este padrão, refira-se investigação sobre o contexto português: um estudo sobre voluntariado registou um elevado nível de escolaridade para a média dos voluntários inquiridos (Almeida, Ferrão, Delicado 2003: 174); uma pesquisa sobre participação política e partidária das mulheres demonstrou que esta é influenciada pelo nível de instrução (Martins e Teixeira 2005: 35).

Porém, não se pode afirmar que exista uma relação direta entre a participação dos descendentes ativistas e o estatuto socioeconómico das suas famílias, uma vez que a maioria tem em comum o facto de ambos os progenitores possuírem habilitações literárias ao nível da escolaridade básica, exercendo profissões correspondentes, ou seja, pouco qualificadas (alguns deles confirmam o padrão dominante da imigração africana por a profissão paterna estar ligada à construção civil e a profissão materna aos serviços de limpeza). Por outro lado, apenas numa das trajetórias se pode observar a influência intergeracional da predisposição para o ativismo cívico através da experiência da mãe (vd. relato de Cátia em 1.1.). Embora estes dados possam surpreender, tendência semelhante foi observada num estudo sobre o perfil das elites políticas juvenis em Portugal, onde se destaca que a maioria dos elementos das organizações partidárias não tem familiares diretos envolvidos em partidos e numa percentagem significativa (36%) os pais apenas possuem a instrução primária (Cruz 1990: 233-234).

As habilitações e as profissões do pai e da mãe enquadram estas famílias em estratos sociais baixos, o que contraria a associação direta entre estatuto social médio ou elevado e maior propensão para a participação cívica, defendida pelos modelos de análise onde nos temos vindo a apoiar. Todavia, a investigação também tem demonstrado a existência de formas de participação menos exigentes em termos do investimento financeiro, como já referido anteriormente: por exemplo, as instituições religiosas são mais acessíveis a grupos com menores rendimentos, por oposição à

participação em partidos (cf. Verba *et al. op. cit.*). Embora a participação política seja estratificada socialmente, este argumento só é válido em termos genéricos na medida em que os efeitos de cada elemento inerente ao estatuto socioeconómico podem induzir efeitos diferenciados na predisposição para o ativismo.

O bom nível de escolaridade em jovens cuja socialização está, na sua maioria, enquadrada pela residência em bairros sociais ou de construção habitacional precária e com infraestruturas deficitárias, pode ser um indicador da valorização de frequentar a escola por parte de agregados familiares com baixas condições socioeconómicas. É disso exemplo o relato seguinte.

*Eu acho que tem a ver com o teu ambiente familiar e com os objetivos da família porque, por exemplo, os meus pais estavam sempre a martelar um gajo “Vocês têm de estudar, têm de estudar, têm de estudar” e o meu pai até era bastante rigoroso, às vezes até se esticava a puxar pelo pessoal para estudar e isso fez com que até hoje todos estudaram, estamos todos a estudar ainda! E os meus pais têm a 4ª classe e a minha mãe nem sei se chegou a fazer a 4ª classe. (Duarte)*

O investimento das famílias e dos próprios jovens na continuidade da formação evitou a entrada no mercado de trabalho pouco qualificada e antes da idade adulta. Além disso, a escolaridade permitiu “ter uma juventude” (vd. relato adiante), proporcionando um espaço de liberdade que se traduziu na disponibilidade de tempo para o lazer e as atividades culturais. Tome-se o exemplo da jovem que teve de abandonar os estudos antes do 9.º ano, justificando essa decisão pelas dificuldades económicas da família e pelo facto de ter sido mãe muito cedo, sendo a colaboração voluntária numa associação que lhe oferece as condições para prosseguir os estudos.

*(...) posso dizer que não tive muita juventude porque deixei de estudar cedo para tomar conta dos meus irmãos para os meus pais irem trabalhar (...).*

*(...) através da associação arranjaram-me uma maneira de eu continuar os estudos. (...) Entretanto tirei o 5.º e o 6.º ano à noite, e continuando a trabalhar na associação. Passados uns tempos surgiu outra hipótese de fazer um curso de formação (...). Eu trabalhava de manhã e à tarde ia para as aulas, e ali tirei o 9.º ano. Era um curso a tempo inteiro durante 2 anos, trabalhava e tinha a formação, que era complementar, e era tudo aqui na associação. (Paula)*

Conforme observa Susana, as oportunidades e condições para a participação associativa não estão distribuídas de igual forma.

*Continuei a estudar, mas a verdade é que por estarmos num bairro social e por todas as características que os bairros sociais têm, com o insucesso escolar, etc., os meus amigos e colegas dirigentes em termos escolares foram ficando pelo caminho. É aqui que se começa a dar a 2ª fase da minha associação, porque enquanto tínhamos 18 anos todos participavam nestas atividades porque ainda estávamos a estudar, nem todos no 12.º ano como eu, mas éramos estudantes, mas quando o tempo começou a passar, eu continuei a estudar mas a maioria ficou pelo caminho. (...) Porque a realidade da maioria das famílias era diferente da minha realidade de filha única. Enquanto que os meus pais, naturalmente, me incentivavam e faziam tudo para que eu continuasse a estudar, a realidade das outras famílias bastante mais alargadas era outra e as raparigas a partir de certa altura tiveram que desistir da escola porque os irmãos mais novos precisavam delas e tinham que ficar em casa a cuidar deles, porque a família não tinha dinheiro para pôr as crianças nas creches e nos ATL. (Susana)*

Estas experiências remetem-nos para a ligação entre a posse de recursos individuais e o contexto socioeconómico onde os jovens se inserem. A partir destes argumentos, parece-nos não ser tão útil à análise utilizar a escolaridade para definir o estatuto socioeconómico de origem e, em consequência, confirmar ou negar a associação entre ativismo juvenil e estrato social<sup>71</sup>. Em contrapartida, entende-se que se devem realçar os efeitos positivos exercidos pela escolaridade, quer na disponibilidade de tempo como, sobretudo, na aquisição de competências úteis ao ativismo cívico.

Na verdade, a frequência da escolaridade surte vários *efeitos combinados* entre si:

- a ocupação de estudante é compatível, em termos de gestão de tempo, com a dedicação a atividades de lazer e parece exercer um incentivo para aderir a atividades educativas ou formativas, oferecidas por associações que intervêm nos bairros de residência;
- a escolaridade permite não só adquirir uma qualificação para o mercado de trabalho, mas também conhecimentos e competências úteis para

71. Tanto mais que este indicador não é suficiente para categorizar classes ou estratos sociais, exigindo-se o cruzamento de diferentes elementos, como a profissão ou a situação face à profissão, o rendimento e o nível de escolaridade ou qualificação, entre outras propostas (vd. ponto 2.3.1. do Capítulo III).



a interação social e a participação cívica, concretamente as habilidades para comunicar em termos de escrita e de oralidade assinaladas por Verba e coautores (1995), bem como acesso a informação, que se revela um elemento importante no processo de participação política juvenil (Cruz 1985);

- por último, é ainda de referir que os efeitos decorrentes da frequência da escola se refletem em outras esferas dos projetos de vida, designadamente no que respeita o adiamento da conjugalidade e uma maior maturidade para construir a vida familiar e perspetivar a experiência da maternidade/paternidade<sup>72</sup>.

Deve ter-se em atenção que os relatos anteriores de Paula e Susana realçaram que é comum, em famílias de baixas condições socioeconómicas, as raparigas abandonarem os estudos cedo para ficarem em casa a cuidar de irmãos mais novos. Este quadro implica maiores dificuldades de participação para as raparigas, pois não se trata apenas de considerar a possibilidade de ocorrer uma maternidade precoce, também a assunção de responsabilidades familiares restringe a disponibilidade de tempo exigida para desenvolver atividades no espaço público. Por outro lado, um nível de escolaridade mais reduzido limita a aquisição de competências, tanto para a vida cívica como para assegurar uma melhor inserção profissional e social.

Assim sendo, a importância do fator escolaridade não deve aparecer esbatida pelo papel exercido pelos recursos já identificados. Ao mesmo tempo, os seus efeitos mobilizadores para o ativismo devem ser analisados em articulação com outros elementos. Almeida, Ferrão e Delicado (2002: 174) sublinham que a escolaridade pode ser acompanhada por fatores adicionais propiciadores do voluntariado, onde se incluem, para além do fator rendimento já referido por outros estudos, “o grau de detenção da informação sobre as oportunidades de voluntariado, as qualificações para desempenhar tarefas específicas, a participação em redes sociais, a detenção de um estrato social que implique maiores responsabilidades na vida cívica”. Com exceção deste último e do fator ‘rendimento’, as trajetórias associativas dos/as descendentes ativistas confirmam a importância dos elementos previamente apontados.

72. Observa-se apenas uma situação de maternidade na fase que corresponde ao fim da adolescência (Paula) e uma experiência de paternidade e outra de maternidade enquanto jovens adultos (Nelson e Rita).

As trajetórias comprovam um outro dado significativo que emerge da análise das biografias dos voluntários desenvolvida pelo mesmo estudo e que consiste na relação entre a vivência de experiências de voluntariado na infância ou juventude e a disposição para prosseguir um papel interveniente na vida cívica (*idem*: 185). Verifica-se, portanto, uma concordância entre a presente pesquisa e outros estudos no que concerne a influência da socialização recebida na fase inicial da vida e a disponibilidade para participar ao nível político, num sentido amplo.

Por sua vez, o modelo de Triandafyllidou e Vogel (2005) contempla a importância de características pessoais na facilitação do ativismo cívico por parte de imigrantes da primeira geração com baixa escolaridade e sem o domínio completo da língua do país de acolhimento. A análise de âmbito psicossociológico desenvolvida por Kosic, integrada na pesquisa atrás citada, confirmou que a “autoconfiança e uma personalidade de líder ou carismática” constituem elementos facilitadores do ativismo que “compensam níveis de escolaridade baixos” (2007: 10).

Nesta perspetiva, deve sublinhar-se que alguns dos jovens partilham entre si a experiência de ser dos primeiros exemplos na família a prosseguir o aprofundamento dos estudos após a escolaridade básica e até ao ensino universitário. Destacamos três relatos para ilustrar como essa experiência pessoal pode assumir um carácter excecional em contextos familiares onde ocorrem percursos escolares diferenciados entre irmãos.

*Sempre foi uma aspiração fazer um curso superior. Para mim foi natural, não porque tinha sido algo exigido pelos meus pais, os meus pais sempre tocaram num ponto que era “a educação é importante, a educação é importante, estuda até onde puderes”, mas nunca disseram que a universidade tem de ser feita. Mas eu senti que era uma meta a concretizar, para mim. Fui a primeira da família, também sou a filha mais velha, e para toda a família foi um sentimento muito bom, muito confortável... embora a minha irmã tenha acabado o 12.º e não conseguiu entrar por uma questão de documentos e ainda está a tentar resolver para ver se consegue entrar. Para os meus outros dois irmãos isso já não é uma meta, um está a trabalhar e o outro está num curso profissional. (Leonor)*

*(...) vindo de uma família que não tinha tradição académica e mesmo os meus irmãos, mais velhos, nascendo cá, não continuaram a estudar, não tinha nenhuma referência próxima, não tinha grande desapoio mas também não tinha grandes apoios [para continuar a estudar]. Para os meus pais, se quiséssemos*

*estudar estudávamos, se disséssemos que íamos trabalhar íamos trabalhar. Mas aos 17 anos era esperado que fossemos trabalhar, o meu irmão mais velho dizia-me que andava a trabalhar para mim. (Miguel)*

*Por exemplo, os meus pais sempre quiseram que nós fossemos até ao 12.º, a universidade disseram claramente que tinha de ir por mim, de tal maneira que eu fiz o 12.º e fui trabalhar durante cinco anos e só depois é que fui para a universidade, depois percebi que devia ter ido logo, mas pronto. A minha mãe era uma pessoa doente e para o meu pai nós irmos até ao 12.º era muito bom, 'táva-se bem, pessoal rural, para eles o 12.º era uma coisa... mas dos meus irmãos só eu é que fui para a universidade, um acabou a escola no 10.º e outro no 7.º. (Nelson)*

O conjunto destes relatos é um indício do papel que as características pessoais podem desempenhar no desenrolar das trajetórias associativas. Embora tenha sido afluído anteriormente, este aspeto tem estado de certo modo oculto pelos recursos apresentados como facilitadores da participação. Mas, como também se evidenciou em outros momentos, recursos como tempo, dinheiro, escolaridade e competências para comunicar não são suficientes para explicar a propensão para o ativismo, isoladamente, exigindo-se observar os seus efeitos nas relações entre si e com outros fatores.

Por ora, e ainda no que respeita ao papel dos recursos, há que olhar para dois fatores evocados pelo modelo de participação cívica desenvolvido por Triandafyllidou e Vogel (2005): o estatuto jurídico e as redes sociais.

### ***Estatuto de cidadania***

A literatura científica destaca que a participação cívica e política dos imigrantes é condicionada pela moldura legal que sustenta as políticas de imigração, responsáveis pela definição da qualidade e da amplitude dos direitos acessíveis a indivíduos com origens nacionais distintas da do Estado de acolhimento. O acesso à cidadania plena é correlativo deste enquadramento, sendo um elemento analítico significativo da estrutura de oportunidades existente numa dada sociedade (vd. Capítulo III, ponto 1).

A pesquisa empírica que operacionalizou o modelo sobre participação cívica dos imigrantes de primeira geração proposto por Triandafyllidou e Vogel (*op. cit.*) demonstrou que a posse de uma situação jurídica regularizada elimina o medo de assumir um papel na esfera pública e abre o leque de possibilidades de participar politicamente – nas quais se pode incluir o direito de voto, a adesão a partidos e a inclusão em

órgãos consultivos, para além das formas de ativismo de cariz associativo oferecidas pela sociedade civil. Porém, os dados colhidos revelaram também que o estatuto irregular ou instável não impediu muitos imigrantes de tomarem a iniciativa de desenvolver atividades ou de constituir associações informais com o objetivo de enfrentarem problemas do seu quotidiano, concretamente questões ligadas à legislação em torno da imigração (Brown *et al.* 2007). Numa análise focalizada sobre o papel da naturalização no processo de ativação da participação cívica dos imigrantes, inserida na mesma pesquisa, a autora confirmou que os imigrantes ativistas que adquiriram a cidadania do país onde residem iniciaram as suas trajetórias cívicas muito antes de ter obtido esse estatuto, concluindo que a naturalização não é um fator decisivo no despoletar destes processos (Gropas 2008).

O estatuto jurídico dos/as descendentes ativistas é o de cidadania portuguesa em nove das situações: na sua maioria são jovens que nasceram em Portugal na década de 1970 ou antes de 1981, momentos em que o “direito de solo” era preponderante na lei da nacionalidade; os que vieram para o país em criança adquiriram a nacionalidade portuguesa por via de um ou ambos os progenitores (mas sobretudo através do pai, que já se encontrava a residir legalmente no país). Na única situação em que se verifica a posse de nacionalidade estrangeira, esta não é avaliada como um entrave ao percurso social da jovem em Portugal.

*Ainda tenho nacionalidade cabo-verdiana, porque quando fiz os documentos tinha de ter a nacionalidade dos pais. Agora estou a pensar pedir, mas ainda não me fez aquela falta, porque consegui comprar casa própria, tenho tudo, mas vamos ver, ainda estou a pensar.* (Paula)

É de mencionar que nas suas histórias familiares se registam situações diferenciadas relativamente à posse da nacionalidade portuguesa por parte de irmãos nascidos em datas posteriores a 1981. Não obstante poder haver experiências pessoais positivas mesmo na ausência deste elemento (exemplo da Paula), a nacionalidade portuguesa é avaliada como fator facilitador da inserção social, salientando-se o seu papel em agilizar percursos escolares ou profissionais:

*(...) embora a minha irmã tenha acabado o 12.º e não conseguiu entrar por uma questão de documentos e ainda está a tentar resolver para ver se consegue entrar.* (Leonor)

*(...) a minha irmã como nasceu em 1984 tem nacionalidade cabo-verdiana e quer pedir a portuguesa porque tem sentido algumas dificuldades a nível de emprego.* (Miguel)

Confrontando as trajetórias destes ativistas com a situação problemática e paradoxal vivida pelos descendentes de imigrantes em Portugal no que respeita o acesso à nacionalidade, pode afirmar-se sem controvérsia que a posse de nacionalidade portuguesa os coloca em posição mais vantajosa que os seus pares com nacionalidade estrangeira. É essa avaliação que a Rita sintetiza adiante:

*A nacionalidade dá-te mais direitos, se não tens nacionalidade há acessos que estão cortados. Eu acho que primeiro é o assumir que este é o teu país, isto ajuda, segundo é uma situação de dar as mesmas oportunidades, este é outro fator. Se isto faz que tenhas mais ou menos discriminação? Diminui a discriminação no sentido de nacionalidade, mas não no sentido da discriminação racial ou do estigma do teu bairro, que é importante. (Rita)*

Este mesmo relato chama a atenção para o facto de a nacionalidade não ser condição suficiente para eliminar todas as barreiras com vista à cidadania plena, uma vez que a discriminação não se resolve apenas com ações no plano formal.

Ao prosseguir a análise da influência do estatuto de cidadania no processo de ativismo cívico e na medida em que a nacionalidade portuguesa é o estatuto padrão dos descendentes participantes na presente pesquisa, não nos é possível afirmar que esta é uma condição direta da participação, assim como não se pode averiguar das dificuldades de participar resultantes da ausência deste estatuto. Observa-se, todavia, que os processos que deram corpo às trajetórias dos/as descendentes não apontam para um papel decisivo do elemento 'nacionalidade' como facilitador da participação (confirmando as conclusões de Gropas 2008). Recorde-se que as experiências no associativismo ou em atividades cívicas surgem em idades muito jovens e estão enquadradas pelo contexto escolar ou pelo espaço do bairro de residência, não sendo o estatuto de cidadão nacional requisito para participar nem para aderir a associações.

Todavia, ter a cidadania do país onde se nasceu permite-lhes "assumir que este é o seu país", como faz notar Rita, ou seja, produz um sentimento de pertença que pode estar associado ao desejo de participar na sociedade que legalmente lhes reconhece esse mesmo direito. Neste sentido, a nacionalidade portuguesa pode desempenhar um papel de reforço do empenho em atividades cívicas, favorecendo a sua continuidade até à idade adulta, exatamente por garantir o exercício de direitos políticos na sua totalidade e, não menos importante, ao incentivar o desejo de trabalhar no alargamento desses direitos a outros jovens que, nascidos no mesmo país, não gozam da cidadania plena, sendo mais vulneráveis à discriminação.

## ***Redes sociais***

Relativamente ao papel exercido pelas redes sociais, evidencia-se nos percursos dos descendentes a influência de redes que afetam a situação individual de forma mais direta e sem intermediação de outras redes – como as familiares, de amizade ou de vizinhança – e as redes de natureza mais estrutural que resultam das circunstâncias sociais estruturais do meio social onde se desenrolam as diferentes etapas de socialização dos jovens.

Em momentos anteriores foi sublinhado que a socialização precoce em espaços associativos ou cívicos constituiu um estímulo fundamental para os seus percursos. De igual modo, as experiências na família, na escola, no local de trabalho ou outros espaços de socialização podem desempenhar também um papel, tanto no sentido de incentivar ou de dificultar condições para a participação. Verba e coautores (1995: 271-272) fazem notar que o papel que as redes podem exercer no envolvimento cívico dos indivíduos é condicionado pelas oportunidades que estas oferecem na aquisição de competências adequadas e necessárias à participação e, também, nas escolhas que os indivíduos fazem nessas circunstâncias, as quais dependem da motivação ou predisposição para participar. Daqui resulta que o fator significativo na catalisação do ativismo cívico não é tanto a inserção em redes mas o que se passa “dentro” das mesmas, quer seja a experiência vivida numa associação cultural, numa instituição religiosa, no emprego que se exerce, ou na escola que se frequenta.

Ao incidirmos sobre os efeitos conjugados entre estes diferentes elementos nas trajetórias dos/as descendentes, constata-se que estas refletem a conjugação de dois aspetos: a inserção em redes sociais propiciadoras de ativismo; e a capacidade de as utilizar. Novamente se coloca a importância da interação de fatores para compreender os processos de participação cívica, havendo que ligar vários fios da meada das trajetórias associativas: o papel das redes sociais é condicionado por outros recursos (como o tempo disponível ou a escolaridade, entre outros já mencionados), que dotam os/as jovens de capacidades para as mobilizar; os conhecimentos obtidos a partir dessas vivências permitem, por sua vez, aumentar e enriquecer as capacidades iniciais.

Vimos que as atividades em que se desenrola a sua participação nas associações ou noutros espaços lhes permitiram adquirir competências organizativas e conduziram a uma progressiva responsabilização do seu papel, ilustrada pela assunção de cargos de direção em idades bastante jovens. Poderá este aumento de competências ter estimulado a motivação para o ativismo? Os sentimentos que expressam

ao descreverem as suas experiências indicam uma resposta afirmativa (vd. 1.2. e pontos seguintes deste capítulo). Verba e coautores (*op. cit.*: 344-345) alertam para a possibilidade de um movimento de sentido recíproco: o envolvimento psicológico face à política (ou seja, a motivação para participar) tanto pode ser um fator preditivo do ativismo como também emergir ou ser reforçado pelo próprio processo de participar.

Estes argumentos levam-nos a atribuir peso significativo às redes de socialização secundária a que os jovens tiveram acesso: a frequência da escola abriu caminho a experiências associativas de cariz informal, através das quais desenvolveram capacidades de comunicação e de organização (que constituem aspetos importantes para o ativismo cívico); as dinâmicas de ação coletiva operadas no bairro permitiram-lhes beneficiar de atividades de natureza educativa, recreativa ou cultural, que incentivaram o aprofundamento da participação e, conseqüentemente, a aquisição de competências sociais e conhecimentos úteis ao trabalho nessas instituições.

Observa-se, deste modo, a influência de fatores estruturais nas trajetórias associativas analisadas. Por um lado, por via da experiência da escolaridade e dos efeitos associados que ela produz, conforme exposto atrás. Por outro, pelas dinâmicas associativas nos bairros de residência dos/as jovens, tendo-se verificado que o apoio institucional (nacional ou internacional) às organizações a operar no terreno permitiu a integração profissional em algumas situações, revelando a importância do recrutamento como fator impulsionador da continuidade das trajetórias associativas (tal como demonstrado por Verba *et al.* 1995). Além disso, a profissionalização dos ativistas contribuiu para o reforço da intervenção social destas organizações, sendo um efeito indireto da valorização do papel da sociedade civil e da abertura de canais oficiais de participação no quadro das políticas de apoio ao associativismo.

Centrando agora a atenção no papel das redes familiares enquanto fatores facilitadores da participação, lembra-se que os jovens não beneficiaram da transmissão de experiências de ativismo cívico por parte dos progenitores ou familiares próximos (com exceção de uma jovem). No entanto, a família constituiu uma fonte de apoio em todas as situações, exercendo um estímulo para que se lançassem na realização de atividades e auxiliando a conciliação do papel de maternidade com a assunção dos vários compromissos inerentes à persistência nas associações.

O percurso associativo de Paula – que já era mãe quando começou a colaborar na realização de atividades para crianças, na fase embrionária da associação na qual se mantém há mais de uma década – beneficiou de apoios que se reforçaram mutuamente: a convergência do jardim-de-infância das filhas com a associação onde

trabalhava; o apoio do marido nas tarefas domésticas; a proximidade do local de residência dos pais.

*Na altura em que estava a estudar estava com o meu marido e ele sempre me incentivou, foi a minha sorte porque se ele não me incentivasse se calhar não conseguia (...). As minhas filhas ficavam com o pai, durante o dia estavam no jardim-de-infância aqui na associação... as minhas filhas andaram todas aqui... e o meu pai e a minha mãe viviam ao pé de mim e também havia esse apoio da família, por isso não era assim uma coisa!... (Paula)*

Para os que se envolveram neste tipo de iniciativas quando eram menores de idade, o apoio dos pais ou de familiares era um elemento incontornável pois são eles que autorizam a frequência de espaços associativos e que permitem aos jovens investir tempo em atividades extraescolares. A autorização resulta da avaliação positiva das atividades a que os/as jovens acedem nas associações, da proximidade desses espaços face ao local de residência e da exigência que colocam para que essas atividades não interfiram negativamente nos resultados escolares. Os relatos seguintes ilustram brevemente estas situações.

Rita conseguiu ultrapassar a resistência inicial da tia quando esta se apercebe do valor da formação que a jovem irá receber.

*(...) houve na associação um mini curso de cozinha e eu também fui mas só estive 2 dias porque a minha tia não deixava, ela tinha um café, eu ajudava-a e sem mim ela não podia fazer as coisas em casa. E como o curso tinha que ter uma continuidade, não podia estar a faltar. A minha prima continuou e ficou com um diploma e de vez em quando fazia as coisas que tinha aprendido lá em casa. E aí a minha tia achou que aquilo já era de alguma forma útil. Depois houve um curso de corte e costura e a senhora que dava o curso era conhecida da minha tia, era de uma família que ela conhecida lá em Cabo Verde, então como era conhecida a minha tia disse “então vai lá para o corte e costura para ver se aprendes a fazer alguma coisa!” (...) para os pais era mais a questão da formação e para nós era o conhecimento... (Rita)*

É de sublinhar no próximo relato que o apoio total que Leonor recebe dos pais se deve também à “confiança” depositada na jovem por esta revelar responsabilidade, ao fazer as coisas de “forma muito pensada”, o que a leva também a preocupar-se em dar-lhes a conhecer as suas atividades. A responsabilidade constitui uma característica pessoal que se verifica ser um elemento importante para a continuidade do ativismo cívico, como se explora no ponto seguinte.



*Os meus pais nunca foram rígidos no sentido de dizer “não faças, não vás”. A partir de determinada altura eu tinha tantas atividades! porque para além da associação também tinha a Paróquia, dava aulas de catequese, que comecei ainda antes de entrar na associação. Mas os meus pais sabiam sempre onde é que eu estava e sempre houve esta confiança em que tinha juízo, em que ia tomar as decisões certas e nunca houve uma pressão para deixar de fazer coisas. Nisso eu tenho que valorizar bastante os meus pais, porque provavelmente sendo rapariga em muitas famílias teriam sido colocados entraves, pelo tempo que se passa fora de casa e pela disponibilidade. Mas como eu sempre fui fazendo as coisas de uma forma muito pensada e sempre conversei muito com eles para dar a conhecer o que é que eu estava a fazer, acho que eles nesse aspeto conseguiram, enfim, dar-me uma margem de manobra. (Leonor)*

Um outro aspeto a salientar neste caso é que o facto de ser rapariga poderia ser entendido como uma razão para se restringir o acesso da jovem a um espaço público, fora do contexto mais privado da família. Conforme se apontou anteriormente, as baixas condições socioeconómicas das famílias podem conduzir as jovens a abandonar a escola precocemente, ou a não prosseguir para além da escolaridade obrigatória, com vista a assegurarem o cuidado de irmãos mais novos. Apesar desta situação se verificar apenas na trajetória da Paula, não sendo portanto um fator a reter na explicação do ativismo dos/as descendentes participantes na pesquisa, deve ter-se em conta que ser do sexo feminino pode ser um atributo que, à partida, reduz as oportunidades de participação na esfera pública. É um exemplo de como a estrutura social e as condições do meio podem influir nas disposições individuais para o ativismo.

Com efeito, a literatura evidencia dificuldades acrescidas à participação política das mulheres relativamente aos homens (vd. 1.2., Capítulo III). A título de exemplo, refira-se um estudo sobre participação política das mulheres em Portugal, onde se observou que elas recebem menos apoio familiar do que os homens num eventual envolvimento em atividades de natureza partidária (67,2% das mulheres inquiridas expressaram que teriam o apoio da família para 85,6% dos homens) (Martins e Teixeira 2005: 43). Num estudo exploratório centrado nas vivências de mulheres imigrantes dirigentes associativas foram expressas dificuldades no desenvolvimento do seu trabalho devido à questão cultural de não as associar a funções de liderança e à sobrecarga de tarefas domésticas e familiares, que condiciona o tempo disponível (Albuquerque 2005c: 110-111).

De igual modo, a pesquisa baseada no modelo de participação cívica permitiu concluir que, em traços gerais, as mulheres apresentam taxas de participação ligeiramente menores do que as dos homens, seja na esfera política mais restrita seja em atividades informais na comunidade, sendo também elas que demonstram terem menos tempo livre (Verba *et al.* 1995: 256, 302-303). A exceção a esta situação reside na participação em atividades desenvolvidas no quadro de instituições religiosas, não só em termos de frequência do serviço religioso como na dinamização de atividades educativas ou de assistência: a esfera religiosa é, aliás, a única onde as mulheres suplantam o ativismo do sexo masculino (*idem*: 258-259).

No entanto, a influência do fator género no ativismo não se tem revelado nas trajetórias analisadas, sendo de realçar a maior presença feminina no grupo de descendentes dirigentes associativos. Como foi notado atrás, o fator “género” deve ser perspectivado na intersecção com as condições do meio social e características das famílias, pois sendo na sua maioria agregados de baixos recursos socioeconómicos, privilegiaram o investimento na escolaridade dos/das filhos/filhas. Associado a este aspeto, encontra-se também o esforço pessoal dos/as jovens na prossecução dos estudos (a analisar adiante, vd. 2.2.).

De modo complementar, os relatos de Leonor e de Rita deixam entrever que as associações constituem espaços de socialização seguros e protegidos, porque se inscrevem nas redes de interação social dos bairros de residência. A confiança que daí resulta aparece como uma explicação plausível para a não-interdição da participação das jovens nas atividades. Outra hipótese a considerar é a maturidade e o empenho que revelam nos outros compromissos. Tal como refere Sara, para evitar entraves ao seu ativismo cívico, dedicava-se aos estudos a “200%”, conseguindo obter bons resultados nas várias atividades. Ao mesmo tempo, este relato reforça a ideia de que o apoio dos pais também decorre da valorização das iniciativas desenvolvidas pelos/pelas filhos/filhas.

*Bom, no meu caso, como é que hei de explicar? Não era propriamente “Ah, vai e tudo isso”, eu acho é que respeitam realmente as minhas opções e sabem o que estou a fazer. (...) eu mesmo na escola quando estava a estudar havia alturas em que saía da escola muito tarde, porque estávamos a pintar, a preparar os espaços, mas isso nunca podia influenciar depois os meus resultados escolares, isso foi uma coisa que eu impus a mim mesma, atenção! Porque senão eu sabia que iria ser um entrave, porque era uma coisa que eu gostava muito mas não podia prejudicar a minha escola. E nunca prejudicou! (...), não, fazia 200%! (...) Mas de resto... claro, era uma miúda, estar até às 10, 11 horas*

*da noite, ou às vezes até mais tarde, não havia telemóveis na altura, e chegava a casa e diziam "Pois, já viste as horas?" e não sei quê, havia estas conversas, mas depois iam ao evento, viam as coisas, nunca me disseram mas, pronto, lá no fundo no fundo de certeza que achavam engraçado, giro, que valeu a pena, quer dizer, acho que faz parte... são pais, aquela preocupação... e não dar sempre o braço a torcer... e acho que é uma coisa natural. (Sara)*

No próximo relato observa-se que os valores transmitidos pelo pai, relativamente ao orgulho em ser-se Cabo-verdiano e em não aceitar qualquer tipo de humilhação resultante da sua origem cultural, constituem um elemento nuclear na personalidade do jovem e manifestam-se na estratégia de intervenção cívica que desenvolve que, lembre-se, se baseia numa forte ligação à identidade africana e busca a promoção da autoestima e a valorização dos jovens descendentes de imigrantes.

*O meu pai (...) num aspeto é a pessoa mais importante nisto tudo porque desde cedo me disse "Tu és Cabo-verdiano! Tens de ter orgulho nas tuas raízes!". (...) nunca admitiu que alguém tivesse um comportamento racista! Já bateu num encarregado dele porque disse "Tu, a mim, não me chamas isto!" O meu pai já foi levado para a esquadra porque um fiscal entrou no autocarro e um miúdo não tinha bilhete e foi apanhado e o pessoal começou todo a falar "Ah esses black nunca têm bilhete" e o meu pai levantou-se contra o pessoal. (...) nesta questão é um pilar, foi ele que me ensinou "Tu nunca deves baixar a cabeça!". (Nelson)*

A experiência de Mafalda é também reveladora da influência indireta da família na sua trajetória de participação associativa, pois a mensagem transmitida pelos progenitores relativamente ao modo de encarar a vida reforça a sua motivação em concretizar o projeto que idealizou.

*Os meus pais apoiaram, a minha mãe então!... diz "Olha se os outros não querem fazer, não interessa, faz com quem está cá ou então faz sozinha, vais ver que mais tarde ou mais cedo vêm ter contigo!" Sempre apoiaram, sempre mesmo. (...)*

*Pelo menos da forma como eu fui criada e ensinada é que "Quem vai à guerra dá e leva" e se queres alguma coisa vais ter que conseguir por ti própria (...). (Mafalda)*

É interessante cruzar estes relatos com o próximo relato de Rita, pois a jovem faz destacar uma possível convergência entre os valores transmitidos pela família e os valores adquiridos por via da socialização secundária numa estrutura associativa.

*E eu não venho de uma família estruturada! (...) mas o que eu via era que a minha mãe sempre teve uma força de vontade muito grande, foi uma pessoa muito forte e acho que ela nos passou isto. (...) e o facto de nos educar e de nos dizer sempre que são as tuas competências que importam, é a tua educação, informal e formal, as duas coisas. (...) o que lhe importa é se a pessoa trabalha, a responsabilidade, isso é mais importante. E isto foi a minha mãe que me ensinou e que eu também aprendi depois na associação (...). (Rita)*

Deve então realçar-se que a família, enquanto agente responsável pela socialização primária, desempenha um papel fundamental na transmissão de normas de conduta e de valores que podem ter um contributo positivo nas opções dos/as jovens face à intervenção no espaço público. Se a influência da socialização familiar se reflete diretamente na personalidade e no quadro de valores assumido pelos/as jovens, estes constituem-se como fatores significativos na disposição para o ativismo cívico (vd. 2.2. e 2.3., adiante).

O apoio da rede familiar pode ainda traduzir-se em termos práticos, ao implicar a colaboração ativa de alguns familiares na realização de atividades. Relembre-se que Cátia e Susana referiram a ajuda materna na organização dos grupos de dança onde iniciaram as suas experiências de ativismo cívico (vd. 1.1.). O relato seguinte é revelador do papel essencial que a família pode desempenhar enquanto mobilizadora do empenho do jovem. Este relato sintetiza com clareza a importância de dois recursos no processo de ativismo cívico: a existência de apoio familiar e a oportunidade de exercer um cargo profissional como meio de assegurar a manutenção da participação cívica.

*(...) a minha família sempre me apoiou, senão nem conseguia, inclusive em muitas das atividades que fizemos era preciso fazer uma “cachupada” e era a minha mãe que fazia... o meu pai era o primeiro a fazer publicidade da associação porque estava completamente orgulhoso das coisas que a gente fazia, sem o apoio da família então não conseguia... (...)*

*Há duas formas de fazer associativismo, ou se é pago ou se tem condições familiares para fazer associativismo. (Duarte)*

O percurso de ativismo de Mafalda reflete, por outro lado, o contributo dado pela entidade empregadora na facilitação da conciliação entre o trabalho que lhe é exigido e a realização de atividades associativas. Este dado realça que não basta ter acesso a redes mas que o que se passa “no interior” dessas redes pode funcionar como incentivo ou como entrave ao ativismo. Neste caso ter um emprego não colide com o

seu envolvimento cívico, mas poderia constituir um obstáculo, ou seja, a rede oferece condições facilitadoras da participação.

*O trabalho que eu tenho agora, o facto de eu pertencer a uma associação é visto como positivo porque as conversas que nós temos são abertas e eles apoiam-me bastante, em termos morais, para continuar e eles sabem que para além do trabalho tenho o mestrado e ainda a associação, sabem que eu não paro e deixam-me conciliar as atividades. Quando é para apresentar a folha de horas do trabalho, sou sincera e digo que não fiz isto aqui porque estava a preparar qualquer coisa para a associação e eles dizem-me para compensar com horas que eu tenha feito noutra atividade. E todo o material que nós fazemos, eles mostram interesse e querem saber como podem contribuir para ajudar, em termos informais. (Mafalda)*

Por fim, refira-se que a inserção em redes facilitadoras ou com funções de suporte do ativismo cívico pode ter um efeito multiplicador: Susana refere que existe um “efeito bola de neve” (vd. 1.2.) pois a adesão a algumas atividades suscita a participação noutras. O desenrolar das trajetórias dos/das descendentes é marcado por uma sucessão de etapas que vão surgindo de forma não planeada, à medida que vão assumindo novas funções e os papéis se vão diversificando, associados à aquisição progressiva de responsabilidades nas organizações. Todavia, este processo dinâmico não se explica apenas pelo facto das redes lhes concederem oportunidades de se envolverem civicamente, pois se não demonstrassem qualidades necessárias ao ativismo nem competências úteis e adequadas às organizações não ocorreriam novos convites nem surgiriam propostas de recrutamento. Assim, se as redes onde os indivíduos estão inseridos devem ser entendidas como recursos sociais que cada um/uma utiliza ou que é capaz de mobilizar (ou não), é necessário verificar se a capacidade de mobilização desses recursos pode ser influenciada por características pessoais. Procura-se responder a esta questão no ponto seguinte.

## **2.2. Características pessoais**

A descrição sobre os momentos de adesão a atividades cívicas ou associativas fez sobressair um aspeto por todos partilhado: a capacidade de iniciativa de encetar um contacto numa associação ou de realizar uma ação para satisfazer um desejo ou necessidade pessoal (vd. trajetórias em 1.1. e 1.2.). Vimos que essa capacidade é influenciada pela posse de um conjunto de recursos, que se constituem como facilitadores do ativismo. Mas a exploração das narrativas permitiu identificar tam-

bém determinadas qualidades intrínsecas aos jovens, que podem ter estimulado a mobilização desses mesmos recursos, funcionando como fatores potenciadores do ativismo.

Os relatos de Leonor, Miguel e Nelson relativamente ao seu percurso escolar expostos atrás indicam que o mesmo contexto familiar dá origem a escolhas distintas, pois tanto ao nível da escolaridade como no envolvimento cívico, os jovens ativistas tomaram opções diferentes relativamente às dos seus irmãos.

O relato de Susana adiante apresentado vem também ao encontro da hipótese de valorização do papel das características pessoais no desencadear e na continuidade das experiências de ativismo cívico. A jovem realça a persistência necessária para prosseguir a escolaridade em famílias de baixas condições socioeconómicas e cuja adversidade do meio social “empurra” os jovens para o abandono.

*Em última análise, as pessoas sabem sempre que só não continuam [os estudos] porque não querem, claro que têm mais constrangimentos, em termos estatísticos é mais difícil, mas uma pessoa sabe que se tiver muita força consegue, pode não ser em 5, 6 anos, pode ser em 7 ou 8, mas as pessoas conseguem. (Susana)*

A avaliação feita por Susana de que continuar os estudos para além do ciclo obrigatório para jovens de bairros sociais exige um esforço maior, embora não seja uma meta inatingível, reflete a experiência de Leonor que, recorde-se, sempre teve a “aspiração de fazer um curso superior”. Note-se o empenho em “esquecer o cansaço” para integrar as várias tarefas numa agenda preenchida:

*Como é que eu conseguia conciliar?... Os meus amigos costumam dizer-me que eu não sei dizer não e acho que foi por isso. (...) mas... como é que eu hei de dizer? ... era uma paixão que tinha! pronto, e não levava muito a sério, e estava naturalmente aqui sem pensar no cansaço, sem pensar nessas coisas e tentava fazer as coisas o melhor que podia no tempo que eu tinha. Quando entrei na faculdade trabalhava 5 horas por dia e depois tinha a faculdade e depois ainda vinha para a associação e aos fins de semana, normalmente, estava a fazer coisas para a associação. (...) (Leonor)*

A capacidade em conciliar o tempo dedicado ao estudo, ao emprego (fundamental para poder pagar a faculdade) e à associação demonstra que a jovem tem competências para assumir, gerir e cumprir múltiplos compromissos, mas também revela que o esforço despendido é recompensado: por um lado, irá resultar na obtenção

do curso superior desejado; por outro, permite-lhe viver a “paixão” pelas atividades cívicas que promove e acompanha. Verifica-se, portanto, a intersecção entre características individuais e a existência de motivação para cumprir diferentes papéis. Veja-se, ainda, que Leonor avalia o seu grau de disponibilidade para a associação como algo irrealizável hoje, devido ao investimento que prefere dedicar à vida pessoal.

*Enfim, pode dizer-se que a minha disponibilidade pessoal em determinada altura permitia que eu tivesse esta disponibilidade para a associação, mas a partir do momento em que essa situação pessoal se altera, comesças a aperceber-te que o tempo que estás a dar era mais do que aquilo que eu podia dar. Só a partir dessa altura é que me comecei a consciencializar, antes os meus amigos diziam “estás a dar muito tempo, estás a desgastar-te” e eu achava que não, dizia “ah! não, isto é muito giro, estou lá a fazer coisas, a ajudar...” Só a partir do momento em que a vida pessoal começa a interferir é que adquiri essa consciência. (Leonor)*

Daqui se pode depreender que quando a motivação para prosseguir um determinado papel enfraquece por se passar a valorizar outras esferas da vida pessoal, o tempo despendido no ativismo é avaliado como superior ao que se “pode dar”. Se a jovem utiliza o termo “poder”, talvez o significado mais próximo seja antes o “tempo que se quer dar”, porque outros focos de interesse, outras motivações, outras “paixões” emergem. No relato de Sara que se apresenta mais adiante, a jovem sublinha que os relacionamentos amorosos não podem interferir no seu empenho na vida da associação, exigindo a total compreensão do valor que esse trabalho ocupa na sua vida, de modo a conciliar os diferentes afetos: para com o associativismo e para com a vida mais pessoal. Estes relatos chamam a atenção para a influência da conjugalidade na disponibilidade para o ativismo cívico, pois foi observado num estudo sobre as sociabilidades juvenis que o interesse em participar em atividades associativas se reduz à medida que a idade avança e os namoros e cônjuges assumem maior protagonismo (Pais 1996b: 189).

Prosseguindo a análise de como as características pessoais se interligam com a avaliação de benefícios resultantes da participação, veja-se o próximo relato de Miguel, onde o sentido de “responsabilidade” e o de “profissionalismo” se cruzam com as compensações que se retiram da participação associativa, como é o caso de viajar, de “conhecer a Europa”. Parece-nos que é desta mistura que nasce o “amor à camisola”.

*Não foi desmotivador porque o que eu estava a fazer era motivante que era conhecer a Europa (...) Mas sinto que tive de abdicar de alguns momentos,*

*(...) era mais algumas vivências, por exemplo às vezes tinha as saídas com os amigos para determinados sítios, um fim de semana ou assim, e não podia ir porque aquele projeto tinha de ser entregue o máximo até segunda-feira e então tinha de estar ali frente ao computador mais a equipa toda e são coisas que naquela idade se calhar seriam as últimas coisas que queríamos fazer não é? mas lá está o profissionalismo, acabamos por abdicar muitas vezes... também acaba por ser amor à camisola para conseguir que as coisas da associação sejam feitas. Sentíamos-nos no fundo um pouco responsáveis. (Miguel)*

Atente-se ainda na afirmação seguinte, que procura ensaiar uma explicação para as diferentes escolhas escolares no quadro de um contexto socioeconómico idêntico:

*(...) há um lado pessoal, há gajos que querem estudar, há o lado individual em que um gajo por mais cenas que aconteçam quer estudar, há outros para quem aquilo já não significa nada... (Nelson)*

É este empenho em prosseguir um determinado objetivo – “por mais cenas que aconteçam” – que se observa nas várias trajetórias associativas, ainda que as estratégias para os realizar se possam diferenciar. Poderá explicar-se a vontade de prosseguir os estudos com base em traços de personalidade que, ao mesmo tempo, se expressam no envolvimento em atividades cívicas e comunitárias? Não sendo possível responder totalmente a esta questão, entendemos que deve valorizar-se o papel desempenhado pelas características pessoais e indagar da possibilidade destas estarem também relacionadas com a forte motivação para aderir ao trabalho associativo.

O seguinte relato de Miguel aponta para uma qualidade pessoal que motiva o convite para aprofundar o seu papel na associação: a dedicação a tarefas que ultrapassam o projeto onde trabalha. Esta situação reflete que o tempo despendido na vida da associação envolve também atividades de voluntariado e não um mero desempenho profissional em troca da remuneração salarial correspondente.

*Algum tempo depois houve eleições e como passava muito tempo na associação e dedicava também muito tempo a outras causas que não tinham diretamente a ver só com o meu projeto mas com a atividade da associação, convidaram-me para fazer parte da lista que foi eleita e acabei por fazer dois mandatos na direção. (Miguel)*

Quando analisámos as trajetórias de Duarte, Mafalda, Nelson e Susana (vd. Figura 6, em 1.2.) sublinhou-se que dos seus relatos emanavam alguns traços psicológi-



cos relacionados com a autoconfiança, a capacidade de iniciativa e a perseverança, características confirmadas por estudos sobre ativismo cívico de imigrantes (Brown *et al.* 2007; Kotic 2007, 2008; Wu, Wang 2007). Lembra-se um excerto do relato de Duarte, por ilustrar e sintetizar atributos presentes no conjunto das trajetórias que expressam a capacidade de iniciativa para traçar objetivos e a capacidade de os prosseguir.

*A frase que eu mais oiço das pessoas das instituições que nos vão apoiando ou não é que nós somos muito insistentes (...). Acho que são várias coisas, a persistência é uma delas, mas tem a parte principal que é tu acreditares, de alguma forma, que é este o caminho que tens de fazer. (...)*

*(...) E o que me dá gozo é isso, construir, fazer do nada, porque eu tenho capacidade, eu não tenho que ir porque os outros vão, eu posso ir por onde os outros vão, mas também posso construir coisas que vejo que há necessidade de fazer. (Duarte)*

“Acreditar que este é o caminho que tens de percorrer” é uma convicção que se revelou também nas razões e motivações que deram origem ao envolvimento cívico (vd. 1.3.). Ao comparar as narrativas damos-nos conta que esta crença numa missão que se pretende levar a cabo está subjacente à tomada de iniciativa em desenvolver atividades e também quando optam por aprofundar a participação. À semelhança do que observou Kotic (2007, 2008) para os imigrantes de primeira geração, o envolvimento dos/as descendentes em atividades cívicas ou associativas parece constituir-se, em muitos casos, como um elemento definidor da sua identidade pessoal.

O relato de Sara exemplifica esta relação próxima entre a participação associativa e o autoconceito. Transmite a ideia de que o ativismo é parte indissociável do seu modo de estar na vida, razão pela qual procura afastar ou contornar os entraves que se lhe coloquem, incluindo as dificuldades colocadas pela conciliação desta atividade com a esfera mais privada da vida pessoal.

*O processo foi sempre ao contrário, eu pensar de que forma é que eu posso conseguir estar aqui, porque é isto! Todas as influências... os amigos, a família, toda a gente me dizia “Isso está a roubar-te imenso tempo” e não sei quê, até porque quando eu era voluntária toda a gente me dizia que eu era maluca! (...)*

*Isto é muito importante para mim, é aqui que eu me sinto bem, e se calhar o namorado... e tive, tive graves problemas por causa disso, para mim as coisas*

*são... eu nunca ponho em causa isto! Quando já tentei por em causa comecei a sentir-me muito mal e não conseguia sentir-me bem no relacionamento, então se as coisas para mim são assim, não é esta pessoa que vai servir para estar ao meu lado porque isto é muito claro! É isto! Os obstáculos que me vão surgindo e que põem em causa a minha prestação aqui dentro servem-me só de duas formas, ou eu ver que então tenho de abandonar ali... ou então serve-me de... como é que hei de dizer, dá-me mais força ainda para tentar superar e passar rapidamente aquela fase porque eu quero é estar bem e estar a fazer as minhas coisas aqui normalmente. (Sara)*

Também os relatos de Mafalda e Nelson corroboram esta forte relação entre a personalidade do/a jovem e a concretização de um projeto associativo como sendo uma meta incontornável, inerente à sua “filosofia de vida”. A autoavaliação de Mafalda sobre as condições necessárias para conseguir atingir esse objetivo ilumina alguns atributos pessoais já mencionados atrás, como a confiança, o empenho e a perseverança. Parece-nos importante realçar outras características que sobressaem do relato: a capacidade de fazer “por si própria” porque nada se consegue “de mão beijada” e a consciência dos “custos” que comportam a realização dos objetivos, seja a constituição e a gestão de uma associação, seja assegurar a sua independência financeira.

*A pessoa tem de ser mais forte, por mais que custe, por mais... nem toda a gente faz... o falar é muito bonito mas depois o passar à prática as pessoas começam a tomar conta de que não é assim tão fácil. Das ideias da Associação à prática custa muito! É um... exige bastante de nós. E muitas das pessoas que estiveram connosco não tiveram essa capacidade de saber continuar (...)*

*Acho que tem a ver principalmente com o perfil da pessoa, porque se queres fazer vais ter que trabalhar para o conseguir, ninguém te vai dar nada de mão beijada... é aquilo que eu tenho aprendido ao longo deste tempo. (...) Acho que depende da personalidade da pessoa. Pelo menos da forma como eu fui criada e ensinada é que “Quem vai à guerra dá e leva” e se queres alguma coisa vais ter que conseguir por ti própria e, falando de mim, muitas das coisas que eu consegui até hoje foi por mim própria, quer dizer, eu pago a minha escola e as minhas contas desde os 16 anos e sei que para ter aquilo que eu tenho hoje custou-me bastante, e sei que aquilo que eu quero atingir vai-me custar bastante, mas vou ter de o fazer porque faz parte da minha filosofia de vida. Eu não quero chegar aos 40 ou 50 anos e dizer “Ai eu podia ter feito e não fiz”, não, eu quero fazer, mesmo que seja mal fiz, não quero viver naquela eterna dúvida do “se tivesse e não fiz”... é essa a posição que eu assumo...*

*Dá trabalho, custa muito!, a pessoa dorme pouco, passa o dia a correr para conseguir conciliar 3 ou 4 coisas, não é só escola e trabalho, tens amigos, tens família... tens outras 500 coisas para fazer e tens de tentar conciliar tudo!...*  
(Mafalda)

Por sua vez, a experiência de Nelson, tal como as de Sara e Mafalda, volta a sublinhar o papel essencial que o ativismo ocupa na sua vida: se o ativismo quase o faz “perder a família”, não desiste porque se trata de uma “luta pessoal” e de realizar algo que “quer dar ao mundo”.

*Não sei por que não desistimos... muita gente que passou aqui pela associação já desistiu e nós continuamos, mas, eh pá, não sei por que não desisto... Também há muita gente que confunde associativismo com emprego, há muita gente que já trabalhou aqui e no momento em que deixaram de trabalhar nunca mais fizeram mais nada. E há pessoas a quem a associação já arranjou emprego e vêm mas não conseguem fazer só aquilo, fazem mais mil e uma cenas, estão aqui até às tantas, têm qualquer coisa nelas que as faz dar de si, e não desistem... É assim... não sei bem porque é que não desisto, mas acredito que é bué de pessoal. Eu, para fazer alguma coisa de voluntário, quase que perco a família, porque há uma questão de tempo. Isto é uma luta e quase que se perde a família. Para conciliar isto tudo... primeiro tens de ter um parceiro que compreenda muito bem, que saiba destacar o teu trabalho e a tua luta pessoal, aquilo que tu queres dar ao mundo. (...)*

*Acho que mais vale ter prioridades e perceber o que é que temos mesmo de fazer... (...) é teres um foco do que estás a fazer, sabes que tens de fazer isto com um determinado destinatário. (...)*

*E não desisto porque é um desafio brutal! (Nelson)*

A capacidade de avaliar como um “desafio” a intervenção no espaço público e junto de destinatários a quem se quer chegar, o que se subentende nas narrativas de outros jovens ativistas, parece articular-se com a crença numa missão pessoal que se pretende cumprir mediante o ativismo. Conforme Nelson também verifica, o compromisso regular com atividades cívicas exige determinados aspetos que explicam porque alguns jovens “têm qualquer coisa que os faz dar de si”, daí investirem mais tempo e revelarem maior empenho neste trabalho do que outros, que assumem o “associativismo como um emprego” sem dedicarem qualquer tempo em regime de voluntariado.

Os conteúdos das narrativas destes ativistas, tanto os que se expressam claramente como os que apenas se subentendem pela análise, deixam perceber que “aquilo que

os faz dar de si” pode derivar de traços de personalidade que favorecem a predisposição para se envolverem em atividades coletivas de índole associativa ou cívica.

A leitura interpretativa e cruzada dos relatos conduziu à identificação de atributos individuais que, no nosso entender, funcionam como alicerces da capacidade de mobilizar os recursos por parte dos/as jovens, recursos esses indispensáveis ao desen- cadear e aprofundamento das experiências de participação cívica:

- capacidade de iniciativa;
- maturidade e convicção para traçar objetivos<sup>(\*)73</sup>;
- autoconfiança e segurança para tomar decisões<sup>(\*)</sup>;
- dedicação e empenho face aos compromissos<sup>(\*)</sup>;
- perseverança e força de carácter perante as dificuldades<sup>(\*)</sup>;
- consciência da necessidade de esforço pessoal para usufruir de resulta- dos desejados<sup>(\*)</sup>;
- responsabilização pelos compromissos a cumprir.

Interessa notar que a maior parte destes traços estão associados à inteligência emo- cional e cada um deles, por si, pode ser um indicador do que na Psicologia Social se designa por “locus de controlo interno”, isto é, a crença ou convicção que a ação individual produz efeitos e que o indivíduo é responsável pelas suas ações (Rotter *cit. in* Neto 1998: 243-244). A sensação de controlo sobre a vida, aliás, tem sido identi- ficada como uma condição propiciadora da participação (Inglehart e Kellerhals *cit. in* Delicado 2003: 237).

Estas características nem sempre são expressas pelos/as ativistas, estando latentes no conteúdo dos seus relatos. Entende-se que devem ser interpretadas como signi- ficativas porque, na verdade, sem capacidade de congregar terceiros para a concreti- zação de um projeto, que até pode nascer como projeto individual, não seria possível manter uma associação em atividade, nem desenvolver de forma tão continuada no tempo iniciativas informais que colhem o interesse e a adesão de um público muito mais vasto do que o grupo de indivíduos envolvido na operacionalização das mesmas. Daqui se pode depreender que estes traços podem também refletir personalidades

73. Os traços assinalados com (\*) correspondem à definição de inteligência emocional proposta por Goleman (1997).

carismáticas e com capacidade de liderança<sup>74</sup>. Importa ainda considerar a possibilidade dos traços de carácter identificados terem sido fortalecidos ao longo do processo de crescimento pessoal que acompanhou a acumulação de experiência no contexto da participação associativa (conforme se analisa mais adiante, vd. ponto 3).

Voltando ao estudo sobre voluntariado em Portugal, identificou-se nos relatos de alguns voluntários uma “disposição incorporada ou traço de carácter que é definido pelos próprios como uma ‘vocação para a liderança’” (Almeida, Ferrão, Delicado 2002: 188). A importância da capacidade de liderança e da convicção de que é possível obter resultados pela iniciativa individual, mesmo não sendo reconhecidas pelos indivíduos como atributos pessoais, converge com a seguinte reflexão:

“O facto de o voluntário agir sobre a vida de outrem, de escolher participar num meio relacional (que exige frequentemente a interação com os beneficiários e com outros voluntários), de a atuação requerer um certo grau de iniciativa própria e tomada de decisões, implica que o voluntário terá de ter de si uma perceção da realidade social como suscetível de ser transformada” (Kellerhals *cit. in* Almeida, Ferrão, Delicado 2002: 188-189).

É nesta lógica que se pode argumentar que parte do sucesso das trajetórias associativas se deve a qualidades individuais “especiais”; especiais no sentido de não serem atributos partilhados pela maioria estatística da população, mas que estão inscritos nas biografias daqueles cujas escolhas de vida passam pela participação na esfera pública. Com efeito, a literatura científica tem registado que apenas uma minoria de cidadãos se envolve ativa e diretamente em organizações da sociedade civil, padrão que as reduzidas taxas de participação em associações confirmam para a realidade portuguesa<sup>75</sup>.

Cruzando a análise das características pessoais com a das razões e motivações subjacentes ao ativismo dos/das descendentes, torna-se perceptível a existência de traços de personalidade relacionados com um carácter extrovertido e sociável, designa-

74. António Damásio afirma, por seu lado, que o carisma dos líderes está inscrito na biologia, justificando o ascendente dessas pessoas sobre outras: “Uma das razões por que algumas pessoas se tornam líderes e outras seguidoras, por que algumas comandam respeito e outras se acobardam, tem muitas vezes pouco a ver com os conhecimentos ou aptidões dessas pessoas, mas muitíssimo a ver com qualidades físicas que promovem certas respostas emocionais nos outros.” (Damásio 2003: 65-66).

75. Razão para vários autores defender que existe um fraco exercício da cidadania política. Cf. Cabral 1997, 2000; Cruz 1995; Delicado 2003; Vala et al. 2003; Viegas 2004 (vd. ponto 1.2., Capítulo III).

damente: a curiosidade em aprender e em conhecer atividades e pessoas diferentes; o gosto de conviver; o interesse em atividades de grupo, que implicam um espírito de partilha; enfim, a disponibilidade em relacionar-se socialmente, sendo que em alguns casos o associativismo estimulou ou reforçou um interesse em *chegar(-se)* aos outros.

Entender o associativismo como um meio de se aproximar dos outros torna-se mais saliente na análise das experiências significativas (vd. em particular 3.3.), podendo ser brevemente ilustrada pelo próximo relato.

*(...) nessas reuniões partilhávamos como tinha sido a nossa semana, os nossos trabalhos, as nossas dificuldades e acabava por ter um papel de, digamos, no meu caso, de integração social e um papel de estabelecimento de relações e de amizades, porque quando gostamos das pessoas acabamos por ter mais vontade de continuar a fazer mais trabalho. (Miguel)*

Estes aspetos estão associados à valorização da interação social e da sociabilidade em redes extrafamiliares, subentendendo-se que estas funcionaram como estímulo para aderir a atividades, encetar contactos em associações ou operacionalizar os próprios projetos. A valorização da interação pode indicar que o envolvimento cívico constitui uma oportunidade de integração social, ao permitir ao indivíduo aproximar-se dos outros e fortalecer a sua rede de apoio. É interessante apontar aqui que Lipovetsky argumenta que o “prazer de ir ao encontro do outro” (*cit. in Delicado 2003: 227*) é um dos principais motivos inerentes à ação voluntária nas sociedades marcadas pelo novo individualismo, acrescentando que “o novo individualismo não erradica a compaixão e o desejo de ajudar os semelhantes, apenas os junta à busca de si próprios” (*idem: 202*). Este raciocínio remete ainda para um aspeto que evidenciámos anteriormente: o ativismo enquanto elemento definidor da identidade pessoal de alguns jovens, emergindo como elemento indissociável do seu modo de estar na vida.

Os traços de carácter ligados à sociabilidade podem, de igual modo, denotar personalidades com carácter altruísta e empáticas, tal como proposto na análise de Kasic (2007, 2008), uma vez que muitas das experiências de ativismo têm como objetivo a realização de ações às quais subjaz uma atenção ao outro.<sup>76</sup>

76. Vd. próximo ponto, onde se analisa o papel da motivação e das suas dimensões “egoísta” e “altruísta”.

Em suma, a leitura transversal dos diferentes sentimentos que os jovens expressam face à intervenção cívica ou associativa leva-nos a afirmar que as características pessoais se revelam fatores significativos neste processo porquanto as atividades em que se empenham detêm um elevado valor na afirmação da sua identidade pessoal e cumprem uma função essencial na organização íntima das aspirações e expectativas sobre o seu papel na sociedade. Dito de outro modo, os traços individuais espelhados nas personalidades destes jovens funcionaram como catalisadores das trajetórias associativas, mas o efeito destas características pessoais no envolvimento cívico tem de ser analisado na sua relação com a convicção que sentem pelo contributo positivo do trabalho que desenvolvem, ou seja, tem de se integrar na análise o fator 'motivação'.

### **2.3. Motivação**

Conforme aflorado na secção antecedente, as narrativas que os/as descendentes constroem sobre os seus percursos transmitem a convicção de que o trabalho cívico ou associativo que têm desenvolvido se reveste de funções significativas, desde logo e em primeiro lugar para si próprios, mas também para os grupos a quem se dirigem, ou para a sociedade no seu todo. Relatam o valor que o associativismo ou ativismo cívico assume na vida pessoal, o que, como referido, pode ser interpretado como elemento estruturante da identidade. Esta valorização, articulada com a crença no efeito positivo da ação individual e coletiva, justifica a opção de prosseguir um caminho que, sendo difícil, não se pondera abandonar, pelo menos num futuro próximo.

Nesta perspetiva, será razoável pensar que, na ausência de motivação, a posse de atributos como dedicação, autoconfiança ou perseverança daria lugar à continuidade do ativismo cívico? Certamente muitos jovens detêm estas qualidades, mas utilizam-nas em prol de objetivos de outra natureza, como o desporto, os estudos, uma profissão, uma arte, um *hobby*. Conforme sublinha Braga da Cruz (1990: 237), indagar sobre a motivação subjacente à ação política exige considerar os valores aí expressos, pois a mobilização política, independentemente das formas que possa assumir, "faz-se sempre em torno de valores".

Relembrando as razões e motivações que conduziram ao início e à continuidade do ativismo<sup>77</sup>, constata-se que existe uma articulação entre motivos mais "egoístas",

77. Foram apresentadas as seguintes razões e motivações para a continuidade do ativismo cívico: gosto pelas atividades e funções desempenhadas; identificação com o trabalho da associação; estabelecimento de amizades e de laços afetivos; acesso a experiências e a redes internacionais como

pela procura em satisfazer necessidades individuais – que podem passar pelo acesso a atividades lúdicas, culturais ou formativas, ou mesmo um emprego – e motivos mais “altruístas”, traduzidos na preocupação em resolver problemas que afetam o meio social onde os jovens se inserem.

Mas vimos também que na motivação para o ativismo pode coincidir a satisfação de uma necessidade individual, ao mesmo tempo que se desenvolve uma ação destinada ao bem-estar de outros. A origem do envolvimento cívico de Duarte exemplifica o equilíbrio entre interesse individual e interesse coletivo, assumido de forma consciente.

*No bairro (...) não havia água nem luz. (...) Quando nós começámos a construção da conduta foi porque se chegou à conclusão que aquela situação não era viável porque o bairro já tinha umas 60 casas. E foi aí que se originou a constituição da 1ª comissão de moradores. (...)*

*Aquilo era para benefício de toda a gente, tanto meu, da minha família, porque vivíamos no bairro, tudo o que era benéfico para o bairro era benéfico para as pessoas. Eu estava a beneficiar a minha família ao mesmo tempo que estava a beneficiar todos os outros. (Duarte)*

Se esta experiência tem um carácter de voluntariado, idêntica conciliação de interesses pode ocorrer em situações de “ativismo profissional”. Tome-se como exemplo a oportunidade de inserção profissional na associação onde se colaborava voluntariamente: se a subsistência económica que daí advém produz efeitos pessoais, é essa estabilidade que permite uma dedicação mais empenhada e regular em prol do desenvolvimento do bairro onde se intervém. Além disso, pode observar-se que existe uma reciprocidade entre o benefício pessoal de obter um emprego e o prazer de trabalhar com vista a atingir objetivos de bem-estar social, numa instituição com a qual o/a jovem se identifica exatamente por ter uma missão de intervenção social e política.

Numa primeira avaliação, e considerando as características pessoais que influem positivamente no processo de participação (vd. 2.2.), dir-se-ia que estamos perante jovens que revelam personalidades fortes e empáticas, manifestando uma elevada disponibilidade e atenção para com os outros, mediante a sua intervenção cívica com

forma de alargar horizontes; acesso a um emprego, ao qual se alia o interesse de subsistência económica com a afinidade afetiva pela função desempenhada; sentido cívico na tarefa de desenvolvimento dos bairros onde residem, face à insuficiência ou mesmo ausência da ação estatal; sentido cívico como missão de alertarem para problemas que afetam os jovens, em particular, e os Africanos, em geral; consciencialização sobre a utilidade desta intervenção como meio de participação política com objetivos de integração (vd. 1.3. deste capítulo, em particular Figura 8).



vista ao bem comum. No entanto, tal como refere Nelson, não é necessariamente um sentido altruísta que orienta a ação, pois o que se faz pelos outros, faz-se, em primeiro lugar, para “se alimentar a si próprio”.

*(...) é perceber o que estás a fazer e de entre o que estás a fazer perceber o que é importante para ti como pessoa, porque isto é a minha alimentação também! Eu não sou o gajo altruísta que vem para aí com essa coisa de vir ajudar, eu adoro fazer isto!, é o meu modo de viver, e estou a fazer uma coisa que eu curto. Não estou a ajudar ninguém, estou a ajudar-me! porque tenho de me libertar de experiências com que cresci e que não curti... (Nelson)*

A autoavaliação que, com lucidez, o jovem apresenta, confirma o que outros estudos sobre participação e voluntariado têm sublinhado: a coexistência entre altruísmo e individualismo. A investigação tem demonstrado que embora os indivíduos possam expressar mais facilmente motivos altruístas para a sua adesão a atividades voluntárias, de beneficência ou cívicas, o altruísmo apresenta frequentemente uma “componente de autoajuda e de interesse próprio” (Krebs e Wuthnow *cit. in* Delicado 2003: 226-227).

Na verdade, as narrativas dos/das descendentes ativistas não escondem o interesse pessoal que orienta os primeiros passos no ativismo. Bem pelo contrário, deixam claro que a adesão a atividades em curso nos bairros de residência ou a iniciativa em concretizar ações de natureza cívica corresponde à satisfação de necessidades individuais. Mas constituem também um exemplo de que *fazer para os outros* e *fazer para si próprio* podem coincidir, aspeto que se torna mais perceptível ao considerarmos a importância da interação social e das sociabilidades comunitárias na motivação para o envolvimento cívico, tanto na fase inicial como na sua continuidade (vd. Figura 8).

A conciliação entre interesse próprio e motivações que expressam valores morais foi demonstrada num estudo sobre o voluntariado em Portugal, onde se observa que alguns dos motivos apresentados pelos voluntários são idênticos aos dos descendentes ativistas: aquisição de conhecimentos e capacidades; participação em atividades culturais e recreativas (incluindo viagens); estabelecimento de redes sociais; sentimentos de bem-estar por ajudar; crescimento pessoal, associado a valores altruístas e morais (Almeida, Ferrão, Delicado 2002: 194-195; 201-204).

Independentemente do grau de altruísmo ou de egoísmo subjacente à motivação para prosseguir o ativismo, encontram-se associados dois aspetos: uma avaliação positiva da intervenção cívica na promoção das condições da população abrangida e do meio social onde esta decorre; uma crença na capacidade e responsabilidade

individual, que se pode associar a um “locus de controlo interno” (vd. 2.2. neste Capítulo). Ora, estes aspetos são contemplados pelo modelo de Verba e coautores (1995: 272), no qual a motivação se refere ao envolvimento psicológico na esfera política, podendo traduzir-se em valores que enfatizam o papel do indivíduo no esforço coletivo de realização de bem-estar. Por sua vez, na proposta de Triandafyllidou e Vogel (2005: 23), a motivação é expressa por uma predisposição para participar ou pela avaliação feita individualmente de que a participação é vantajosa e dela se retiram benefícios, o que converge com as razões e motivações enunciadas pelos/as jovens ativistas.

Numa outra perspetiva, o ativismo pode estar também associado a temas ou causas que interpelam os indivíduos a participar nessa área específica, assumindo-se assim como fatores que reforçam a motivação em exercer um papel interventivo na esfera pública.

Verba e coautores designam estes temas como “*issue engagements*” (temas de envolvimento cívico), definindo-os como compromissos políticos que estimulam a participação e que podem emergir do interesse do indivíduo em determinados assuntos ou do facto do próprio ativista ser um potencial beneficiário de uma dada ação ou política estatal (Verba *et al. op. cit.*: 391-415). A sua influência enquanto catalisadores do envolvimento ocorre na direta medida em que incentivem o indivíduo a intervir na esfera pública, com vista a influenciar as políticas nessa área. O grau em que estes assuntos se revelam como mobilizadores do ativismo depende, por sua vez, das convicções do sujeito face à utilidade da ação individual ou coletiva na vida política e do acesso a recursos facilitadores da participação. A pesquisa desenvolvida exemplifica este facto pelas distintas estratégias dos beneficiários de prestações sociais: auferir esses benefícios poderia ser uma condição para se empenharem na intervenção política como forma de os garantir ou reforçar; no entanto, apenas aqueles que demonstram ter recursos adequados ou que acreditam que a sua ação surte efeitos na vida política (ou ambos os aspetos) assumem um papel interventivo.

Este raciocínio é confirmado quando confrontado com as razões enunciadas pelos inquiridos no estudo para não desenvolverem qualquer participação na vida cívica: desinteresse pela política; medo das consequências de um eventual envolvimento; crença de que a política não tem utilidade para as suas vidas e de que a participação política não produz resultados (*idem*: 131). As razões mais representativas estatisticamente foram, contudo, a falta de tempo e a preferência em usar o tempo de outras maneiras que não o ativismo cívico (*ibidem*).

Os temas de envolvimento cívico (*issue engagements*) podem ser equiparados aos “motivos situacionais” analisados por Konic (2007: 15-19), pois radicam em experiên-

cias problemáticas vividas pelos imigrantes no país de acolhimento que despoletam a ação individual e a coletiva como meio de as enfrentar. Os participantes nesta pesquisa indicaram vários temas que norteiam os objetivos da sua intervenção: promover a consciência sobre a situação dos imigrantes; ajudar a resolver os problemas “da comunidade”; combater as discriminações; promover a imagem positiva do grupo de pertença, aspeto diretamente relacionado com a tentativa de construir uma autoestima positiva.

Partindo das razões e motivações apresentadas como justificativas da continuidade do ativismo dos/as descendentes é possível identificar alguns “motivos situacionais” ou “temas de envolvimento cívico relevantes”. Os motivos que sobressaem relacionam-se com a melhoria das condições dos bairros onde residem e com a procura de resolução de problemas que afetam os jovens africanos. Embora os/as jovens ativistas sejam também beneficiários da intervenção, as ações que realizam produzem efeitos positivos mais alargados, atingindo a população residente num dado bairro, em geral, ou outros jovens descendentes, em particular. Exemplificam-se estas situações adiante.

*A associação, também para preencher a lacuna daquele bairro social, porque entretanto tivemos as instalações, tínhamos um bom espaço (...) e então começámos a preocupar-nos com outro tipo de questões, como: para onde vão as crianças?, que respostas dá este bairro aos filhos dos imigrantes com situações legais complexas?, que respostas é que dá em termos de diversificação das atividades de tempos livres? Porque há uma característica, há uma identidade cultural que acima de tudo por sermos Portugueses ou por estarmos em Portugal não queremos perder. Independentemente de uns serem de Cabo Verde e outros de Moçambique, somos Africanos e portanto queremos preservar esta identidade e queremos que os nossos filhos e netos também partilhem desta identidade (...) (Susana)*

*Aquilo que é também muito interessante são casos do tipo do M., que é um miúdo ex-recluso, com o 9.º ano, que acompanhamos desde que saiu da escola, conseguimos que fizesse um curso profissional de metalomecânico, esteve preso, quando saiu da prisão fizemos uma espécie de tutoria e neste momento já arranjou trabalho, contra todas as expectativas. Ontem ele disse-me isso, mal eu cheguei, e nisso já ganhas o dia! Ganhas o dia por muito que saibas que igual a ele há milhares que não conseguem! Mas ganhas o dia porque são pequenas vitórias, nem são vitórias, são pequenos achados, pequenas conquistas. (Nelson)*

*Já conseguimos tirar muitos jovens da rua, temos muitos projetos “bem passar kum nós”, aqueles miúdos que os professores não conseguem trabalhar com eles na escola, nós trabalhamos com eles aqui, são jovens que a gente já vê que se vão encaminhando para uma vida má e tentamos ocupá-los numa coisa, é claro que não dá certo com todos, como em todo o sítio, mas conseguimos que muitos vão para uma vida melhor. (Paula)*

*Eu sei que eu aos 16 anos não estava na mesma situação de outras raparigas, que engravidam por exemplo, e o apoio que eu tinha por trás não é o mesmo apoio que têm, porque conheço as famílias, e agora o que eu posso fazer é dar-lhes achegas... de as fazer trabalhar enquanto pessoas, de crescerem enquanto pessoas e em responsabilidade, de pensar no que têm de fazer porque têm uma criança, enquanto pessoa tu tens de dar o pulo! (Rita)*

As narrativas ilustram compensações materiais (traduzidas por objetivos concretizados) e compensações imateriais (resultantes dos sentimentos de sucesso pelos objetivos alcançados), sendo a mescla de racionalidade e afetividade que justifica o empenhamento dos/as jovens no papel de ativistas. Com efeito, a resolução de problemas que afetam diretamente a sua vida pessoal ou a melhoria das situações de outros jovens permite-lhes “ganhar o dia em vitórias, que nem são vitórias, são pequenos achados, pequenas conquistas”. Note-se que embora os resultados sejam considerados insuficientes, pois não permitem resolver questões estruturais, não são motivo para desistir do projeto de intervenção cívica.

Se Verba e coautores (1995) defendem que a participação política é um processo multidimensional que exige a mobilização de diferentes ordens de fatores, a sua análise conclui pela valorização do papel dos recursos como principais catalisadores do processo de participação. A motivação, ou envolvimento psicológico nas palavras dos próprios autores, pode constituir um fator potenciador mas ser também o resultado da existência de recursos. De qualquer modo, os autores definem o processo de participação cívica como o resultado da interligação entre uma vontade e uma capacidade para participar.

Ora, a exploração analítica das narrativas que tem vindo a ser desenvolvida não confirma o papel dos recursos como fator principal na catalisação do ativismo, orientando-se num sentido distinto para afirmar que a vontade (a motivação), assume um papel tão significativo como a capacidade (os recursos). Sustentamos esta interpretação no facto das primeiras experiências em atividades de cariz associativo se terem dado em idades muito jovens e estarem relacionadas com a vontade de estar

envolvido nas atividades em oferta no bairro de residência ou de concretizar projetos para satisfazer necessidades sentidas pelos próprios. Certamente que algumas das experiências associativas têm origem em oportunidades disponíveis no meio social dos jovens e se estas não existissem a vontade de nelas participar não seria considerada. Mas, vários casos analisados mostraram que a iniciativa ocorre exatamente pela ausência de equipamentos culturais ou atividades em curso.

Por outro lado, o envolvimento inicial, exatamente por se ter dado precocemente, permitiu que os/as jovens desenvolvessem competências à medida que foram participando, sendo esse processo de aprendizagem que conduziu ao reforço da capacidade para participar. As trajetórias são marcadas por um processo gradual e cumulativo de aquisição de saberes que, ao mesmo tempo, se constituem como fatores facilitadores da continuidade e do reforço da participação, nomeadamente por contribuírem para a avaliação positiva da experiência de ativismo, considerada em si mesma.<sup>78</sup>

Entendemos que o papel desempenhado pela motivação para o ativismo subjacente às trajetórias dos/das descendentes, decorre da influência simultânea e recíproca das seguintes situações:

- a existência de qualidades pessoais, que medeiam a utilização de determinados recursos a favor da intervenção na esfera pública, através da concretização de objetivos cívicos para os quais os/as jovens sentem uma elevada motivação;
- a avaliação positiva das atividades onde se envolvem e do papel ativo que assumem no seu contexto social, sendo o prazer que daí advém um estímulo para manterem e investirem na participação.

Não deve, porém, ser esquecido que é a existência de recursos que permite mobilizar as qualidades pessoais para o ativismo (vd. 2.1.). De igual modo, também as características pessoais (vd. 2.2.) se cruzam com as aprendizagens que se pretendem transmitir e que sustentam a intervenção cívica (vd. 3.3.).

Enfim, há que valorizar a influência recíproca entre diferentes fatores, em detrimento da tarefa de identificar o elemento preponderante na cadeia de causalidade, sublinhando a exigência de perspetivar as trajetórias associativas como sendo reflexo “tanto da possibilidade *objetiva* como da vontade *subjéctiva* de tomar parte no processo de produção de decisões políticas” (Cruz 1985: 186).

78. Vd. 3.1. e 3.2., onde se analisam as experiências significativas no associativismo e o modo como se processam as aprendizagens que daí resultam.

## 2.4. Síntese do processo de catalisação do ativismo

Tendo em mente as conclusões do estudo de Verba, Schlozman e Brady (1995), que colocam a posse de recursos na primeira linha da cadeia causal do processo de participação, não se pode afirmar que os recursos tenham assumido um papel mais preponderante na explicação da génese e da continuidade das trajetórias dos/as descendentes, em detrimento da intervenção de características pessoais ou da motivação. Lembre-se que as características pessoais e a motivação são elementos-chave para compreender a iniciativa de alguns jovens na concretização das primeiras experiências de ativismo cívico. Os resultados da presente pesquisa aproximam-se mais das conclusões de Triandafyllidou e Vogel (2005), que defendem que o processo de ativação da participação política se baseia na conjugação entre fatores individuais e estruturais, não atribuindo primazia a nenhuma dimensão.

Recorrendo à imagem de uma meada cujos fios não se podem dissociar, sustenta-se que as trajetórias associativas analisadas se alicerçam numa conciliação indissociável entre capacidade e vontade: a posse de determinados recursos capacita os/as jovens para participar; a vontade que emana das características e motivações pessoais conduz à mobilização dos recursos disponíveis para desenvolver atividades cívicas, ao invés de um investimento em atividades de outra natureza.

A coerência entre os fatores individuais que operam significativamente neste processo – recursos, atributos pessoais e motivação – permite a aquisição de disposições que favorecem o empenho social e cívico dos/das descendentes ativistas, estimulando e agilizando as trajetórias. Paralelamente, as dinâmicas associativas e comunitárias em curso nos bairros e o acesso a programas de apoio ao associativismo, por via do reconhecimento legal e institucional das associações de imigrantes e descendentes como atores sociais e políticos, criaram oportunidades de inserção profissional. Da convergência entre estes fatores resulta a sustentabilidade e a continuidade dos percursos de participação cívica.

A interação entre elementos que se reforçam reciprocamente conduz ao que designamos por *sistema de catalisação do processo de ativismo cívico ou da participação associativa*. Neste sistema dinâmico, é a reciprocidade de influências entre as condições e traços facilitadores do ativismo que funciona como catalisador da participação, e não um fator que opera de modo isolado ou que assume um papel preponderante desprezando o contributo de outros aspetos.

A Figura 9 apresenta os fatores que intervêm positivamente no processo de catálise da participação associativa analisados ao longo do capítulo, enquadrando-os no

modelo de análise elaborado (vd. Figura 1, Capítulo I) e introduzindo as modificações induzidas pela apreciação do material empírico.

Pode observar-se, como se sugeriu inicialmente, que os fatores individuais são influenciados por condições estruturais. Se no caso das redes esta ligação é muito direta, pois as redes não existem “fora” de um contexto social, regista-se uma relação um pouco mais imprevisível na influência das condições socioeconómicas sobre a motivação para o ativismo, traduzindo o que identificámos como motivos situacionais. Um outro fator interessante que emerge dos resultados é a valorização da escolaridade por parte de famílias de baixo estatuto social residentes em bairros degradados e de habitação precária, que constituiu o fator-chave para a qualificação dos/as jovens, sendo essa qualificação um dos recursos facilitadores da participação.

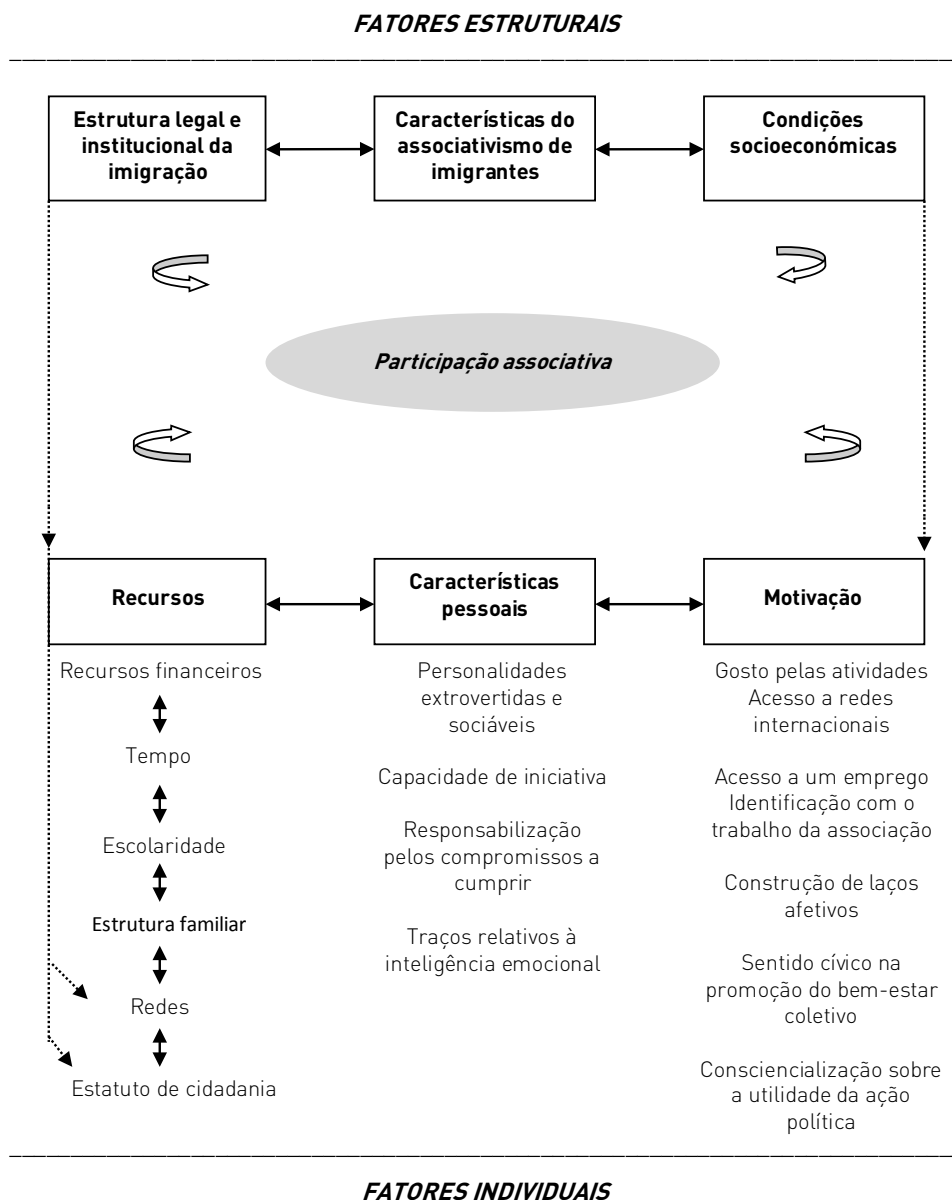
A Figura 9 chama também a atenção para a reciprocidade de influências entre as características pessoais e a motivação, por se entender que é essa dinâmica que permite a mobilização dos recursos para o ativismo. Depreende-se da análise das trajetórias que na ausência destes fatores, a posse de recursos, por si, seria insuficiente para justificar a continuidade das experiências associativas, o que ilustra a convergência entre capacidade e vontade enquanto dimensões essenciais do processo de participação.

### **3. EXPERIÊNCIAS NO ASSOCIATIVISMO**

A pesquisa desenvolvida no contexto nacional e internacional sobre o papel do associativismo de imigrantes e descendentes tem confirmado que este constitui um instrumento significativo na promoção da sua participação e cidadania. Paralelamente, existe um amplo debate científico sobre os efeitos do ativismo cívico na construção da democracia, em que cidadãos participativos e organizações da sociedade civil dinâmicas constituiriam os seus alicerces. Todavia, provar empiricamente esses efeitos não é tarefa fácil, pois os estudos que têm procurado compreendê-los centram-se na análise de associações que se mantêm ativas e que, logicamente, defendem o valor da sua intervenção, bem como na avaliação dessa ação pelos sujeitos ativistas, que, por sua vez, constituem exemplos de cidadãos empenhados na prática da cidadania.<sup>79</sup>

79. Vd. Capítulo III, onde se apresentam as questões inerentes a este debate e os resultados obtidos em vários estudos sobre associativismo, tanto no plano local como internacional.

Figura 9 - Sistema de catalisação da participação associativa





Considerando estas dificuldades na operacionalização da presente pesquisa, entendeu-se que as experiências que os/as jovens ativistas foram adquirindo ao longo das suas trajetórias constituem um meio de analisar os efeitos que a participação cívica pode induzir. De modo a compreender o papel das experiências nas trajetórias individuais e na intervenção que desenvolvem no meio social, procedeu-se à análise das narrativas em torno dos seguintes objetivos: identificar as experiências avaliadas como significativas pelos jovens; analisar o modo como essas experiências se processam; compreender se e como os efeitos que as experiências provocaram ao nível pessoal são mobilizados pelos jovens ativistas em termos coletivos.

### 3.1. Aprendizagens e pessoas significativas

No capítulo anterior, confirmou-se a argumentação avançada por Verba e coautores (1995) quanto ao papel das redes sociais na catalisação do envolvimento cívico dos descendentes. Verificou-se que as redes onde os/as jovens estão inseridos favoreceram o ativismo porquanto oferecem oportunidades de adquirir competências adequadas e necessárias à sua participação cívica. Destes resultados se depreende que é importante olhar para o que se passa “dentro” das redes de modo a esclarecer como concretizam o papel de facilitador.

As oportunidades de formação que ocorrem pelo acesso às redes associativas e às quais não se teria acesso a partir de outros espaços de socialização, nomeadamente pelas difíceis condições socioeconómicas das famílias, são destacadas no próximo relato:

*O que me marcou mais foi tudo! Porque se calhar se eu não estivesse aqui não tirava o 6.º ano e se calhar não tinha tirado o 9.º ano, foi uma etapa. (...) os meus irmãos passaram todos por aqui, todos tiveram uma formação aqui, porque para nós a associação é como se fosse uma segunda família. (...) ficámos todos por aqui e todos conseguiram fazer formação. Eu acho que é uma coisa que vai ficando nas pessoas. (Paula)*

As narrativas dos/das descendentes ativistas revelam que a associação pode constituir-se como espaço que possibilita a aquisição de competências distintas das de outra entidade profissional, razão que aumenta a motivação para privilegiar o trabalho nesse contexto em detrimento de outras hipóteses. O relato seguinte faz a comparação entre estruturas profissionais de natureza distinta que desenvolvem o mesmo tipo de intervenção, ambas no setor social, para evidenciar que o trabalho na

associação apresenta um maior grau de exigência pelas situações que os/as técnicos têm de enfrentar, permitindo assim adquirir uma formação mais completa.

*Há pessoas que já saíram daqui mas elas até dizem que a associação é um local em que puxa muito (...). Há pessoas que saíram porque a associação é uma IPSS, não paga tão bem, e saíram por causa do ordenado, mas há muitas que saíram daqui que disseram que preferiam mil vezes trabalhar aqui do que noutro local porque a pessoa tem de aprender muito mais, saem daqui e vão com uma experiência, uma bagagem muito maior, (...) dizem que isto não tem comparação com as outras coisas lá de fora... (Paula)*

É a oportunidade de adquirir “uma bagagem muito maior” que funciona como compensação, ao mesmo tempo que se desvaloriza o fator monetário. Deste relato se pode depreender também como a gratificação do trabalho desenvolvido se pode basear em aspetos simbólicos e não apenas, ou não necessariamente, numa avaliação utilitarista num sentido estritamente material, como aflorado noutros momentos.

Os próximos relatos clarificam o modo como a intervenção num espaço associativo permite adquirir competências úteis ao exercício de uma profissão ao mesmo tempo que desempenham um papel importante no crescimento pessoal, designadamente por estimular a capacidade de organização e a tomada de decisões. Duarte sublinha ainda a exigência que a gestão de uma associação implica, pela multiplicidade de funções que um dirigente tem de assumir em simultâneo, pressupondo capacidades de análise, avaliação e decisão, e competências sociais para intervir e dar resposta aos problemas que surgem diariamente.

*Depois, [aprendi] questões muito práticas, a ser organizada em termos de ideias, a saber muito claramente o que é que eu quero, para onde é que eu tenho de ir, o que é que tenho de fazer, a ter as ideias muito bem arrumadas, não me perder muito... porque não há hipótese! Nós temos problemas concretos, temos é que os resolver logo na hora e isto de estar aqui na associação, o ter que decidir, deu-me muita, pronto, muita estaleca, digamos assim, e isso aprende-se muito aqui dentro. E isto é que foi muito importante. (Sara)*

*No outro dia estava a pensar que eu podia vir cá para fora abrir uma empresa! por que não? A minha irmã fez uma licenciatura em gestão de empresas e está sempre a perguntar-me como é que as coisas funcionam! (...) ela já chegou à conclusão, e eu também já lhe tinha dito, que se calhar o melhor sítio para ganhar bagagem é ali onde a gente está e depois um dia ir gerir uma empresa.*

*Porque tu aqui só tens dificuldades... e consegues lidar com tudo, os recursos humanos, os meios financeiros, o espaço, os vários projetos, as várias candidaturas... (...) acho que o meio associativo dá-nos uma grande bagagem que a nível empresarial só as empresas de topo é que têm esse nível de exigência. Porque todos os anos temos de justificar o dinheiro que recebemos, há empresas que não têm a contabilidade organizada, por isso acho que se for dirigir uma pequena e média empresa a diferença não é grande. E também noto do conhecimento que tenho que as outras pessoas também não sabem muito mais, no terreno tu aprendes bastante. (Duarte)*

Adiante, sublinha-se de novo as oportunidades de formação que a associação disponibiliza, mas aponta-se para outro elemento significativo que daí decorre: a interação social é, também, uma fonte de aprendizagem. Sara diz de outro modo algo que pela afirmação anterior de Paula se intui: as pessoas com as quais se trabalha e o contexto social onde se trabalha são fonte de conhecimento.

*E gosto de estar em constante formação, eu estar em formação, quer dizer, é curioso porque nós achamos que estamos sensíveis e que não cometemos alguns erros... (...) Não podemos achar que sabemos tudo! O facto de estarmos aqui dentro, de estarmos em contacto com as pessoas, temos muito a aprender com eles, nós precisamos de ser humildes, precisamos de nos aperfeiçoar, precisamos de aprender e isto é um processo constante. (Sara)*

A influência do contexto associativo nas personalidades e competências dos/das jovens faz-se também pela interação com os colegas, conforme se ilustra a seguir. Note-se que a transmissão de conhecimentos por via da interação intergeracional é contextualizada pelas situações concretas a gerir no quotidiano. O acompanhamento da estratégia seguida pelos ativistas mais experientes e o envolvimento dos/das jovens em várias etapas do processo de resolução de problemas confirmam as oportunidades de formação inerentes à intervenção associativa.

*Uma coisa que ainda deu bastante trabalho foi por a luz legal, porque tínhamos de ir casa a casa fazer certificação de instalação elétrica, ir lá o electricista verificar se a instalação estava completamente segura para poder fazer os contratos. Foi também seguir todo o processo de instalar o esgoto provisório, melhorias de ruas. No âmbito do PER seguíamos algumas situações mais graves e fazíamos a ponte com as entidades no sentido de encaminhar esses casos mais difíceis, éramos chamados para reuniões, normalmente tínhamos uma boa comunicação, particularmente com a Câmara. Eu normalmente era*

*a secretária, ia sempre o presidente ou, quando ele não podia, ia uma pessoa mais velha, eu tomava nota de tudo e dava mais o apoio administrativo. Mas quase sempre tinha a obrigatoriedade de escrever porque as pessoas também não conseguiam fazer as duas coisas ao mesmo tempo, estar a intervir e a tomar nota. Isso também para mim foi um processo de aprendizagem, foi um pouco o aprender, o observar, muitas vezes intervindo, mas sempre a acompanhar. (Leonor)*

De modo semelhante, Rita sublinha a importância da transferência de conhecimentos entre gerações, a partir da simples observação de comportamentos e escuta de opiniões dos colegas mais velhos, na convivência que se desenvolve no dia-a-dia. Os dois relatos indicam que a aprendizagem é um processo que se desenvolve no contacto direto com as situações e que é pelo facto das jovens se envolverem ativamente que acedem às oportunidades de aprender, “observando, escutando e fazendo” (tema que é tratado em 3.2.).

*Eu fui a muitas reuniões com outros colegas da associação mais experientes, eu com o meu olhar de ingénua e depois ouvir o que os outros dizem... era uma experiência que dava para perceber melhor as coisas. (Rita)*

Na verdade, as aprendizagens significativas podem estar associadas a pessoas que marcam as suas trajetórias e às experiências resultantes da intensidade e da interação social estabelecida, na medida em que esta pode ser fonte de aprendizagem (tal como se depreendia já dos relatos de Paula e Sara no início deste ponto).

*Isto são cliques! Eu leio bué mas os cliques é com as pessoas, há pessoas muito importantes na minha formação, ou porque me deram livros ou porque me ajudaram a procurar livros sobre determinados temas, pessoas muito críticas que me ajudaram a ver certas limitações deste nosso trabalho, das associações... Eu discuto com muita gente diferente, abanco a conversar com este ou aquela, e é aí que os cliques acontecem, com as pessoas. (Nelson)*

O papel das aprendizagens que emergem da interação que se desenvolve em contexto associativo é confirmado pelos relatos seguintes, onde a participação nas atividades existentes permitiu conhecer adultos que também se dedicam ao trabalho voluntário. A proximidade com este tipo de exemplos em idade bastante jovem pode funcionar como modelo de comportamento importante na aquisição de disposições para o ativismo. Veja-se que Rita se interroga sobre o que “poderia fazer para mostrar o que realmente aprendeu” e Leonor se sentia “motivada por essas pessoas, a fazer mais, a estar, a participar”.

*(...) os miúdos de hoje devem ver como ídolos eu ou alguém que é responsável direto deles, eu via como ídolo alguém como a J. ou a M., que fez muito trabalho enquanto pessoa e enquanto comunidade. Isto tem um fator pessoal e um fator de comunidade, o de comunidade é ter encontrado este tipo de comunidade com esta abertura, o fator pessoal é o de ser uma pessoa inteligente, que tem muitas capacidades de trabalho (...) a J. (...) veio com muitas ideias de criar coisas. Estas pessoas... quando eu olho para trás... E depois havia o T. que devia ter o 9.º ou fez o 9.º aqui na associação e que era o nosso coordenador porque enquanto pessoa tinha... não sei explicar... há pessoas que são líderes, ponto final, que têm este carisma, esta capacidade de falar contigo e tu consegues encontrar-te e é neste sentido que era muito positivo... e foi fantástico. O T. faleceu numa altura em que eu estava como voluntária (...) E então era olhar e conseguir perceber a importância de fazer este serviço (...) eu aprendi muito com esta pessoa e pensava o que é que eu posso fazer para mostrar o que realmente aprendi? (...) Acho que foi isto que fez o clique, a junção destas três pessoas. (Rita)*

*Há pessoas que foram sendo importantes, sem dúvida. Eu acredito que nada é por acaso e há pessoas que em determinados momentos fizeram a diferença, realmente, se eu seguia ou não seguia, tanto na Paróquia como na associação. Porque há uma relação de amizade, pela partilha de objetivos, pelo exemplo que determinadas pessoas eram para mim, que eu achava que o trabalho que estavam a fazer era um bom exemplo, a postura que tinham perante a vida e que eu admirava essas pessoas por serem assim, por darem o tempo que davam, por estarem a tentar fazer alguma coisa pelos outros... Sentia-me motivada por essas pessoas, a fazer mais, a estar, a participar. (...)*

*Mas tenho a consciência de que as pessoas me reconhecem e me veem como uma facilitadora, digamos, no contacto com as entidades em representação do bairro. Agora não posso é "agradar a gregos e troianos", não posso agradar a toda a gente, mas no relacionamento que vou tendo com as crianças sinto que não só eu mas os outros jovens que vão estando à frente e que vão colaborando são exemplos para elas e podem influenciar, assim como eu fui influenciada naquela altura, podem influenciar percursos, podem influenciar pela positiva... porque também há exemplos negativos, não é?... mas podem fazer a diferença, como a mim fez. Eu na altura não pensava, mas para mim fez diferença como recetora ou participante das atividades quando era criança. (Leonor)*

A narrativa que se segue confirma a influência de pessoas significativas na orientação do rumo tomado. Essa influência traduz-se num incentivo que funcionou como um “empurrão psicológico” pois ajuda a organizar as ideias e estimula uma vontade latente de fazer algo. Ao mesmo tempo, indireta e inesperadamente, permitiu à jovem ganhar consciência das suas capacidades organizativas, fundamentais para levar a bom termo os projetos de lazer juvenil que tinha em mente.

*(...) tive professores muito bons e que foram mesmo muito importantes... (...) Acho que foram três pessoas muito importantes na minha vida e neste meu percurso... de nós não aceitarmos as coisas passivamente, criticarmos, pensarmos, refletirmos sobre as coisas... e isso deu-nos um bocado uma coisa que não acontecia na altura nos grupos que se organizavam, nós, no final das festas, falávamos, discutíamos o que é que se passou, o que é que falhou, havia muito isto, muito informal, não tínhamos noção das repercussões que estavam a ter, mas mais tarde, pelo menos eu vejo, foram marcos muito importantes. (...)*

*Mas estas três pessoas, estes meus professores, foram muito importantes, porque eu sei, e reconheço isso, daquele grupo havia duas ou três pessoas que lideravam e tentavam compor a coisa e dizer “Atenção, espera lá, não pode ser assim” e foi tudo fruto um bocado desta experiência dos meus professores “Atenção, tenham cuidado, há muita gente a fazer isto, festas toda a gente faz mas depois...” o depois é que era importante, não é?*

*(...) E eu desde cedo percebi o que é que eu tinha de fazer, o que eu gostava de fazer. E pronto, todos os sinais que me foram aparecendo... eu acho que fui aproveitando algumas coisas... logo desde aí dos meus 15 anos, comecei a perceber... a minha história de vida também diz muito e orientou-me... o facto de me ter cruzado (...) com uma associação que trabalha com a comunidade imigrante..., os meus professores..., quer dizer, há pessoas que eu acho que são marcos, que foram importantes e que marcaram realmente o caminho... (Sara)*

O conjunto de narrativas anteriormente apresentadas deixa entender que o papel de incentivo ao ativismo pode ser exercido pelas experiências na associação e por pessoas significativas (sejam professores ou colegas ativistas, ou ainda familiares como observado atrás aquando da análise do papel exercido pelas redes sociais, vd. 2.1.), ou pela convergência de ambas. Os modelos de conduta que se vão adquirindo por via familiar, escolar ou associativa, indicam que as redes sociais onde os jovens se

inserir podem reforçar mutuamente o apoio para “crescerem enquanto pessoas”, como se sublinha adiante.

*Acho que isto foi fundamental, a questão do apoio, mas o apoio em ti enquanto pessoa (...), e é isto que eu acho que é o crescimento enquanto pessoa, e também a liberdade que te dão em casa, a liberdade de tu cresceres. (Rita)*

Noutra perspetiva, a aprendizagem de matéria “mais séria”, que permite ir perdendo o olhar ingénuo sobre a realidade, não se pode dissociar do carácter lúdico que motiva a adesão às atividades associativas, como seja a oportunidade de viajar. Com efeito, o “alargar de horizontes” que as viagens permitem não deve ser entendido apenas em sentido literal mas também metafórico, pois as atividades de lazer desenvolvidas pelas associações implicam momentos de formação que, por sua vez, conduzem ao desenvolvimento de múltiplas capacidades sociais. Exemplos da ligação entre experiências lúdicas, formação e crescimento pessoal são dados pelos relatos de Paula e Rita.

*O curso para mim foi bom, digo sinceramente porque era uma pessoa muito tímida (...), e com o curso comecei a aprender a conhecer-me a mim mesma (...), de saber dizer o que é que eu penso, o curso ajudou-me a nível disto tudo, mexeu muito comigo mesma. Gostei muito, foi uma fase muito gira, tivemos a oportunidade de fazer uma viagem para fora (...) naquela altura ainda vivia aqui no bairro... (...) Foi muito bom para mim porque eu acho que fui crescendo e fui fazendo as minhas coisas, fui crescendo, fui estudando, fui trabalhando... fui sempre aprendendo, conforme a associação vai crescendo, vou crescendo ao mesmo tempo. (Paula)*

*A associação também me cativou pela oportunidade de sair e de ter novas experiências, mesmo dentro do país, há imensos responsáveis e jovens que conseguem dizer “Eu conheci Portugal através da associação!”, quando digo através da associação digo das atividades que se desenvolvem, os intercâmbios lá fora, o alargamento de horizontes, a formação... (Rita)*

À semelhança destes dois relatos, a experiência de Miguel demonstra como a assunção de tarefas de grande responsabilidade (por exemplo, a elaboração dos relatórios de contas) se cruza com oportunidades de formação e de lazer assentes em interações sociais estimulantes, constituindo verdadeiros momentos de crescimento pessoal. As amizades que se travam à medida das experiências que se vão tendo contribuem para uma “visão mais abrangente das coisas”. Este caso é também um

exemplo de como o trabalho numa associação permite viver “experiências únicas”, às quais não se poderia aceder de outra forma, justificando o seu empenho em prosseguir o trabalho na organização (vd. também 1.3. e 2.2.).

*Comecei a trabalhar na coordenação dum projeto europeu, tinha de fazer o trabalho de intervenção em si e também de fazer os planos de atividades, os relatórios, ajudar nos relatórios de contas e uma das partes mais interessantes era participar nas conferências e formações lá fora. Porque ainda hoje acho que viajar é daquelas coisas únicas, então quando somos novos, na altura quando comecei a fazer esse trabalho tinha 19 anos, e começamos a viajar, a conhecer a Europa de uma forma tão rápida, a conhecer sítios tão diferentes, a conhecer pessoas tão diversificadas, tantas experiências, claro que gostamos, não é? e ao mesmo tempo estamos a trabalhar, estamos a ser pagos para fazer um trabalho que nós gostamos e depois também desenvolve um gosto pelas línguas e pelas culturas, são experiências únicas. (...) essas coisas marcam-nos, as experiências que tivemos lá, as pessoas que conhecemos, as amizades que travámos, torna-nos pessoas com uma visão muito mais abrangente das coisas. (Miguel)*

As aprendizagens que se vão processando mediante a participação associativa podem, por outro lado, influenciar positivamente a formação que os/as jovens adquirem pela frequência de cursos superiores. Trata-se de um aspeto significativo que se subentende na análise das trajetórias pessoais: a existência de uma relação recíproca e de resultados cumulativos entre a formação informal, desenrolada no espaço associativo, e a formação que vai sendo adquirida pela inserção numa rede institucional de ensino. Nenhum dos espaços é mais valorizado do que o outro; os conhecimentos adquiridos em ambos são igualmente importantes para o crescimento pessoal; as aprendizagens obtidas articulam-se no sentido de reforçar o saber técnico assim como competências para a intervenção social e cívica.

A experiência de Sara é elucidativa do “movimento de vaivém” entre a utilidade do conhecimento obtido na faculdade para melhorar o trabalho na associação e as vivências que esta proporciona, tanto em termos do desenvolvimento e da implementação de atividades sociais e formativas, como na fundamentação e maior consistência da trajetória escolar.

*Para mim foi muito bom porque comecei o processo ao contrário, quando comecei na licenciatura comecei a perceber em relação a alguns colegas meus, da minha idade, que eu ia tendo uma experiência que eles não tinham, que o*



*movimento me estava a dar, até mesmo para o meu currículo, muitas formações que eu fui fazendo foi porque estava aqui dentro, porque ia tendo acesso a elas, senão as tivesse eu seria mais uma que acabava o curso a dizer que tenho uma licenciatura em antropologia. (...) Depois, no verão, também ia a acampamentos de férias como monitora, com jovens vulneráveis, de bairros problemáticos... foi um conjunto de formações que eu fui tendo e até mesmo a nível de projetos, o pensar, o elaborar e tudo isso, foi muita bagagem. Tudo me ajudou aqui. (...) (...) ou seja, todos os meus trabalhos, quando eram muito livres, eu já sabia o que é que ia fazer, era só juntar dois em um, se eu tinha que fazer uma coisa aqui para dentro era isto, não ia estar a divagar. Foi assim que eu fui fazendo. Os projetos que eu tinha de apresentar à faculdade era sempre tudo ligado com coisas da associação e projetos que a gente queria mesmo desenvolver, o que depois era ótimo porque tinha sempre o parecer de um investigador a dar-me ali algumas noções de algumas coisas, e foi muito importante por isso, ficava com outra qualidade, não é? (Sara)*

Por sua vez, Leonor retira da formação académica contributos importantes para melhorar a qualidade do trabalho pedagógico que realiza com crianças e para a gestão da própria associação.

Interessa introduzir aqui um breve comentário para relembrar que estes ativistas apresentam uma qualificação elevada para o seu contexto social de origem e comparativamente aos imigrantes de primeira geração que fundaram associações ao longo das décadas de 1980 e 1990. Não é demais realçar que as competências dos dirigentes influenciam o desempenho da associação<sup>80</sup>.

*Do meu curso também trago algumas coisas para aqui, por exemplo quando estava no apoio escolar trazia algo do método de ensino de línguas, quando estudei economia consegui utilizar coisas a nível de estatística e de matemática, gestão de projetos, organização, coisas mais logísticas... depende das matérias, mas há uma série de coisas que naturalmente se encaixam no trabalho que vou desenvolvendo. (Leonor)*

80. As necessidades de formação dos dirigentes associativos são referidas como um dos principais obstáculos à qualidade da intervenção e da capacidade de mobilização das associações junto das comunidades onde se inserem e em áreas distintas de intervenção, tanto na esfera social como política, conforme registado em entrevista ao GATAI e também sublinhado no Relatório de execução do Plano para a Integração dos Imigrantes (cf. Relatório anual de execução, Maio de 2007-Maio de 2008. Plano para a Integração dos Imigrantes, Resolução do Conselho de Ministros nº 63-A/2007, Presidência do Conselho de Ministros/ACIDI: 70).

O relato de Mafalda revela a ligação entre o saber formal adquirido na licenciatura em História e o “saber vivido” que emana da história familiar.

*Eu coloco os meus conhecimentos... tudo aquilo que eu aprendi na escola, posso dizer que parte já coloquei em prática através das atividades da associação (...). Por exemplo, no campo da História, o historiador foca-se nos livros, não liga às pessoas e o seu conhecimento fica ali naquele livro, naquele pedacinho de papel, mas não chega às pessoas... Então aprendo a transformar a História numa pessoa, ou seja, a História começa a circular, começa a tornar-se uma coisa viva, além disso começa a fazer sentido às pessoas que não têm qualquer relação com a História. (Mafalda)*

É de relembrar que o gosto de Mafalda pela disciplina de História está também associado à sua identidade pessoal e aos laços que pretende manter com as origens familiares africanas (vd. 1.1. e 1.2.). O modo como expressa a utilidade da formação universitária no trabalho associativo que desenvolve permite observar como a jovem canaliza o saber formal para defender as convicções que estão na base do seu projeto. O conhecimento dos factos históricos surge como uma ferramenta que lhe permite adquirir qualidades como a autoconfiança; a autoconfiança permite-lhe reforçar a sua intervenção cívica, pois dá-lhe mais segurança na transmissão da mensagem que pretende fazer chegar a outros jovens de origem africana. O relato adiante esclarece como o objetivo de colocar a “História a circular, a tornar-se uma coisa viva” é o cerne da intervenção associativa e, ao mesmo tempo, ilustra os efeitos que daí decorrem para a autoestima e a autoconfiança das pessoas que se envolvem no trabalho da associação.

*A História e o conhecimento que tu tens sobre o teu passado é uma arma que tu tens contra qualquer tipo de opressão, de discriminação, porque tu és uma privilegiada, porque conheces não só a tua História mas conheces a História dos outros, que é o que te dão na escola. (...) Eu acho que isso passa pelos debates, pelas atividades da associação. Por exemplo, a minha irmã que hoje trabalha comigo, ela tinha pouco conhecimento de História e na escola sentia-se sempre insegura, nas cadeiras de História de Arte ou Pintura ficava sempre insegura a pensar “Será que eu devo meter aqui algum motivo africano, será que fica bem, será que o professor vai aceitar?” E hoje em dia ela afirma-se como pessoa que tem as suas próprias ideias e parte dessas ideias vêm do seu background, de todo o percurso que ela fez ao longo da vida, porque nós temos dois tipos de educação, temos a educação em casa e temos a educação na escola, que praticamente não se reflete no nosso dia-a-dia em casa ou nas situações que vivemos. (Mafalda)*

É interessante notar que, para além da ligação que Mafalda revela com a área disciplinar de História, outras experiências cívicas foram de tal modo significativas que a escolha do curso superior foi influenciada pelo trabalho que o/a jovem já vinha desenvolvendo. Encontram-se exemplos desta influência no percurso de Miguel, que optou por um curso na área da intervenção comunitária uma vez que já estava envolvido em projetos nesse setor; no de Rita, que escolheu Direito por sugestão de uma dirigente da associação, justificando a utilidade dessa formação para o trabalho aí desenvolvido; e de Sara, que percebeu que a Antropologia era a formação adequada às suas características e ao papel que pretendia desenvolver na associação onde começou a colaborar mais regularmente. É ainda o caso de Cátia, cujo relato descreve com clareza como é que o “bichinho” do associativismo se entranha no projeto de vida pessoal e é de tal modo motivador que a faz enfrentar os obstáculos que surgem, sem que pondere desistir desse objetivo.

*[...] foi após concluir o 12.º ano em Biologia, depois decidi, por causa do trabalho da associação no bairro, que não queria ser pediatra e veio-me o bichinho para trabalhar ligada às ONG e às relações internacionais. A minha mãe não concordou muito e o meu pai não concordou de todo, disse à minha mãe que não me financiava os estudos mas ele também já não me dava mesada há bastante tempo e era eu que trabalhava nas férias para adquirir o dinheiro para as minhas coisas, tinha de arranjar um part-time e tivemos umas grandes discussões mas acabei por repetir o 10.º, 11.º e 12.º e ao mesmo tempo fiz um curso técnico-profissional de informática. Também foi na altura em que houve um boom em Portugal nesta área e eu não tinha muitos conhecimentos e fui adquirir. Estive durante um ano e meio a fazer um curso de nível 2 da União Europeia e de certa forma abriu-me as portas porque adquirir conhecimentos não só para continuar o trabalho na associação como para arranjar trabalho e financiar os meus estudos. (Cátia)*

Apontámos noutro momento que a associação pode constituir “uma ferramenta para a vida”, tanto para os destinatários das suas ações como para os próprios ativistas, nomeadamente ao proporcionarem aprendizagens, fonte de rendimento ou ganhos simbólicos em termos de consciencialização social. A análise dos fatores catalisadores do ativismo cívico permitiu constatar que a vivência de experiências associativas ou cívicas pode, com efeito, fazer despertar ou potenciar a consciência de problemas que estimulam a vontade de contribuir para a sua resolução. Esta relação é agora confirmada pelas experiências que os/as jovens realçam nas suas trajetórias. Voltando ao percurso de Cátia, apercebemo-nos que a motivação para o ativismo cívico se entretece com as experiências que decorrem do trabalho que desenvolve neste

âmbito, por serem avaliadas como significativas e estarem associadas a compensações que, por sua vez, condicionam a motivação.

*(...) fui representar a associação numa sessão de estudo (...) no Centro Europeu de Jovens em Budapeste (...) e aí apercebi-me que muitos dos problemas e das situações que estavam a acontecer a nível local e nacional com os jovens imigrantes ou descendentes de imigrantes também estavam a acontecer em França, no Reino Unido, na Holanda e por aí fora, e foi um despertar de consciência, de “espera aí! há projetos que podemos fazer em conjunto com outras organizações!”. (...)*

*O valor desta experiência para mim não foi só a nível de consciência, foi também o facto de eu ser... sempre questioneei muito as coisas, sempre fui muito rebelde, questionava tudo (...). Porque permitiu-me de certa forma criar esse bichinho nas outras pessoas, porque depois os jovens perceberam... pensavam “afinal estes jovens apesar de estarem a viver em casas, estarem na Galiza, terem trabalho e isso, há questões que eles colocam que são iguais às minhas!”... estas questões da negritude, de ser negro na Europa, ser descendente de Africano na Europa, eu que já suscitava em mim todas estas questões pude comprovar que existiam outras pessoas que também colocavam essas questões e também fazer com que os outros jovens do bairro se apercebessem dessa situação, que não estavam sós, que não eram os únicos. Foi muito enriquecedor para mim nesse sentido. (Cátia)*

Os seguintes relatos confirmam o papel da associação no processo individual de consciencialização sobre a realidade do meio social envolvente e ambos revelam que este processo conduz a um maior empenho cívico. Sara acrescenta que o compromisso que daí decorre vem acompanhado da gratificação pessoal de saber-se “feliz” e da recompensa moral por se sentir “melhor ser humano”. Tal como já foi aflorado em outros momentos, estes aspetos traduzem a importância de recompensas imateriais na avaliação entre custos e benefícios feita pelos ativistas sobre os seus percursos<sup>81</sup>.

*Para mim a associação ajudou em termos de escolha e de orientação e enquanto consciência social, acho que foi mais isto. No 2.º ano da faculdade comecei a fazer voluntariado na documentação e foi isto que me fez também crescer aqui um bocadinho na associação. As pessoas participaram nas le-*

81. Tema a desenvolver no ponto 4.3. deste capítulo.

*galizações extraordinárias, em 1993 e em 1996, e foi também na associação que eu percebi que havia colegas meus que tinham residência e não tinham a nacionalidade portuguesa eu não percebia esta diferença e isso levou-me a estudar melhor... não na faculdade, foi aqui, na faculdade nem há uma cadeira de direito da imigração. (...)*

*A associação deu-me consciência social no sentido dos mais vulneráveis, daqueles que não têm tantas oportunidades, do que é que falhou, isso também ajudou muito e também olhar para o bairro de outra forma (...). (Rita)*

*Depois aprendi a... em termos também pessoais ainda, esta forma de estar na vida, primeiro de valorizar muito as pessoas..., primeiro de saber que eu preciso delas! Depois de ver que mesmo não sendo letradas eu tenho muito a aprender com as outras pessoas e é aqui nestes meios, nestes contextos, que aprendemos a ser muito mais humanos... a sermos humildes, também, que acho que raramente as pessoas têm isso, a dar um sentido totalmente diferente! Não ser do ponto de vista muito utilitário, o escolher as coisas só pelo dinheiro, não! O escolher as coisas porque nós acreditamos nelas! E isso é o que nos faz ser feliz e nos faz andar com um sorriso... (...) E acho que são ganhos pessoais, acho que me torna um melhor ser humano, nesse sentido. (Sara)*

Reforçando a imagem da associação enquanto “ferramenta para a vida”, encontra-se no relato de Mafalda a síntese clara dos ganhos pessoais subjacentes à sua intervenção: a associação permite-lhe “aprender a viver”. Ao descrever o que significa esta “aprendizagem da vida” sobressaem aspetos relacionados com a personalidade, no sentido de uma maior facilidade de interação social e de expressão de opiniões, que proporcionam fortalecer a autoestima e assumir a sua identidade social (tal como vimos atrás).

*(...) em termos pessoais mesmo... durante este período... aprende-se a viver! Juro, aprende-se a viver, porque... Quando eu digo que tu aprendes a viver, pelo menos no meu caso... eu aprendi a deixar de ser aquela pessoa fechada que estava sempre concentrada nos livros e não sei quê... comecei a passar esse conhecimento mas também a conviver de forma diferente com as pessoas, quer dizer, para além de ter os meus amigos da escola preparatória, secundária, faculdade, que são todos Portugueses, não é?, comecei a ter mais conhecimento de mim própria... ou seja, acho que quando uma pessoa tem um conhecimento de si própria começa a viver melhor, começa a...*

*fala com as pessoas, tem uma posição na sociedade, afirma as suas ideias sem qualquer medo, então quando eu falo em aprender a viver é isso que significa para mim. Tornei-me uma pessoa muito mais aberta a partir do momento em que criei a associação... aprendi a conviver, aprendi formas de lidar com situações, comecei a afirmar-me enquanto mulher negra em Portugal, a defender as minhas ideias e as minhas posições e a transmitir todo esse conhecimento às outras pessoas. É isso que eu acho que aprendi com a associação... (Mafalda)*

Temos vindo a apresentar histórias onde se evidenciam os contributos da vivência associativa para a aquisição de aprendizagens individuais. Mas, num sentido distinto, verifica-se também que estando elas enraizadas nas experiências do quotidiano podem alimentar a intervenção cívica. Este aspeto está presente na interligação de conhecimentos entre a formação académica e a formação que advém do ativismo cívico, mas é mais relevante nas experiências de jovens que tomaram a iniciativa de desenvolver atividades sem enquadramento institucional.

A história de Nelson é representativa dos contributos do “saber vivido”, pois o jovem não beneficiou de qualquer experiência formativa disponibilizada por associações ou outras estruturas, mas é a ligação ao movimento de *hip-hop* que lhe tem vindo a oferecer o caminho da descoberta de conhecimentos que depois se constituem como um guia orientador da formação cívica que desenvolve nas escolas. A aprendizagem pessoal que foi forjando, a partir de leituras incentivadas pelo movimento de *hip-hop* e por estratégias de intervenção social aí defendidas, concede-lhe os instrumentos pedagógicos que irá utilizar nas ações de discussão e na intervenção com jovens no contexto da associação.

*O ano passado tivemos uma turma com Moçambicanos, Ucrrianos, Brasileiros, Angolanos, São-Tomenses, Portugueses... bem, ali o racismo era mesmo forte e no final do ano tivemos o pessoal a dialogar criticamente, até o professor estava surpreendido! Através de jogos e de conversas em que a gente fala abertamente com eles, cenas de imigração em que eles dizem mesmo uns aos outros as ansiedades que eles sentem, uns em relação aos outros, por mais racistas que sejam as opiniões eles falam, discutem frontalmente, e se tu fazes isso desde o início esse pessoal cresce com o hábito de discutir. Nunca recebi nenhuma formação desse género. Nós fizemos cenas a partir daquilo que a gente achava que devia ser feito, sem sermos arrogantes, mas a partir daquilo que sentimos falta na nossa escola. Por exemplo, eu enquanto rapper nunca tive um estúdio e achei que os bairros deviam ter um local onde*

*os jovens pudessem estar... quando tu tens de depender de uma editora o teu discurso tem de, forçosamente, mudar, e quando tens um estúdio comunitário fazes a tua música e és responsável por ela! a responsabilidade para o bem e para o mal! és livre. Isso não foi ninguém que nos disse. Nós desde o início da nossa luta fomos influenciados pelos rappers e foi essa cena que nos educou e que nos fez voltar a ler, e fomos à procura. (...) Eu acho que não caí em certas cenas porque às duas por três percebi que era muito mais do que até aí me tinham dito, percebi pelo hip-hop... o Che Guevara eu conheci pelo hip-hop! não conheci pelos partidos ou assim... o Gandhi também conheci pelo hip-hop! Ouvi de falar de capitalismo e todas essas cenas pelo hip-hop, toda a minha formação vem por aí. Depois comecei a ler... depois um dia conheci um tipo que estava a ler um livro que era "Os reis de África"... eu nem sabia que havia reis de África! (Nelson)*

Neste relato sobressai ainda que é a avaliação das próprias necessidades e do modo de as enfrentar que sustenta a definição de objetivos e formas de intervir. A aprendizagem pessoal traduz-se pelo alicerçar da consciência política sobre os problemas sociais que afetam a comunidade de residência, em particular, e os jovens de origem africana, em geral, assim como pela maior responsabilidade na preparação do trabalho no terreno. Como se viu em relato anterior, a intervenção com os jovens constitui-se também como fonte de conhecimento, daqui resultando um sistema de aprendizagem que é continuamente alimentado, tanto pela experiência pessoal que modela a intervenção, como pelos efeitos que essa intervenção suscita na sua forma de estar e de intervir.

As narrativas apresentadas revelam então que o associativismo e o envolvimento em atividades cívicas constituem oportunidades de educação não formal, tanto mais significativas nas trajetórias individuais quanto mais difícil seja o seu acesso por parte de jovens com origens sociais humildes. A oferta de experiências formativas é facilitada pela existência de espaços associativos que, ao mesmo tempo, permitem aos jovens aceder a modelos de comportamento que valorizam o voluntariado e o ativismo cívico. A intervenção no terreno possibilita a aquisição de competências úteis ao exercício de uma profissão e ao ativismo cívico, mas dão também oportunidade de "ganhar bagagem" para enfrentar um novo ciclo de vida porquanto as aprendizagens acompanham o processo de crescimento pessoal que marca o fim da adolescência e a transição para a fase adulta.

Conclui-se, assim, que a conjugação entre aquisição de competências e aprendizagens significativas e a vivência de interações sociais que possibilitam o enriqueci-

mento da formação pessoal funcionam como fator de estímulo a trajetórias de participação cívica. Por esta razão, as aprendizagens e as pessoas que se revelaram significativas nos percursos de ativismo constituem fatores de vinculação social, que interferem positivamente nas respostas e reações dos/as jovens perante as condições estruturais do meio social de origem.<sup>82</sup>

A participação poderá ainda, por outro lado, ser influenciada pelo modo como os/as jovens se envolvem de forma ativa nos programas e na vida das associações, aspetos que remetem para o processo intrínseco à apropriação das aprendizagens.

### **3.2. Como se aprende o que se aprende?**

A análise das trajetórias associativas dos/as descendentes evidenciou que a participação neste tipo de estrutura constitui um processo dinâmico, marcado pela sucessão de etapas que, ao mesmo tempo que reforçaram a predisposição para o ativismo sentida em idade muito jovem, funcionaram como meios de aprendizagem do que constitui a intervenção cívica. Conforme se realçou, a participação é um trabalho em construção que se baseia num “fazer fazendo”. Presta-se agora uma atenção particular ao modo como se desenrola a apropriação desse saber-fazer.

As experiências descritas por jovens que iniciaram o seu ativismo em associações que já desenvolviam algum trabalho em bairros, mas ainda muito informalmente, são elucidativas das dificuldades de operacionalizar o projeto associativo a que aderiram. Estas associações nasceram com base na identificação de necessidades que precisavam de ser supridas e com algumas ideias das ações que deveriam vir a ser desenvolvidas. No entanto, a consciência do que se pretendia não era acompanhada pelo conhecimento do que teria de ser feito para atingir esse objetivo.

Lembre-se que nos reportamos a associações que nasceram no início dos anos 1990, sem existir um quadro institucional de apoio ao associativismo, como atualmente, que funcionasse como guia orientador para a intervenção. Os ativistas que tomaram em mãos estes projetos associativos, através dos quais procuravam resolver as carências dos bairros onde residiam, tinham de lidar com a ausência de informação sobre como desenvolver as atividades que identificaram como necessárias e, enfim, o conhecimento sobre a gestão de uma associação. Se para ativistas adultos esta du-

82. Junger-Tas analisou as relações entre fatores estruturais, fatores individuais e fenómenos de crime e delinquência juvenil, tendo concluído que os processos de vinculação social constituem o fator decisivo que determina o sentido negativo ou positivo das trajetórias de integração (2001: 25-26).



pla missão tem contornos de grande dificuldade (nomeadamente pela ausência de qualificações que já apontámos antes), para jovens que davam os primeiros passos neste meio estas dificuldades somavam-se à sua inexperiência de vida, muito embora possuíssem capacidades de comunicação e de procura de informação que de certa forma os colocavam em vantagem comparativamente a dirigentes de gerações antecedentes (tal como também foi referido noutros momentos). É neste contexto que o processo de colocar em marcha o projeto associativo que tinham em mente se torna uma aprendizagem que vai acompanhando a prática, sendo “uma coisa que todos vão aprendendo a fazer” conforme aponta Leonor.

*No início a grande dificuldade era a inexperiência, desconhecer como é que as coisas funcionavam, mas isso era geral, por parte de todos os elementos da direção, não havia hábito de fazer projetos, não havia contactos privilegiados com determinadas instituições, portanto foi uma coisa que fomos todos aprendendo a fazer. E havia muita falta de informação na altura, houve muitas oportunidades que se calhar passaram ao lado porque não tínhamos informação. À medida que fomos aprendendo e apreendendo as coisas, foi-se tornando um bocadinho mais fácil de ver isto como estrutura e como associação formada. (...) Ou seja, íamos, percebíamos que era preciso uma série de coisas, voltávamos atrás para organizar essas coisas... foi uma série de avanços e recuos. Daí a grande falta de informação que tínhamos... fomos aprendendo um pouco com as “estopadas” que fomos encontrando, não é? E isso causou instabilidade... (Leonor)*

Esta forma de aprender e ir fazendo à medida das capacidades e dos conhecimentos dos ativistas envolvidos na fase inicial da vida das associações é, como se ilustra no relato atrás, responsável pela intervenção amadorística e pouco profissional. Por sua vez, este padrão de ação é determinado pela “instabilidade” que causa o desconhecimento dos procedimentos exigidos para concretizar a oficialização da associação e avançar para as etapas seguintes, sobretudo a candidatura a projetos que permitissem assegurar o funcionamento de um espaço onde se concretizasse a oferta de atividades à população.

O relato de Sara esclarece como a ausência de conhecimentos técnicos para elaboração de projetos influencia a dinâmica da associação. A jovem precisou de um ano para recolher a informação necessária para elaborar a candidatura a financiamento de um projeto que constituiria um pilar no trabalho da organização. Dito de outro modo, foi necessário um ano para a jovem estar capacitada para desempenhar uma função básica na gestão de qualquer estrutura.

*Fui eu que estive quase um ano a fazer o projeto do serviço de apoio à infância (...). Apesar de nós termos a noção, atendendo às características do bairro, que não iríamos ter as condições ideais, nós iríamos tentar cumprir o máximo que a lei já previa e demorei muito tempo a tentar preparar o projeto, também porque não percebia muito daquilo... (...) era no Instituto do Emprego e da Formação Profissional que havia incentivos de apoio à contratação e então fui lá buscar os formulários, olhei para aquilo mas contabilidade não é coisa que eu perceba, porque nós tínhamos que fazer um levantamento do que eram os materiais corpóreos e não corpóreos e eu disse “Mas o que é isto, meu Deus?!” Por isso é que levei quase um ano a pensar naquilo! Ia perguntando umas coisas, a minha irmã na altura estava a estudar gestão e ia-lhe perguntando umas coisas... Na altura estava a constituir-se no concelho uma federação das coletividades e contactaram-nos para nós participarmos. Eu fui lá e conheci algumas pessoas que já tinham algum trabalho feito e foi também o falar com elas, o perguntar, foi muito assim. (Sara)*

A experiência de Sara revela uma outra justificação para a intervenção não profissional das associações nas etapas iniciais do trabalho: a intervenção desenrola-se a partir da reação espontânea às interpelações do meio onde se intervém. Com efeito, a resposta às dificuldades que surgem no decorrer das tarefas desempenhadas é feita de modo quase intuitivo e decorre de uma avaliação pessoal com base na experiência concreta do momento, na medida em que não existe possibilidade de recorrer a conhecimentos prévios ou exemplos transmitidos por colegas mais experientes.

*Éramos só três pessoas que dávamos explicações... não havia ainda aquela preocupação mais com a qualidade, queríamos era ter as pessoas, queríamos estar no terreno a trabalhar, hoje a limar uma aresta aqui... por aí... Também íamos aprendendo, íamos vendo o que é que não fazia sentido, porque estavam em níveis diferentes, se calhar tínhamos de separar... mas isso não foi logo uma coisa óbvia! Também éramos novos, estávamos com 16, 17 anos... (...)*

*À medida que íamos estando com as pessoas íamos vendo outras coisas, íamos dando um bocado o feed-back. (...)*

*(...) éramos miúdos, muita inexperiência, queríamos coisas megalómanas mas era óbvio que não tínhamos experiência nem estrutura para isso, enviávamos projetos, tentávamos mas não conseguíamos, os intercâmbios por exemplo. Nós hoje percebemos, não vale a pena pensarmos muito em grande, tem de ser uma coisa pequenina... Não tínhamos ninguém que nos ensinasse, éra-*

*mos só nós, tínhamos de ser autodidatas, era ler e perceber e tentarmos pôr na nossa linguagem, o que nós sabíamos na altura, não é? E pronto, era óbvio que não conseguíamos... era muito a nível local, coisas pequeninas que nós íamos conseguindo fazer aqui (...). (Sara)*

Adiante apresenta-se a descrição que Duarte faz da sua experiência e que é representativa do processo moroso que subjaz à tradução do que começa por ser uma ideia de ação e culmina na implementação de uma estrutura associativa no terreno. Atente-se ao modo como este processo de aprendizagem pela prática se desenvolve por etapas, sendo iniciado com o conhecimento que se possui, prosseguindo com a correção de erros ou falhas, que decorrem do desconhecimento das regras ou da ausência de um quadro orientador, e evoluindo com vista a aperfeiçoar o trabalho com base no que se aprendeu. O projeto associativo avança com pequenos passos, onde cada acumulação de saber é um recurso útil para dar o passo seguinte.

*(...) eu estava mais no terreno e ia fazendo a parte burocrática, na altura até não era tão complexo mas era sempre uma barreira, entender como é que se fazia a candidatura a um projeto, entender como é que se fazia um plano de atividades, davam-me uma ficha para a mão e eu fazia, depois diziam “olha, se calhar tens de melhorar isto aqui e ali”. Mas isto só no ano seguinte... quer dizer eu fui aprendendo por fazer, nunca tive ninguém que me dissesse assim “olha, o relatório faz-se assim, a candidatura faz-se assim” até porque na altura ainda as candidaturas era o plano de atividades, juntavas um ofício e enviavas a pedir apoio, só a partir de 2002, 2003, é que se começa a ver formatos em que tu quando fazes uma candidatura já tens uma ficha para preencher e segues aquilo. Hoje em dia, em qualquer local em que és reconhecido existe um programa de apoio com o regulamento e tudo o mais, na altura não havia nada disso, não é? (...) Mas, pronto, eu fui aprendendo ano após ano a fazer, de certa maneira inventava um bocadinho, pois se não me disseram que estava mal podia continuar e quando me davam alguma sugestão tentava melhorar. Não havia esta possibilidade de partilha com ninguém. A minha vida era um bocado complicada para estar a ir visitar as outras instituições para saber como é que elas faziam (...).*

*Todo o caminho que fizemos para trás ajudou para que eu soubesse como é que haveria de investir na abertura daquele espaço. Mas também tive de saber como é que funciona uma creche, uma IPSS, tanto a nível de legislação como de funcionamento interno, falei com vários educadores, falei com pessoas que já faziam esse trabalho, fui aprendendo pelos contactos que fui*

*fazendo. Tínhamos um objetivo, é preciso saber determinada legislação, cumprir com determinados parâmetros...* (Duarte)

Este relato converge na apreciação anterior de Sara de que a aquisição de competências no ativismo se processa com alguma dose de autodidatismo, demonstrando a necessidade de relacionar o processo de aprendizagem com os fatores facilitadores do ativismo. O seu conteúdo ilustra exemplarmente como a capacidade e a vontade são dimensões igualmente significativas e demonstra que a capacidade se constrói ao longo do próprio processo de participação.

Analisando o conjunto de experiências, diretamente relacionadas com a própria evolução das associações onde os/as jovens se inserem, depreende-se a importância que o fator tempo assume na disponibilidade para participar. Mas se o tempo que é despendido nessa tarefa pode ser entendido como tempo desperdiçado e que corresponde a ineficiência organizativa, é também um *tempo ganho* na aquisição de saberes. Além disso, o facto de ter havido muito investimento pessoal nesse processo influi no efeito de valorização da tarefa que se conseguiu desempenhar com êxito.

De igual modo, refletem o papel desempenhado por características individuais como a perseverança, uma vez que as dificuldades encontradas não conduzem à desistência. Todavia, a acumulação de experiências e de aprendizagens também pode influir na personalidade dos/as jovens, modelando o caráter à medida que enfrentam e tentam gerir os problemas colocados pelo quotidiano da intervenção.

Noutra perspetiva, as narrativas chamam a atenção para a importância do quadro legal e institucional que orienta a prática associativa, valorizando-se a existência de programas de apoio e respetivos regulamentos, por funcionarem como uma matriz que facilita a elaboração de candidaturas às instituições responsáveis pela concessão de financiamento. Com efeito, a evolução positiva no sentido da profissionalização verificada no movimento associativo com origem na imigração em Portugal deu-se a par do reconhecimento por parte do Estado das associações como parceiros e atores políticos, processo que foi acompanhado por produção legislativa relativa aos direitos de participação e consulta destas estruturas e que reforçou os apoios ao associativismo.

Em complemento, os relatos apontam ainda que a aprendizagem que advém da acumulação de experiências no terreno está diretamente relacionada com os contributos de terceiros em termos de partilha de informação e também de vivências. Paralelamente, a interação social resultante da inserção num grupo que persegue

os mesmos fins e que assume a realização de objetivos em conjunto faz com que se adquira conhecimento pelo contacto direto com as situações e pela oportunidade de se envolverem ativamente.

*Eu aprendi com a prática, levei tanto na cabeça! (...) Eu como sou coordenadora e sou da direção praticamente não tenho chefe, mas tenho necessidade de refletir sobre as coisas, então discuto muito com a J., esta coisa de pensar em conjunto, ver o que é que dá (...).*

*Aquilo que eu sou na parte prática da documentação não tem nada a ver com as matérias do direito do trabalho ou do civil, mas sim com o dia-a-dia daquilo que tu lidas, e isto também ajudou muito à consciência, de não cobrar, de estar ligada a uma associação. (Rita)*

Quando os/as jovens ultrapassam o papel de beneficiários e, pelo contrário, estão diretamente implicados nas tarefas que há para desenvolver, aprendem a fazer em conjunto com os seus pares. Entende-se que esta forma de aprender com outros jovens faz convergir o processo de aquisição de competências profissionais e sociais com o lazer e as sociabilidades juvenis, confluindo na valorização desses momentos.

*Na associação tínhamos reuniões semanais e tínhamos diferentes grupos de trabalho, por exemplo havia quem preferia ir só às escolas, havia quem preferia ir só aos hospitais, havia quem preferisse só as atividades de intervenção comunitária e nessas reuniões partilhávamos como tinha sido a nossa semana, os nossos trabalhos, as nossas dificuldades e acabava por ter um papel de, digamos, no meu caso, de integração social e um papel de estabelecimento de relações e de amizades porque quando gostamos das pessoas acabamos por ter mais vontade de continuar a fazer mais trabalho. (...)*

*Além disto fazia sessões de educação sexual na escola (...). Nós, no grupo de voluntários, construíamos um currículo e depois aplicávamo-lo em grupos de dois, em diferentes escolas e em diferentes turmas. Tínhamos alguma participação e podíamos moldar as coisas, até porque depois de termos o currículo base há possibilidade de adaptar alguma coisa, tínhamos alguma liberdade. (Miguel)*

Neste relato aponta-se ainda para a liberdade concedida aos jovens de prepararem as ações de formação, o que faz das etapas preparatórias da intervenção momentos de autoaprendizagem. Na ausência de uma formação especializada para intervir na área da educação, é o estudo e o trabalho dos próprios ativistas que constituem

oportunidades de adquirir conhecimentos. A sua aplicação em contextos educativos não-formais vai, num sentido recíproco, contribuir para a acumulação de saberes induzidos pela prática. Sublinhe-se ainda que a liberdade para elaborarem as ações de formação concorre para a responsabilização pelo trabalho a desenvolver, daí também resultando aquisição de competências e crescimento pessoal. O próximo relato apresenta outro exemplo do trabalho que é feito exclusivamente pelos jovens ativistas, lembrando que sem uma qualificação prévia não haveria capacidade de desenvolver um tipo de atividade baseada em criatividade intelectual e sentido da utilidade pedagógica.

*(...) estávamos a implementar um programa de diálogo intercultural nas escolas, aproveitámos material da União Europeia, com trabalho à base de role-plays, estudávamos a realidade aqui, adaptávamos e implementávamos isso nas escolas. (Nelson)*

Voltando novamente a atenção para a vivência de Miguel, note-se que adiante se observa a relevância do papel de atributos individuais para o desempenho da atividade, demonstrado pela capacidade do jovem em respeitar a situação sensível em que se encontram os destinatários das suas ações. O modo como exerce as tarefas, que desempenha enquanto voluntário, revela uma postura profissional e empatia com os outros e tem subjacente uma preocupação de corresponder às expectativas dos destinatários, exigindo-lhe ultrapassar o desafio de lidar com “questões da ética e da deontologia”. Estes aspetos não são necessariamente apreendidos através de formação especializada, pressupondo também qualidades pessoais e a capacidade de aprender a partir da experiência de lidar com as dificuldades que emergem no contexto da intervenção.

*Trabalhávamos com o hospital da zona e lembro-me dos primeiros casos que visitei no hospital curiosamente era uma pessoa que eu conhecia e foi um choque muito grande da minha parte porque não sabia, as pessoas normalmente usam alcunhas e o nome que foi referenciado era um nome que eu nunca pensei que conhecia e quando estava na sala à espera que a pessoa chegasse foi assim... é como se aos 17 anos tivesses que lidar com questões da ética e da deontologia e fazer a outra pessoa perceber que estamos ali como voluntários e que pode confiar em nós e aquele segredo fica por ali, é uma cumplicidade, e que o resto das pessoas não fica a saber. Porque essas pessoas estão envolvidas na nossa rede social e fica sempre, digamos, um medo inicial que nós temos de fazer com que seja ultrapassado. O trabalho no hospital era um pouco de tudo, era responder aquilo que os pacientes precisavam, quando*

*era preciso jogar às cartas jogávamos, ou só conversar, ou muitas vezes só estar presente e trocar apenas algumas palavras, às vezes levávamos livros ou revistas de acordo com os pedidos dos doentes, era um pouco a presença e muitas vezes nós sentíamos que bastava a presença e a preocupação e que isso tinha um significado muito forte, que era recebido como um significado muito forte pelos doentes. (Miguel)*

O relato de Miguel sublinha o significado que a intervenção dos voluntários assumia para as pessoas que dela beneficiavam. Ainda que essa intervenção se revestisse apenas de um carácter simbólico, traduzido pela disponibilidade *de estar com* as pessoas e as *acompanhar* na vivência da doença. Mas parece-nos que da mesma forma que essa experiência se revelava significativa para os beneficiários da ação, não poderia deixar indiferentes os voluntários que as desempenhavam. Ao referir o “choque” por encontrar pessoas da sua rede social numa situação tão frágil e ao assumir a cumplicidade em não revelar esse “segredo”, intui-se o significado desses momentos no processo de crescimento pessoal dos ativistas.

*Eu relevo uma experiência muito grande e logo no início senti, com a experiência no hospital, que começava a mudar a minha visão das coisas, sobretudo porque no hospital o que nós ouvíamos e aprendíamos eram grandes experiências de vida (...) e acho que isso são tudo experiências que nos movem. (Miguel)*

A relevância dos outros no trabalho que os jovens desenvolvem enquanto ativistas cívicos está também muito presente na próxima narrativa. Tal como se aflorou atrás (bem como na análise das experiências significativas, no ponto anterior), a interação que se desenrola nos momentos de intervenção constitui-se como *palco de aprendizagem social*, proporcionando o desenvolvimento de competências e a acumulação de conhecimentos. A consulta e a atenção ao que as pessoas têm para dizer conduzem ao “enriquecimento” do papel de ativista pois reforçam o conhecimento sobre a realidade social onde se pretende intervir. O conhecimento que os outros ajudam a construir alicerça-se nas práticas sociais e é complementar ao conhecimento de natureza académica e formal obtido a partir do estudo e das leituras. É a mistura e a mobilização de diferentes tipos de saber que produz uma compreensão mais próxima dos desafios da intervenção e permite ajustar o que se idealiza no plano individual às necessidades do coletivo e às possibilidades que o contexto social oferece.

*Por exemplo, vou fazer um workshop de rap e estou com 14 jovens a discutir e a conversar sobre as realidades das pessoas e é aí que os livros fazem clique!*

*Por exemplo, fico ali no café a conversar com os cotas e pergunto-lhes tudo! tipo, como é ter um café... Posso ler um livro da bell hooks, por exemplo, ou de outro autor, e depois na conversa com as pessoas desmistifico as cenas do dia-a-dia, quer dizer as pessoas alimentam, enriquecem, o que leio. Eu aprendo imenso com os jovens com quem faço educação cívica, aprendo imenso! Porque eu pergunto-lhes montes de cenas, às vezes nem percebem por que é que lhes estou a perguntar, mas eu estou a conhecer as pessoas! Quando estou a perguntar coisas estou a perceber como é que as pessoas pensam, quer dizer, estou-me a alimentar, estou a enriquecer aquilo que depois posso fazer e percebo que não posso ter determinado discurso porque num grupo de jovens do mesmo bairro aquele pensa assim e outro pensa doutra maneira, afinal o que eu penso é também uma perspetiva própria. (...) Ultimamente, mais do que ler, tenho lido menos do que já li anteriormente, ando mais a consultar as pessoas, a ouvir diferentes pessoas. (...) Os meus cliques têm sido com essas cenas. Isto é uma cena etnográfica, de ir, ouvir, comparar com a informação que tenho, ver as disparidades entre aquilo que é o teu ideal e o que realmente está a acontecer, qual é o gap, quais são as limitações do teu próprio discurso, ou seja, a falta de sustentáculo do teu discurso porque é muito fácil dizer vamos fazer isto e aquilo mas temos de perceber em concreto o que é possível fazer. (Nelson)*

Considerando a importância atribuída aos contributos de outras pessoas diretamente envolvidas na intervenção cívica – que pode ser ilustrada pelo processo de “alimentação” que Nelson refere e se traduz na escuta atenta e ativa dos outros – entende-se que no processo de transmissão de informação entre ativistas e destinatários do trabalho cívico, estes últimos assumem o papel de *recursos de conhecimento* enquanto a própria ação em curso é o *meio* que possibilita a aprendizagem.

Mafalda também sublinha o significado que as vivências proporcionadas pelo ativismo cívico desempenharam no modo de intervir, onde o que se aprende com as pessoas com quem se contacta é utilizado como modelo orientador do projeto associativo que pretende prosseguir. O valor dessa aprendizagem decorre da relevância atribuída aos conhecimentos transmitidos pelos outros, sobressaindo neste relato a importância da experiência de vida e dos valores aí subjacentes.

*Mas após ter criado a associação, talvez dos factos mais marcantes que eu tive dentro da associação foi quando eu conheci um Americano, que esteve preso numa das piores prisões dos Estados Unidos, durante 30 e poucos anos, 15 dos quais foram passados em solitária, acusado de um crime que ele não come-*



*teu. Agora ele já saiu em liberdade e dentro da prisão tornou-se um membro ativo dos Panteras Negras. Quando ele esteve em Portugal, a filosofia, a forma como ele falava com as pessoas... (...) foi um dos momentos mais altos que eu tive, foi aí que eu tomei consciência daquilo que eu queria fazer com a associação. (...) E a forma como ele se expressava... juro!... a coisa mais marcante que ele disse foi que uma associação não vive entre quatro paredes, uma associação vive na rua.*

*Essa é praticamente a filosofia que eu e a minha irmã, agora somos só nós as duas a trabalhar na associação, temos levado para a frente. Nós temos uma sala, com o computador, que é onde juntamos a papelada toda, as contas, tudo está lá, mas passando essa porta o resto é tudo feito fora de casa, na rua, é andar por aí a passar a mensagem, ou seja, não nos confinarmos a um espaço onde as pessoas tenham de ir lá, mas sim encontramos-nos na rua, circulamos, se alguém me perguntar onde é que pode ir ter com a associação, hoje podemos vir aqui, amanhã estamos noutra sítio qualquer! É assim... (Mafalda)*

Parece-nos que o modo como se aprende pode, assim, interligar-se com as pessoas significativas que nos transmitem saberes e, em simultâneo, com a utilidade ou significado simbólico que esses saberes detêm para os/as jovens. Como se apontou antes, a influência de modelos de conduta que acompanham as trajetórias pessoais, em grande parte emergindo dos contactos que vão tendo com atividades cívicas e o voluntariado de pessoas próximas, desde muito jovens, pode ter efeitos tanto na apropriação de saberes-fazer como de posturas perante a vida. Afirmou-se que daí pode resultar a reprodução de modelos que valorizam o voluntariado (vd. 3.1.). Ao analisarmos o modo como se processa a apropriação das aprendizagens, é importante voltar a reforçar esta questão pois parece confirmar-se que a socialização precoce em contextos de ativismo permite interiorizar disposições que favorecem o envolvimento dos jovens, mediante atos quotidianos tão simples como a observação do que os outros fazem. Exemplifica-se este processo com a experiência de Cátia.

*Esta experiência associativa foi o que me fez mudar o meu próprio percurso escolar porque foi o facto de ter começado com a minha mãe a ver o que se podia fazer na comunidade, na sociedade, que me levou a deixar o meu sonho de ser pediatra de lado e que fez nascer em mim outro sonho que era trabalhar ligada a uma ONG. E desde que esse sonho foi crescendo em mim que até hoje me veio a continuar a trabalhar dentro de uma ONG (...). (Cátia)*

Tenha-se em atenção que apesar de este exemplo ser o único onde há transmissão familiar do ativismo cívico, para outros jovens esse modelo é dado por adultos com os quais se interage em redes associativas, seja o caso de ativistas que trabalham em voluntariado ou de forma profissional nas associações, seja aqueles que participam nas atividades que os próprios jovens têm a iniciativa de realizar, sendo disso exemplo o relato anterior de Mafalda.

A trajetória de Susana ilustra claramente a dinâmica de intensificação da participação cívica que advém do contacto com organizações cuja intervenção se faz a uma escala maior que a da associação onde se colabora. Lembre-se que a jovem refere um “efeito bola de neve” para descrever o processo em crescendo que a participação em atividades de âmbito público despoleta no surgimento de novos convites, com a consequente aceitação de propostas de colaboração em contextos de intervenção que se vão diversificando e complementando (vd. 1.2.).

*Acho que isto se deu em 1.º lugar pelo facto de eu ter vindo para Lisboa e ter começado a trabalhar com outras associações, (...) e eu acho que este trabalho de participar em reuniões, de se fazerem plataformas, de se discutirem as questões da imigração, é um bocado diferente do trabalho do dia-a-dia no bairro. (...)*

*Por sermos também uma associação de luta contra a discriminação começámos a participar na Rede Europeia Contra o Racismo (...) e a partir daí há um outro trabalho que a associação desenvolve, que é a de participar em redes e de forma alargada discutir estas questões (...).*

*(...) por ter este passado, digamos entre aspas, antirracista, juvenil e imigrante, comecei a participar nos Fóruns Sociais, no Fórum Social Português, fui oradora na mesa onde estava o Boaventura Sousa Santos e outras pessoas muito interessantes. Nos Fóruns Sociais encontrei um espaço de pensar os movimentos sociais e pensar na importância do movimento social, imigrante ou não, bastante mais alargado que de alguma maneira contribua para a democracia do sistema, digamos assim. Desde o Fórum Social Português que continuei a participar nos Fóruns Sociais (...). (Susana)*

A importância de conhecer outras realidades e organizações é corroborada por Cátia, para quem a vivência de experiências marcantes está associada às aprendizagens que daí resultam e que criam oportunidades de intervenção.

*Os momentos mais marcantes para mim foi ter ido em 1999 a Budapeste porque convivi com um grupo de 80 jovens com backgrounds completamente*

*diferentes. O que era discutido ali não era só a questão da etnicidade, discutias as questões dos jovens filhos de imigrantes em termos religiosos, por exemplo judeus e muçulmanos, a nível da sexualidade, a questão dos homossexuais e transexuais... quando falas de uma minoria, seja étnica, seja racial, o que for, eram sempre essas perspetivas que eram abordadas e apercebes-te que somos todos jovens mas que devido a uma situação específica, por seres de uma religião diferente, pela tua orientação sexual, pela cor, ou por te vestires de certa maneira, por 'n' situações, sentíamos-nos quase todos no mesmo saco porque éramos todos julgados da mesma forma sem realmente que a própria sociedade onde estávamos inseridos nos conhecesse verdadeiramente, não havia essa abertura para o diálogo, para o conhecimento do outro e sentíamos-nos todos de certo modo injustiçados, sentíamos que todos, também, nos devíamos juntar a nível europeu e fazer algo que nos permitisse pelo menos entrar em diálogo e mostrar que os jovens descendentes de imigrantes têm muitas valências, que podem dar um contributo melhor à sociedade e por que não fazê-lo desta forma? sendo diferentes! Depois disso fizemos projetos com outras pessoas. (Cátia)*

Neste sentido, pode afirmar-se que as narrativas apontam para que o acesso a redes sociais de dimensão e natureza distintas oferece novos olhares sobre a realidade e possibilita a convivência com outros ativistas, com os quais se aprende a perspetivar o mundo de forma mais abrangente e fundamentada e se adquire conhecimentos de diferentes contextos sociais, embora as questões e os problemas possam ser idênticos. Daqui se conclui que se aprende a participar, participando cada vez mais, e que a oportunidade de interagir em múltiplas redes aumenta as capacidades políticas dos jovens ativistas.

Noutra perspetiva, em diferentes momentos dos relatos apresentados se depreende que é o modo de organização do trabalho da associação que favorece processos de aprendizagem assentes na partilha e na discussão com os outros, tanto ativistas como beneficiários das ações. Esta prática de discussão coletiva deixa subentender que é a cultura organizacional da associação que proporciona esse modo de fazer, criando condições para a sua aprendizagem na exata medida em que se exercita o hábito de analisar situações, partilhar propostas e definir estratégias a seguir. Encontra-se um exemplo de *cultura organizacional de discussão partilhada* no próximo relato.

*Nós temos aqui um lema que é assim, quando há um problema nós pomos a coisa na mesa e resolvemos logo, não deixamos criar uma bola de neve, não!*

*há um problema, sentamo-nos, resolvemos e pronto. Porque aqui a comunicação é muito boa, quando se tem um problema deve-se logo falar, mesmo na sala, se eu não gostei de algo que a minha colega fez ou ela, a gente diz e resolve-se logo, senão deixamos criar uma bola de neve e aqui já há muita gente a trabalhar, já há muita gente! Eu também tenho de gerir estas coisas, como sou da direção temos que tentar resolver, quando há um problema a nível de pessoal ou assim... (Paula)*

Por outro lado, a cultura organizacional também facilita a aprendizagem ao oferecer um apoio próximo e atento às especificidades dos/as jovens que beneficiam de cursos de formação nos espaços associativos, comparativamente à metodologia menos individualizada que caracteriza a formação disponível na escola.

*Quando eu tirei o 5.º e o 6.º ano e depois fiz o curso e tirei o 9.º ano, era uma coisa mais agradável, sentia vontade de ir, mas depois quando fui para uma escola pública foi diferente, era tudo mais... não quer dizer mais rígida, era dar a matéria, a despejar, faz de conta, não havia o apoio que tive das outras vezes, que era um apoio mais individual, as pessoas podiam tirar as suas dúvidas, via-se que tinham gosto que a pessoa fizesse. Enquanto na escola era tudo diferente e acabei por desmotivar e desistir. (Paula)*

O efeito da cultura organizacional nas formas de apreensão de conhecimentos ou competências pode ser ainda analisado pela influência transmitida pelo contacto com organizações que apresentam um trabalho de grande qualidade. Conforme reconhece Miguel, na presença de uma cultura de exigência aprende-se a ser exigente. A apreciação do jovem constitui um novo exemplo do papel que os modelos de conduta podem desempenhar na apropriação de comportamentos úteis ao ativismo.

*(...) porque são tantas as conferências, tantas as reuniões com os diferentes parceiros para ver a evolução do projeto, que em termos de experiência vamos ganhando uma visão global daquilo que se vai fazendo nos diferentes países e em termos profissionais torna-nos muito melhores. (...) Quando trabalhamos com pessoas que têm exigências muito altas acabamos por ficar também com essas exigências, ou seja, o nosso trabalho... a perspetiva que eu tenho agora é que porque estamos a trabalhar com pessoas que estão num nível bom queremos fazer o melhor possível e aí acho que foi uma boa forma de aprender. (Miguel)*

A análise de como se processam as aprendizagens que resultam dos contextos de ativismo cívico permite observar que a rede de interações que decorre das relações

interpessoais e também das várias redes associativas a que os jovens têm acesso constituem um *palco de aprendizagem social* e oferecem *oportunidades de adquirir saberes* de diferente natureza: competências e conhecimentos de carácter técnico e operacional, intrínsecos ao trabalho associativo; capacidades sociais relativas à comunicação e à interação com os outros; posturas e atitudes perante a vida e face ao projeto cívico que atualmente desenvolvem e que perspetivam para o futuro. Realça-se que é a responsabilização dos próprios na concretização das atividades e tarefas de gestão organizativa que estimulam o profissionalismo e o empenho com que desenvolvem a intervenção.

De modo complementar, pode concluir-se que *o modo como se aprende o que se aprende* influi na valorização dos saberes e das experiências que os motivaram, justificando o significado pessoal e social dos contextos cívicos que os enquadram e promovem.

### **3.3. O que se transmite, como e para quê?**

A análise que tem vindo a ser desenvolvida neste capítulo realça que as aprendizagens que se adquirem e constroem ao longo das trajetórias pessoais são condicionadas pelos contextos de interação social que enquadram o ativismo cívico, de onde se destaca tanto o estímulo que emerge das atividades nas quais se envolvem como o incentivo que é dado por pessoas significativas. Verificou-se que estas experiências têm, no seu conjunto, um efeito de reforço da motivação para o ativismo. Da mesma forma que os/as jovens ativistas beneficiaram destas influências positivas, é pertinente considerar que também eles podem exercer efeitos semelhantes junto dos destinatários da intervenção e a partir das dinâmicas relacionais que as atividades que desenvolvem produzem nesses contextos.

Neste ponto procura-se compreender se e de que modo é que os saberes adquiridos são mobilizados como estratégia de intervenção cívica, tendo em conta que nas trajetórias transparece uma clara preocupação em enfrentar situações partilhadas pelos/as descendentes de imigrantes africanos, além de que as associações onde participam prosseguem objetivos coletivos com vista à resolução de problemas do meio social.

Em apoio da ligação entre os efeitos do ativismo cívico na experiência individual e a estratégia que serve de suporte à intervenção cívica, poderiam apresentar-se excertos de várias narrativas já integradas em pontos anteriores, de tal modo se observa

uma intersecção entre as diferentes pontas da meada que caracteriza cada história associativa.

Tomando como ponto de partida os relatos de Nelson e de Mafalda, constata-se que a história pessoal coincide, sem qualquer descontinuidade ou conflito, com o projeto associativo que cada um iniciou e que perspetiva prosseguir futuramente. Ao longo das suas narrativas transparece, em vários momentos, que as aprendizagens que vão adquirindo contribuem para aumentar o autoconhecimento e a conseqüente valorização das origens culturais em torno da “africanidade”. Por sua vez, é esse processo que reforça a consciência social e política da necessidade de intervir publicamente, aliada à vontade de fazer chegar informação e conhecimento a outros jovens de origem africana.

O processo de aprendizagem que cada ativista vai construindo e que se alicerça na participação em círculos sociais muito distintos – assumindo relevância o movimento *hip-hop* no caso de Nelson e a formação académica em História no caso de Mafalda – torna-se um recurso utilizado pelos ativistas nas suas ações. É, pois, com base na avaliação positiva dos efeitos dessa aprendizagem na sua personalidade que anseiam transferir esses benefícios para outros jovens. Lembre-se que a intervenção cívica de Mafalda e Nelson (bem como de outros ativistas, mas nestes dois casos essa ligação é muito direta e expressiva) se intersesta claramente com projetos de construção identitária que, ao valorizarem a pertença ancestral e os laços familiares às culturas africanas, pretendem fortalecer a autoestima e, desse modo, a capacidade de cada jovem enfrentar as condições do meio social que avaliam como obstáculos à sua cidadania plena.

O próximo relato descreve exemplarmente as situações de desigualdade que caracterizam a socialização de grande parte dos jovens ativistas participantes na pesquisa e que é reflexo da condição social de muitos dos descendentes de imigrantes africanos residentes em Portugal. Este relato é elucidativo da impossibilidade de dissociar o percurso pessoal com a pertença a um contexto social determinante da escolha de nele participar ativamente. As condições socioeconómicas muito precárias e a consciência da desigualdade marcam a reflexão sobre o percurso individual e o modo como se inscreve na estrutura social.

*Eu cresci numa barraca com ratazanas a entrarem pelos buracos e a passarem à frente da minha casa. (...) Eu ia para a escola e tinha os putos a chegar com os papás de carro e com as avós com lancheiras e eu nem sabia o que era uma avó. Eu via aquelas figuras completamente atípicas na minha família,*

*porque os meus pais saíam de manhã e chegavam tarde, eu é que ia levar os meus irmãos à escola, tinha de pegar neles, tratar de um, tratar de outro e levá-los à escola e depois ganhar forças para ir para a minha escola. Cresci a ver os meus amigos a desesperarem com muitas cenas, a não encontrarem emprego, a entrarem por vias maradas. Fiz um monte de cenas, abandonei a escola, entrei em cenas más... (...) e eu sou um privilegiado porque estou aqui, todos os dias acordo e penso "vou trabalhar" e passo por esses rapazes que não conseguem arranjar nada e penso "eu estou melhor do que aqueles gajos" e tenho de perceber... (...) Então o que é que podes fazer? O meu processo é tentar perceber e desmistificar. (Nelson)*

É esta reflexão que explica a escolha de um projeto cívico com o qual se pretende alcançar efeitos partilhados coletivamente e que se orienta para um objetivo abrangente de emancipação social dos/as descendentes. No relato seguinte esclarece-se como se pode desenvolver uma estratégia de intervenção cívica a partir das vivências comuns do quotidiano, valorizando-se o papel dos jovens na mudança e no confronto com os problemas, num cenário de ausência de intervenção institucional. Note-se que a avaliação negativa feita pelo jovem face à responsabilidade política do Estado se apoia na experiência que detém na gestão de uma associação que se depara com a insuficiência e desadequação de recursos e de programas de ação que permitam "mudanças de fundo". Com efeito, em contextos sociais onde sobressai a necessidade de criação de emprego, reflete-se também a incapacidade das associações desta natureza enfrentarem problemas estruturais e de ordem macro.

*Estas condições todas do nosso quotidiano criam uma plataforma de entendimento e agora é preciso é articular o discurso e criar um compromisso de trabalho à volta disso, os jovens uns com os outros... porque não há uma promessa política para isto, não há mesmo!... (...) Não vai haver qualquer mudança social nos bairros, vai haver mais computadores, mais clubes de futebol, cenas para controlo social dos bairros, policiamento, mas nenhuma mudança de fundo! não vai haver mais emprego! não vai haver subsídios para cenas de educação diversa, para recuperar a autoestima... O nosso principal trabalho é recuperar a autoestima dos brothers... Nós não temos um tostão para criar emprego, mas temos brothers desempregados altamente motivados na vida! sem dinheiro para pagar a renda, sem emprego, mas têm uma autoestima que parece uma parede, ninguém os derruba! Obrigamo-nos a ler uma hora por dia e perceber certas coisas, obrigamo-nos quase a doutrinar as outras pessoas... porque esta luta da autoestima é a base, a base é a autoestima porque do resto não temos mais... (...) Por exemplo, os projetos para combater o*

*absentismo na escola... mas nós vamos ter uma pessoa para ir a casa de cada família obrigar o puto a acordar, já que o pai não o faz? Nós não temos uma estrutura para arranjar emprego! Vamos propor-nos controlar fenómenos que não conseguimos controlar? Ou vamos propor-nos fazer coisas que realmente podemos fazer e que têm impacto? (...) Então, o meu clique foi perceber que podemos dar muito à sociedade, temos uma história como povo e cada um de nós na sua individualidade temos histórias muito fortes. Se conseguirmos passar isto a outros brothers... é o que eu mais curto até hoje, é ir a outros bairros discutir, passar a palavra. Às vezes não consegues que haja esse clique porque há gajos que estão tão lixados da vida que não dá nada. (Nelson)*

Sem “um tostão para criar emprego”, o projeto cívico alicerça-se numa estratégia de fortalecimento da autoestima, de modo a que esta seja tão forte como uma “parede”, assim evitando que as dificuldades do quotidiano “derrubem” os jovens e permitindo, em oposição, “perceber que podem dar muito à sociedade”.

Um objetivo idêntico é o que persegue Mafalda com o seu projeto, voltando-se a sublinhar a importância de chegar a uma “comunidade” da qual fazem parte os descendentes de Africanos. Uma vez que este aspeto já está presente em relatos da jovem explorados noutros pontos (constituindo um elemento central no seu percurso de participação cívica, vd. 1.1. e 1.2.), recorda-se apenas brevemente o modo como define a sua missão, fazendo notar que a participação cívica é a estratégia encontrada para “construir um lugar no mundo”, o que implica que os/as jovens de origem africana ganhem consciência das suas pertenças e a partir delas deixem uma marca positiva na sociedade a que, por direito e pela História, pertencem.

*A nossa mensagem é... é o que eu costumo dizer, nós Africanos não estamos em Portugal há 31, 32 anos (...) Nós existimos para além de todos esses números e é essa ideia que nós queremos passar ao resto da comunidade, e dizer que tanto o teu passado como o teu futuro te interessa e que a história que tu conheces hoje em dia é uma construção e então tens de desmistificar essa história e começar a criar o teu próprio caminho, ou seja, a tua independência enquanto pessoa, enquanto Africano em Portugal e no mundo, como forma de te valorizares e de te fazeres valorizar aos olhos de qualquer pessoa, em vez de seres uma construção, um produto do que disseram “És isto ou aquilo”, não, constrói e marca o teu lugar no mundo. (...)*

*A História e o conhecimento que tu tens sobre o teu passado é uma arma que tu tens contra qualquer tipo de opressão, de discriminação (...) Eu acho que isso passa pelos debates, pelas atividades da associação. (Mafalda)*



Em outros relatos, expressa-se, também de forma clara, que a tarefa assumida pelos/as ativistas se centra na transmissão de aprendizagens de natureza simbólica, nomeadamente valores e atitudes perante a vida. Mas não se trata aqui de valores ligados a uma identidade cultural, como se evidenciou nos relatos anteriores. Rita e Sara valorizam a aquisição de competências sociais que capacitem os jovens a construir projetos de vida autónomos.

Eu aprendi com a prática que a responsabilidade faz-te crescer e faz-te ter um olhar diferente, é o princípio do *empowerment*. Eu faço isso com os jovens obrigatoriamente. E estas experiências são compensadoras, por exemplo o T. também está no SVE [Serviço Voluntário Europeu] (...) estava a trabalhar mas aproveitou esta oportunidade porque era aquilo que ele queria fazer e está a aproveitar ao máximo, acho que é muito motivador, tem bons resultados e está a gostar daquilo que faz como trabalho comunitário e não ganha porque é voluntário, acho que em termos de perspetiva isso é muito bom. Ver outros jovens que estão desde o início na associação e ver os percursos deles, ver que têm esta consciência de voluntariado de forma natural. Isso são 'n' fatores, mas, por exemplo, no grupo de apoio escolar eu vejo quais são os 3 ou 4 que vão dar continuidade àquele trabalho. (Rita)

Note-se ainda que Rita avalia como experiência "compensadora" ter conseguido despoletar noutros jovens o gosto pelo voluntariado, tal como a sua trajetória associativa beneficiou da influência de pessoas significativas (vd. 3.1.). Este dado permite-nos estabelecer uma ponte com um outro estudo, onde se observou que os voluntários são mais participativos em organizações, concluindo-se que tal indica que o associativismo pode desempenhar um papel importante na promoção do voluntariado (Almeida, Ferrão, Delicado 2002: 186).

No caso de Sara, embora rejeite a ideia de ser "modelo" para outros jovens, transparece nas atividades que com eles desenvolve a sua preocupação em conseguir que adotem valores que os preparem para a vida.

*Quer dizer, eu não me sinto modelo para ninguém. Mas o que eu tento muito fazer é... (...) nem toda a gente tem de ser doutor e tudo isso, o que eu tento passar-lhes é que na opção que fizerem têm de ser bons (...)*

*O que eu tento é também mostrar um bocado o meu exemplo e disse-lhes que fui sempre conseguindo conciliar as coisas, mesmo para nunca me tirarem a associação (...) nada pode ser feito sem sacrifícios (...). E é isto que eu tento sempre dizer-lhes, façam as opções, querem ser pedreiros porque... lá está,*

*quem não tem sucesso na escola vai tudo para a construção civil e eles acham que isto é um trabalho depreciativo, mas não tem que ser! Podem ser excelentes pedreiros!*

*Eu costumo dizer-lhes, ainda ontem lhes dei o exemplo, digo o ministro não sei da onde tem aquele palácio, alguém teve de o construir, teve que ser um ótimo pedreiro, teve que ser um ótimo canalizador... e é mais neste sentido, de valorizar, de se sentirem valorizados com as opções que façam, não terem que ser uns coitadinhos (...) É mais isto que eu tento passar, não propriamente... porque eu tenho um bocado de medo dos modelos e das referências e essas coisas... e eu acho que já tem mais a ver com filosofias de vida, com posturas de vida, com o saber estar, e isso é que é muito importante, são valores, são coisas que é totalmente diferente. (Sara)*

Articulando estas duas perspetivas, pode entender-se que em ambas está presente a valorização da identidade, da autonomia e da responsabilidade pessoal, embora seguindo estratégias diferentes para chegar a objetivos idênticos. É interessante verificar que as quatro narrativas apontam para o facto das escolhas que se fazem relativamente ao trabalho a desenvolver com os jovens serem heranças de experiências significativas para os/as ativistas, num esforço de aplicar com os outros algo que resultou na trajetória pessoal. Tal como sublinhado por uma jovem, “a responsabilidade faz-te crescer”, vindo reforçar a ideia de que a responsabilização dos jovens pelo trabalho a desenvolver constitui um meio de incentivar o seu empenho no trabalho associativo e no compromisso cívico que o acompanha.

A descrição de Cátia quanto aos seus anseios futuros vem reforçar alguns aspetos que as narrativas anteriores expuseram: uma convicção, expressa de forma bastante incisiva, sobre a responsabilidade individual e social que recai sobre quem tem a consciência dos problemas que afetam a sociedade. Não há “desculpas” nem “culpas” a atribuir, a intervenção cívica é uma questão de “responsabilidade”. De modo complementar, a jovem entende que os conhecimentos que tem adquirido não são para uso pessoal exclusivo, não são “para guardar”, devendo ser mobilizados como recursos a utilizar no ativismo social. Neste sentido, a responsabilidade do/a ativista é a de “multiplicar” os conhecimentos e saberes a que teve acesso, a partir das experiências cívicas de voluntariado numa associação juvenil local e em ações de formação de redes internacionais.

*Para além do trabalho que quero fazer na WFM [Women from Minorities] e do trabalho voluntário que já faço, há uma coisa que tenho em mente que é levar*

*esse mesmo trabalho, numa perspetiva de mulheres para mulheres, de nível pan-europeu, para um trabalho localmente, no bairro, isso vai ser importante para mim. Sinto que houve muitas coisas que mudaram nesta última década e que de alguma forma também me assustam, isto parando e analisando, não da minha perspetiva, da minha cor de pele negra, mas como mulher, apercebi-me que há tantas coisas que têm de ser feitas! (...) A nível social, ninguém se quer responsabilizar de nada, quanto menos desculpas deres melhor, quanto menos culpas tiveres melhor ainda e toda a gente se quer afastar e ninguém quer ter as culpas das coisas não estarem a correr bem, mas não é uma questão de culpa, é uma questão de responsabilidade! Eu tenho esse papel e essa responsabilidade acima de tudo... Sinto que tenho essa responsabilidade porque com tudo o que já aprendi e ao longo destes anos pude apreender acerca do que é ser mulher, mulher negra, mulher imigrante, mulher de minoria, e sobretudo o que é ser mulher, mesmo, numa sociedade, qual o papel da mulher numa sociedade, sinto que aquilo que eu aprendi não posso guardar para mim, tenho a responsabilidade, tal como um agente social, um líder dum quadro associativo, tenho a responsabilidade de também servir de efeito multiplicador daquilo que eu aprendo. (...) o conhecimento que tu adquires e que sabes que podes transmitir... o trabalho social é isso, tu adquires, aprendes, mas também educas. (Cátia)*

Perante a convicção pessoal da responsabilidade de transferir conhecimentos com quem se partilha contextos de socialização ou a quem se destina a intervenção associativa, interessa perceber que métodos são privilegiados para conseguir envolver os jovens nas atividades propostas. Os próximos relatos apontam para a importância de desenvolver ações com as quais estes se identifiquem, o que implica compreender os seus interesses e preferências e respeitar as suas escolhas, ou seja, partir dos pontos de vista dos próprios para chegar aos resultados desejados.

*O V. pareceu-me que estava no momento e a meio do curso de formação percebi que afinal ainda não, mas ele deu um passo, ele disse-me que ainda não estava preparado para trabalhar agora, não era isto que ele queria fazer, mas conseguir que ele pelo menos raciocine sobre isto é ótimo, ele esteve no sítio ideal para dar um passo maior mas ele não queria trabalhar, não era aquilo que ele queria fazer naquele momento... e tem que ser por outra forma, eu tenho... se calhar vou dar um termo mau, eu tenho de o aliciar por coisas que ele gosta de fazer e através das coisas que ele gosta de fazer dar-lhe responsabilidade e pode ser que aí ele ganhe esta motivação. (Rita)*

Note-se que Rita refere dois fatores essenciais a ter em conta no trabalho associativo e que ilustram a sua própria experiência, bem como a de outros ativistas: a adesão voluntária às atividades exige que sejam motivadoras para os destinatários; a atribuição de responsabilidades incentiva a motivação para desempenhar o trabalho.

Os próximos relatos confirmam a importância da dimensão lúdica e a necessidade de adaptar a intervenção aos gostos dos jovens enquanto aspetos decisivos para estimular a sua participação.

O método seguido por Mafalda passa pela articulação de atividades que sabe terem menor recetividade com eventos muito apreciados e que suscitam forte participação, de modo a conseguir mobilizá-los para as propostas menos apelativas.

*Acho que os jovens... isto vem sobretudo através do hip-hop, o hip-hop é que os... esse entusiasmo do hip-hop, ou seja, eu também posso falar, apresentar as minhas ideias e isso é feito através da música e acho que tem ajudado bastante... O hip-hop é aquilo que mobiliza o pessoal! basicamente é... se disseses que vais fazer um concerto de hip-hop e que vai lá estar um rapper conhecido, esquece, vai lá estar toda a gente! Se dizes que vais fazer um evento de hip-hop com um debate e depois não sei o quê, o pessoal diz "Ok, o debate passo mas vou ao concerto", mas aproveitamos para fazer os dois. (Mafalda)*

Nelson reforça a ideia de que as componentes recreativas e culturais são mais atrativas para os jovens, mas o seu relato chama a atenção para a necessidade de desenvolver uma ação mais política para enfrentar problemas graves, sendo da responsabilidade da associação manter a persistência e investir na consciencialização dos jovens para a utilidade dessa intervenção. Recorde-se que a convicção na eficácia da participação política é um dos aspetos inerentes à motivação para o ativismo. Este relato vem sublinhar que não é frequente encontrar essa convicção nos públicos com quem a associação trabalha, sublinhando a existência de "um défice de educação política nas pessoas". Neste contexto de desvalorização da ação política, veja-se que, ainda assim, a estratégia adotada passa por respeitar os pontos de vista dos jovens (mesmo que tal implique custos físicos para o grupo), ao mesmo tempo que se procura convencê-los da utilidade de intervir coletivamente. É a partilha de discussão e a reflexão conjunta que acompanham o processo de definir uma proposta de ação consensual que permite à associação "ganhar mais as pessoas" e desempenhar um papel de maior impacto na resolução das situações problemáticas do quotidiano.

*Quando fazemos uma festa ou essas atividades mais ocupacionais é sempre muita gente, quando fazemos coisas como as atividades de discussão são*

*muito menos concorridas, vêm 10 ou 15 pessoas... sendo que eu considero que é um sucesso porque tens jovens a discutirem uma cena por si, que aparecem por si. (...) As pessoas neste momento estão convencidas de que alguém tem de fazer por elas, que a culpa é da câmara ou do governo, é isto e aquilo, há um défice de educação política nas pessoas, não é? (...) Por exemplo, este episódio da polícia em que estivemos a ser agredidos 4 ou 5 meses seguidos... os jovens cansaram-se, mas foi preciso levarem muito na boca para fazerem alguma coisa! Fizemos uma queixa comum, à Amnistia, à câmara, à IGAJ, às direções da polícia, a dizer que o comportamento da polícia aqui não era o mais correto. Mas foi preciso as coisas chegarem a um extremo, foi preciso perceberem... porque para eles nunca adianta nada. (...) Mas quando os jovens perceberam que valia a pena fazer este tipo de coisas, num debate estavam uns 30 jovens, já tinham apanhado muito! E são estas coisas que depois têm mais significado, é nestas coisas que a associação ganha mais as pessoas! e eu acho que são estas coisas que têm mais impacto. (Nelson)*

Este relato de Nelson refere um aspeto apontado também por Rita: a necessidade de dar tempo aos jovens para fazerem as suas escolhas e respeitá-las, ainda que não se concorde com elas ou que esse tempo de espera seja vivido com impaciência por parte do/a ativista. Miguel, adiante, sintetiza com clareza aquilo que é exigido às associações para motivarem a participação dos jovens: além de dar tempo, é preciso “criar espaço” para se identificarem com a organização e construírem o seu próprio projeto enquanto contributo que integra o programa associativo mais geral. Depreende-se que este “criar espaço” implica dar liberdade aos jovens para desenvolverem as suas iniciativas, fazendo da associação algo que é construído por todos.

*(...) é preciso encontrar alguma motivação ou identificação na pessoa em relação àquilo que estamos a oferecer para que a pessoa perceba o que se está a fazer e ver se tem alguma ligação com o que ela procura. (...) No fundo, uma associação tem de criar espaço para que os jovens consigam ter o seu papel ou ter o seu espaço dentro dessa área, o que muitas vezes não acontece, ou muitas vezes podem acabar por ser condicionados para coisas mais de dança ou assim e não se tenta trabalhar com eles outras vertentes. (...) para ter a associação dinamizada, com os jovens, é preciso fazer com que o espaço seja deles, não pode ser uma coisa exterior em que eles cheguem aqui e não se sintam à vontade, não saibam como podem aproveitar o espaço, aí é um esforço que a associação tem de ter ao nível da direção e de outros membros, de conseguir transmitir essa informação aos jovens. (Miguel)*

Noutra perspetiva, as narrativas remetem para o papel que as associações podem desempenhar em termos da integração dos destinatários ou participantes dos seus programas. Tal como apontámos no início do capítulo, vários estudos sobre associativismo têm confirmado o papel positivo que o associativismo exerce em diferentes áreas, apoiando-se na avaliação feita pelos dirigentes ou na análise das prioridades de intervenção. Na presente pesquisa, ao procurar compreender que aprendizagens individuais são mobilizadas no trabalho cívico, pode concluir-se que, de forma mais indireta, chegámos a resultados convergentes. Veja-se o próximo relato de Leonor, no qual a jovem se reporta a benefícios coletivos para definir as experiências pessoais mais significativas que viveu na associação. A avaliação dos efeitos do seu empenhamento cívico não se pode assim circunscrever ao percurso pessoal, mas antes por referência ao papel que a associação desempenha na melhoria das condições do bairro onde centraliza a sua atuação.

*Das minhas vivências na associação, o mais significativo acho que é perceber que depois de tanto trabalho e de muitas situações de desânimo as coisas continuam a avançar e que se consegue ainda fazer coisas pelas pessoas cá do bairro, mostrar que há coisas boas no bairro, que há pessoas de valor... que é importante apostar nas pessoas e que as pessoas não são esquecidas! Porque era o sentimento que as pessoas tinham aqui no bairro, porque, enfim... havia uma expectativa de que as pessoas iriam ser realojadas, mas nunca houve uma intervenção no terreno, a não ser das ONG e das associações aqui presentes. No fundo as pessoas sentiam-se esquecidas pelas entidades responsáveis e isso causava uma desmotivação, um desânimo... "Por que é que estamos aqui? Por que é que nunca mais saímos?" Não havia realmente esse trabalho com as pessoas e ao fim destes anos todos, trabalhando com poucos meios durante tanto tempo, agora já com mais alguns meios, temos pessoas do bairro envolvidas no trabalho, começamos a mudar o rosto do bairro! Veremos ruas limpas, veremos espaços arranjados, irmos de encontro às necessidades das pessoas, e sentir que as pessoas são valorizadas! Isso é o mais importante! Conseguir que as pessoas sejam valorizadas e dizer "aqui há pessoas! Não é um bairro de refugiados, não é outro planeta! são pessoas que vivem neste espaço e querem viver dignamente!" Isto apesar de não estarem nas melhores condições de vida, mesmo ao nível das condições físicas. (Leonor)*

O método que se privilegia para conseguir o objetivo de "dignificar as pessoas" através da melhoria das condições do bairro, passa por assumir um papel de mediação entre elas e as instituições. Cruzando esta perspetiva com a sua trajetória associativa

depreende-se que a missão da associação, enquanto estrutura que exerce uma ação coletiva, se confunde com a missão individual da ativista que aí aderiu bastante jovem e cujo percurso evoluiu até se tornar a sua atual presidente.

*É um trabalho com as pessoas do bairro mas também tem de ser articulado com as instituições, porque as pessoas estão aqui mas fazem parte do Município, fazem parte de uma Freguesia, se existe algum tipo de apoio que as pessoas precisem, por exemplo medicamentos, tem de haver uma resposta para essas situações e há entidades responsáveis e essas entidades não podem fugir a essa responsabilidade. E o nosso papel é tentar lembrar isso! E fazer a ponte entre as pessoas e as instituições. Enquanto as instituições não assumirem as suas responsabilidades... assim como as pessoas, as pessoas também têm as suas responsabilidades, os seus direitos e deveres. Ao mesmo tempo que é alertar as pessoas para os seus deveres e direitos é fazer a articulação com as entidades naquilo em que elas também têm responsabilidade. Não podemos dizer que fazemos parte do Município tal e a Câmara vir cá uma vez por ano para demolir uma casa! quer dizer, não há relacionamento nenhum! Nesse aspeto é realmente importante o papel da associação. (Leonor)*

Na verdade, verifica-se que a “confusão” gerada entre o papel do indivíduo ativista e o papel da associação está presente no conjunto das narrativas e tanto emerge como conteúdo latente como é expresso pelos protagonistas, intuindo-se uma confluência entre o “eu” e o “nós”, entre valores pessoais e valores coletivos, que nada tem de aleatório nem de inconsequente. Os relatos de Miguel e Paula, que se apresentam adiante, exemplificam a consciência que ambos têm da importância das funções que desempenham, indicando ao mesmo tempo que são as pessoas e o meio social de origem que subjazem às suas preocupações e aos objetivos de intervenção.

*(...) onde eu sinto uma maior responsabilidade é, por exemplo, às vezes as pessoas ao saberem que faço um determinado tipo de trabalho tentam pedir alguns conselhos ou apoio nesse aspeto, aí sinto alguma responsabilidade, que acaba por ser também muito por manter alguma abertura, ou seja, para que as pessoas sintam que quando precisarem de alguma ajuda ou conselho podem abordar-me e quando isso acontece sentimo-nos bem porque sentimos que isso é um reconhecimento e as pessoas sabem que se precisarem de algum tipo de apoio podem recorrer a ti. (Miguel)*

*Eu nunca trabalhei com jovens, mas as crianças com quem trabalhei em 90 e tal hoje já são pais e mães que têm filhos e essas crianças com quem nós*

*trabalhámos hoje têm uma vida diferente, trabalharam, têm uma vida com objetivos. (...) às vezes parece que não se nota que ficou alguma coisa do que lhes fomos ensinando mas acaba sempre por ficar alguma coisa e isso é gratificante, porque estes anos todos em que eu já estou aqui a trabalhar já passaram muitas crianças por mim. Isto é um projeto de vida que eu não penso largar tão cedo, não é? (...)*

*Aqui a associação envolve muito as pessoas, há um envolvimento, com um objetivo, e tentamos sempre chegar lá. (Paula)*

Na próxima narrativa novamente se sublinha o efeito multiplicador que o trabalho associativo deve implicar, de modo a construir um projeto de cidadania e integração para todos os envolvidos e não meramente para quem participa de forma ativa na vida da associação, caso dos dirigentes como Duarte.

*Eu já posso explicar, já posso puxar, já posso dar confiança com a minha aprendizagem, mas não houve ninguém que fizesses isso comigo e se nós não trabalharmos esta área começamos a ter um movimento associativo só local e não serve, temos que sair, que expandir. Isto tem a ver com inclusão, com integração, como é que nós podemos começar a participar se estivermos fechados no nosso bairro, na nossa associação? Como é que os outros vão saber que temos opiniões se a gente não sai do bairro? Há um trabalho de organização da comunidade no seu todo. A ideia é sairmos do nosso buraco e envolvermo-nos em todos os locais onde podemos envolver-nos e termos gente que participe nessas coisas. (...)*

*Eu acho que temos de agarrar os jovens, estar atento aos que têm mais iniciativa e passar o conhecimento adquirido para que se eu sair da associação não se desmoronar tudo, não ficar o vazio! Quer dizer, se eu vou construindo um montinho, se eu chegar ao cimo do montinho tem de haver uma base de sustentação, senão não há integração. (...) a minha ideia é que outros jovens comecem a participar neste tipo de encontros e a dar o seu contributo e a perceberem da mais-valia da participação, da cidadania. (Duarte)*

Daqui transparece a vontade de partilhar o conhecimento como forma de garantir a sustentabilidade da associação. Valoriza-se a transmissão de saberes dos ativistas mais experientes para os mais jovens, situação que não ocorreu no seu caso pessoal e que é razão para não cometer erros idênticos e assim evitar penalizar a continuidade do trabalho de intervenção social que aí se realiza. Duarte está consciente de que não é a figura pessoal do líder ou dirigente que permite uma intervenção eficaz e



útil, sendo essencial que exista um projeto coletivo onde cada elemento detém capacidades e conhecimentos para o prosseguir, caso contrário corre-se o risco de “ficar o vazio”.

De modo idêntico, também Leonor passou pela experiência de não beneficiar da ajuda de quem marcou o passado da associação, antes de ter assumido a responsabilidade da direção, definindo como compromisso pessoal “capacitar outras pessoas” para que a associação não fique mais “pobre” se um elemento desistir. Ainda à semelhança de Duarte, Leonor perspetiva deixar de colaborar de forma tão continuada e absorvente, mas expressando a preocupação em contribuir com os conhecimentos que adquiriu durante este processo de intervenção cívica, com vista a enriquecer o trabalho no terreno e a própria história da associação.

*Como não quero deixar morrer, enquanto não houver pessoas que me substituam... É o objetivo neste momento, capacitar pessoas para que no caso de eu não estar haver outras pessoas e a associação continuar, ter os seus objetivos e continuar a fazer o trabalho que sempre fez e cada vez melhor, enfim, que continue a fazer este trabalho, porque é importante. Não porque eu sei tudo ou porque o posso fazer melhor do que outras pessoas, mas porque neste momento estou aqui e sei que posso dar um contributo e vou dá-lo. Sei que não vou ficar para sempre mas no momento em que estou, vou dar o meu contributo, pela experiência que já adquiri ao longo destes anos e também porque é preciso passar o testemunho para que as coisas prossigam com consistência, com regularidade, capacitando as pessoas, ou melhor, utilizando as capacidades que as pessoas já têm. E é nesse sentido a minha participação e não desistência: não porque faço melhor mas porque é necessário fazer. (...)*

*Acho que uma coisa que tem faltado na associação é que quando uma pessoa acumula a experiência e depois sai, não transmite essa experiência. Isso deixa a associação mais pobre, porque há uma série de experiências, uma série de coisas que depois não são transferidas para quem fica. E esse é o processo que eu estou a fazer neste momento, assim acho que a associação fica mais rica porque há uma história que não se perde e ao mesmo tempo as outras pessoas, embora não tenham vivido isso, irão ficar com essa história no pensamento que poderá, ou não, ser utilizada futuramente no desenvolvimento da atividade da associação. (Leonor)*

Interessa realçar este aspeto da “memória da associação” pois remete-nos para a dimensão simbólica que enquadra o ativismo cívico. Não são apenas as pessoas que

têm uma história, que justifica o seu percurso de participação cívica. As organizações refletem um trabalho coletivo que se constitui a partir das histórias individuais dos seus precursores, ativistas e beneficiários, ultrapassando-as e ilustrando parte da história das comunidades de imigrantes que se fixaram num dado local. A memória deste legado decorre do papel que a associação desempenha (ou desempenhou) na promoção do bem-estar dos grupos que envolve na intervenção, sendo por isso importante transmitir as vivências e saberes de cada pessoa que contribuiu para esse legado, que constitui afinal o capital simbólico da instituição.

Em apoio desta argumentação, refira-se uma pesquisa realizada num bairro social onde foram realojadas populações de origem imigrante que residiam em bairros degradados com condições em tudo semelhantes às zonas de residência da maioria dos/as descendentes ativistas. Neste estudo observa-se que são as associações étnicas que “recuperam a memória colectiva dos imigrantes” no bairro (Fernandes 2006a: 52), funcionando então como as estruturas que fazem a ponte entre as memórias do bairro que se deixou e as novas interações a construir.

A convicção do valor de transmitir conhecimento “no interior” da associação revela uma outra faceta do papel que os ativistas podem desempenhar, enquanto catalisadores do ativismo. Verifica-se que a transferência de saberes entre pares não se dirige apenas aos jovens que se pretendem envolver nas atividades, mas também se processa no seio do grupo de dirigentes e ativistas. Trata-se de uma forma de reforçar a participação cívica na medida em que se procura assegurar a sustentabilidade da associação, a partir da avaliação positiva dos seus contributos para o bem-estar da população abrangida.

Adiante apresenta-se um relato que aponta para outra dimensão do papel que os/as jovens ativistas se comprometem a exercer: uma dimensão que pode ser entendida como função política num sentido mais restrito do que o que temos vindo a seguir. Susana, também como resultado das aprendizagens e do olhar que vai construindo, resultantes da participação simultânea em diferentes redes, pretende contribuir positivamente para a intervenção associativa, a partir desse conhecimento acumulado. Assume, então, um trabalho “mais institucional e político” cujo objetivo não diz respeito apenas à sua associação de origem (a associação que fundou e da qual é dirigente), mas ao movimento associativo como um todo. Trata-se, segundo a jovem, de “compreender o movimento associativo imigrante e tentar fazer com que ele progrida”.

*Eu continuo a ser voluntária e assumo um trabalho mais institucional, mais político, às vezes vou lá fazer umas sessões de formação, mas acho que é*

*um trabalho mais político acima de tudo. Acho que isto se deu em 1.º lugar pelo facto de eu ter vindo para Lisboa e ter começado a trabalhar com outras associações (...). A minha função é uma função política, é tentar compreender o movimento associativo imigrante e tentar fazer com que ele progrida e isso não quer dizer que não dê para conciliar porque eu não estou lá mas sei o que se passa. (...)*

*Acho que há que pensar na forma como as associações se organizam, repensar no modo como trabalham de modo a que a sociedade em geral as veja da forma que elas merecem ser vistas, ou seja, como pilares essenciais no apoio às comunidades e de auxílio às famílias, às pessoas, seja uma associação cultural, seja uma associação de carácter mais social, seja uma associação só de advogados. Acho que a sociedade tem de valorizar muito mais as associações e os seus dirigentes associativos do que o faz hoje em dia. Acho que as associações preenchem, fazem aquilo que muitas vezes o Estado Providência não consegue fazer, quer dizer, há associações de todos os tipos, mas o Estado deveria fornecer serviços a estas pessoas, não fornece, fornecem as associações, muitas recebem financiamento para isso, tudo bem, mas substituem o Estado Providência e, portanto, acho que em muitos casos devia ser mais valorizado, deviam ver as associações com outros olhos. (Susana)*

Este relato faz ainda sobressair o papel das associações como atores sociais que complementam a intervenção do Estado, oferecendo serviços e colmatando necessidades para as quais são insuficientes as instituições oficiais. Por outro lado, remete para a valorização da ação coletiva, revelando que a partir desse investimento se obtêm ganhos coletivos e não revertíveis em exclusivo para uma associação. Dito de outro modo, a ação coletiva de um movimento associativo como tal, e não de associações desarticuladas entre si, permite-lhes dialogar com o seu parceiro incontornável, o Estado, de forma mais sustentado e fortalecida. Esta perspetiva corresponde à evolução do movimento associativo de imigrantes em Portugal, porquanto tem sido a concertação estratégica em torno de causas comuns que tem permitido abrir portas de negociação com o Estado e ganhar maior consistência na reivindicação de direitos.

### **3.4. Papel das experiências significativas nas trajetórias**

Articulando a análise das experiências significativas com a exploração dos resultados obtidos nos capítulos anteriores, pode afirmar-se que existe uma coerência de disposições propiciadoras do envolvimento cívico. Por um lado, veja-se como as ra-

zões e motivações subjacentes ao ativismo dos/as jovens chamaram a atenção para o significado pessoal e social que assumem as experiências proporcionadas pela sua participação. Por outro, a justificação para a persistência exigida na continuidade do trabalho associativo está relacionada com o sentido cívico que orienta a participação ativa na tarefa de desenvolvimento dos bairros onde residem ou na estratégia de emancipação social dos descendentes de origem africana. Além disso, a vivência de experiências significativas promoveu a aquisição de competências e o desenvolvimento de capacidades sociais, podendo estas influenciar a personalidade dos/as jovens no sentido de uma maior persistência e resistência às dificuldades, tanto as que decorrem dos problemas do seu meio social de origem como as que emanam da gestão das associações.

As experiências que os/as jovens foram vivenciando no curso da intervenção associativa contribuíram para construir “identidades ricas” – ao desenvolverem talentos e fortalecerem o carácter dos/as jovens – e para promover a “educação para a liderança e para a democracia” (Carmo 2004), na medida em que incutiram e reforçaram capacidades de autonomia e responsabilização e incentivaram o compromisso cívico dos/das jovens.

Assim, a experiência de ativismo cívico dos/as descendentes reflete o papel do associativismo juvenil enquanto meio de educação não formal, desempenhando uma função relevante na aprendizagem de competências para o exercício de uma cidadania ativa, conforme defendido por vários autores (AA.VV. 1999). Deve acrescentar-se que a informalidade dos contextos de apropriação de competências e de capacidades não desvaloriza a qualidade da formação. À semelhança dos processos de transmissão intergeracional de ofícios de família, constata-se que as redes de proximidade podem constituir-se como espaços que proporcionam uma formação altamente qualificada (Grieco 1995: 203).

A literatura que incide sobre os efeitos democráticos do envolvimento associativo apoia os resultados apresentados e sustenta a nossa argumentação de que o associativismo constitui uma “escola de cidadania”.

Uma análise relativa ao caso português confirma que na generalidade das associações de âmbito recreativo, cultural, desportivo ou de solidariedade social e religiosas, se promovem competências no sentido da integração social, de reforço das identidades e facilitadoras da cooperação (Viegas 2004: 42). Estas associações permitem também desenvolver competências simbólicas, profissionais ou políticas, mas apenas no que respeita o seu pessoal dirigente (*idem*: 43).

Ainda segundo os dados analisados por este autor, confirma-se que são as designadas “associações de consumidores” e “associações de defesa de direitos de cidadania e direitos sociais” que assumem, claramente, a defesa “de causas socioculturais e sociopolíticas” e que têm uma “natureza universalista”, podendo dar contributos importantes para o debate na esfera pública (*ibidem*). Por outro lado, ao nível individual, permitem “a aquisição de competências simbólicas, desenvolvem o sentido crítico e a capacidade de participação na vida pública”, resultado da militância interna e dos debates na esfera pública em que participam, tendo efeitos não apenas para os seus associados uma vez que o seu trabalho se dirige à “defesa de um bem público” (*idem*: 44).

Esta análise converge com os percursos dos/as jovens ativistas, pois a sua militância desenrola-se em associações que cruzam as dimensões de intervenção cultural, recreativa e de solidariedade com a defesa de direitos de cidadania e direitos sociais, daí resultando a aquisição de saberes técnicos e de capacidades simbólicas e sociais que favorecem e estimulam a participação política.

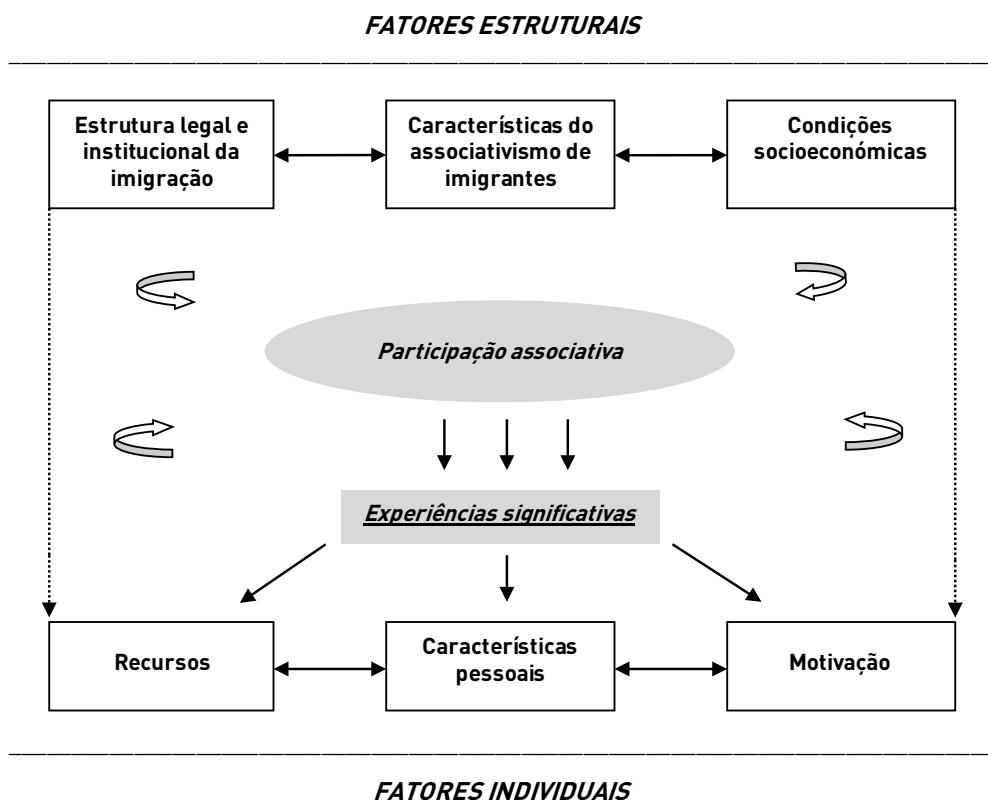
Vimos, por outro lado, que as aprendizagens individuais são mobilizadas para a intervenção coletiva, na perspetiva de que outras pessoas, em particular os jovens, beneficiem dos efeitos positivos dessa ação. O cuidado pelo bem-estar coletivo que assim é expresso deve ser perspetivado em relação com os valores que orientam a participação associativa dos/as jovens ativistas, de onde sobressai a convicção na utilidade da participação política e o valor da solidariedade (vd. 2.3. deste capítulo). Embora a intervenção esteja longe de atingir os resultados desejados, dada a natureza estrutural dos problemas com que se defrontam, tal não influi na avaliação das experiências vividas, deixando entrever que a valorização dessas experiências resulta de idêntica valorização dos efeitos da ação individual na promoção da qualidade de vida de uma dada comunidade. De modo complementar, deve ter-se em mente que a avaliação das experiências associativas se baseia numa mescla de recompensas individuais e coletivas, porquanto as compensações enunciadas pelos sujeitos para a continuidade da participação decorrem do próprio processo de intervenção no meio social.

Refletindo sobre o papel das experiências significativas no contexto do próprio processo de catalisação do ativismo, pode concluir-se que este é um fator a ter em conta na explicação do progressivo envolvimento cívico dos/as jovens. Se as aprendizagens adquiridas permitem adquirir competências técnicas e sociais necessárias ao trabalho associativo, também as interações que se tecem ao longo das trajetórias (e que são igualmente fonte de conhecimento) estimulam a motivação em assumir

um papel interveniente com vista à promoção do bem-estar dos grupos que privilegiam na sua estratégia, além de igualmente reforçarem traços de carácter como a persistência, elemento essencial para prosseguirem esse objetivo. As experiências significativas vivenciadas ao longo das trajetórias devem então ser perspetivas como *fatores de vinculação social*, o que vem sublinhar o papel das associações enquanto espaços de socialização.

Na Figura 10 apresenta-se a tripla influência das experiências vividas ao longo das trajetórias associativas sobre os fatores individuais facilitadores da participação: recursos; características pessoais; motivação. Conclui-se assim que, agindo sobre estes fatores, as experiências significativas exercem um papel de reforço da participação associativa, promovendo a socialização para a cidadania.

Figura 10 - Influência das experiências significativas na participação associativa



## 4. ASSOCIATIVISMO, CAPITAL SOCIAL E MOBILIDADE

A análise do processo de catalisação da participação associativa dos/das descendentes demonstra que o associativismo abriu caminhos para acederem e viverem um conjunto de experiências que marcaram as suas posturas perante a vida, justificando um progressivo envolvimento cívico e a continuidade das trajetórias. As experiências que destacaram como significativas nos seus percursos e escolhas sugerem que o associativismo constitui um meio ou instrumento de apropriação de capital social. Apoiando-nos na análise dos resultados empíricos e nas conclusões que têm sido propostas ao longo deste capítulo, são objetivos do presente capítulo procurar compreender se a inserção em redes associativas conduz à aquisição ou ao reforço de capital social e verificar se o acesso a estas redes impulsiona trajetórias de mobilidade social ascendente (conforme modelo analítico da pesquisa, vd. Figura 1).

### 4.1. Papel do associativismo como fonte de capital social

A literatura científica sobre capital social evidencia que o acesso a redes, independentemente do seu grau de formalidade e da sua dimensão, é o fator-chave na aquisição de capital social<sup>83</sup>. Todavia, a análise das trajetórias dos/as descendentes indica que o acesso a redes não se transforma automaticamente em capital social mobilizado pelos indivíduos ou grupos com vista à realização de interesses. Dito de outro modo, o ativismo cívico não é um produto instantâneo de contactos com redes associativas ou de inserção em redes de sociabilidade informais. Antes pelo contrário, alicerça-se num conjunto de fatores que, passo a passo, vão possibilitando a aquisição de recursos inerentes às redes disponíveis no contexto social de origem dos/as jovens, favorecendo um processo gradual de mobilização das mesmas com vista à concretização de objetivos definidos pelos próprios ativistas. Enfim, as suas biografias convergem no sentido de realçar que o associativismo, num sentido mais lato o ativismo cívico ou político, é um *processo*, um *caminho* que se vai percorrendo, um *projeto* que se vai construindo.

Observámos que este processo é desencadeado em idades bastante jovens, tomando especial relevância os seguintes contextos:

83. Vd. Capítulo III, ponto 2.

- as dinâmicas associativas e comunitárias dos bairros de residência, que proporcionaram oportunidades de acesso e de progressivo envolvimento em redes com maior ou menor grau de formalidade;
- o espaço escolar, que se traduziu em apoios e incentivos ao ativismo cívico por parte de professores e também permitiu a mobilização de redes de amizade em prol desse objetivo, além de que a escolaridade influiu na posse de recursos essenciais à participação cívica, nomeadamente tempo e capacidades de comunicação;
- as relações sociais de proximidade, que constituíram um recurso mobilizado pelos/pelas jovens que tomaram a iniciativa de desenvolver atividades de cariz cívico, num processo de auto-organização de redes aliçadas nas sociabilidades juvenis, por vezes enquadradas pelo espaço escolar, noutras situações pelos bairros de residência, em alguns casos apoiadas em laços familiares.

Todos estes contextos dão forma a (e sustentam-se em) redes de relações sociais que extravasam o espaço familiar, pelo que se podem constituir como fontes de capital social, conforme o conceito proposto por Putnam (1993)<sup>84</sup>. O mesmo autor defende a importância das redes sociais informais, afirmando que cada encontro ou contacto entretecido nas sociabilidades e formas de lazer do quotidiano pode ser uma oportunidade para construir capital social (Putnam 2000: 93). A frase seguinte reflete exemplarmente os percursos dos/as descendentes, onde cada experiência se revelou importante para dar o passo seguinte, num processo gradual de assunção de compromissos desde as primeiras experiências cívicas organizadas com amigos até à liderança de estruturas associativas:

“Like pennies dropped in a cookie jar, each of these encounters is a tiny investment in social capital” (Putnam 2000: 93).

É de acrescentar também que o modo como as experiências significativas foram decorrendo conduziu à responsabilização e ao maior empenho cívico dos/as jovens, pois proporcionou a aquisição de saberes técnicos e de capacidades simbólicas e sociais que favorecem e estimulam a participação política, incentivando trajetórias de cidadania ativa (vd. ponto 3 deste capítulo). Por esta razão, a aprendizagem de

84. “Social capital here refers to features of social organization, such as trust, norms, and networks, that can improve the efficiency of society by facilitating coordinated actions” (Putnam 1993: 167).



um saber-fazer relativo à participação na esfera pública constitui um fator relevante no processo de aquisição e reforço de capital social. Considerando as competências proporcionadas pelas experiências vivenciadas, o carácter voluntário da adesão às associações e o facto de basearem a sua gestão em relações horizontais, pode concluir-se que as redes associativas possibilitam a emergência do “compromisso cívico”, indicado por Putnam como um elemento essencial à construção de capital social (1993: 173-175).

Os resultados da pesquisa levam-nos então a valorizar a influência das redes associativas e das redes informais extrafamiliares enquanto fontes de aquisição de capital social por parte dos/as descendentes ativistas. No que respeita às redes associativas, elas revelam-se como palcos de aprendizagem social que possibilitam o acumular de conhecimentos e capacidades fundamentais ao exercício de uma cidadania ativa. Por outro lado, as relações sociais de proximidade desempenharam um papel significativo no apoio e na sedimentação dos projetos cívicos que alguns jovens encetaram por iniciativa própria, num esforço de mobilização de “laços fortes” (Granovetter 1973) em torno da concretização de interesses individuais mas ao mesmo tempo partilhados pelas redes de amizade (por exemplo, os projetos de Mafalda, Nelson ou Susana) ou de vizinhança (por exemplo, os projetos de Duarte e Sara). Deve ter-se em atenção que as redes associativas nascem também de “laços fortes”, na medida em que decorrem de contactos entretidos no quotidiano da vida comunitária dos bairros de residência. No entanto, a evolução das associações conduz ao alargamento e diversificação das redes disponíveis, permitindo assim aceder a “laços fracos”. De modo complementar, não deve omitir-se o contributo das famílias para a aquisição de capital social, pois tanto apoiaram a adesão a atividades associativas como encorajaram a persistência no empenho cívico à medida que entraram na idade adulta.

Estes dados confirmam que os laços de proximidade podem ser utilizados como fonte de capital social positivo, tal como Small (2004) observou em dinâmicas comunitárias desenvolvidas pelos residentes de bairros pobres, e como Vogel (2008) destacou nos resultados do estudo sobre participação cívica dos imigrantes de primeira geração na União Europeia. Nesta perspetiva, é plausível afirmar que as trajetórias dos/das descendentes beneficiaram de uma articulação entre redes sociais distintas que favoreceram, cada uma a seu modo, a acumulação de capital social. A convergência de redes associativas, relações sociais de proximidade e redes familiares – numa combinação de laços fracos e de laços fortes – teve o efeito de potenciar a apropriação deste capital.

#### 4.1.1. *Processos subjacentes à construção de capital social*

Demonstrou-se anteriormente (vd. ponto 3) que a cultura organizacional das estruturas associativas condiciona o tipo de aprendizagens adquiridas e o modo como estas decorrem, tendo-se verificado que ao dar liberdade e espaço para os/as jovens assumirem as suas responsabilidades e desenvolverem atividades autonomamente, as associações favoreceram a apropriação e a mobilização dos recursos inerentes às redes e aos contextos de interação social onde se movem. Em paralelo e de forma cumulativa, a prática de discutir e analisar os problemas, procurar estratégias de resolução, definir prioridades de intervenção e tomar decisões em grupo, estimula competências para utilizar e rentabilizar o capital social que se adquire nesses contextos. Reitera-se, então, que a inserção em redes, por si só, não capacita os indivíduos nem lhes oferece oportunidades de adquirir e mobilizar capital social, sendo antes de valorizar o que se passa *dentro* das redes às quais se tem acesso.

#### ***Construindo confiança***

Com efeito, a análise das experiências no associativismo fez salientar que o espaço e o tempo que medeiam a intervenção cívica, bem como as vivências entre pares e entre ativistas e públicos destinatários das ações, originam processos de vinculação social. A partilha de acontecimentos ou de afetos, ainda que isenta de reflexividade dos sujeitos envolvidos no imediato, cria condições para a construção de laços de confiança interpessoal que, por sua vez, podem despoletar atos de ajuda ou solidariedade para com terceiros. A confiança ganha-se, como Putnam sublinha, a partir de cada oportunidade de interação com os outros.

Tal como Sennet salienta, a confiança pode nascer de experiências informais no local de trabalho, “como quando as pessoas aprendem em quem podem confiar quando lhes é dada uma tarefa difícil ou impossível”, mas leva tempo a desenvolver-se, “enraizando-se lentamente nas brechas e fendas das instituições” (2001: 37). Corroboramos este raciocínio, adaptando-o ao contexto da intervenção associativa: os desafios e problemas que enfrentam no quotidiano ajudam a construir vínculos com os outros e confiança interpessoal, uma vez que as atividades que os/as jovens desenvolvem, tanto ao nível interno das associações como ao nível da intervenção externa, exigem refletir e agir em conjunto, o que implica negociar e cooperar com quem se partilha coletivamente o esforço de concretizar objetivos comuns ao grupo. Sennet adverte que a flexibilidade e a precariedade laborais corroem a confiança e são um obstáculo a esta aprendizagem (*idem*: 37), o que nos leva a destacar as condições que contribuíram para a evolução das trajetórias dos/as descendentes, nomeadamente

a disponibilidade de tempo para o ativismo e o facto das experiências associativas se terem processado de modo a “dar tempo” aos jovens para se envolverem cada vez mais na vida das associações.

De modo complementar, o envolvimento progressivo dos/das jovens ativistas na vida das associações que fundaram ou a que aderiram pressupõe que a organização onde se participa e os contextos de interação que daí emergem sejam elementos que suscitam confiança, justificando a continuidade das trajetórias. Na perspetiva das organizações, o facto de terem ocorrido convites para assunção de tarefas de gestão e liderança indica que o perfil desses jovens é adequado ao desempenho das funções, além de se subentender a confiança neles depositada para o desempenho de cargos diretivos. O recrutamento de novos ativistas ou dirigentes constitui aliás uma forma de autosseleção das organizações, pois proporciona o envolvimento de pessoas cujas capacidades são avaliadas como positivas e vantajosas para o trabalho que nelas se realiza (vd. ponto 1).

Da mesma forma que as trajetórias analisadas se foram desenrolando por etapas, também as experiências vivenciadas ao longo desse processo conduziram a uma construção gradual de competências técnicas e simbólicas, de laços sociais, de confiança interpessoal. É o conjunto destes elementos que justifica a persistência em prosseguir o ativismo cívico, proporcionando, assim, a acumulação de capital social. Como observámos anteriormente, a negociação e a cooperação subjacentes à intervenção associativa apoiam-se em laços de confiança recíprocos entre os ativistas empenhados no mesmo objetivo, o que vai ao encontro do conceito de capital social proposto por Fukuyama enquanto conjunto de “valores informais ou normas partilhadas pelos membros de um grupo e que permitem a cooperação entre as pessoas” (2001: 36). O autor adverte que para construir capital social é necessário que a partilha de valores ou normas esteja associada à confiança, elemento significativo nas trajetórias dos/as descendentes.

Embora a literatura sobre esta temática aponte para a dificuldade de identificar se a confiança é a condição prévia que permite construir capital social ou se é o resultado da inserção em redes sociais, as trajetórias analisadas apontam para a plausibilidade de ambas as situações. Quando se lançam as bases para a constituição de uma associação de raiz, está presente um certo grau de confiança interpessoal, traduzido na mobilização de laços de proximidade para passar à prática o projeto que se tem em mente; quando o ativismo cívico se inicia em associações já ativas, às quais os/as jovens aderem, é a confiança construída no quotidiano, e que se encontra associada a aprendizagens e pessoas significativas, que funciona como reforço da motivação e

justifica a continuidade da participação. O caminho que se vai fazendo de construção de confiança a par da intervenção associativa ocorre também nas situações em que os/as jovens fundam associações com pessoas próximas.

A título de exemplo, lembre-se que Leonor aceita avançar numa candidatura à direção da associação onde colaborava como voluntária, por avaliar positivamente a intervenção que tem sido desenvolvida, mas também por respeitar as pessoas que assumem esse desafio. Este caso é indicativo da influência de pessoas significativas nas trajetórias cívicas, enquanto estímulo para se envolverem em idêntico percurso de voluntariado, ou enquanto modelo de conduta pelos valores e posturas que assumem perante a vida. Por outro lado, é também por demonstrar responsabilidade e empenho nas tarefas que Leonor é convidada, pois revela qualidades que inspiram confiança para gerir um projeto coletivo.

Uma situação distinta de relações de confiança alicerçadas nas sociabilidades subjacentes ao projeto associativo é ilustrada pela história de Mafalda. A jovem tem a iniciativa de constituir uma associação em conjunto com um grupo muito restrito de amigos, deixando transparecer que o compromisso coletivo face a um objetivo comum – realizar ações de consciencialização junto de outros jovens de origem africana – se alicerça numa relação de confiança entre os diferentes elementos que ativamente procurou como parceiros.

Apresentam-se dois relatos que acentuam a importância de se trabalhar com pessoas que se conhece e com “o espírito da associação”, ilustrando como a partilha de objetivos pode convergir na confiança com quem se trabalha, sendo essa combinação que permite desempenhar com sucesso a missão cívica que assumiram.

*(...) é muito importante a escolha, seja quando tu fundas... Eu não fui fundadora mas acho que deve haver sempre esse cuidado, as pessoas com quem tu fundas uma associação, também os objetivos que tens e fazer com que sejam as próprias pessoas com quem trabalhas que te ajudem a criar, é fundamental.*  
(Rita)

*(...) tem de ser uma pessoa que entenda mesmo o espírito da associação, eu não posso contratar um coordenador porque esse coordenador vai levantar problemas quando alguma coisa não correr bem. Uma pessoa que é da direção e que está a trabalhar como coordenadora, ela própria tenta resolver problemas quando aparecem em vez de estar a colocar mais problemas.* (Duarte)

O próximo relato de Mafalda salienta que mesmo em situações onde existe confiança prévia face aos pares com quem se funda uma associação, a confiança constrói-se à

medida que se acumulam experiências no dia-a-dia do trabalho em conjunto. Sara, por seu lado, sublinha a não-linearidade na construção de confiança relativamente aos destinatários da intervenção associativa. Construir confiança não é, portanto, um processo que decorra necessariamente em crescendo; pelo contrário, pode haver quebras na relação, descoincidência de valores ou de objetivos.

*A [atividade] que correu pior e que eu tencionava que corresse muito bem foi a última que organizámos (...). Tínhamos um filme, debate, exposição de fotografias e concerto. Foi aí que começámos a ver que as pessoas que estavam connosco na associação já não estavam muito interessadas... estavam interessadas mas não tinham a capacidade de dizer "Olha eu não posso fazer isto aqui", então éramos só duas a organizar. As pessoas estavam lá mas não estavam... passámos meses a preparar, mas no dia pelo menos 3 pessoas não sabiam o que se estava a passar ali...*

*Foi aí que tomámos a decisão, ok, vamos seguir até ao final do ano mas logo no princípio do ano vamos tomar uma posição, quem quer estar está quem não quer não está e é preferível que as pessoas assumam... Disse-lhes mesmo francamente "É preferível que as pessoas assumam o que querem fazer porque antes de pertencerem à associação vocês são meus amigos, gosto muito de vocês, mas se as coisas continuarem assim como estão vou perder-vos como amigos porque não gosto muito desse ambiente e vamos perder a associação, ou seja, vamos sair todos a perder". (Mafalda)*

*Mas há dias em que fico cansada e penso "Bolas, mas por que é que isto acontece?" Agora, por exemplo, esta história do roubo, o facto de termos as portas todas abertas, o carro todo disponível, isto são relações de confiança que se criam e que nós esperamos... e quando isto acontece nós pensamos "O que é que se passa? O que é que está aqui..." e faz-me insistir mais, o tentar perceber, o tentar fazer mais qualquer coisa, é mais nesse sentido. (Sara)*

### **Partilhando normas e valores**

Sugere-se assim que a construção de capital social mediante a inserção em redes não é linear e que a vida associativa não é pautada apenas por consensos e partilha de afinidades, havendo espaço para o conflito e para a divergência. No entanto, estes momentos constituem também desafios e oportunidades de aprendizagem. Atente-se na forma como Paula descreve o "lema" da associação de discutir os problemas no imediato. Esta prática revela-se uma estratégia positiva pois evita o seu agrava-

mento ao mesmo tempo que reforça a coesão do grupo, ao exigir a todos os elementos clareza e frontalidade para “colocar os problemas na mesa”.

*Nós temos aqui um lema que é assim, quando há um problema nós pomos a coisa na mesa e resolvemos logo (...) quando se tem um problema deve-se logo falar. (Paula)*

Os relatos de Mafalda e Paula esclarecem que o alicerçar da confiança no quotidiano das instituições decorre do processo de definição e aceitação de normas e regras a seguir pelo grupo.

Noutra perspetiva, veja-se que Mafalda sublinha que não quer perder os amigos nem a associação, o que resultaria num saldo extremamente negativo onde “todos perderiam”, e lembre-se que Paula descreve a associação como “uma segunda família”. Outros relatos que versam sobre a decisão de constituir associações ou sobre a opção de assumir maior empenho na vida da instituição salientaram o prazer que se retira das interações sociais que esse trabalho proporciona, sendo uma reação natural prosseguir a colaboração quando o ambiente relacional é favorável. Como referido por Miguel, “quando gostamos das pessoas acabamos por ter mais vontade de continuar a fazer mais trabalho” (vd. 3.1.).

Estes aspetos remetem para o papel das interações sociais enquanto fator que incentiva o ativismo cívico. De facto, as motivações expressas pelos/as descendentes para se envolverem civicamente (vd. 2.3.) indicam que o prazer de trabalhar nesta área reflete tanto a valorização dos objetivos prosseguidos pela associação, como das pessoas empenhadas na sua concretização. Parece-nos que ao valorizarem a missão associativa, tanto como o grupo que a leva a cabo, os/as jovens revelam aceitar as normas e os valores subjacentes à cultura organizacional da instituição. Sublinhe-se que ao desempenhar um papel de liderança na gestão associativa, se deve considerar que as normas e os valores da associação espelham as normas e os valores partilhados pelas pessoas que dão corpo a esse projeto. Tal como Rita descreve, existe uma coincidência entre os valores pessoais e os preconizados pela intervenção da associação, razão que justifica o seu empenho:

*(...) os pressupostos da direção estão tão enquadrados, as traves mestras são tão inerentes a mim (...). Estes princípios são valores, é um projeto de intervenção cívico, de comunidade, de formar as pessoas e que elas ganhem escolhas mas escolhas que sejam de igual para igual e que tenham oportunidades diferentes. (Rita)*

Também neste relato sobressai a importância de fazer parte de um grupo com quem se partilha a construção de uma “trave mestra”, ou seja, de trabalhar com quem tem “o espírito da associação”, o que pode fazer com que a associação seja “uma segunda família”, fatores que deixam transparecer uma articulação recíproca entre confiança, normas e valores subjacente às redes associativas.

Encontra-se apoio para este raciocínio no modelo do círculo virtuoso da cidadania proposto por Putnam (1993), segundo o qual as redes produzem confiança, esta reflete a aceitação de normas que se baseiam na defesa de valores comuns, sendo a interdependência destes elementos que conduz ao reforço cumulativo da cidadania, ou seja, ao círculo virtuoso<sup>85</sup>. As experiências significativas e as motivações para o ativismo tornam plausível esta relação virtuosa pois traduzem uma relação positiva entre a experiência de ativismo, o aumento da motivação e o reforço da participação (vd. Figura 10).

As opções que marcam o início e a continuidade do ativismo balizam-se num equilíbrio entre o interesse individual e o interesse coletivo. As trajetórias refletem a racionalidade dos atores na avaliação das oportunidades disponíveis e considerando as motivações pessoais. Assim, a persistência dos percursos cívicos dos/as descendentes revela que a confiança e a partilha de valores com quem se interage é uma condição básica do ativismo cívico; nos casos em que não existe uma identificação do indivíduo face ao coletivo, novos projetos se tomam em mãos. É esta a razão invocada por Cátia para desistir da associação que ajudou a fundar e ter passado a colaborar numa organização internacional; é também a existência de “lógicas” distintas que Nelson sublinha na avaliação seguinte:

*A ideia que eu tinha das associações, embora não tivesse muita experiência, era de que não faziam “puto”... depois, mais tarde vim a perceber que eram pessoas muito mais velhas, que tinham uma lógica completamente diferente da nossa. (Nelson)*

Aliás, a investigação sobre associativismo de imigrantes sublinha que os jovens se demarcam das associações das gerações antecedentes por divergirem nos interes-

85. “Stocks of social capital, such as trust, norms, and networks, tend to be self-reinforcing and cumulative. Virtuous circles result in social equilibria with high levels of cooperation, trust, reciprocity, civic engagement, and collective well-being. These traits define the civic community. Conversely, the absence of these traits in the uncivic community is also self-reinforcing” (Putnam 1993: 177).

ses e objetivos que estas prosseguem, constituindo associações próprias pelo desejo de criar “espaços de transgressão” (Quintino 2004: 345), ou por contestação de normas de conduta e da “resignação demasiado conformista” que atribuem às gerações adultas (Resende 1996: 82).

Os argumentos que têm vindo a ser expostos neste capítulo permitem esclarecer que a participação associativa permitiu aos/às descendentes apropriarem-se dos recursos inerentes às redes a que aderiram e que foram alimentando ao longo do seu percurso cívico, resultando num processo de construção de capital social que acompanha a própria evolução das trajetórias. A aquisição de capital social mediante o envolvimento dos/as jovens em atividades cívicas faz salientar que a confiança é um elemento que permite assegurar a concordância com as normas e os valores prosseguidos coletivamente. Ainda que possam emergir divergências e conflitos, estes são ultrapassados na exata medida em que se confia nas pessoas com quem se trabalha e se acredita nos objetivos a atingir pelo esforço coletivo.

Pode então afirmar-se que a confiança que se gera entre pares envolvidos no ativismo cívico está relacionada com a partilha de valores que enfatizam a utilidade da ação política e o papel individual no esforço coletivo pelo bem comum, assim como a valorização da associação enquanto instrumento de promoção do bem-estar dos grupos destinatários da intervenção. O investimento dos/as jovens ativistas na ação coletiva para atingir objetivos que individualmente seriam impossíveis de concretizar, vem ao encontro da análise de Coleman e do seu conceito de capital social enquanto bem produtivo mobilizado na relação entre atores sociais com vista a realização de objetivos por eles partilhados (1990: 302).

### ***Estabelecendo pontes e promovendo coesão***

Entender a intervenção associativa como meio de satisfação de objetivos partilhados coletivamente, poderia conduzir-nos a enfatizar a dimensão pública do capital social, que traduz os benefícios coletivos, em detrimento da sua dimensão privada, que salienta os efeitos colhidos apenas pelo indivíduo que detém este capital (Putnam 2000: 20). No entanto, Putnam também adverte que embora as redes onde se alicerça o capital social tenham por base o “fazer com”, não implicam automaticamente um “fazer o bem para os outros” (*idem*: 117). Este raciocínio coincide com a análise das motivações expressas pelos descendentes pois observa-se uma interligação entre fazer para si próprio e fazer para os outros. Lembre-se que estas traduzem uma mescla de interesses egoístas e altruístas porquanto a missão das associações se centra na resolução de problemas coletivos ao mesmo tempo que permite “alimen-



tar” necessidades individuais. Neste sentido, adaptando a terminologia do autor, o capital social adquirido pelos jovens é uma demonstração de *fazer com, para fazer o bem para mim e para os outros*.

Esta interpretação remete para a análise sobre os efeitos do capital social desenvolvida por Putnam e para a sua distinção entre “*bonding capital*” (centrado no grupo) e “*bridging capital*” (orientado para as relações intergrupais) (*idem*: 22). Ambas as dimensões se podem observar nas trajetórias dos/as descendentes. Por um lado, como já referido, estas refletem a mobilização das redes associativas para mudar as condições do meio social, tendo subjacente um sentido cívico pela promoção do bem público, o que exige construir pontes com outras organizações e atores institucionais. Por outro lado, as narrativas expressam, de forma clara, a vontade de potenciar os benefícios que as experiências cívicas suscitam individualmente, mobilizando-os para a intervenção com outros jovens, sobretudo com a preocupação de adquirir “bagagem” para a vida, uma vez que se tem consciência das limitações das associações para debelar problemas cujas causas radicam na própria estrutura social. É aliás esta consciência que justifica a intervenção cívica em prol da promoção da autoestima, da responsabilização individual e da consciencialização social, como ferramentas para enfrentar os desafios que a sociedade coloca aos descendentes de imigrantes, em particular (vd. 3.3.).

Nas ações orientadas para este objetivo realça-se a responsabilidade do/a ativista em “multiplicar” os conhecimentos e saberes a que tem acesso. Quando referem que pretendem “passar uma mensagem” tendo em vista fortalecer identidades, ou que se sentem recompensados ao contribuir para a capacitação e responsabilização de outros jovens, os projetos que desenvolvem nesse sentido podem então ser entendidos como *estratégias intencionais de investimento de capital social*. O próximo relato é apresentado como um exemplo deste efeito multiplicador, onde o aumento de redes informais juvenis pode ser avaliado como fruto da transferência de capital social mediada pela intervenção associativa de que a jovem é a principal mobilizadora.

*Dessas pessoas que nós vamos contactando diariamente, nós vemos aparecer vários projetos, por exemplo a ideia de criar um jornal, de fazer outros debates, são pequenos grupos de amigos, alguns conheceram-se mesmo através da associação, em que vão fazendo pequenas atividades em conjunto e sempre que precisam de alguma coisa, ou de algum livro, ou de saber onde é que podem encontrar isto ou como poderiam fazer algo, contactam sempre a associação para ajudar, mas são eles que fazem. (Mafalda)*

A análise apresentada conduz aos argumentos com que iniciámos este capítulo: o capital social não é um efeito automático do acesso ou da inserção em redes associativas. Adquirir este capital pressupõe um processo gradual, mas sem linearidade, de construção de confiança. Tal construção torna-se possível quando as redes oferecem condições favoráveis à discussão partilhada e à mobilização de recursos por parte dos indivíduos nelas inseridos. Conforme ilustra o relato anterior, para que a intervenção cívica produza benefícios para os destinatários é necessário que conduza à autonomização e à responsabilização individual. Recordando uma narrativa apresentada noutra parte, “a responsabilidade faz-te crescer” (vd. relato de Rita em 3.3.).

Conclui-se então que para construir capital social não é suficiente aceder a redes, mas também que estas proporcionem oportunidades para os indivíduos adquirirem capacidades que lhes permitam mobilizar esses recursos e rentabilizar ou potenciar os seus efeitos, em benefício próprio ou coletivo. Atente-se que a utilidade da posse de capital social pode ser medida em termos dos efeitos que produz ao nível interno da rede, ou seja, do grupo que investe na construção de capital social (*bonding capital*), mas também dos efeitos que extravasam para outras redes ou grupos (*bridging capital*).

Nesta perspetiva, pode acrescentar-se ainda que ambas as dimensões do capital social têm alguma correspondência com as funções de coesão e locomoção exercidas pelos grupos, independentemente da sua natureza (Carmo 2000: 142). Os projetos de intervenção cívica em que os/as descendentes se têm empenhado preenchem funções de coesão, porquanto procuram reforçar sentimentos de pertença, promover a autoestima e fortalecer identidades, a par de funções de locomoção, que refletem as ações com vista à resolução de problemas do meio social.

Em suma, o modo como as trajetórias foram evoluindo indica que a apropriação de capital social mediante as redes associativas é um caminho que se percorre passo a passo, onde a interação com os outros – no espaço interno da associação mas também na interação proporcionada pela intervenção no terreno – permite construir confiança. A confiança vai sendo adquirida à medida que se tecem e fortalecem laços sociais, sendo das trocas recíprocas entre os membros de um mesmo grupo que frutificam também as normas e os valores partilhados pelo coletivo. O conhecimento interpessoal despoletado pelas experiências que se desenham na convivialidade quotidiana cria as oportunidades de partilhar valores, vontades e projetos<sup>86</sup>. Lembre-

86. Paul Gilroy defende que a convivialidade entre indivíduos e grupos social ou culturalmente distintos numa dada sociedade cria oportunidades de conhecimento recíproco que permitem gerir antagonismos e conflitos (2007: 183).

se como Nelson afirma que a “associação ganha as pessoas” quando persiste em enfrentar problemas que o grupo afetado define como irresolúveis ou fora do alcance da ação individual; ou de como Duarte descreve o esforço coletivo na instalação de condutas de água e na eletrificação do bairro que deu origem à dinâmica comunitária que, mais tarde, criou condições para fundar uma associação.

Estes processos convergem com a argumentação de Putnam de que as redes sociais constituem canais de interação utilizados pelos indivíduos para obterem benefícios, sendo através da interação e dos laços que daí emergem que se adquirem normas de reciprocidade que, por sua vez, estimulam a atenção dos indivíduos para com o bem-estar dos outros (2000:117).

Relacionando a análise do processo de construção de capital social com a catalisação da participação associativa, reitera-se que é a influência recíproca entre diferentes elementos que possibilita utilizar as redes como recursos úteis ao indivíduo nelas inserido e, em consequência, a mobilização de capital social.

#### *4.1.2. Efeitos inesperados da posse de capital social*

Na linha analítica do individualismo metodológico, Boudon introduz o conceito de “efeitos perversos” para chamar a atenção para as consequências resultantes da ação individual que ultrapassam os objetivos desejados pelos protagonistas dessa ação, podendo assumir um sentido negativo ou positivo (Ferreira *et al.* 1995: 263).

Pelo modo como as trajetórias associativas dos/as descendentes se foram desenrolando, passo a passo e à medida que são confrontados com determinadas experiências e oportunidades que os interpelam a aderir ao associativismo, poderíamos entender a longevidade das trajetórias como um “efeito perverso”, resultante da agregação de um conjunto de decisões individuais como resposta às condições do contexto social. Todavia, o que nos parece importante realçar é a ocorrência de alguns efeitos inesperados que decorrem das trajetórias associativas e que são inerentes às funções de liderança desempenhadas pelos/as ativistas nas associações. Enquanto o progressivo envolvimento em associações ou em atividades de caráter cívico se fundamenta em escolhas conscientes e nas motivações que expressam para tal, outros efeitos ocorrem sem que exista uma intencionalidade ou ação programada.

Consideramos ser interessante analisar dois efeitos inesperados que se destacam pela positiva e pela surpresa do seu impacto no curso futuro das trajetórias dos/as jovens ativistas: a emergência de identidades políticas e a liderança.

## ***Identidades políticas***

Segundo os autores do modelo do voluntariado cívico (Verba *et al.* 1995), as instituições cuja ação não é puramente política<sup>87</sup> exercem um efeito positivo na cidadania e na democracia. O seu estudo permitiu verificar que estas instituições podem proporcionar a aprendizagem e o treino de competências cívicas e, embora nem sempre cumulativamente, o recrutamento de indivíduos para a intervenção na esfera pública (*idem*: 390).

As trajetórias dos/as jovens ativistas corroboram estes argumentos. A análise desenvolvida em capítulos anteriores demonstrou que um dos impactos das experiências associativas foi a socialização para a participação. Defendeu-se que as aprendizagens e as interações que se desenvolvem no associativismo contribuem para a aquisição de competências instrumentais e expressivas fundamentais para o exercício de uma cidadania ativa, sendo aplicadas nas práticas quotidianas de intervenção cívica. Estes resultados sugerem que o acesso a redes pode criar disposições para a participação política, mesmo que essas redes não tenham um caráter político nem prossigam objetivos políticos, em sentido estrito.

Considerando que as associações onde participam desenvolvem intervenção em áreas-chave das políticas sociais (ação social para a juventude, promoção da saúde, informação e defesa de direitos dos imigrantes, entre outras) e que a implementação das suas atividades pressupõe o diálogo entre as associações e as instituições de âmbito estatal e local que detêm a responsabilidade de definição e gestão de programas sociais, torna-se uma exigência incontornável que os/as jovens dirigentes se envolvam no diálogo político de negociação de interesses e concertação de ações. Embora as associações não estejam enquadradas nem geridas por estruturas político-partidárias, podem, assim, constituir-se como espaços de “recrutamento” dos partidos políticos, pois as posições de liderança que estes jovens assumem colocam-nos em situações de destaque, ao mesmo tempo que a experiência da intervenção cívica pode despoletar o desejo de envolvimento numa carreira política.

Por outro lado, os motivos situacionais que despoletaram o ativismo, em particular os que se relacionam com problemas e situações vividos pelos imigrantes africanos e pelos descendentes, podem ser entendidos como “temas políticos”. As atividades

87. O que corresponde a todas as organizações da sociedade civil que não se dedicam a atividades político-partidárias.

que vão desenvolvendo com o intuito de enfrentarem estas questões, leva-os a adquirirem experiência, tanto na sua discussão teórica como na atuação direta com vista à sua resolução. Indiretamente, estes jovens estão a intervir sobre temas que são tratados também na arena política e, concretamente, pelos partidos. Nesta perspectiva, a ação cívica assume-se como uma estratégia de pressão política, uma vez que confrontam as instituições oficiais com a necessidade de resolver problemas que ultrapassam a esfera de atuação das organizações da sociedade civil.

Vimos que a consciencialização sobre os problemas vividos no quotidiano pelos jovens ou pela comunidade de residentes num dado bairro subjaz a várias das trajetórias associativas analisadas, estando relacionada com a opção de se dedicarem à intervenção social e comunitária. Por sua vez, as experiências que vão sendo adquiridas no trabalho associativo permitem alimentar ou agudizar a tomada de consciência dessa situação, bem como aprender e ensaiar formas de os enfrentar. Por outro lado, o reconhecimento, por parte destes dirigentes, do valor da ação das associações em prol do bem-estar das populações envolvidas é um fator que pode incentivar o empenho pessoal em prosseguir esse trabalho, ou estimular novos projetos de intervenção.

O desenrolar de todo este processo de consciencialização e intervenção cívicas torna plausível afirmar que estamos perante a emergência de identidades políticas, no sentido atribuído por Chebel (1998):

*“L’identité politique serait donc la capacité individuelle, acquise lentement durant les périodes initiales de socialisation et de participation, et visant l’efficacité e l’action dans le contexte d’une situation socio-politique.”* (Chebel 1998: 149-150; em itálico no original)

O autor salienta que a identidade política é o resultado de influências externas que ocorrem mediante a socialização, o exercício de uma função política, a tomada de consciência de uma situação de dominação ou por via de outras influências conjunturais ou históricas (*idem*: 148). Estes aspetos estão presentes nas trajetórias analisadas pois a experiência direta com situações de discriminação social funcionou como fator catalisador do ativismo, tendo sido o desenrolar das trajetórias que conduziu ao agudizar da consciência sobre essas questões e à capacitação dos/das jovens para se envolverem na sua resolução.

É interessante também mobilizar para esta análise os resultados de um estudo sobre as elites políticas juvenis, onde se observou que a socialização política se faz sobretudo por transmissão intrageracional, através dos amigos e na escola, e não apenas

intergeracionalmente por via da família (Cruz 1990: 235-236). Verifica-se situação idêntica nos percursos dos/as descendentes, uma vez que o ativismo se desenvolve em torno de redes sociais onde as relações entre pares têm grande relevância, contribuindo para o modo como se processam as aprendizagens e para a discussão sobre os problemas que compartilham.

O impacto do associativismo na emergência de identidades políticas é ilustrado pelo próximo relato, que nos parece sintetizar o papel ativo que os/as jovens ativistas desempenham na esfera pública com vista ao bem-estar coletivo, dimensões centrais da cidadania.

*A grande vantagem de se participar em associações e em trabalho voluntário é o espírito da democracia... tu ali queres uma coisa e tens de defender a tua posição, tens de lutar por aquilo em que acreditas e continuar a trabalhar mesmo quando todas as portas se fecham, e continuam a fechar! (...) O que nós aprendemos é a persistência e é a perseverança e é a ambição de achar que continuando a trabalhar conseguimos fazer uma coisa melhor. (Susana)*

### **Liderança**

O compromisso cívico que se reflete na postura participativa do discurso anterior está associado ao exercício de cargos de liderança observado em todas as trajetórias. Apontou-se que a assunção progressiva de responsabilidades conduziu à integração dos jovens nos corpos sociais das organizações a que aderiram, além de constituir uma etapa “natural” nos casos em que foram protagonistas da criação de novas estruturas. Contudo, apesar do desempenho de funções diretivas ser uma escolha voluntária, não significa que o estatuto inerente a ser-se líder seja aceite com à-vontade. Recorde-se que mesmo os/as jovens que fundaram as próprias associações descreveram a aceitação do cargo de presidente como uma força das circunstâncias e não como um objetivo pessoal (vd. 1.2.).

Assumir cargos de liderança produz efeitos interligados no que respeita a missão cívica dos dirigentes associativos: coloca-os no papel de representantes ou porta-vozes dos interesses de um dado grupo, o que implica uma maior exposição pública, que pode ser entendida como fator facilitador do seu recrutamento para a vida político-partidária, mas que ao mesmo tempo torna mais exigente a defesa dos interesses dos grupos que representam. A própria definição de quem são os grupos representados pelas lideranças associativas acarreta desafios. Num primeiro plano, este grupo é constituído pelos beneficiários e destinatários diretos da intervenção, que nas associações analisadas concernem aos residentes de um dado bairro. Toda-

via, o facto destas associações se estruturarem em torno da etnicidade faz estender a fronteira que define o grupo de beneficiários, ou de “representados”, para abranger uma “comunidade” alargada que partilha a origem étnica.

Se os interesses que os dirigentes devem representar traduzem os objetivos e as prioridades que as associações estabelecem para a sua intervenção, não se deve depreender que esta seja uma tarefa de simples transposição de objetivos de um nível mais idealista, de natureza teórica, para a prática quotidiana do trabalho desenvolvido no terreno. Este processo de representação complica-se na exata medida em que cresce a exposição pública, tanto das pessoas que exercem funções de liderança, como das próprias associações enquanto atores coletivos inseridos em dinâmicas relacionais entre instituições com distintas esferas de poder, designadamente parceiros ou órgãos responsáveis pela implementação de políticas sociais e de imigração.

Os seguintes relatos expõem as contradições e dificuldades associadas à posição de liderança, sugerindo que nem sempre os dirigentes conseguem equilibrar as convicções pessoais enquanto ativistas cívicos, as necessidades dos destinatários da ação associativa e as expectativas que outras instituições depositam na sua liderança.

*Agora o ACIDI anda com esta iniciativa de identificar líderes e eu também estou no grupo de jovens descendentes, mas olho para o grupo e não vejo lá líderes... isto não é arrogância, é perceber que não podemos estar a pedir coisas para o nosso bairro sem ter ouvido verdadeiramente as pessoas, como se líder fosse uma carreira pessoal. (...) É por isso que cada vez dou mais importância a escutar as pessoas... eu não posso fazer cenas só por mim. (...) E eu pergunto-me “então foste perguntar ao teu people se é isso que eles querem?” Por que não vão perguntar à comunidade se eles querem policiamento de proximidade? Em muitas situações vejo-os a reproduzirem todos os chavões dos bairros problemáticos mas como se eles não fossem atores que têm de resolver esses mesmos problemas com as pessoas. (...) hoje cada vez mais tenho de aprender a relacionar as coisas, sem desvirtuar aquilo em que acredito politicamente e socialmente e aquilo que as pessoas pensam e me dizem. (Nelson)*

*Ainda me sinto mandatado, entre aspas, para defender os direitos dos jovens, seja qual for o tipo de participação dos jovens, mas não me sinto mandatado para defender os interesses dos jovens luso-cabo-verdianos, por exemplo. Prefiro defender as causas dos jovens em geral. (...) Mas onde eu sinto uma*

*maior responsabilidade é, por exemplo, às vezes as pessoas ao saberem que faço um determinado tipo de trabalho tentam pedir alguns conselhos ou apoio nesse aspeto, aí sinto alguma responsabilidade... (Miguel)*

O modo como cada jovem dirigente desempenha este papel de liderança e de representação de interesses coletivos pode depender das suas características pessoais, dos recursos que é capaz de mobilizar e das convicções subjacentes à assunção dessa responsabilidade, mas também da exploração dessas características por parte de outros atores. Veja-se como o próximo relato aborda uma série de questões que emergem no quadro das relações interpessoais e interinstitucionais e que se entrecruzam com o perfil da jovem.

*(...) sendo muito frontal (...) eu acho que no meu caso pessoal fui de facto preencher um pouco uma lacuna que existia porque há poucas mulheres a falar. Eu sou uma quota, sou uma quota! sou uma quota porque preencho todas as quotas possíveis e imaginárias, percebes? Preencho a quota de ser mulher, a quota de ser imigrante de segunda geração, a quota de ter menos de 30, de ser jovem, preenchi durante muitos anos, muitos anos!... e quando tu procuras determinadas sensibilidades, a pessoa que consegue ser nova, descendente de Africanos ou Africana, que tenha experiência no associativismo... acho que sou convidada porque tenho um passado associativo ou uma experiência associativa mas também porque preencho quotas. Eu sempre fui uma privilegiada, exatamente por preencher uma quota, as pessoas convidavam-me mais, claro que tinha competências caso contrário não me continuavam a convidar, mas as coisas correram-me bem, correram-se sempre muito naturalmente e incentivavam-me a continuar e diziam “ainda bem que estás aqui”, “ainda bem que vens”, também o meio é contra discriminações e as pessoas estão naturalmente predispostas a não discriminar, por isso não senti, confesso, qualquer tipo de discriminação... Lá está, no meu caso eu tive algumas vantagens porque as minhas amigas da direção inicial não continuaram e eu acho que era quase impossível convidarem-nas para as coisas que me convidam a mim e isso é discriminação, porque o facto de elas não terem uma licenciatura, o facto de elas continuarem a morar no bairro, o facto de elas terem um trabalho precário não as faz nem mais nem menos do que as outras pessoas, aí sim há discriminação, se eu me comparar com as minhas amigas, não vou dizer que elas estão numa situação inferior porque não, são situações diferentes, mas não as convidam... A mim convidam-me porque consegui estudar e também interessa ter alguém que estude e isto é discriminação, não é? porque começámos todas ao mesmo nível e temos todas a mesma experiência de construir*



*uma associação, de participar num movimento associativo, de fazer coisas para a comunidade. Aí fico bastante triste por saber que tive algum privilégio, nem posso dizer que é privilégio... há aqui diferenças com as pessoas que estão no bairro e isso é um bocado triste para mim. (Susana)*

Susana sublinha que os seus traços pessoais – ser jovem, mulher, filha de imigrantes – lhe oferecem oportunidades de participar em diferentes eventos porque “preenche uma quota”, ou seja, porque a colocam num papel de representante de interesses de um grupo bem mais alargado que os beneficiários da associação de bairro que fundou. O estatuto de representante de jovens de origem africana que assume desta forma não é, portanto, fruto de uma ação intencional, mas que decorre da influência de terceiros na sua trajetória associativa. Os convites por parte de outras instituições refletem o reconhecimento das suas qualidades e capacidades para se envolver em atividades cívicas e, em paralelo, proporcionam oportunidades de reforço dessas mesmas qualidades e capacidades.

Importa ainda realçar que a jovem refere o género como um elemento de discriminação positiva, exatamente por permitir preencher a “quota de ser mulher”. Como vimos, a pertença ao género feminino não funciona como obstáculo à participação associativa das jovens (vd. 2.1.), ao contrário do que é sugerido pela literatura. Aliás, ao longo do processo de identificação de dirigentes associativos descendentes de imigrantes foi-se desenhando como “fator de surpresa” a presença feminina tão significativa em posições de liderança. Por esta razão, poderia entender-se que a liderança feminina também constitui um dos efeitos inesperados das trajetórias de ativismo cívico, pois vem quebrar a evidência empírica dos estudos sobre participação política e concretamente sobre o caso português, já apresentados noutros pontos.

Contudo, se tomarmos como referência o estudo de Martins e Teixeira (2005), que aponta como obstáculos à participação política das mulheres os menores recursos individuais e de grupo para desenvolver uma carreira política e as “obrigações duplas” de conciliação entre a esfera privada e a esfera pública, deve também valorizar-se que apesar da taxa de adesão a associações ser menor nas mulheres do que nos homens, são elas que apresentam maior ativismo, ou seja, quando estão inscritas numa organização assumem com maior frequência um papel interveniente<sup>88</sup>.

88. Os dados são os seguintes: 58% das mulheres declaram participar de forma ativa em pelo menos umas das organizações em que se encontram filiadas, contra 38% dos homens com idêntica resposta (Martins e Teixeira 2005: 33).

A narrativa de Susana vem novamente destacar a importância da posse de recursos como a escolaridade na facilitação da participação, indicando que jovens ativistas com menos recursos não são reconhecidos, por parte de outras instituições, como sendo igualmente capazes de representar a associação publicamente. Em particular, a posse de uma licenciatura, e certamente as competências de comunicação que daí resultam, influem nas possibilidades de se envolverem em experiências cívicas com um âmbito que ultrapassa a intervenção a um nível mais local e comunitário. Deve ter-se em atenção que foi o acesso a essas oportunidades que permitiu a vários jovens ativistas alargarem os horizontes, reforçarem o conhecimento sobre o mundo e desenvolverem as competências úteis à participação, ou seja, participando cada vez mais em atividades internas e externas à associação foram-se capacitando e qualificando para essa participação.

#### **4.2. Papel do associativismo como motor de mobilidade social**

A análise das trajetórias demonstrou que a inserção em redes associativas, enraizadas em sociabilidades comunitárias, permitiu a acumulação de capital social por parte dos/das jovens ativistas. O associativismo abriu caminhos para conhecerem diferentes contextos geográficos, sociais e culturais, na medida em que as atividades formativas e recreativas realizadas pelas associações integram frequentemente oportunidades de viagem, tanto no país como no estrangeiro. Por esta razão, entendemos que paralelamente ao processo de construção de capital social, o associativismo oferece oportunidades de mobilidade social, considerada aqui como a possibilidade de aceder a espaços que ultrapassam as fronteiras físicas dos bairros onde residem e, em consequência, permitem enriquecer o leque de interações e vivências que extravasam o círculo social de origem.

A evolução das trajetórias desenrolou-se mediante um “efeito bola de neve”, que teve como ponto de partida as primeiras experiências associativas de caráter informal e muitas vezes esporádicas, mas que conduziram os/as jovens a um empenho cívico gradual e progressivo. Ora, é este efeito em crescendo da participação em redes associativas diversificadas e alargadas que torna plausível entender o associativismo como motor de mobilidade. O acesso a outros espaços pode, na verdade, aumentar as oportunidades de mudança da condição social de origem, facto muito significativo uma vez que os/as jovens têm, na sua esmagadora maioria, origens familiares humildes e experiências de socialização marcadas pelas limitações de pertencer a estratos sociais desfavorecidos.

A descrição feita por Susana do seu próprio percurso esclarece como se processa na prática este crescendo de oportunidades de participação, o qual é acompanhado por um alargamento de horizontes físicos e mentais, motivado pelas experiências associativas e cívicas que a jovem vivencia.<sup>89</sup>

*Eu continuei a ser voluntária, mas as minhas funções em termos pessoais alteraram-se um pouco, (...) como eu estava a estudar em Lisboa já não estava todos os dias na associação, ia ao final do dia, muitas vezes. A minha função começou a ser ir mais a conferências, convidavam-me muitas vezes para conferências, em diversos sítios, falava um pouco do trabalho da associação (...). Distanciei-me um pouco do trabalho local, mas era a ponte com o trabalho de âmbito nacional e tudo o que se passa cá fora, levávamos as informações para lá, e, lá está, deixei de ter esse papel tão local para participar mais em conferências.*

*(...) eu tinha 20 anos quando fiz umas jornadas do ACIME com muitas pessoas... era muito nova e tinha aspeto de muito nova, falei bem e falei do que fazia no bairro e da importância das associações juvenis imigrantes e claro que passado algum tempo as pessoas que estavam lá convidaram-me para outras coisas e disseram-me "Agora vais ter que fazer isto", "Agora queres ir àquela conferência falar?", "Era importante que os miúdos da escola tal ouçam o que tens a dizer"... É de facto como uma bola de neve porque tu comesças a participar em determinadas coisas que te permitem aceder a muitas outras e que, por sua vez, te levam a outras. Tu comesças por fazer associativismo juvenil, local, de bairro, para pensares na forma como se organizam os movimentos sociais à escala global, porque inevitavelmente comesças a participar no bairro, depois comesças a participar nas associações a nível nacional, depois chegou um ano em que eu tinha de ir para Bruxelas quase de 2 em 2 meses para participar nas várias redes de que fazia parte e, portanto, estás a nível europeu... quem sabe um dia não vais a coisas a nível internacional, mesmo? [Susana]*

Os convites são dirigidos à associação, permitindo que esta se torne mais conhecida, mas também se personalizam na sua pessoa, pois enquanto presidente assume o papel de representação em reuniões e conferências, também em resultado de não

89. Lembrando que as experiências proporcionadas pelo associativismo permitem alargar horizontes ao nível do conhecimento de outras realidades geográficas mas também por conduzir ao desenvolvimento de capacidades e competências e à consciencialização sobre problemas sociais (cf. Capítulo 3).

poder manter a intervenção de terreno aquando da entrada na universidade. Este conjunto de circunstâncias leva a que a sua participação em eventos públicos seja mais assídua, o que, por sua vez, lhe dá acesso a redes internacionais. O ativismo deixa de estar circunscrito à esfera local de intervenção da associação, que fundou em conjunto com outros jovens seus amigos, para assumir uma dimensão internacional, constituindo um exemplo da ponte que é possível estabelecer entre problemas que são simultaneamente locais e globais<sup>90</sup>.

Há ainda que ter em consideração que a sucessão de convites se pode justificar pela relevância do papel que a associação vem cumprir num contexto local onde não existe este tipo de estruturas nem intervenção em torno das culturas africanas. Mas, também, pelas características pessoais da jovem, que demonstra um conhecimento e uma desenvoltura supostamente inesperados naquela idade e que a própria avalia como causando boa impressão junto do público que assiste a esses eventos (nomeadamente conferências), razão que a própria considera poder explicar os convites subsequentes.<sup>91</sup>

Miguel confirma o “efeito global” que a participação numa associação local pode induzir pelo acesso a outras redes.

*Depois as coisas confundem-se, comecei a fazer parte de uma rede europeia de jovens e por essa rede também tinha formações ou reuniões e ao mesmo tempo tinha outras viagens e conferências, porque trabalhava dentro dum determinado tema, ou dos imigrantes ou dos jovens, e já era convidado para ir a outras conferências apresentar a minha experiência, ou dar formação a outros grupos. Depois as coisas ficam tão grandes que já não se consegue dissociar, é tudo global. (Miguel)*

Note-se que o jovem refere que chega um momento em que “já não se consegue dissociar” as diferentes esferas da participação. O desempenho de múltiplos papéis que se intersejam aponta para o reforço das suas competências, como já explorámos noutros momentos, e também para um enriquecimento da identidade pessoal e social, tal como Simmel defende:

90. Característica da intervenção dos novos movimentos sociais, que “glocalizam” as suas ações face a problemas sentidos globalmente e com origem numa interdependência de fatores que afetam as populações à escala mundial (cf. Capítulo III, ponto 1).

91. Voltando a sublinhar-se a importância de interligar diferentes fatores para compreender a evolução das trajetórias de participação associativa (cf. Capítulo II).

“A possibilidade da individualização cresce desmedidamente pelo facto de a mesma pessoa poder ocupar posições relativas, em tudo diferentes, nos diversos círculos a que pertence em simultâneo” (2004: 577).

Enfim, o capital de experiência que vai sendo adquirido pelos contactos e interações desencadeados em diferentes espaços geográficos, em organizações de natureza diversa, em meios social e culturalmente heterogéneos (no seu cerne e relativamente ao meio de origem dos/as jovens), confluem para potenciar a diversificação de expectativas, hábitos e conhecimentos, em suma, de disposições. É a conjugação destes efeitos que alimenta a hipótese relativa ao associativismo poder catalisar trajetórias de mobilidade social ascendente, questão que se explora no ponto seguinte.

#### *4.2.1. Trajetórias de mobilidade social ascendente*

A mobilidade social ascendente pressupõe a ocorrência de melhoria das condições de vida, durante o curso de uma geração ou intergeracionalmente. Este percurso em sentido positivo traduz-se por uma mudança da posição social ou da pertença de classe, devendo ser entendida como o efeito agregado de um conjunto de indicadores que definem a inserção socioeconómica de indivíduos ou grupos (Costa 1999: 208).

Na presente pesquisa indagou-se a possibilidade das trajetórias associativas influírem em trajetórias de mobilidade social ascendente dos/as jovens face aos progenitores. Porém, a complexidade de fatores envolvidos nos processos de mudança e mobilidade deve acautelar-nos para o facto dos dados colhidos empiricamente terem como objetivo sustentar somente uma primeira exploração do tema, colocando questões a serem aprofundadas futuramente por estudos focalizados na análise destas dinâmicas.

As abordagens teóricas sobre a mobilidade e a estratificação social utilizam diferentes indicadores para definir a inserção socioeconómica dos indivíduos. No entanto, é consensual valorizar o papel de três tipos de recursos: a profissão ou a situação face à profissão; o rendimento; e o nível de escolaridade ou qualificação (Ferreira *et al.* 1995: 394-395). Considerando que a carreira profissional dos/as ativistas se encontra numa fase inicial, a avaliação das suas trajetórias a partir da interligação entre estes indicadores é contingente, alertando-se para as possibilidades de mudança inerentes à transição dos ciclos de idade. As trajetórias, por definição, evoluem ao longo do curso de vida dos indivíduos, o que significa que quanto mais experiência acumularem maior probabilidade existe para ocorrerem oscilações em um ou em vários indicadores, que poderão alterar a sua posição social.

Tendo em conta os efeitos de geração e do ciclo de vida, ao compararmos a situação dos/das jovens face à dos progenitores, um fator se destaca pela positiva: o nível de escolaridade. Tal como sublinhado na análise das suas biografias, a escolaridade assume um papel fundamental no processo de catalisação da participação associativa, uma vez que oferece recursos que facilitam o envolvimento cívico e a assunção de cargos de liderança nas associações (vd. 2.1.). Destacou-se também que a importância da escolaridade se reflete nos percursos de transição para a vida adulta, proporcionando melhor qualificação para a inserção profissional e estando associada ao adiamento de projetos de conjugalidade e parentalidade.

Por seu lado, as experiências significativas despoletadas pelo associativismo fizeram destacar que a qualificação adquirida por via de instituições formais, como a escola e a universidade, se interliga com a formação proporcionada pelos contextos de interação inerentes à intervenção associativa e pelos saberes que se acumulam pela prática no terreno. Sublinhou-se que a influência recíproca entre tipos de formação distintos converge no sentido de enriquecer a qualificação dos/das descendentes ativas (vd. 3.1. e 3.4.).

Assim, para além do facto da maior parte dos/as jovens possuírem habilitações escolares superiores às dos progenitores<sup>92</sup>, ao acederem a espaços que completam essa formação veem acumular as qualificações para o desempenho profissional e também para construir projetos de vida autónomos. Estes elementos indiciam que o capital cultural acumulado lhes oferece possibilidades para acederem a uma posição de vantagem relativamente aos círculos sociais de origem.

Contudo, a esta primeira constatação se devem acrescentar várias ressalvas. Desde logo, é de referir que o efeito de vantagem em termos da posse de capital cultural não ocorre nos casos em que os progenitores detêm escolaridade superior e exercem profissões mais qualificadas. Por outro lado, é plausível que mesmo nos casos em que a escolaridade dos/das jovens é superior à dos familiares próximos, a conjugação

92. Na maioria dos casos as famílias apresentam níveis de escolaridade básicos (quatro anos de escolaridade, que corresponde à escolaridade mínima exigida na sua geração e no país de origem: Cabo Verde). Verifica-se uma situação em que os progenitores concluíram um nível médio de escolaridade e duas situações em que um dos progenitores possui curso médio ou superior. Por sua vez, 9 dos 10 jovens já concluíram ou frequentam o ensino universitário. A jovem que concluiu o 9.º ano de escolaridade constitui o único caso de capital escolar mais reduzido, mas os progenitores não tinham acedido aos quatro anos de escolaridade mínima. Recorde-se que várias biografias realçaram o percurso singular de jovens que assumiram um papel pioneiro na família ao prosseguirem a escolaridade para além do nível obrigatório e até ao ensino universitário.

deste indicador com o rendimento não resulta necessariamente numa melhoria das condições socioeconómicas. Dito de outro modo, a longevidade da carreira profissional dos progenitores pode compensar financeiramente a falta de capital escolar, colocando-os numa posição de desvantagem face aos descendentes em termos deste capital, mas numa posição superior quando analisada na perspetiva do rendimento. Estas possíveis oscilações estão relacionadas com o alerta que realizámos anteriormente sobre os efeitos do ciclo de vida na definição da posição social e remete para avisos feitos por outros investigadores relativamente ao facto do acesso à universidade de jovens oriundos de estratos sociais baixos não produzir automaticamente trajetórias ascendentes (Costa, Machado, Almeida 1990; Machado *et al.* 2003).

Na verdade, existem tantas alternativas de percursos quanto possibilidades de combinar os diferentes indicadores de inserção socioeconómica. Se analisarmos a situação face à profissão, observamos que atualmente a maioria dos/as jovens detém autonomia e capacidade de decisão bastante significativas, as quais são inerentes aos cargos de liderança que desempenham nas associações onde exercem igualmente a atividade profissional. Assim, estes jovens encontram-se numa posição bem mais confortável do que as dos progenitores com profissões totalmente submetidas ao poder de autoridades hierárquicas, nas empresas ou instituições onde laboram.

Para vincar a complexidade de definir a posição social e analisar eventuais percursos ascendentes, debruçamo-nos sobre a situação de uma jovem cujos progenitores possuem um capital cultural elevado e que tendo concluído o ensino universitário desempenha funções de operadora de telecomunicações (no que vulgarmente se designa por “*call centers*”). Neste caso, embora beneficie de um capital herdado por via familiar e de ter prosseguido o seu percurso de qualificação através da instituição universitária e dos espaços associativos onde se movimenta, o emprego que mantém não oferece condições que lhe permitam adquirir recursos para ascender na escala social, face à posição de origem.

No entanto, estes dados não devem desvalorizar a importância da qualificação como fator que influencia a mobilidade, conforme tem confirmado a investigação sobre o contexto português (Estanque, Mendes 1998; Mendes 1998). Tal como se concluiu na análise das trajetórias associativas, a escolaridade constitui um recurso decisivo no processo de catalisação do ativismo cívico, funcionando como fator de estímulo e de sustentação das trajetórias. Nesta sequência, parece ser também a escolaridade o elemento que pode potenciar percursos sociais ascendentes.

Tentando responder à questão de partida – se o acesso a redes associativas impulsiona trajetórias de mobilidade social ascendente – propomos que o capital cultural

e o capital social acumulado pela experiência do associativismo e da intervenção cívica constituem recursos que facilitam o acesso a oportunidades profissionais que, por sua vez, podem influenciar positivamente a caminhada em sentido ascendente. Porém, cabe ao fator escolaridade a maior responsabilidade nesse processo, uma vez que é também a escolaridade que exerce um efeito catalisador nas trajetórias cívicas.

De qualquer modo, importa salientar novamente que o impacto da escolaridade é condicionado pelo papel desempenhado por outros recursos (o tempo, por exemplo), assim como pelas características pessoais, motivações e condições estruturais<sup>93</sup>. A constatação de que ocorrem influências recíprocas entre os vários recursos mobilizados para a participação associativa leva-nos a procurar compreender de que modo as trajetórias dos/das jovens refletem a intersecção entre diferentes tipos de capital.

#### *4.2.2. Conexões entre diferentes tipos de capital nas trajetórias de mobilidade*

As trajetórias associativas destacaram que é nas intersecções entre diferentes espaços que se desenrola a socialização cívica dos/as jovens. Esta dinâmica sugere que as experiências que decorrem da socialização nos espaços escolares e associativos permitem desenvolver hábitos de relacionamento com os outros que extravasam as normas validadas pela socialização primária, contribuindo para a aquisição de competências de interação social junto de uma comunidade alargada e não circunscrita a disposições, valores ou condutas transmitidas por herança familiar. Este aspeto é significativo porquanto se constatou que não houve transmissão intergeracional familiar da predisposição para o ativismo cívico, com exceção de um caso (que por essa razão se pode considerar como a exceção à regra no conjunto das trajetórias).

Observou-se que as trajetórias beneficiaram das dinâmicas associativas e comunitárias que se desenvolviam nos bairros de residência, tendo despoletado as primeiras experiências cívicas. Vimos como essas dinâmicas permitiram aceder a redes, as quais criaram oportunidades acrescidas de formação e aprendizagem e ofereceram modelos de conduta que valorizam a intervenção cívica. O acesso a múltiplos círculos ou contextos sociais enriqueceu a socialização dos/as jovens porquanto contribuiu para fomentar novas expectativas e alargar os horizontes, material e simbolicamente, sendo a conjugação destes efeitos que nos levou a defender que o associativismo constitui um motor de mobilidade social.

93. Conforme várias vezes se sublinhou na análise do processo de catalisação da participação associativa (vd. ponto 2 deste capítulo, em particular Figura 9).



De modo complementar a essa argumentação, sugere-se que a possibilidade de ocorrerem trajetórias de mobilidade será exponencialmente reforçada quando venha a existir uma convergência entre capital cultural e capital social. Quando estes dois tipos de capital são apropriados pelos/pelas jovens desempenham um papel relevante na potenciação de percursos ascendentes, na medida em que contrariam os condicionalismos e limitações que decorrem da vivência em bairros de habitação precária, ou bairros sociais, e de contextos de socialização de partida na maioria dos casos “descapitalizados”. A ausência de recursos que marca as condições estruturais de tais espaços pode confluir numa idêntica incapacidade dos laços de proximidade virem a romper com as situações herdadas pelas gerações antecedentes. Ao contrário, as pontes entre o bairro e o mundo “lá fora”, que a participação associativa permite estabelecer, abrem as portas para “lugares de aprendizagem social” (Queiroz 2005: 7) e confrontam os/as jovens com uma maior heterogeneidade de disposições identitárias e práticas sociais.

Pode dizer-se que à medida que se diversificam as redes de sociabilidade em que estão inseridos, maior é a probabilidade de não reproduzirem os hábitos inerentes à posição social de origem. Neste sentido, o facto de se tomar contacto com realidades e grupos que extravasam as relações sociais de proximidade contribui para a aquisição de um conjunto heterogéneo de aprendizagens e capacidades sociais, relacionais e simbólicas. Parece-nos que o alargamento dos círculos sociais onde se movem influencia as escolhas que vão fazendo no sentido de um maior empenho, estimulando a valorização da ação cívica e política. Recorrendo aos argumentos das teorias da reprodução e da estratificação social, enfatiza-se que os caminhos que se percorrem pelas experiências associativas propiciam a aquisição de *habitus* que contrariam as ideias de “herança” ou de “destino” da posição social de origem.

Defendemos então que os efeitos conjugados da posse de capital social e de capital cultural por parte dos/as jovens ativistas evitaram que as situações de vulnerabilidade social latente que enfrentam se tenham transformado em percursos de exclusão social, *de facto*. Daqui se conclui que a combinação de capital cultural com capital social constitui uma ferramenta essencial para quebrar o ciclo de reprodução das desigualdades e abrir caminhos de mobilidade em sentido ascendente.

Optamos por destacar a reciprocidade de influências entre os dois tipos de capital, na impossibilidade de identificar se é a posse de capital cultural que se encontra na primeira linha da cadeia de causalidade ou vice-versa. Se para Coleman (1988) o capital social condiciona a aquisição de capital humano, outros estudos não conseguem confirmar esta relação (Portes, MacLeod 1999). Também Bourdieu (2002) acentua

que a articulação de diferentes tipos de capital pode ter um efeito cumulativo, valorizando a posse de capital cultural no acesso a capital económico ou simbólico, mas sem avançar uma proposta única de relação causal.

A intersecção entre capital cultural e capital social deve então ser perspectivada face a outro tipo de recursos. No seguimento da discussão desenvolvida sobre os efeitos inesperados da posse de capital social, é de enfatizar que os cargos de liderança e as funções de representação de interesses e intervenção política assumidas pelos/as jovens, no seio do movimento associativo e da sociedade em geral, influencia a aquisição de capital simbólico. Tal como os conhecimentos e as aprendizagens acumulados na experiência associativa reforçaram o capital cultural, também as posições de liderança lhes permitem aceder a posições de prestígio, deixando em aberto a possibilidade de acederem a um *status* mais elevado, não obstante essa situação não se refletir em todos os indicadores que definem a sua posição social.

Tendo em conta as já mencionadas condições de vulnerabilidade, o acesso a posições socialmente valorizadas afigurar-se-ia como um projeto altamente improvável para jovens com origens humildes. Além da posição social de partida dificultar a mobilidade ascendente, é de salientar os obstáculos que decorrem da pertença a um grupo étnico minoritário e das representações sociais negativas suscitadas pelos meios de comunicação face aos descendentes de imigrantes<sup>94</sup>.

No entanto, a existência de convites para participarem em conferências, ou para contribuírem com a sua reflexão para a definição de linhas de ação institucional dirigidas aos descendentes de imigrantes, reflete o reconhecimento público da capacidade de influência e liderança junto dos grupos com quem trabalham. Embora essa capacidade seja difícil de avaliar, pelas razões enunciadas noutra ponto (vd. 4.1.2.), e independentemente destes jovens se assumirem e de serem reconhecidos como líderes ou não, é incontestável o papel ativo que desempenham na missão de carácter cívico e político que consubstancia a intervenção associativa.

É oportuno voltar a enfatizar que a capacidade para exercer uma cidadania ativa é uma dimensão chave do processo de catalisação da participação (vd. 2.3.), ao mesmo tempo que se deve sublinhar que essa capacidade vai sendo construída ao longo das trajetórias. A análise das experiências significativas permitiu compreender os processos mediante os quais se desenrolam as aprendizagens, o que demonstra que a prática da participação permite despoletar e fortalecer a consciência cívica e

94. De que constitui exemplo emblemático o fenómeno do suposto "arrastão" (ACIME 2006).

as competências para os/as jovens terem um papel ativo no meio social e na gestão dos seus próprios percursos. Daqui se pode depreender que o associativismo lhes permitiu aumentar o poder de decisão sobre as suas vidas, indo ao encontro da estratégia defendida e utilizada por Paulo Freire (1975, 1977) no que concerne os objetivos da educação de grupos desfavorecidos em termos económicos, sociais ou culturais. Nesta perspetiva, entendemos também que as associações se podem assumir como “canais de mobilidade” pelas razões apontadas por Sorokin, ou seja, por mobilizarem recursos que permitem aos indivíduos aceder a posições sociais que influem na melhoria das suas condições de vida (*cit. in Ferreira et al.* 1995: 369-370).

Assim, a uma visão mais limitativa das hipóteses de decisão dos atores sobre os seus destinos, defendida pelas abordagens que enfatizam a reprodução social, contrapomos a capacidade dos indivíduos refletirem sobre a sua condição e de responderem aos desafios do meio social. Esta conceção não rejeita que as respostas sejam socialmente condicionadas, porque cada jovem constrói o seu percurso com base nos recursos e nas oportunidades existentes no contexto social de origem. Todavia, observou-se que as suas trajetórias estão marcadas por descoincidências face aos padrões e expectativas dominantes nesses contextos. É de lembrar que os traços de personalidade e as convicções expressas pelos/pelas jovens influíram na sua capacidade de avaliar o espaço de manobra disponível para prosseguirem os projetos cívicos, questão que aponta para a valorização da subjetividade e da decisão do ator nas trajetórias de mobilidade.

A importância da reflexividade dos atores na rutura de condicionalismos sociais é defendida por Weber e por Boudon, autores que criticaram as posições mais deterministas das teorias da estratificação (vd. Capítulo I, ponto 3). Na verdade, o envolvimento cívico dos/as jovens sustentou-se num conjunto de escolhas que se orientaram para a construção de um projeto de vida que valoriza o ativismo cívico, muito embora nem todas as opções tenham sido livres de constrangimentos nem necessariamente conscientes.

A análise das trajetórias confirma, por oposição, a reflexão avançada por Queiroz e Gros (2002: 193-194) no que respeita ao processo de reprodução das condições de exclusão de jovens residentes em bairros de habitação social<sup>95</sup>.

95. “Face a um quadro de tão forte restrição das oportunidades de aceder aos trajectos escolares mais eficientes e valorizantes, a empregos compatíveis com carreiras qualificantes, à *fruição de bens culturais e de sociabilidades que potenciem a descoberta do seu próprio valor e o desenvolvimento de solidariedades activas, não se pode estranhar a emergência de reacções de desalento e de conformação mais ou menos resignada, com um destino marcado pelo fracasso* e, também, de comportamentos mais disruptores, geradores de formas de integração nas margens” (Queiroz, Gros 2002: 193-194; sublinhado nosso).

Com efeito, os percursos dos/as descendentes ativistas chamam a atenção para a importância da “fruição de bens culturais e de sociabilidades que potenciem a descoberta do seu próprio valor e o desenvolvimento de solidariedades ativas” como fatores que estimulam reações construtivas, não conformadas nem resignadas com as desigualdades e injustiças que marcam os contextos sociais de origem. Ainda acompanhando a argumentação das autoras, sublinhe-se que as experiências proporcionadas pelo associativismo e o acesso a redes alargadas aumentou o capital cultural e relacional dos/as jovens, contribuindo para a sua capacitação em enfrentar os desafios e problemas do quotidiano.

Sintetizando o impacto do associativismo na catalisação de trajetórias de mobilidade, poderíamos definir os efeitos da posse de capital social em eventuais trajetórias ascendentes como um tipo de “efeito perverso”<sup>96</sup> do ativismo cívico.

### **4.3. Fazendo um balanço entre investimentos e capital acumulado**

Verba, Schlozman e Brady (1995: 99-105) referem que a participação política constitui um paradoxo se analisada a partir de uma abordagem estrita da teoria da escolha racional, podendo até ser entendida como uma demonstração da “irracionalidade da ação coletiva”. Os autores baseiam a sua argumentação no seguinte raciocínio: se o Estado desenvolve políticas cujos efeitos se destinam a todos os cidadãos, o investimento de tempo e de outros recursos por parte dos indivíduos que voluntariamente se envolvem na ação política, assume um custo demasiado elevado face aos benefícios que daí possam decorrer para esse mesmo indivíduo. Tal não significa que não concordem com as proposições da teoria da escolha racional, pois defendem também que os indivíduos são atores racionais que fazem as suas escolhas com base na expectativa dos benefícios que irão usufruir. Todavia, acrescentam que este processo de “escolha racional” não se baseia apenas numa perspetiva do interesse individual e do cálculo utilitário do potencial ativista perante a expectativa dos benefícios que pode colher com a sua participação e que, assim, justificam os custos individuais do ato de participar.

Na continuidade desta argumentação, propõem que ao analisar a participação política enquanto escolha racional, valorizando a reflexividade dos atores, se considerem

96. Utiliza-se o termo perverso na aceção de Boudon, mas poderia ser designado como efeito de reforço na medida em que os resultados são positivos para o indivíduo, embora inesperados (Ferreira et al. 1995: 263).

diferentes tipos de benefícios, sejam materiais, sociais ou cívicos, pois qualquer um deles é suficiente para explicar o ativismo. Com efeito, os autores verificaram na sua pesquisa que os benefícios disponíveis apenas para os indivíduos que participam – designados como “benefícios materiais seletivos” – não explicam todas as formas de ativismo cívico voluntário. Identificaram também que os benefícios não são exclusivamente materiais, porquanto ocorrem “benefícios intangíveis” que traduzem recompensas sociais por participar e que são igualmente gratificantes do ponto de vista do interesse pessoal. Estes benefícios intangíveis traduzem-se em oportunidades de interação com outras pessoas, na valorização social e no respeito expresso por parte de outros indivíduos envolvidos numa mesma ação, ou ainda no divertimento inerente a muitas das atividades onde se envolvem (*op. cit.*: 101-102).

É nesta perspetiva que os autores propõem uma distinção entre benefícios materiais, considerados como “instrumentais” e que correspondem aos resultados esperados ou alcançados pela participação; e benefícios “expressivos”, que resultam do próprio processo de participação (*op. cit.*: 104-105). Tendo procedido à análise pormenorizada sobre o tipo de benefícios expressos pelos sujeitos que na pesquisa afirmaram ter algum grau de ativismo, apresentam-nos a seguinte proposta de caracterização dos motivos subjacentes à decisão de participar (*op. cit.*: 111-121):

- benefícios materiais: que correspondem a resultados que o indivíduo procura obter para si próprio ou para a sua família, sendo os mais frequentes o acesso a um emprego ou a uma promoção na carreira, mas também o acesso a atividades recreativas oferecidas pela organização, a obtenção de um determinado subsídio ou outro tipo de recompensa material;
- gratificações sociais: que expressam um sentimento de prazer, divertimento ou entusiasmo por participar numa dada organização ou evento, mas que abrangem também oportunidades de conhecer e de se relacionar com outros (eventualmente personalidades públicas ou de renome) e de obter reconhecimento por parte de pessoas que o indivíduo respeita;
- gratificações cívicas: que traduzem um sentido de dever enquanto cidadão/cidadã e também um sentido de responsabilidade em poder contribuir para melhorar a vida da comunidade ou da nação;
- resultados coletivos: que ilustram a crença individual de que é possível influenciar as políticas estatais.<sup>97</sup>

97. Os termos utilizados pelos autores são os seguintes, respetivamente: selective material benefits; selective social gratifications; selective civic gratifications; collective outcomes (Verba et al. 1995: 111-112).

Os resultados globalmente obtidos evidenciaram que os benefícios materiais são expressos de modo pouco frequente, pelo que não explicam adequadamente o ativismo. Por outro lado, os benefícios sociais adquirem importância muito variável consoante o tipo de atividade onde se está envolvido, assumindo maior relevo quando se refere à participação em instituições religiosas e em organizações voluntárias e à intervenção em contextos sociais, sendo expectável que as atividades que implicam maior interação ofereçam igualmente mais oportunidades de gratificação social. As respostas evidenciaram, ainda, que é a participação em instituições religiosas e em organizações voluntárias que proporciona maior gratificação.<sup>98</sup>

Em complemento, os autores procuraram compreender quais os recursos mobilizados pelos indivíduos em relação com os motivos que expressaram como justificação do seu ativismo. Os resultados demonstraram que as formas de participação que exigem maior investimento de tempo estão associadas a um nível de gratificação mais elevado do que aquelas em que o investimento é apenas financeiro (*op. cit.*: 113, 117). Se pensarmos que a participação em organizações voluntárias ou em instituições religiosas oferece oportunidades de interação social e, eventualmente, o envolvimento em atividades dirigidas à prossecução do bem-estar da comunidade onde a instituição está localizada e onde intervém, pode estabelecer-se uma conexão direta entre um maior investimento de tempo neste tipo de ativismo como resultado das gratificações sociais e cívicas associadas à participação nessas instituições.

As críticas de Verba, Schlozman e Brady relativamente às limitações de uma abordagem estritamente materialista para explicar a participação política encontram eco nas propostas de outros autores. A interferência de aspetos de ordem moral e emocional no processo de avaliação racional é enfatizado por Robert Frank, um dos autores ligados ao individualismo metodológico<sup>99</sup>. Por outro lado, as propostas ana-

98. "According to our respondents' reports, established institutions like organizations and churches seem to provide a richer array of gratifications to activists, both because they are in a position to offer members the kinds of services and recreational opportunities that are referred to so often in the literature on collective action and because they bring people together on a continuing basis and, thus, create the possibility for social engagement. (...) Compared with those who engaged in other types of voluntary activity, those affiliated with organizations are especially likely to mention economic benefits and social rewards, regardless of whether the organization gets involved in politics." (Verba et al. 1995: 124-125)

99. O autor defende o seguinte: "estar motivado por diversas recompensas psicológicas, internas, ajuda frequentemente as pessoas a atingir o que, de outro modo, seriam objectivos materiais inatingíveis. De uma forma simples, o argumento é que as pessoas assim motivadas são, de uma forma talvez subtil, observavelmente diferentes das outras, e também muito mais atractivas como parceiras em dilemas do prisioneiro e outros empreendimentos que requerem confiança e empenhamento. Se uma pessoa em que podemos genuinamente confiar é observavelmente diferente de um oportunista, (...), então essas pessoas podem interagir selectivamente com outras e colher os benefícios da cooperação em dilemas do prisioneiro." (cit. in Ferreira et al. 1995: 279)

líticas de Mancur Olson sobre a organização da ação coletiva sublinham que esta se pode desenvolver em situações onde existam incentivos seletivos, entendidos como a associação de bens individuais aos bens coletivos, consequentes do esforço de participação (*cit. in Ferreira et al. 1995: 275*). Deve ainda enfatizar-se que quando a ação coletiva se alicerça em valores de solidariedade, como é o caso da participação em organizações voluntárias de carácter cívico, pode ocorrer uma convergência entre interesses individuais e coletivos (cf. Almeida, Ferrão, Delicado 2002; Viegas 2004).

Apoiando-nos nesta discussão, concretamente nas conclusões do estudo de Verba e coautores, e tendo em mente a evolução das trajetórias associativas dos/as descendentes, os fatores intervenientes no processo de catalisação da participação e, em particular, as motivações que expressaram para iniciar e prosseguir o ativismo, consideramos que os resultados da presente pesquisa convergem com a argumentação dos autores referidos.

Assim, muito embora os/as jovens dediquem um elevado investimento de tempo aos projetos cívicos que tomaram em mãos, não omitindo que tal pode ser um facto penalizador da vida familiar, o envolvimento em atividades associativas e comunitárias é percecionado como algo de muito valioso e um elemento fundamental que proporciona sentimentos de bem-estar e de satisfação individual, sendo em alguns casos uma dimensão chave da definição da identidade pessoal. A escolha de aderir ao voluntariado cívico pode ser influenciada, como vimos anteriormente, pela oportunidade de participar em atividades recreativas em idade muito jovem, tornadas acessíveis pelo facto de existirem associações nos espaços de residência ou que surgiram pela iniciativa dos próprios, a partir das suas necessidades e perante a ausência de oferta institucional. Essas experiências, vividas tanto no espaço associativo formal como resultado da informalidade inerente às sociabilidades juvenis, permitiram alargar o leque de interações sociais, tendo frequentemente proporcionado oportunidades de viajar, conhecer pessoas, fazer amizades, adquirir aprendizagens, enfim, alargar horizontes físicos e simbólicos.

É de salientar que grande parte das atividades em que os/as jovens se envolvem proporcionam diferentes tipos de benefícios em simultâneo. Por exemplo, uma viagem cujo objetivo é a participação numa conferência internacional, onde se discutem problemas dos descendentes de imigrantes na União Europeia, reflete uma combinação entre recompensas materiais (a viagem em si mesma), recompensas sociais (conhecer pessoas e interagir socialmente) e recompensas cívicas (contribuir para a discussão de um problema que constitui uma prioridade na intervenção da associação onde colabora). Ao mesmo tempo que esta experiência permite adquirir ganhos

personais, também produz benefícios coletivos, pois implica que produza resultados junto dos destinatários da intervenção associativa.

Tal como sublinhámos na análise das razões e motivações para o ativismo, a tomada de decisão de colaborarem e de se empenharem progressivamente deixa transparecer uma intersecção entre racionalidade e afetividade (vd. Figura 8). De igual modo, como também referido em outros momentos, não se podem interpretar as escolhas dos/as descendentes ativistas como resultado direto de uma avaliação racional e consciente dos benefícios – materiais, sociais, cívicos ou coletivos – resultantes da participação associativa. Propomos antes que esta avaliação seja tomada como um processo combinado entre objetivos bem definidos e que assumem um sentido claro para os/as descendentes – a componente mais racional da decisão – e as gratificações sociais que subjazem às interações que decorrem nos contextos da intervenção. É a interação social que permite construir laços, afetos e confiança, bens intangíveis que os/as jovens mobilizam tendo em vista a concretização de benefícios pessoais e coletivos. Vimos que estes bens estão na base da construção de capital social e simbólico, os quais podem desempenhar um papel fundamental na mobilidade ascendente de jovens oriundos de meios socioeconómicos descapitalizados e afetados por vulnerabilidades estruturais.

São apresentados dois relatos que ilustram que as compensações que retiram do seu trabalho são a razão da sua persistência. Lembre-se que os/as jovens valorizam e acreditam na utilidade da intervenção cívica, o que indica ser esse retorno que alimenta o seu trabalho e as suas convicções.

*(...) agora costumo passar na rua e vejo crianças que já tive comigo em pequeninas e veem-nos na rua e reconhecem-nos e a gente já sabe que a vida deles foi melhor, continuaram os estudos, lutaram para terem uma profissão boa e vemos que tiveram uma vida melhor do que a nossa na idade deles. E alguns tiveram filhos e quiseram vir pôr aqui os filhos. É uma coisa que vai ficando, é gratificante quando a gente vê que eles já cresceram, já tiveram filhos e lembram-se de nós, das coisas que fazíamos e vemos que as coisas que fizemos por eles deram frutos, acho que isso é muito importante. (Paula)*

*Há dias em que fico cansada, fico cansada... (...) Fico mais preocupada, porque cada vez que as coisas não correm mesmo bem e que vejo... porque eu penso assim, e a minha avó disse-me uma vez uma frase que era... nada do que é fácil nos traz valor, ou qualquer coisa assim do género... porque é assim, quando as coisas são todas muito fáceis então é porque não te faz crescer, já*



*assumes quase como sendo um dado adquirido, quando tens de investir e tens de trabalhar para elas dás muito mais valor às coisas e aprendes com elas. E quando estas situações me acontecem eu penso “Se eu abandonar o barco, eu se calhar não vou ter ninguém que o faça”, então eu fico preocupada porque penso que tenho um trabalho maior para fazer que é para ver se a tendência se inverte um pouco, é mais nesta lógica. (Sara)*

Na verdade, as dificuldades que os/as ativistas mais evidenciam não se reportam ao desgaste pessoal ou a um saldo negativo entre investimentos e resultados. Em regra, são sublinhadas as dificuldades que as associações enfrentam por via de fatores externos que ultrapassam a sua área de ação, nomeadamente os entraves burocráticos ou a ausência de ligação interinstitucional, que poderia permitir uma atuação integrada e abrangente com vista à resolução de problemas estruturais. Existem resultados coincidentes num estudo sobre o voluntariado em Portugal, pois na avaliação dos voluntários sobre os custos da participação observa-se pouca referência ao desgaste físico ou psicológico, surgindo em primeiro plano as dificuldades das instituições (Almeida, Ferrão Delicado 2002: 210-211).

O próximo relato descreve com clareza os obstáculos que as associações enfrentam e que se cruzam com as condições macroestruturais da sociedade portuguesa, refletidas nas situações de vulnerabilidade social latente mencionadas anteriormente neste capítulo.

*Nem sempre se consegue chegar a determinados jovens... primeiro porque há alguns que nem... a ligação tem de ser muito maior e os laços afetivos vão-se criando. A capacidade de resposta não é interligada, quer dizer, tu podes estar a fazer um curso de formação profissional mas depois de acabares o curso que resposta é que tens no imediato? Isto se calhar é também culpa minha, por exemplo, o financiamento dá para carpintaria mas o financiamento não perguntou se era aquilo que nós queríamos para estes jovens ou se era o que os jovens queriam fazer. Mas como era a única possibilidade de muitos deles terem o 9.º ano nós candidatámo-nos a este financiamento porque sabemos que com o 9.º ano eles têm à partida melhores possibilidades, mas sabemos que a carpintaria não é aquilo que ele quer fazer. Agora os estágios profissionais vão ser para licenciados, bacharelatos ou pessoas com o 12.º ano e eles não têm o 12.º ano!, não há validação de competências para o 12.º ano e não há cursos que deem 12.º ano e que pensem nas especificidades de cada um deles. Os cursos que fizeram não foram fáceis, os formadores não foram fáceis, se calhar há muitas escolas que não dão esta*

*formação! Trabalhar a postura, motivação, trabalho com a família, organizar, saber o que é que tens de fazer por trás para que aquele jovem consiga dar o passo e consiga chegar ao fim, trabalhar em conjunto com o IRS [Instituto de Reinserção Social] quando tens jovens que cometeram delitos e ver qual pode ser a medida aplicável, conseguir motivar para encontrar uma colocação de trabalho. É um trabalho que tem de ser contínuo e é um bloco e quando chega ao fator trabalho... primeiro a associação não está aqui para arranjar trabalho para todos os habitantes do bairro, depois é criar parcerias diretas para aquilo que eles querem fazer, mas algumas coisas que eles querem fazer exige uma escolaridade superior e as pessoas têm medo de arriscar com as pessoas que têm uma escolaridade inferior mas que têm uma experiência prática. (...) Não existem assim tantos programas que deem respostas adaptadas às nossas necessidades, por exemplo a questão dos mediadores, os mediadores são chamados quando há dinheiro, quando não há dinheiro são restos. (Rita)*

Esta narrativa chama a atenção para a insuficiência estrutural de emprego que impede os jovens de prosseguir uma trajetória de inserção profissional após a formação; a pouca oferta formativa planeada por instituições responsáveis pelas políticas nesta área, além da formação nem sempre estar adaptada aos interesses e necessidades destes grupos; e ainda a desconfiança ou a falta de apostas em jovens com pouca escolaridade, que estão também associadas ao estigma do bairro de residência. No entanto, atente-se ao facto das dificuldades não justificarem a desistência perante o projeto cívico em curso. É interessante relacionar esta avaliação com a efetuada por Nelson apresentada em outro momento. Recorde-se que a incapacidade da associação em criar empregos conduz a uma estratégia de intervenção cuja prioridade é a promoção da autoestima enquanto ferramenta que prepara os/as jovens para enfrentarem os problemas e as dificuldades do quotidiano, como se fossem “uma parede que ninguém derruba” (vd. 3.3.).

A reflexão sobre estes resultados leva-nos a concluir que o balanço entre os investimentos efetuados – assegurando a continuidade das trajetórias e reforçando o seu compromisso cívico – e o capital que essas experiências permitiram acumular é claramente positivo. Mesmo recorrendo a uma análise mais estrita em termos de escolha racional, pode dizer-se que na ausência de saldo positivo na avaliação entre custos e benefícios, os/as jovens teriam desistido de prosseguir uma missão que não compensasse o investimento material (em termos de recursos, como o tempo, que exerce um papel decisivo nas trajetórias) e o investimento afetivo (o desalento perante a incapacidade das associações resolverem problemas estruturais).

É o equilíbrio positivo entre os contributos do/da ativista e os bens tangíveis e intangíveis que vai recebendo e construindo ao longo do percurso associativo que justifica o empenho cívico destes jovens, conduz à longevidade das trajetórias e sustenta a opção, afetiva e racional, por um projeto de vida, que pode ser assim sintetizado:

*Isto é um projeto de vida que eu não penso largar tão cedo, não é? Aqui a associação envolve muito as pessoas, há um envolvimento, com um objetivo, e tentamos sempre chegar lá. (Paula)*

## 5. SÍNTESE

A análise dos resultados da pesquisa faz sublinhar que as trajetórias associativas constituem um projeto que vai sendo construído ao longo do curso de vida, fruto de uma articulação recíproca entre fatores individuais e estruturais, entendidos como catalisadores da participação.

Deste modo, a participação cívica deve ser perspetivada como um sistema dinâmico, onde assumem particular relevância os seguintes fatores: a posse de *recursos*, designadamente a disponibilidade de tempo, a oportunidade de inserção profissional nas associações onde colaboram voluntariamente, o bom nível de escolaridade e o apoio de redes sociais; as *características pessoais*, na medida em que refletem personalidades que valorizam a interação social e atributos como o sentido de responsabilidade, a perseverança e a capacidade de iniciativa; e as *motivações*, esclarecendo que a tomada de decisão de aderir e participar mais ativa e regulamente nas associações se apoia numa avaliação simultaneamente racional e afetiva. Paralelamente, as experiências significativas proporcionadas pelos contextos de intervenção e as interações sociais subjacentes constituem fatores de vinculação social que contribuem para reforçar o envolvimento e o compromisso cívicos dos/as jovens ativistas.

Conclui-se que o associativismo constitui uma fonte significativa de capital social pelo facto das trajetórias terem beneficiado da mobilização de diferentes tipos de redes – associativas, familiares e relações sociais de proximidade – que favoreceram e potenciaram a acumulação deste capital. O acesso a redes sociais pode, por outro lado, impulsionar trajetórias de mobilidade ascendente. Porém, verifica-se ser a escolaridade o fator que desempenha o papel preponderante nesse processo, uma vez que é também um recurso decisivo enquanto catalisador da participação cívica.

## CONCLUSÃO

A tese apresentada resulta de uma pesquisa sobre a participação associativa de descendentes de imigrantes de origem africana lusófona em Portugal, mediante a qual se procurou identificar os fatores que despoletam e incentivam o ativismo cívico, entendidos como catalisadores da participação.

A matéria-prima empírica foi recolhida com base em histórias de vida, a partir de múltiplas entrevistas focalizadas, que permitiram desenhar um olhar retrospectivo sobre as trajetórias de jovens adultos com funções de liderança em associações juvenis ou de imigrantes e descendentes. A recolha de dados no terreno orientou-se por um conjunto de princípios técnicos e éticos relativos à prática da investigação social, que confluiu numa conceção dos sujeitos entrevistados como participantes da pesquisa, valorizando-se a reflexividade dos atores enquanto protagonistas dos processos de participação em estudo.

A análise desenvolvida ao longo dos vários capítulos teve subjacente a preocupação de contribuir para o aprofundamento do conhecimento científico sobre os processos de participação política, no sentido de esclarecer e, eventualmente, confirmar propostas analíticas que têm vindo a ser avançadas na literatura nacional e internacional.

Considerando este objetivo geral, partiu-se dos argumentos partilhados por inúmeros autores de que a participação constitui uma dimensão chave da cidadania nas sociedades democráticas contemporâneas. A literatura sobre esta temática realça que a definição do estatuto de cidadania, bem como a sua amplitude, é contingente com a evolução histórica, social e política dos Estados e das sociedades. Nas sociedades multiculturais de hoje, fruto das migrações e da diferenciação das origens culturais e geográficas dos indivíduos que aí residem, importa confrontar cientificamente as regras de definição deste estatuto, bem como dos direitos e deveres a ele inerentes, perante a possibilidade de múltiplas pertenças e de modos de afiliação simbólica dos sujeitos face à comunidade social e política.

Ao estudar as trajetórias associativas de descendentes de imigrantes na sociedade portuguesa tentámos compreender como são vivenciados e se operacionalizam no quotidiano os direitos e deveres inerentes ao seu estatuto de cidadania. As suas trajetórias permitem clarificar os mecanismos e processos que subjazem ao exercício de uma cidadania ativa, tendo em conta as oportunidades definidas pela moldura

normativa e institucional que regula a participação cívica e política dos imigrantes e descendentes em Portugal.

Para além da reflexão sobre os temas da cidadania e da participação, o modelo de análise elaborado teve também como alicerces teóricos a investigação sobre capital social e mobilidade social.

A interligação entre as diferentes vertentes do associativismo e o conceito de capital social permitiu salientar a importância das redes sociais em contexto de imigração como meio de adaptação ao novo espaço de residência, o que traduz efeitos positivos da posse de capital social. Foram ainda analisadas as outras dimensões deste conceito, tais como as normas, a confiança e a reciprocidade, apresentando-se diferentes olhares sobre o papel destes elementos na coesão ou na desintegração social, no contexto de sociedades multiculturais. Salienta-se, em síntese, que a investigação não conseguiu alcançar resultados conclusivos sobre estas questões.

No que concerne as abordagens da mobilidade social, procurou-se compreender de que modo é que diferentes tipos de recursos, nomeadamente o capital cultural e o capital social, confluem na explicação de trajetórias ascendentes. Tendo-se apresentado algumas convergências e divergências dos resultados empíricos, conclui-se que os processos de mobilidade social resultam da intersecção de múltiplos fatores, não obstante o estatuto socioeconómico ser uma variável preponderante na explicação da desigualdade social, tanto nos estudos clássicos, como nas pesquisas mais recentes aplicadas ao contexto da imigração. Todavia, é ainda de considerar a importância de condições estruturais do meio social na reprodução de trajetórias familiares, assim como na efetivação de percursos de sucesso, situação que é evidenciada em vários estudos sobre a integração dos imigrantes e dos descendentes nas sociedades de acolhimento.

Os resultados da investigação evidenciaram que as trajetórias associativas se desenrolam mediante um processo gradual e cumulativo de experiências, despoletado em idades muito jovens com a adesão voluntária a associações ou a tomada de iniciativa para realizar atividades cívicas em contextos informais, onde os/as jovens podem ser beneficiários ou mentores ou ainda assumir ambos os papéis. A motivação que emerge das atividades onde participam – sobressaindo o gosto em conviver e interagir inerente às sociabilidades juvenis e a necessidade de resolver problemas dos bairros onde residem e que os afetam diretamente – estimula uma participação mais ativa e regular, que culmina na assunção de responsabilidades de gestão nas organizações onde iniciaram a sua colaboração ou na constituição de associações

próprias, de cariz juvenil ou local. O ativismo revela-se como um projeto que vai sendo construído ao longo do curso de vida.

À semelhança dos modelos de análise dos processos de participação cívica que constituíram os seus alicerces teóricos (Putnam 2000; Triandafyllidou, Vogel 2005; Verba, Schlozman e Brady 1995), a pesquisa veio confirmar o caráter multidimensional deste processo e a interdependência entre aspetos de natureza mais pessoal, inerentes à personalidade e às motivações de cada jovem, e oportunidades resultantes dos contextos sociais onde estão inseridos, indicando que a génese do ativismo cívico se encontra na influência recíproca entre fatores individuais e fatores estruturais.

Por outro lado, se na literatura se observa uma maior atenção aos fatores estruturais, as trajetórias dos/as descendentes permitiram demonstrar que ocorre uma influência significativa e decisiva de fatores individuais enquanto catalisadores da participação, fazendo sobressair aspetos menos valorizados nesses modelos, designadamente o papel desempenhado por qualidades pessoais relacionadas com a autoconfiança, a capacidade de iniciativa, a curiosidade em adquirir novos conhecimentos e em interagir socialmente, a responsabilidade, a consciencialização sobre problemas do meio social, a valorização do ativismo cívico como elemento de definição identitária e enquanto projeto significativo nas suas vidas. Estes diferentes atributos articulam-se e reforçam-se mutuamente, explicando a adesão inicial a atividades cívicas. A sua conjugação com condições estruturais – designadamente os apoios institucionais e as oportunidades de inserção profissional nas associações – conduzem à sustentabilidade e continuidade dos percursos de participação cívica. Deste modo, a pesquisa contribuiu com sucesso para aprofundar e complementar a análise científica sobre as dinâmicas da participação cívica e política.

Nesta perspetiva, a interpretação dos resultados conduziu à elaboração de um *sistema de catalisação da participação associativa*, que destaca a articulação recíproca entre fatores individuais e estruturais, entendidos como *catalisadores da participação*. Esta proposta responde ao primeiro objetivo de investigação, que consistiu em compreender como se processa o envolvimento ativo em associações, o que implicou identificar os fatores facilitadores e motivadores assim como as dificuldades e os obstáculos encontrados, analisar as conexões entre os fatores intervenientes no processo e o papel da ação individual nesta dinâmica.

Um segundo eixo de investigação traduziu-se na definição dos seguintes objetivos: compreender o papel que a participação associativa desempenha na vida dos/as jovens ativistas, designadamente, verificar se e como as redes associativas permitem

a aquisição ou o reforço de capital social e os seus efeitos em eventuais trajetórias de mobilidade social ascendente.

Observou-se que o associativismo e as ações de caráter mais informal constituem um palco de aprendizagem de competências sociais e cívicas, que são estimuladas pelas experiências significativas proporcionadas pelos contextos de intervenção e as interações sociais subjacentes. As dinâmicas relacionais assim despoletadas conduzem ao estabelecimento de laços com pessoas que se revelam significativas no reforço do compromisso cívicos dos/das jovens ativistas. Donde se conclui que o conjunto de experiências vivenciadas ao longo das trajetórias constituem fatores de vinculação social que incentivam e potenciam a participação. Confirma-se, portanto, que o associativismo é um meio de educação não formal que promove a socialização para a cidadania.

O papel catalisador das redes sociais leva-nos a defender, por outro lado, que o associativismo constitui uma fonte de aquisição e de reforço cumulativo de capital social. As experiências significativas demonstraram também que existe uma influência recíproca entre a posse de capital cultural e de capital social porquanto os contextos associativos contribuem para aumentar as qualificações dos/as jovens, ao mesmo tempo que estas potenciam a sua capacidade de mobilizar redes e outros recursos úteis para prosseguirem os projetos cívicos.

De modo complementar, verifica-se que a acumulação de capital cultural e de capital social ao longo da intervenção cívica constituem recursos que facilitam o acesso a oportunidades profissionais que, por sua vez, podem influenciar positivamente a mobilidade. No entanto, a posse de capital social não despoleta diretamente trajetórias de mobilidade ascendente, tendo-se destacado que é o nível de escolaridade que assume a maior responsabilidade neste processo. O acesso às redes associativas influi na mobilidade ao possibilitar o alargamento e a diversificação de círculos de socialização, que contribuem para a aquisição de disposições e expectativas heterogéneas e não condicionadas à reprodução dos padrões da posição social de origem, aspeto tão mais significativo quanto maior for a vulnerabilidade dos/as jovens a fatores propiciadores de exclusão. Ressalva-se que pela natureza complexa e multidimensional dos processos de mobilidade social, a interpretação sugerida constitui uma primeira exploração dos resultados, exigindo-se o seu aprofundamento em pesquisas focalizadas nestas dinâmicas.

Há que sublinhar que as escolhas que justificam a decisão de participar na vida cívica se apoiam numa avaliação simultaneamente racional e afetiva, refletindo compen-

sações materiais, sociais e cívicas e fazendo coincidir interesses individuais e interesses coletivos. Nesta linha, a acumulação de capital social e a possibilidade de ocorrer mobilidade ascendente devem ser perspetivados como benefícios da participação associativa.

Importa ainda realçar que a evolução das trajetórias esclarece alguns aspetos das dinâmicas da relação entre ação e estrutura, ao demonstrar que existe espaço para a ação dos indivíduos perante as oportunidades do meio social, sem omitir nem desvalorizar o papel desempenhado por condições estruturais. Tanto do ponto de vista científico, como na perspetiva da intervenção social, afigura-se pertinente avançar na compreensão do *espaço de liberdade* que se oferece à ação individual na construção de trajetórias de cidadania ativa por parte de jovens que enfrentam os condicionamentos dos espaços de socialização de origem, marcados por vulnerabilidades latentes devido ao estatuto socioeconómico e às desigualdades sociais que potenciam a discriminação étnica.

A análise das trajetórias coloca em destaque que a participação associativa é um processo dinâmico e exigente, que implica a convergência entre a posse de recursos e a vontade de intervir na esfera pública. Se os recursos estão relacionados com a capacidade de envolvimento em atividades cívicas, são as características pessoais e a sua combinação com as motivações expressas que permitem mobilizá-los a favor do ativismo e do associativismo, dando lugar a uma participação com regularidade e continuidade. Donde se enfatiza que não se pode dissociar a *capacidade* da *vontade*. É a sua influência recíproca que desencadeia e justifica a longevidade das trajetórias associativas, relação que pode ser ilustrada pelo provérbio africano “*Por mais quente que saia a água da fonte, não é ela que coze o teu arroz*”. Defende-se, portanto, que a participação associativa dos/as descendentes reflete um compromisso e um investimento pessoal no exercício de uma cidadania ativa.





## BIBLIOGRAFIA

AA.VV. (1999) *Educação e associativismo - Para além da escola...*, Lisboa: Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação.

AA.VV. (2006) *As mulheres na União Europeia: família, cidadania e migração*, Lisboa: Ela por Ela.

ACIDI (2007) *Associativismo imigrante*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

ACIME (2006) *O 'pseudo-arraстão' de Carcavelos: documentos*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

ALBARELLO, Luc et al. (1997) *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.

ALBUQUERQUE, Rosana de Lemos de Sousa (1996) *A identidade pessoal de jovens luso-africanos. Contributo para o seu estudo*, Lisboa: Universidade Aberta (Dissertação de Mestrado).

ALBUQUERQUE, Rosana (2000) Political participation of Luso-African youth in Portugal: some hypothesis for the study of gender, *Papers*, n.º 60: 167-182.

ALBUQUERQUE, Rosana (2002) Dinâmicas associativas e comunidades imigrantes, in SOS RACISMO (ed.) *A imigração em Portugal. Os movimentos humanos e culturais em Portugal*, Lisboa: SOS Racismo, 366-381.

ALBUQUERQUE, Rosana (2005a) Contributos do associativismo de imigrantes para a coesão e a cidadania na sociedade portuguesa, in ACEP (ed.) *Coesão, coerência e cidadania na Europa alargada. Encontro em Lisboa*, Lisboa: Associação para a Cooperação Entre os Povos/ACEP, 41-45.

ALBUQUERQUE, Rosana (2005b) Para uma análise multidimensional da situação das mulheres: as relações entre género, classe e etnicidade, in SOS RACISMO (ed.) *Imigração e etnicidade: vivências e trajetórias de mulheres em Portugal*, Lisboa: SOS Racismo, 37-49.

ALBUQUERQUE, Rosana (2005c) Um olhar sobre a participação das mulheres em associações de imigrantes, in SOS RACISMO (ed.) *Imigração e etnicidade: vivências e trajetórias de mulheres em Portugal*, Lisboa: SOS Racismo, 105-117.

ALBUQUERQUE, Rosana; FERREIRA, Lúgia Évora; VIEGAS, Telma (2000) *O fenómeno associativo em contexto migratório. Duas décadas de associativismo de imigrantes em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.

ALMEIDA, Ana Nunes de; FERRÃO, João; DELICADO, Ana (2002) *Caracterização do voluntariado em Portugal*, Lisboa: Comissão Nacional para o Ano Internacional do Voluntariado.

ALMEIDA, João Ferreira de (1986) *Classes sociais nos campos: camponeses parciais numa região do Noroeste*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

ALMEIDA, João Ferreira de (coord.) (1995) *Introdução à Sociologia*, Lisboa: Universidade Aberta.

ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira (1986) Da teoria à investigação empírica. Problemas metodológicos gerais, in SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento, 55-78.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney (1963) *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*, Princeton: Princeton University Press.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney (ed.) (1989) *The civic culture revisited*, London: SAGE Publications.

ALVES, Natália (2002) The juvenile crisis and the social construction of youth in Portugal, in LAGRÉE (ed.) *Rolling youth, rocking society. Youth take part in the post-modern debate on globalization*, Paris: UNESCO, 103-112.

ANDERSEN, Margaret L. (1993) Studying across difference. Race, class, and gender in qualitative research, in STANFIELD II (ed.) *Race and ethnicity in research methods*, Newbury Park/London/New Delhi: SAGE Publications, 39-52.

ANDERSEN, Margaret L. (2001) Restructuring for whom? Race, class, gender and the ideology of invisibility, *Sociological Forum*, Vol. 16, n.º 2: 181-201.

ANDERSON, Uwe (1990) Consultative institutions for migrant workers", in LAYTON-HENRY, Zig (ed.) *The political rights of migrant workers in Western Europe*, London: SAGE Publications, 113-126.

ANTHIAS, Floya; YUVAL-DAVIS, Nira (1992) *Racialized boundaries. Race, nation, gender, colour and class and the anti-racist struggle*, London/New York: Routledge.

APPADURAI, Arjun (1996) *Modernity at large. Cultural dimensions of globalization*, Minnesota: University of Minnesota Press.

APPIAH, K. Anthony (1998) Identidade, autenticidade, sobrevivência: sociedades multiculturais e reprodução social, in TAYLOR, Charles (coord.) (1998) *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento*, Lisboa: Instituto Piaget, 165-179.

ÁVILA, Patrícia; ALVES, Mariana (1993) Da Índia a Portugal: trajectórias sociais e estratégias colectivas dos comerciantes indianos, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 13: 115-133.

BAGANHA, Maria Ioannis (2005) Política de imigração: a regulação dos fluxos, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 73: 29-44.

BAGANHA, Maria I; GÓIS, Pedro (1999) Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 52/53: 229-280.

BAGANHA, Maria Ioannis; GÓIS, Pedro; MARQUES, José Carlos (2004) The unforeseen wave: migration from Eastern Europe to Portugal, in BAGANHA, Maria Ioannis; FONSECA, Maria Lucinda (ed.) *New waves: migration from Eastern to Southern Europe*, Lisbon: Luso-American Foundation, 23-39.

BAGANHA, Maria; GÓIS, Pedro; MARQUES, José Carlos (2006) *Bibliografia sobre a imigração em Portugal*, Oficina CES n.º 259, Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra/Núcleo de Estudos das Migrações.

BAGANHA, Maria Ioannis; MARQUES, José Carlos (2001) *Imigração e política. O caso português*, Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

BARATA, Óscar Soares (1998) *Introdução às Ciências Sociais, Volume II*, Venda Nova: Bertrand Editora.

BARBALET, J. M. (1989) *Cidadania*, Lisboa: Editorial Estampa.

BARDIN, Laurence (2007 [1977]) *Análise de conteúdo*, Lisboa: Edições 70.

BARRETO, António (org.) (1996) *A situação social em Portugal 1960-1995*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

BARRETO, António (org.) (2000) *A situação social em Portugal 1960-1999, Vol. II. Indicadores sociais em Portugal e na União Europeia*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

BAUBÖCK, Rainer (1994) *Transnational citizenship: membership and rights in international migration*, Cheltenham: Edward Elgar.

BEINER, Ronald (ed.) (1995) *Theorizing citizenship*, Albany: State University of New York Press.

BENAVENTE, Ana; MENDES, Helena; SCHMIDT, Luísa (1997) Direitos dos cidadãos em Portugal: conhecimentos e opiniões, *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 24: 71-114.

BENMAYOR, Rina; SKOTNES, Andor (ed.) (1994) *International yearbook of oral history and life stories: migration and identity*, Oxford: Oxford University Press.

BERGER, Peter (1980) *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*, Petrópolis: Vozes.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas (2004 [1966]) *A construção social da realidade. Um livro sobre a sociologia do conhecimento*, Lisboa: Dinalivro.

BERTAUX, Daniel (1978) *Destinos pessoais e estrutura de classes*, Lisboa: Moraes Editores.

BERTAUX, Daniel (2005) *Le récit de vie*, Paris: Armand Colin.

BERTHELOT, Jean Michel (2000) Os novos desafios epistemológicos da sociologia, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 33: 111-131.

BESSA, António Marques (2002) *Elites e movimentos sociais*, Lisboa: Universidade Aberta.

BLOEMRAAD, Irene (2000) Citizenship and immigration: a current overview, *Journal of International Migration and Integration*, Vol. 1, n.º 1: 9-37.

BI, *Boletim Informativo*, n.º 62, Julho/Agosto 2008, Alto Comissariado para a Integração e o Diálogo Intercultural, I.P.

BORDET, Joëlle (2001) Les microsociétés des jeunes dans les quartiers d'habitat social, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, n.º 17 (2): 169-174.

BOUDON, Raymond (1998) *O justo e o verdadeiro. Estudos sobre a objectividade dos valores e do conhecimento*, Lisboa: Instituto Piaget.

BOUDON, Raymond (2001a [1979]) *La logique du social. Introduction à l'analyse sociologique*, Paris: Hachette Littératures.

BOUDON, Raymond (2001b [1979]) *L'inégalité des chances. La mobilité sociale dans les sociétés industrielles*, Paris: Hachette Littératures.

BOURDIEU, Pierre (1979) *La distinction: critique sociale du jugement*, Paris: Editions de Minuit.

BOURDIEU, Pierre (2002 [1972]) *Esboço de uma teoria da prática. Precedido de três estudos de Etnologia Cabila*, Oeiras: Celta Editora.

BOURDIEU, Pierre (2003 [1984]) A "juventude" é só uma palavra, in BOURDIEU, Pierre, *Questões de Sociologia*, Lisboa: Fim de Século, 151-162.

BOURDIEU, Pierre (2003 [1984]) *Questões de Sociologia*, Lisboa: Fim de Século.

BOURDIEU, Pierre (2004) *Para uma sociologia da ciência*, Lisboa: Edições 70.

BOURDIEU, Pierre (2005) *Esboço para uma auto-análise*, Lisboa: Edições 70.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude (s.d.) *A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Lisboa: Vega.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude (1964) *Les héritiers. Les étudiants et la culture*, Paris: Les Éditions du Minuit.

BRAH, Avtar (2004) Diferencia, diversidad, diferenciación, in HOOKS, Bell; BRAH, Avtar; SANDOVAL, Chela; ANZALDÚA, Gloria (ed.) *Otras inapropiables. Feminismos desde las fronteras*, Madrid: Traficantes de sueños. MAPAS, 107-136.

BREUER, Michael; FAIST, Thomas; JORDAN, Bill (1995) Collective action, migration and welfare states, *International Sociology*, Vol. 10, n.º 4: 369-386.

BROWN, Carol; CYRUS, Norbert; GROPAS, Ruby; KOSIC, Ankica; TRIANDAFYLIDOU, Anna (2007) *A presentation of the POLITIS interview database. Structure, quality and hypothesis*, University of Oldenburg, POLITIS - Working Paper No. 6/2007, [www.uni-oldenburg.de/politis-europe/download/WP6\\_Brownao\\_2007fin.pdf](http://www.uni-oldenburg.de/politis-europe/download/WP6_Brownao_2007fin.pdf).

BURGESS, Robert C. (2001) *A pesquisa de terreno: uma introdução*, Oeiras: Celta Editora.

BURNS, Tom R. (2004) O futuro da democracia no contexto da globalização e da nova política, in VIEGAS, José Manuel; PINTO, António Costa; FARIA, Sérgio (org.) *Democracia, novos desafios e novos horizontes*, Oeiras: Celta Editora, 125-159.

CABRAL, Manuel Villaverde (1997) *Cidadania política e equidade social em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.

CABRAL, Manuel Villaverde (2000) O exercício da cidadania política em Portugal, *Análise Social*, Vol. XXXV, n.º 154-155: 85-113.

CALVANESE, Francesco; PUGLIESE, Enrico (1990) Les modèles d'intégration des immigrés en Europe, in ADRI, *L'intégration des minorités immigrées en Europe: actes du colloque international, Paris, 8-9 Octobre 1990, Tome 1: Problématiques*, Paris: Agence pour le Développement des Relations Interculturelles, 23-34.

CAMPENHOUDT, Luc van (2003) *Introdução à análise dos fenómenos sociais*, Lisboa: Gradiva.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes (coord.) (2000) *Direitos Humanos, estrangeiros, comunidades migrantes e minorias*, Oeiras: Celta Editora.

CARITA, Cristina; ROSENDO, Vasco Nuno (1993) Associativismo cabo-verdiano em Portugal. Estudo de caso da Associação Cabo-verdiana em Lisboa, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 13: 135-152.

CARMO, Hermano (1998) Educação para o desenvolvimento: um imperativo estratégico, in TAVARES; Maria José Ferro (org.) *Poder e sociedade. Actas das jornadas interdisciplinares*, Lisboa: Universidade Aberta, 489-506.

CARMO, Hermano (2000) *Intervenção social com grupos*, Lisboa: Universidade Aberta.

CARMO, Hermano (2004) Educar para a identidade nacional, numa economia solidária e numa cultura de paz, in *Educação da juventude: carácter, liderança e cidadania, Nação e Defesa*, Número extra série, Julho: 37-42.

CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro (1998) *Metodologia da investigação. Guia para auto-aprendizagem*, Lisboa: Universidade Aberta.

CARREIRA, Henrique Medina (1996) As políticas sociais em Portugal, in BARRETO, António (org.) *A situação social em Portugal 1960-1995*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 365-498.

CARREIRA, Teresa Pires; TOMÉ, Maria-Alice (1994) *Portugais et Luso-Français: double culture et identité*, Tome 1, Paris: L'Harmattan.

CARVALHAIS, Isabel Estrada (2004) *Os desafios da cidadania pós-nacional*, Porto: Edições Afrontamento.

CARVALHAIS, Isabel Estrada (2006) Condição pós-nacional da cidadania política. Pensar a integração de residentes não-nacionais em Portugal, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 50: 109-130.

CARVALHO, Francisco (2005) *Filhos de imigrantes Cabo-Verdianos em Portugal: a questão identitária*, Lisboa: SOCINOVA.

CASTELLS, Manuel (2000) *The construction of European identity, Relatórios preparados para a Presidência Portuguesa da União Europeia. Linha de acção Emprego, reformas económicas e coesão social – Para uma Europa da inovação e do conhecimento*, Lisboa: Gabinete do Primeiro Ministro, 186-194.

CASTLES, Stephen (2000) Underclass or exclusion: social citizenship for ethnic minorities, in VASTA, Ellie (ed.) *Citizenship, community and democracy*, London: MacMillan Press, 22-44.

CASTLES, Stephen; DAVIDSON, Alastair (2000) *Citizenship and migration. Globalization and the politics of belonging*, London: Macmillan Press.

CATARINO, Christine; OSO, Laura (2000) La inmigración femenina en Madrid y Lisboa: hacia una etnización del servicio doméstico y de las empresas de limpieza, *Pappers*, n.º 60: 183-207.

CAVACO, Cristina (coord.) (2001) *PartNet. Diálogo civil na luta contra a exclusão social*, Lisboa: INDE-Intercooperação e Desenvolvimento.

CHEBEL, Malek (1998) *La formation de l'identité politique*, Paris: Éditions Payot & Rivages.

CMMI/Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais (2005) *As migrações num mundo interligado: novas linhas de acção. Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

COLEMAN, James S. (1988) Social capital in the creation of human capital, *American Journal of Sociology*, n.º 94: 95-121.



COLEMAN, James S. (1990) *Foundations of social theory*, Cambridge: Harvard University Press.

COLLINS, Patricia Hill (1991) *Black feminist thought. Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*, New York/London: Routledge.

COMISSÃO INDEPENDENTE POPULAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA (1998) *Cuidar o futuro. Um programa radical para viver melhor*, Lisboa: Trinova Editora.

CONTADOR, António Concorde (2001) *Cultura juvenil negra em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.

CORDEIRO, Ana Paula (2004) *Imigrantes, minorias étnicas e autarquias. Intervenção e omissões. Práticas políticas no Município da Amadora*, Lisboa: Universidade Aberta (Tese de Doutoramento).

CORREIA, Carla Sofia Borralho (2005) *Capital social e comunidade cívica, o círculo virtuoso da cidadania. Aplicação do modelo de Putnam aos residentes do Bairro de Caselas*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Dissertação de Mestrado).

CORREIA, Sofia (2007) *Capital social e comunidade cívica, o círculo virtuoso da cidadania. Aplicação do modelo de Putnam aos residentes do Bairro de Caselas*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

CORREIA (1997) *Dimensões da intervenção do movimento associativo dos imigrantes em Portugal, Conferência no âmbito do Mestrado em Relações Interculturais, 26 de Junho*, Lisboa, Universidade Aberta (policopiado).

COSTA, António Firmino da (1986) A pesquisa de terreno em Sociologia, in SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento, 129-148.

COSTA, António Firmino da (1999) *Sociedade de bairro. Dinâmicas sociais da identidade cultural*, Oeiras: Celta Editora.

COSTA, António Firmino da; MACHADO; Fernando Luís; ALMEIDA, João Ferreira de (1990) Estudantes e amigos – trajectórias de classe e redes de sociabilidade, *Análise Social*, Vol. XXV, n.º 105-106: 193-221.

COSTA, Paulo Manuel Abreu da Silva (2000) A participação dos portugueses não residentes e dos estrangeiros residentes nas eleições portuguesas, *Documentação e Direito Comparado*, n.º 81/82: 179-216.

COSTA, Paulo Manuel (2004) *Políticas de imigração e as novas dinâmicas da cidadania em Portugal*, Lisboa: Instituto Piaget.

COSTA, Paulo Manuel (2006) *A atribuição de direitos políticos aos estrangeiros através da reciprocidade*, Working Paper n.º 02, [www.pmcosta.co.pt](http://www.pmcosta.co.pt).

CRUZ, M. Braga da (1985) A participação política da juventude em Portugal, *Análise Social*, Vol. XXI (87-88-89), 3.º, 4.º, 5.º: 1067-1088.

CRUZ, M. Braga da (1990) A participação política da juventude em Portugal – as élites políticas juvenis, *Análise Social*, Vol. XXV (105-106), 1.º, 2.º: 223-249.

CRUZ, M. Braga da (1995) *Instituições políticas e processos sociais*, Lisboa: Bertrand Editora.

CRUZ, M. Braga da (2004) *Teorias sociológicas. Os fundadores e os clássicos (Antologia de textos), I Volume*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CYRUS, Norbert; GROPAS, Ruby; KOSIC, Ankica; VOGER, Dita (2006) *Opportunity structures for immigrants' active civic participation in the European Union: sharing comparative observations*, University of Oldenburg, POLITIS - Working Paper No. 2/2005, [http://www.politis-europe.uni-oldenburg.de/download/WP2\\_POLITIS\\_CyrusGropas-KosicVogel\\_2005.pdf](http://www.politis-europe.uni-oldenburg.de/download/WP2_POLITIS_CyrusGropas-KosicVogel_2005.pdf) (último acesso em 06.02.2014).

DAHRENDORF, Ralf (1994) The changing quality of citizenship, in VAN STEENBERGEN, Bart (ed.) *The condition of citizenship*, London: SAGE Publications, 10-19.

DAMÁSIO, António (2003) *Ao encontro de Espinosa. As emoções sociais e a neurologia do sentir*, Mem Martins: Publicações Europa-América.

DE FILIPPO, Elena; PUGLIESE, Enrico (2000) Le donne nell'immigrazione in Campania, *Papers*, n.º 60: 55-66.

DELICADO, Ana (2003) A solidariedade como valor social no Portugal contemporâneo, in VALA, Jorge; CABRAL, Manuel Villaverde; RAMOS, Alice (org) *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 199-256.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (ed.) (1994) *Handbook of qualitative research*, London: SAGE Publications.

DE RUGY, Anne (2000) *Dimensão económica e demográfica das migrações na Europa multicultural*, Oeiras: Celta Editora.

DESHAIES, Bruno (1997) *Metodologia da investigação em Ciências Humanas*, Lisboa: Instituto Piaget.

DE WENDEN, Catherine Wihtol; LEVEAU, Rémy (2001) *La bourgeoisie . Les trois ages de la vie associative issue de l'immigration*, Paris: CNRS Éditions.

DIGNEFFE, Françoise (1997) Do individual ao social: a abordagem biográfica, in AL-BARELLO, Luc; et al., *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva, 203-245.

DURAND, Daniel (1992 [1979]) *A sistémica*, Lisboa: Dinalivro.

DURKHEIM, Emile (2004) Solidariedade mecânica e orgânica, in CRUZ, Manuel Braga da, *Teorias sociológicas. Os fundadores e os clássicos (Antologia de textos), I Volume*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 325-343.

ESTANQUE, Elísio; MENDES, José Manuel (1998) *Classes e desigualdades sociais em Portugal: um estudo comparativo*, Porto: Edições Afrontamento.

ESTANQUE, Elísio; MENDES, José Manuel (1999) Análise de classes e mobilidade social em Portugal: um breve balanço crítico, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 52/53: 173-198.

ESTANQUE, Elísio; NUNES, João Arriscado (2003) Dilemas e desafios da Universidade: recomposição social e expectativas dos estudantes da Universidade de Coimbra, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 66: 5-44.

ENTZINGER, Han (1990) Les politiques d'intégration, in ADRI, *L'intégration des minorités immigrées en Europe: actes du colloque international, Paris, 8-9 Octobre 1990, Tome 1: Problématiques*, Paris: Agence pour le Développement des Relations Interculturelles, 81-95.

ENTZINGER, Han (1997) *Political and social participation of immigrants through consultative bodies (Strasbourg, 26-28 November 1997): background discussion paper*, Strasbourg: Council of Europe.

ESTEVEES, Maria do Céu (coord.) (1991) *Portugal, país de imigração*, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

FAVELL, Adrian (1997) Citizenship and immigration: pathologies of a progressive philosophy, *New Community*, Vol. 23, n.º 2: 173-195.

FENNEMA, Meindert; TILLIE, Jean (1999) Political participation and political trust in Amsterdam: civic communities and ethnic networks, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol. 25, n.º 4: 703-726.

FERNANDES, Ana Marta Monteiro (2006a) *Pertenças identitárias de jovens do Casal da Boba*, Lisboa: Universidade Aberta (Dissertação de Mestrado).

FERNANDES, Elizabet Pires (2006b) *Mediação: seu impacto nos jovens mediadores interculturais (um estudo de caso)*, Lisboa: Universidade Aberta (Dissertação de Mestrado).

FERREIRA, J. M. Carvalho *et al.* (1995) *Sociologia*, Amadora: Editora McGraw-Hill de Portugal.

FERREIRA, Virgínia (1999) Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 52/53: 199-227.

FERREIRA, Virgínia; TAVARES, Teresa; PORTUGAL, Sílvia (ed.) (1998) *Shifting bonds, shifting bounds. Women, mobility and citizenship in Europe*, Oeiras: Celta Editora.

FERRERA, Maurizio; HEMERIJCK, Anton; RHODES, Martin (2000) *O futuro da Europa social. Repensar o trabalho e a protecção social na nova economia*, Oeiras: Celta Editora.

FLICK, Uwe (2006) *An introduction to qualitative research*, London: SAGE Publications.

FONSECA, Maria Lucinda (2004) Dinâmicas de integração dos imigrantes: estratégias e protagonistas, in ACIME (org.) *I Congresso. Imigração em Portugal. Diversidade – Cidadania – Integração, 18 e 19 de Dezembro de 2003*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 108-140.

FONSECA, Maria Lucinda; ALEGRIA, João; NUNES, Alexandra (2004) Immigration to medium sized cities and rural areas: the case of Eastern Europeans in the Évora Region (Southern Portugal), in BAGANHA, Maria Ioannis; FONSECA, Maria Lucinda (ed.) *New waves: migration from Eastern to Southern Europe*, Lisbon: Luso-American Foundation, 91-118.

FONSECA, Maria Lucinda; MALHEIROS, Jorge; RIBAS-MATEOS, Natalia; WHITE, Paul; ESTEVES, Alina (ed.) (2002) *Immigration and place in Mediterranean metropolises*, Lisbon: Luso-American Foundation.

FRANÇA, Luís de (coord.) (1993) *Portugal, valores europeus: identidade cultural*, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

FREIRE, André (2001) *Mudança eleitoral em Portugal. Clivagens, economia e voto em eleições legislativas, 1983-1999*, Oeiras: Celta Editora.

FREIRE, André (2001) *Mudança eleitoral em Portugal. Clivagens, economia e voto em eleições legislativas, 1983-1999*, Oeiras: Celta Editora.

FREIRE, André (2003) Pós-materialismo e comportamentos políticos: o caso português em perspectiva comparativa, in VALA, Jorge; CABRAL, Manuel Villaverde; RAMOS, Alice (org.) *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 295-361.

FREIRE, Paulo (1975) *Pedagogia do oprimido*, Porto: Edições Afrontamento.

FREIRE, Paulo (1977) *Acção cultural para a liberdade e outros escritos*, Lisboa: Moraes Editores.

FRIEDMANN, John (1996) *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras: Celta Editora.

FUKUYAMA, Francis (2000) *A grande ruptura. A natureza humana e a reconstituição da ordem social*, Lisboa: Quetzal Editores.

GARCIA, José Luís et al. (2000) *Estranhos. Juventude e dinâmicas de exclusão social em Lisboa*, Oeiras: Celta Editora.

GILROY, Paul (2007) Cultura e multiculturalismo na era da rendição, in AA.VV., *O estado do mundo*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 161-189.

GOLEMAN, Daniel (1997) *Inteligência emocional*, Lisboa: Temas e Debates.

GRANOVETTER, Mark S. (1973) The strength of weak ties, *American Journal of Sociology*, n.º 78 (6): 1360-1380.

GRANOVETTER, Mark (1983) The strength of weak ties: a network theory revisited, *Sociological Theory*, Vol. 1: 201-233.

GRANOVETTER, Mark (1995) *Getting a job: a study of contacts and careers*, Chicago: The University of Chicago Press.

GRIECO, Margaret (1995) Transported lives: urban social networks and labour circulation, in ROGERS, Alistair, VERTOVEC, Steven (ed.) *The urban context. Ethnicity, social networks and situational analysis*, Oxford: Berg Publishers, 189-212.

GROPAS, Ruby (2008) Is naturalisation a factor in immigrant activism?, in VOGEL, Dita (ed.) *Highly active immigrants. A resource for European civil societies*, Frankfurt am Main: Peter Lang, 145-160.

HABERMAS, Jürgen (1994) Citizenship and national identity, in VAN STEENBERGEN, Bart (ed.) *The condition of citizenship*, London: SAGE Publications, 20-35.

HALL, Stuart (2003 [1996]) Introduction: who needs 'identity'?, in HALL, Stuart; DU GAY, Paul (ed.) *Questions of cultural identity*, London: SAGE Publications, 1-17.

HAMMAR, Tomas (1990) *Democracy and the Nation State: aliens, denizens and citizens in a world of international migration*, Aldershot: Avebury.

HARAWAY, Donna (1991) *Simians, cyborgs, and women. The reinvention of nature*, London: Free Association Books.

HARDING, Sandra (1998) *Is science multicultural? Postcolonialisms, feminisms, and epistemologies*, Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press.

HARGREAVES, Alec G.; DE WENDEN, Catherine Wihtol (1993) The political participation of ethnic minorities in Europe: a framework for analysis, *New Community*, Vol. 20, n.º 1: 1-8.

HESPANHA, Pedro (1999) Em torno do papel providencial da sociedade civil portuguesa, *Cadernos de Política Social 1*: 15-42.

HESPANHA, Pedro et al. (2000) *Entre o estado e o mercado. As fragilidades das instituições de protecção social em Portugal*, Coimbra: Quarteto.

HILY, Marie Antoinette; POINARD, Michel (1985) Fonctions et enjeux du mouvement associatif portugais en France, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, Vol. 1, n.º 1: 5-35.

HOLTON, Robert J. (2002) Teoria social clássica, in TURNER, Bryan S. (ed.) *Teoria social*, Algés: Difel: 23-50.

HORTA, Ana Paula Beja (2002a) Multiculturalism in abeyance: immigration and local politics in the periphery of Lisbon, in FONSECA, Maria Lucinda; et al. (ed.) *Immigration and place in Mediterranean metropolises*, Lisbon: Luso-American Foundation, 153-172

HORTA, Ana Paula Beja (2002b) *Transnational networks and the local politics of migrant grassroots organizing in post-colonial Portugal*, <https://repositorioaberto.uab.pt/bits-tream/10400.2/1311/1/WPTC-02-03%2520Horta.pdf> (último acesso em 06.02.2014).

HORTA, Ana Paula Beja (2004) *Contested citizenship: immigration politics and grass-roots migrants' organizations in post-colonial Portugal*, New York: Center for Migration Studies.

HORTA, Ana Paula; MALHEIROS, Jorge Macaísta (2004) Os Cabo-Verdianos em Portugal. Processo de consolidação, estratégias individuais e acção colectiva, *Estratégia – Revista de Estudos Internacionais*, n.º 20 – 1.º semestre: 83-103.

HORTA, Ana Paula; MALHEIROS, Jorge (2006) Social capital and migrants' political integration: the case study of Capeverdean associations in the Greater Lisbon Area, *Finisterra*, XLI, n.º 81: 143-170.

INE (2007) *Destaque – Informação à Comunicação Social*, 6 de Março de 2007, Instituto Nacional de Estatística.

INE (2008) *Destaque – Informação à Comunicação Social*, 28 de Maio de 2008, Instituto Nacional de Estatística.

INGLEZ, Sofia Aboim (2007) Mulheres entre o público e o privado. Ideais de igualdade e ambivalências normativas na divisão sexual do trabalho, in AMÂNCIO, Lígia *et al.* (org.) *O longo caminho das mulheres. Feminismos 80 anos depois*, Lisboa: Dom Quixote, 351-364.

IRELAND, Patrick R. (1994) *The policy challenge of ethnic diversity. Immigrant politics in France and Switzerland*, Cambridge: Harvard University Press.

JOAQUIM, Teresa (2006a) *As causas das mulheres. A comunidade infigurável*, Lisboa: Livros Horizonte.

JOAQUIM, Teresa (2006b) *Cuidar dos outros, cuidar de si. Questões em torno da maternidade*, Lisboa: Livros Horizonte.

JONES-CORREA, Michael (1998) Different paths: gender, immigration and political participation, *International Migration Review*, Vol. 32: 326-349.

JUNGER-TAS, Josine (2001) Ethnic minorities, social integration and crime, *European Journal on Criminal Policy and Research*, 9: 5-29.

JUSTINO, David (2007) Integração política e cívica – Cidadania e civismo. Participação política. Acesso à nacionalidade, in VITORINO, António (coord.) *Imigração: oportunidade ou ameaça? Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração*, Lisboa: Principia, 151-167.

KYMLICKA, Will (1995) *Multicultural citizenship: a liberal theory of minority rights*, Oxford: Clarendon.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney (1994) *Designing social inquiry. Scientific inference in qualitative research*, Princeton/New Jersey: Princeton University Press.

KING, Russell; ZONTINI, Elisabetta (2000) The role of gender in the South European immigration model, *Papers*, n.º 60: 35-52.

KOFMAN, Eleonore (1999) Female 'birds of passage' a decade later: gender and immigration in the European Union, *International Migration Review*, Vol. 33, n.º 2: 269-299.

KONING, Marijke de (coord.) (2005) *Rede de mulheres 25 anos depois. Com Maria de Lourdes Pintasilgo*, Lisboa: GRAAL/Fundação Cuidar o Futuro.

KOOPMANS, Ruud; STATHAM, Paul (2000) Migration and ethnic relations as a field of political contention: an opportunity structure approach, in KOOPMANS, Ruud; STATHAM, Paul (eds.) *Challenging immigration and ethnic relations politics. Comparative European perspectives*, Oxford: Oxford University Press, 14-56.

KOSIC, Ankica (2007) *Motivation for civic participation of immigrants: the role of personal resources, social identities and personal traits*, University of Oldenburg, POLITIS - Working Paper No. 11/2007, [http://www.politis-europe.uni-oldenburg.de/download/WP11\\_POLITIS\\_Kosic\\_2007fin.pdf](http://www.politis-europe.uni-oldenburg.de/download/WP11_POLITIS_Kosic_2007fin.pdf) (último acesso em 06.02.2014).

KOSIC, Ankica (2008) What motivates civic participation of immigrants? Antecedents and experiences, in VOGEL, Dita (ed.) *Highly active immigrants. A resource for European civil societies*, Frankfurt am Main: Peter Lang, 93-107.

KNOWLES, Caroline, MERCER, Sharmila (1992) Feminism and antiracism: an exploration of the political possibilities, in DONALD, James; RATTANSI, Ali (ed.) *'Race', culture and difference*, London: SAGE Publications, 104-125.

LABELLE, Micheline; LÉVY, Joseph (1995) *Ethnicité et enjeux sociaux. Le Québec vu par les leaders de groupes ethnoculturels*, Montréal: Éditions Liber.

LABELLE, Micheline; THERRIEN, Marthe; LÉVY, Joseph (1994) Le discours des leaders d'associations ethniques de la région de Montréal, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, Vol. 10, n.º 2: 119-145.



LAGRÉE, Jean-Charles (ed.) (2002) *Rolling youth, rocking society. Youth take part in the post-modern debate on globalization*, Paris: UNESCO.

LAHIRE, Bernard LAHIRE, Bernard (2003) *O homem plural. As molas da acção*, Lisboa: Instituto Piaget.

LAHIRE, Bernard (2004) *La culture des individus. Dissonances culturelles et distinction de soi*, Paris: Éditions La Découverte.

LAHIRE, Bernard (2005) Património individual de disposições. Para uma sociologia à escala individual, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 49: 11-42.

LAYTON-HENRI, Zig (1990) Immigrant associations, in Layton-Henry (ed.) *The political rights of migrant workers in Western Europe*, London: SAGE Publications, 94-112.

LEANDRO, Maria Engrácia (1993) Portugueses na região parisiense. Reinvenção dos laços sociais, in SILVA, Maria Beatriz Nizza da et al. (org.) *Emigração/Imigração em Portugal. Actas do colóquio internacional sobre emigração e imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*, Lisboa: Editorial Fragmentos, 348-361.

LEITÃO, José (1995) O direito de associação, in CEPAC, *Imigração e associação*, Lisboa: Centro Padre Alves Correia, 113-114.

LEITÃO, José (1998) Génese e dinâmica da cidadania lusófona, in ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord.) *Interculturalismo e cidadania em espaços lusófonos*, Cursos da Arrábida, n.º 5, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Publicações Europa-América, 41-59

LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald (1994) *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*, Lisboa: Instituto Piaget.

LIN, Nan (2003) *Social capital. A theory of social structure*, Cambridge: Cambridge University Press.

LISTER, Ruth (1997) Citizenship: towards a feminist synthesis, *Feminist Review*, n.º 57, Autumn: 28-48.

LUTZ, Helma (1997) The limits of European-ness, *Feminist Review*, n.º 57, Autumn: 93-111.

MACHADO, Fernando Luís (1992) Etnicidade em Portugal. Contrastes e politização, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 12: 123-136.

MACHADO, Fernando Luís (1994) Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 16: 111-134.

MACHADO, Fernando Luís (1997) Contornos e especificidades da imigração em Portugal, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 24: 9-44.

MACHADO, Fernando Luís (1999) Imigrantes e estrutura social, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 29: 51-76.

MACHADO, Fernando Luís (2000) População africana em Portugal: um mosaico social e cultural, in *Janus 2001 – Anuário de relações exteriores*, Lisboa: Público/Universidade Autónoma de Lisboa, 178-179.

MACHADO, Fernando Luís (2002) *Contrastes e continuidades. Migração, etnicidade e integração dos guineenses em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.

MACHADO, Fernando Luís (2007) Jovens como os outros? Processos e cenários de integração dos filhos de imigrantes Africanos em Portugal, in VITORINO, António (coord.) *Imigração: oportunidade ou ameaça? Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração*, Lisboa: Principia, 169-197.

MACHADO, Fernando Luís et. al. (2003) Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 66: 45-80.

MACHADO; Fernando Luís; ABRANCHES, Maria (2005) Caminhos limitados de integração social. Trajectórias socioprofissionais de cabo-verdianos e hindus em Portugal, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 48: 67-89.

MACHADO, Fernando Luís; MATIAS, Ana Raquel (2006a) *Bibliografia sobre imigração e minorias étnicas em Portugal (2000-2006)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MACHADO, Fernando Luís; MATIAS, Ana Raquel (2006b) *Jovens descendentes de imigrantes nas sociedades de acolhimento: linhas de identificação sociológica*, CIES e-Working Paper n.º 13/2006.

MACHADO, Fernando Luís; MATIAS, Ana Raquel; LEAL, Sofia (2005) Desigualdades sociais e diferenças culturais: os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos, *Análise Social*, n.º 176: 695-714.

MACLEOD, Jay (1995) *Ain't no makin' it. Aspirations and attainment in a low-income neighbourhood*, Boulder/San Francisco/Oxford: Westview Press.

MAGALHÃES, Maria Inês Macias de Mello (1994) *Goeses em Lisboa*, Lisboa: Universidade Aberta (Dissertação de Mestrado).

MAGALHÃES, Maria Inês Macias de Mello (2001) *Cidadania intercultural: uma utopia do presente? Lisboa em transição: do "Centro" de um Império Colonial Ultramarino para a semi-periferia no âmbito da União Europeia*, Lisboa: Universidade Aberta (Tese de Doutoramento).

MALHEIROS, Jorge Macaísta (1996) *Imigrantes na região de Lisboa: os anos da mudança. Imigração e processo de integração das comunidades de origem indiana*, Lisboa: Colibri.

MAPRIL, José; ARAÚJO, Fernanda (2002) Between two worlds: Chinese and Cape Verdean voluntary sectors in a changing context, in FONSECA, Maria Lucinda; et al. (ed.) *Immigration and place in Mediterranean metropolises*, Lisbon: Luso-American Foundation, 197-227.

MARQUES, Margarida (2006) Prefácio, in PORTES, Alejandro, *Estudos sobre as migrações contemporâneas. Transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração*, (Lisboa): Fim de Século, 9-13.

MARQUES, M. Margarida; MAPRIL, José; DIAS, Nuno (2003) *Migrants' associations and their elites. Building a new field of interest representation*, SociNova Working Papers.

MARQUES, M. Margarida; MARTINS, Joana Lopes (2005) *Jovens, migrantes e a sociedade da informação e do conhecimento. A escola perante a diversidade*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

MARQUES, M. Margarida; ROSA, M. João Valente (2003) L'intégration des immigrés au Portugal: singularité ou retard?, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 41: 9-36.

MARQUES, M. Margarida; SANTOS, Rui (2000) *Welfare and immigrants' inclusion in a context of weak civil society: associations and local politics in Oeiras*. Second version of the paper presented at the Washington Metropolis workshop, November 1999, SociNova Working Papers n.º 15.

MARQUES, M. Margarida; SANTOS, Rui; RALHA, Tiago (1999) *Immigrants' participation in civil society in a suburban context: between 'top-down activation' and 'bottom-up mobilization'*, SociNova Working Papers n.º 12.

MARQUES, M. Margarida; SANTOS, Rui; RALHA, Ralha; CORDEIRO, Ana Rita (1998) *Oeiras city template. Multicultural policies and modes of citizenship in European cities*, SociNova Working Papers.

MARQUES, Rui (2007) *Discurso de encerramento. II Fórum das Estruturas Representativas das Comunidades Imigrantes*, Setúbal, 13/14/15 de Abril de 2007. "Por uma cidadania plena", [www.acime.gov.pt](http://www.acime.gov.pt) (consulta a 22-04-2007).

MARTINIELLO, Marco (1994) Ethnic leadership and the state in Europe: a research challenge for the 90's and beyond, *Studi Emigrazione/Etudes Migrations*, XXXI, n.º 114: 331-339.

MARTINIELLO, Marco (1998) Les immigrés et les minorités ethniques dans les institutions politiques: ethnicisation des systèmes politiques européens ou renforcement de la démocratie?, *Révue Européenne des Migrations Internationales*, Vol 14, n.º 2: 9-17.

MARTINIELLO, Marco; STATHAM, Paul (ed.) (1999) Ethnic mobilisation and political participation in Europe, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol. 25, n.º 4: 565-573.

MARTINS, Manuel Meirinho (2004) *Participação política e democracia – o caso português, 1976-2000*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

MARTINS, Manuel Meirinho; TEIXEIRA, Conceição Pequito (2005) *O funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal*, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

MARTINS, Susana da Cruz (2003) Novos associativismos e tematizações na sociedade portuguesa, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 43: 103-132.

MAURITTI, Rosário (2002) Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a vida adulta, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 39: 85-116.

MENDES, José Manuel Oliveira (1998) Class structure and intergenerational mobility in Portugal. The importance of skills, in FERREIRA, Virgínia; TAVARES, Teresa; PORTUGAL, Sílvia (ed.) *Shifting bonds, shifting bounds. Women, mobility and citizenship in Europe*, Oeiras: Celta Editora, 315-328.

MILLS, C. Wright (1970 [1959]) *The sociological imagination*, Middlesex: Penguin Books.

MILNER, Henry (2002) *Civic literacy. How informed citizens make democracy work*, Hanover/London: University Press of New England.

MIRANDA, Joana (2002) *A identidade nacional: do mito ao sentido estratégico. Uma análise psicossociológica das comparações entre os Portugueses e os Outros*, Oeiras: Celta Editora.

MONTEIRO, A. Reis (2001) *Educação da Europa*, Porto: Campo das Letras.

MOREIRA, Adriano (2006) *Ciência Política*, Coimbra: Almedina.

MORIN, Edgar (2005) *Introduction à la pensée complexe*, Paris: Éditions du Seuil.

MOROKVASIC, Mirjana (1993) 'In and out' of the labour market: immigrant and minority women in Europe, *New Community*, Vol. 19, n.º 3: 459-483.

MOUFFE, Chantal (1996) *O regresso do político*, Lisboa: Gradiva.

MOURO, Helena (2001) *Solidariedade e mutualismo*, Coimbra: Quarteto.

MOZZICAFREDO, Juan (2000) *Estado-Providência e cidadania em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.

NETO, Félix (1998) *Psicologia Social*, volume I, Lisboa: Universidade Aberta.

NEWTON, Kenneth (1999) Social capital and democracy in Europe, in VAN DETH, Jan W. et al. (ed.) *Social capital and European democracy*, London/New York: Routledge, 3-24.

NEWTON, Kenneth (2004) Confiança social. Abordagens centradas no indivíduo e na comparação entre nações, in VIEGAS, José Manuel; PINTO, António Costa; FARIA, Sérgio (org.) *Democracia, novos desafios e novos horizontes*, Oeiras: Celta Editora, 61-84.

NIESSEN, Jan; HUDDLESTON, Thomas; CITRON, Laura; GEDDES, Andrew; JACOBS, Dirk (2007) *Index de Políticas de Integração de Migrantes*, (Lisboa): Fundação Calouste Gulbenkian.

NOVAK, Joseph D.; GOWIN, D. Bob (1999) *Aprender a aprender*, Lisboa: Plátano Edições Técnicas.

NUNES, A. Sedas (2001 [1971]) *Questões preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa: Editorial Presença.

OIM (2003) *Migrações e economia: para uma optimização de mais valias económicas das mulheres migrantes nos Estados membros da União Europeia – O caso de Portu-*

gal – Janeiro de 2003. *Resumo executivo*, Lisboa: Organização Internacional para as Migrações.

OLESEN, Virgínia (1994) Feminisms and models of qualitative research, in DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (ed.) *Handbook of qualitative research*, London, SAGE Publications: 158-174.

OLIVEIRA, Catarina Reis (2002) Chinese in Portugal: an immigration cartography, in FONSECA, Maria Lucinda; et al. (ed.) *Immigration and place in Mediterranean metropolises*, Lisbon: Luso-American Foundation, 229-254.

OLIVEIRA, Catarina Reis (2005) *Empresários de origem imigrante. Estratégias de inserção económica em Portugal*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

OLIVEIRA, Manuel Armando; TEIXEIRA, Carlos (2004) *Jovens Portugueses e luso-descendentes no Canadá. Trajectórias de inserção em espaços multiculturais*, Oeiras: Celta Editora.

OLIVEIRA, Nuno Filipe (2000) *Discursos políticos sobre minorias imigrantes: a construção de uma “questão”*, SociNova Working Papers n.º 16.

ORIOU, Michel (1982) *Les variations de l'identité: pour une approche multidisciplinaire des sentiments d'appartenance chez les jeunes portugais en France*, Paris: Centre National de la Recherche Scientifique.

OWEN, Tim (2000) NGO – Government partnerships, *Journal of International Migration and Integration*, Vol. 1, n.º 1: 131-137.

PAIS, José Machado (1990) A construção sociológica da juventude – alguns contributos, *Análise Social*, Vol. XXV, n.º 105-106: 139-165.

PAIS, José Machado (1996a) *Culturas juvenis*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

PAIS, José Machado (1996b) Sociabilidades, in ALMEIDA, João Ferreira, et al., *Jovens de hoje e de aqui. Resultados do inquérito à juventude do Concelho de Loures*, Loures: Câmara Municipal de Loures, Departamento Sócio-cultural, 171-191.

PAIS, José Machado (2005) Jovens e cidadania, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 49: 53-70.

PATTON, Michael Quinn (2002) *Qualitative research & evaluation methods*, Thousand Oaks/London/New Delhi: SAGE Publications.

PAULINO, Carla Marina Limpo (2003) *O associativismo de migrantes guineenses – Estudo da Associação Guineense de Solidariedade Social (AGUINENSO)*, Lisboa: Universidade Aberta (Dissertação de Mestrado).

PEIXOTO, João (1999) *A mobilidade internacional dos quadros. Migrações internacionais, quadros e empresas transnacionais em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.

PEIXOTO, João (coord.) (2006) *Mulheres migrantes: percursos laborais e modos de inserção socioeconómica das imigrantes em Portugal*, Lisboa: Socius.

PEREIRA, Francisco Correia (2007) *Associativismo migrante e participação cívica: dinâmicas organizativas das associações de imigrantes angolanos, guineenses e europeus de leste na Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa: Universidade Aberta (Dissertação de Mestrado).

PERISTA, Heloísa (coord.) (1999) *Os usos do tempo e o valor do trabalho: uma questão de género*, Lisboa: DEPP-CIDES.

PERISTA, Heloísa (2002) Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens, *Análise Social*, Vol. XXXVII, n.º 163: 447-474.

PERISTA, Heloísa (2007) A partilha do privado, in AMÂNCIO, Lúcia *et al.* (org.) *O longo caminho das mulheres. Feminismos 80 anos depois*, Lisboa: Dom Quixote, 365-374.

PIEPOLI, Sónia Infante Girão Frias (2004) *Mulheres na esteira, homens na cadeira. Por quanto tempo? Mulheres, economia informal e mudança cultural: estudo realizado na cidade de Maputo*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Tese de Doutoramento).

PINTO, Carla (1998) *Empowerment: uma prática de serviço social*, in BARATA, Óscar Soares (coord.) *Política Social: 1998*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 245-277.

PINTO, José Madureira (2004) Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento em Portugal, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 46: 11-31.

PINTO, José Madureira (2006) Associativismo e cidadania: responsabilidade do Estado, in AA. VV., *Espaços e sujeitos de cidadania*, Cadernos ICE, n.º 8: 75-82.

PIRES, Rui Pena (2003) *Migrações e integração. Teoria e aplicações à sociedade portuguesa*, Oeiras: Celta Editora.

PIRES, Rui Pena (2007) Árvores conceptuais: uma reconstrução multidimensional dos conceitos de acção e de estrutura, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 53: 11-50.

PIRES, Sónia (2004) *O terceiro sector imigrante e as associações do leste europeu em Portugal. Estruturação de um novo espaço de cidadania*, Oficina do CES – Centro de Estudos Sociais – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, n.º 204.

PLUMMER, Ken (2002) O interaccionismo simbólico no século XX: a emergência da teoria social empírica, in TURNER, Bryan S. (ed.) *Teoria social*, Algés: Difel, 225-254.

POCOCK, J. G. A. (1995) The ideal of citizenship since classical times, in BEINER, Ronald (ed.) *Theorizing citizenship*, Albany: State University of New York Press, 29-52.

POIRIER, Jean; CLAPIER-VALLADON, Simone; RAYBAUT, Paul (1999) *Histórias de vida: teoria e prática*, Oeiras: Celta Editora.

POPIELARZ, Pamela A. (1999) (In)Voluntary association. A multilevel analysis of gender segregation in voluntary organizations, *Gender & Society*, Vol. 13, n.º 2: 234-250.

PORTELLA, Cristina (2000) Imigrantes da Europa de Leste, in *Janus 2001 – Anuário de relações exteriores*, Lisboa: Público/Universidade Autónoma de Lisboa, 184-185.

PORTES, Alejandro (1999) *Migrações internacionais. Origens, tipos e modos de incorporação*, Oeiras: Celta Editora.

PORTES, Alejandro (2000) Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 33: 133-158.

PORTES, Alejandro (2006) *Estudos sobre as migrações contemporâneas. Transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração*, Lisboa: Fim de Século.

PORTES, Alejandro; MACLEOD, Dag (1999) Educating the second generation: determinants of academic achievement among children of immigrants in the United States, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol. 25, n.º 3: 373-396.

PORTES, Alejandro; RUMBAUT, Rubén (1996) *Immigrant America: a portrait*, Berkeley: University of California Press.

PORTES, Alejandro; RUMBAUT, Rubén (2001) *Legacies: the story of the immigrant second generation*, Berkeley: University of California Press.



PNUD (2000) *Relatório do desenvolvimento humano 2000*, Lisboa: Trinova Editora.

PUTNAM, Robert D. (1993) *Making democracy work. Civic traditions in modern Italy*, Princeton: Princeton University Press.

PUTNAM, Robert D. (2000) *Bowling alone. The collapse and revival of American community*, New York/London: Simon and Schuster.

QUEIROZ, Maria Cidália (2005) *Classes, identidade e transformações sociais. Para ler as evoluções da estrutura social portuguesa*, Porto: Campo das Letras.

QUEIROZ, Maria Cidália; GROS, Marielle Christine (2002) *Ser jovem num bairro de habitação social*, Porto: Campo das Letras.

RAMOS, Maria da Conceição Pereira (2003) *Acção social na área do emprego e da formação profissional*, Lisboa: Universidade Aberta.

REA, Andrea (1992) *De la marginalisation à la citoyenneté, AA.VV., Culture et démocratie: au-delà de l'immigration*, Bruxelles: Editions Labor, 163-179.

*Relatório anual de execução, Maio de 2007-Maio de 2008. Plano para a Integração dos Imigrantes, Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007*, Presidência do Conselho de Ministros/Alto Comissariado para a Integração e o Diálogo Intercultural, I.P.

RESENDE, Cláudia Sofia Ramos Duarte Fortes (1996) *Identidades em (re)construção: dos filhos dos imigrantes caboverdianos implicados no meio associativo étnico-juvenil da área de Lisboa. Um estudo de aproximação*, Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Departamento de Sociologia.

REX, John; JOLY, Danièle; WILPERT, Czarina (org.) (1987) *Immigrant associations in Europe*, Aldershot: Gower/European Science Foundation.

REX, John (1990) *Les problèmes des politiques d'intégration*, in ADRI, *L'intégration des minorités immigrées en Europe: actes du colloque international, Paris, 8-9 Octobre 1990, Tome 1: Problématiques*, Paris: Agence pour le Développement des Relations Interculturelles, 97-114.

RIBEIRO, Mário (dir.) (2002) *O terceiro sector em Portugal. Directório de ONG*, Lisboa: Público.

RIMET/Réseau d'Information sur les Migrations des États Tiers (1997) *Les États membres de l'UE face à l'immigration en 1994. Montée de l'intolérance et rigueur accrue*

*des politiques de contrôle. Rapport general*, Bruxelles: Commission des Communautés Européennes.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1981) *Associations d'immigrés: un pont entre deux cultures (document de travail)*, (Lisboa): Ministério dos Negócios Estrangeiros.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1984a) O diálogo instituído, *Nova Renascença*, Julho/Setembro: 229-245.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1984b) O português para além fronteiras: os filhos dos emigrantes portugueses. 2a geração, in AA.V., "*Seminário-colóquio internacional: a criança, a educação, a cultura*", Lisboa: Organização Mundial de Educação Pré-Escolar (OMEPE) (policopiado).

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1985) Descendentes de emigrantes: ensino e cultura, in *Reunião Mundial do Conselho das Comunidades Portuguesas*, s.l.: s.n (policopiado).

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1986) Longitudinalmente diferente ou o discurso polémico de luso-descendentes, *Análise Social*, Vol. XXII, n.º 92-93, 3.º-4.º: 609-618.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1993) Minorias. Polissemia do conceito e diversidade de manifestações, in SILVA, Maria Beatriz Nizza da et al. (org.) *Emigração/Imigração em Portugal. Actas do colóquio internacional sobre emigração e imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*, Lisboa: Editorial Fragmentos, 422-433.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz et al. (1995) *Sociologia das Migrações*, Lisboa: Universidade Aberta.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord.) (1998) *Interculturalismo e cidadania em espaços lusófonos*, Cursos da Arrábida, n.º 5, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses/Publicações Europa-América.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (2000a) As políticas portuguesas de imigração, in *Janus 2001 – Anuário de relações exteriores*, Lisboa: Público/Universidade Autónoma de Lisboa, 174-175.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (2000b) História da imigração em Portugal (I) e (II), in *Janus 2001 – Anuário de relações exteriores*, Lisboa: Público/Universidade Autónoma de Lisboa, 170-173.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (2000c) Le Portugal: pays d'émigration et aussi d'immigration, in VARINE, Béatrice de (coord.) *Lieux de vie et circulations des Portugais de France*, Paris: Interaction France-Portugal, 19-31.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (2002a) A imigração em Portugal: contribuição externa para o desenvolvimento interno, Imigração e mercado de trabalho, *Cadernos Sociedade e Trabalho n.º 2*: 145-160.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (2002b) Perspectivas actuais das migrações em Portugal, in AA.VV., *Movilidad interna y migraciones intraeuropeas en la Península Ibérica. Actas del Colóquio Europeo, 8-9 Noviembre, Universidade de Santiago de Compostela, Publicacións*, 147-170.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (2005a) A integração dos imigrantes na União Europeia, *Estratégia*, n.º 21, 1.º semestre: 187-200.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (2005b) Migrações dos países lusófonos, in CRISTÓVÃO, Fernando (dir. e coord.) *Dicionário temático da lusofonia*, Lisboa: Texto Editores, 705-707.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; NEVES, Miguel; BONGARDT, Annette (2006) *A comunidade de negócios chinesa em Portugal: catalizadores da integração da China na economia global*, Oeiras: Instituto Nacional de Administração.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; OLIVEIRA, Manuel Armando (1999) Portugal, in ANGENENDT, Steffen (ed.) *Asylum and migration policies in the European Union*, Berlin: Research Institute of the German Society for Foreign Affairs, 275-289.

RODRIGUES, Maria João (coord.) (2000) *Para uma Europa da inovação e do conhecimento. Emprego, reformas económicas e coesão social. Documentos de base da Presidência Portuguesa da União Europeia*, Oeiras: Celta Editora.

RODRIGUES, Fernanda; STOER, Stephen (1994) Acção local e cidadania, in AA.VV., *Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local*. Actas do Encontro de Vila do Conde, Associação Portuguesa de Sociologia, 1-3 de Abril de 1993, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 175-188.

RODRIGUES, Fernanda; STOER, Stephen (1998) *Entre parceria e partenariado. Amigos amigos, negócios à parte*, Oeiras: Celta Editora.

RUIVO, Fernando (1993) Estado e poder relacional: a intervenção informal dos governos locais, in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) *Portugal. Um retrato singular*, Porto: Edições Afrontamento, 407-437.

ROßTEUTSCHER, Sigrid (2000) Democracia associativa. As instituições voluntárias como campo de treino para a democracia? in VIEGAS, José Manuel; DIAS, Eduardo Costa (org.) *Cidadania, integração, globalização*, Oeiras: Celta Editora, 233-254.

RUQUOY, Danielle (1997) Situação de entrevista e estratégia do entrevistador, in AL-BARELLO, Luc; et al., *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva, 84-116.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1990) *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1993) O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semi-periferia: o caso português, in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) *Portugal. Um retrato singular*, Porto: Edições Afrontamento, 17-56.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1997) Por uma concepção multicultural de direitos humanos, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 48: 11-32.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2000) *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência – Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática*, Volume 1, Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2002) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2003a) *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2003b [1987]) *Um discurso sobre as Ciências*, Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G.; NUNES, João Arriscado (2004) Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo, in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) *Semear outras soluções. Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*, Porto: Edições Afrontamento, 19-101.

SANTOS, Vanda (2004) *O discurso oficial do Estado sobre a emigração dos anos 60 a 80 e imigração dos anos 90 à actualidade*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

SARDINHA, João (2006) *Immigrant associations as socio-political mediators: the Angolan, Brazilian and Eastern European communities in Portugal*, Paper presented at

the 11<sup>th</sup> International Metropolis Conference – Paths and crossroads: moving people, changing places, Lisbon, 2-6 October 2006.

SARDINHA, João (2007) *Providing voices? Civic participation opportunities for immigrants in Portugal*, University of Oldenburg. POLITIS - Working paper No. 7, [http://www.politis-europe.uni-oldenburg.de/download/WP7\\_POLITIS\\_Sardinha\\_2007.pdf](http://www.politis-europe.uni-oldenburg.de/download/WP7_POLITIS_Sardinha_2007.pdf) (último acesso em 06.02.2014).

SARDINHA, João Manuel Silva (2001) *Preservar a identidade. Integração da comunidade caboverdiana na Área Metropolitana de Lisboa. Associativismo e perspectivas das associações*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (Dissertação de Mestrado).

SEF (2007) *Relatório de actividades 2007. Imigração, fronteiras e asilo*, Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

SENNET, Richard (2001) *A corrosão do carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Lisboa: Terramar.

SERTÓRIO, Elsa; PEREIRA, Filipa Sousa (2000) *Mulheres imigrantes*, Lisboa: Ela por Ela.

SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (1986) Uma visão global sobre as Ciências Sociais, in SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento, 9-27.

SILVA, Jorge Pereira da (2004) *Direitos de cidadania e direito à cidadania. Princípio da equiparação, novas cidadanias e direito à cidadania portuguesa como instrumentos de uma comunidade constitucional inclusiva*; Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

SILVERMAN, David (ed.) (2004) *Qualitative research. Theory, method and practice*, London: SAGE Publications.

SIMMEL, Georg (2004) O cruzamento de círculos sociais, in CRUZ, Manuel Braga da, *Teorias sociológicas. Os fundadores e os clássicos (Antologia de textos), I Volume*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 573-578.

SMALL, Mario Luis (2004) *Villa Victoria. The transformation of social capital in a Boston barrio*, Chicago/London: The University of Chicago Press.

SOUSA, Nardi Abraão Dias de (2003) *Imigração e cidadania local: associativismo imigrante e políticas públicas de Portugal*, Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

SOS RACISMO (ed.) (2005) *Imigração e etnicidade: vivências e trajetórias de mulheres em Portugal*, Lisboa: SOS Racismo.

SOYSAL, Yasemin Nuhoglu (1994) *Limits of citizenship. Migrants and postnational membership in Europe*, Chicago/London: The University of Chicago.

STANFIELD II, John H. (1993) Methodological reflections. An introduction, in STANFIELD II, John H.; DENNIS, Rutledge (ed.) *Race and ethnicity in research methods*, Newbury Park/London/New Delhi: SAGE Publications, 3-15.

STOCK, Maria José (coord.) (2005) *Velhos e novos actores políticos: partidos e movimentos sociais*, Lisboa: Universidade Aberta.

SUDBURY, Julia (1998) *'Other kinds of dreams': Black womens' organisations and the politics of transformation*, London/New York: Routledge.

TAVARES, Manuel Viegas (1998) *O insucesso escolar e as minorias étnicas em Portugal. Uma abordagem antropológica da educação*, Lisboa: Instituto Piaget.

TAYLOR, Charles (coord.) (1998) *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento*, Lisboa: Instituto Piaget.

TEIXEIRA, Ana (1996) *Migrações e cultura empresarial. Empresários Chineses em Lisboa*, Lisboa: Universidade Aberta (Dissertação de Mestrado).

TEIXEIRA, Ana (1998) Entrepreneurs of the Chinese community in Portugal, in BENTON, Gregor; PIEKE, Frank (eds.) *The Chinese in Europe*, London: Macmillan Press.

TEIXEIRA, Ana; ALBUQUERQUE, Rosana (2005) *Active civic participation of immigrants in Portugal. Country report prepared for the European research project POLITIS*, University of Oldenburg, [www.uni-oldenburg.de/politis-europe/download/Portugal.pdf](http://www.uni-oldenburg.de/politis-europe/download/Portugal.pdf).

THOMAS, W. I.; ZNANIECKI, F. (1998) *Le paysan polonais en Europe et en Amérique. Récit de vie d'un migrant (Chicago, 1919)*, Paris: Nathan.

TOCQUEVILLE, Alexis de (2001) *Da democracia na América*, Cascais: Principia.

TOMASI, Luigi (org.) (1992) *Non-european youth and the process of integration: for a tolerant society*, Trento: Reverdito Edizioni.

TÖNNIES, Ferdinand (2004) Comunidades e sociedade, in CRUZ, Manuel Braga da, *Teorias sociológicas. Os fundadores e os clássicos (Antologia de textos), I Volume*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 511-517.

TOURAINÉ, Alain (1999) *Como sair do liberalismo*, Lisboa: Terramar.

TRIANDAFYLLOU, Anna; VOGEL, Dita (2005) *Civic activation of immigrants. An introduction to conceptual and theoretical issues*, University of Oldenburg. POLITIS - Working paper No. 1, [http://www.politis-europe.unioldenburg.de/download/WP1\\_POLITIS\\_VogelTriandafyllidou\\_2005.pdf](http://www.politis-europe.unioldenburg.de/download/WP1_POLITIS_VogelTriandafyllidou_2005.pdf) (último acesso em 06.02.2014).

TURNER, Bryan S. (1994) Postmodern culture/modern citizens, in VAN STEENBERGEN, Bart (ed.) *The condition of citizenship*, London: SAGE Publications, 153-168.

TURNER, Bryan S. (ed.) (2002) *Teoria social*, Algés: Difel.

VALA, Jorge (org.) (2003) *Simetrias e identidades. Jovens negros em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.

VALA, Jorge; CABRAL, Manuel Villaverde; RAMOS, Alice (org.) (2003) *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

VALENTE, Maria Madalena Duarte (2002) *Associativismo juvenil e pluralismo cultural. Estudo exploratório sobre associações do concelho de Odivelas*, Lisboa: Universidade Aberta (Dissertação de Mestrado).

VAN DETH, Jan W.; MARAFFI, Marco; NEWTON, Ken; WHITELEY, Paul F. (ed.) (1999) *Social capital and European democracy*, London/New York: Routledge.

VASTA, Ellie (2000) The politics of community, in VASTA, Ellie (ed.) *Citizenship, community and democracy*, London: MacMillan Press, 107-126.

VERMEULEN, Hans (2001) *Culture and inequality. Immigrant cultures and social mobility in long-term perspective*, Amsterdam: Institute for Migration and Ethnic Studies.

VERTOVEC, Steven (1999) Minority associations, networks and public policies: re-assessing relationships, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol. 25, n.º 1: 21-41.

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry E. (1995) *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*, Cambridge/London: Harvard University Press.

VIANNA, Carlos (2000) A comunidade brasileira em Portugal, in *Janus 2001 – Anuário de relações exteriores*, Lisboa: Público/Universidade Autónoma de Lisboa, 180-181.

VICENTE, Ana (2002) *Os poderes das mulheres, os poderes dos homens*, Lisboa: Gótica.

VIEGAS, José Manuel Leite (2000) Participação política. Processos de mudança e razões de bloqueamento, in VIEGAS, José Manuel Leite; DIAS, Eduardo Costa (org.) *Cidadania, integração, globalização*, Oeiras: Celta Editora, 141-157.

VIEGAS, José Manuel Leite (2004) Implicações democráticas das associações voluntárias. O caso português numa perspectiva comparativa europeia, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 46: 33-50.

VIEGAS, José Manuel Leite; DIAS, Eduardo Costa (org.) (2000) *Cidadania, integração, globalização*, Oeiras: Celta Editora.

VIEGAS, José Manuel Leite; PINTO, António Costa; FARIA, Sérgio (org.) (2004) *Democracia, novos desafios e novos horizontes*, Oeiras: Celta Editora.

VIEGAS, Telma (1998) *Migrações e associativismo de migrantes: estudo do caso timorense*, Lisboa: Universidade Aberta/Fundação Oriente.

VIEGAS, Telma Maria C. (1990) *Gentes de Timor. Articulação de estratégias e percursos de investigação. Relatório de estágio*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

VOGEL, Dita (ed.) (2006) *Building Europe with new citizens? An inquiry into the civic participation of naturalised citizens and foreign residents in 25 countries*, Brussels: European Commission/Directorate-General for Research.

VOGEL, Dita (2008) Becoming active in a new country – In search of favourable activation conditions, in VOGEL, Dita (ed.) *Highly active immigrants. A resource for European civil societies*, Frankfurt am Main: Peter Lang, 109-127.

WALL, Karin; NUNES, Cátia; MATIAS, Ana Raquel (2006) *Female migration vision. National Report – Portugal*, Lisbon: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa.

WALZER, Michael (1999) *As esferas da justiça. Em defesa do pluralismo e da igualdade*, Lisboa: Editorial Presença.

WARREN, Mark E. (2004) Que tipo de sociedade civil é melhor para a democracia?, in VIEGAS, José Manuel Leite; PINTO, António Costa; FARIA, Sérgio (org.) (2004) *Democracia, novos desafios e novos horizontes*, Oeiras: Celta Editora, 85-97.

WEBER, Max (2004) Conceitos fundamentais de sociologia, in CRUZ, Manuel Braga da, *Teorias sociológicas. Os fundadores e os clássicos (Antologia de textos), I Volume*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 583-602.



WFM (2003) *As true as our lives. A study based on interviews with minority young women in Sweden, Ireland, Portugal and Italy*, Turin: WFM-Young Women from Minorities.

WU, Yan; WANG, Xinyue (2007) *Gendered active civic participation: the experience of Chinese immigrants in Europe*, University of Oldenburg, POLITIS - Working Paper No. 8/2007, [http://www.politis-europe.uni-oldenburg.de/download/WP8\\_POLITIS\\_Wu-Wang\\_2007\\_Fin.pdf](http://www.politis-europe.uni-oldenburg.de/download/WP8_POLITIS_Wu-Wang_2007_Fin.pdf) (último acesso em 06.02.2014).

YUVAL-DAVIS, Nira (1997a) Ethnicity, gender relations and multiculturalism, in WERNER, Pnina; MODOOD, Tariq (ed.) *Debating cultural hybridity. Multi-cultural identities and the politics of anti-racism*, London: Zed Books, 193-208.

YUVAL-DAVIS, Nira (1997b) Women, citizenship and difference, *Feminist Review*, n.º 57, Autumn: 4-27.

ZAZZO, Bianka (1966) *Psychologie différentielle de l'adolescence: étude de la représentation de soi*, Paris: Presses Universitaires de France.

ZHOU, Min (1997) Growing up American: the challenge confronting immigrant children and children of immigrants, *Annual Review of Sociology*, n.º 23: 63-95.

EDIÇÃO CO-FINANCIADA PELO FUNDO SOCIAL EUROPEU

